



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Caio Cesar Andrade Bezerra da Silva

**Impasses políticos à democracia brasileira: imperialismo,
dependência e colapso do neodesenvolvimentismo**

Rio de Janeiro

2025

Caio Cesar Andrade Bezerra da Silva

**Impasses políticos à democracia brasileira: imperialismo,
dependência e colapso do neodesenvolvimentismo**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Hindenburgo Francisco Pires

Rio de Janeiro

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

S586 Silva, Caio Cesar Andrade Bezerra da.
Impasses políticos à democracia brasileira: imperialismo, dependência e colapso do neodesenvolvimentismo / Caio Cesar Andrade Bezerra da Silva. – 2025.
188 f. : il.

Orientador: Hindenburgo Francisco Pires.

Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Imperialismo – Brasil – Teses. 2. Conflito social – Teses. 3. Condições econômicas – Brasil – Teses. I. Pires, Hindenburgo Francisco. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. III. Instituto de Geografia. IV. Título.

CDU 911.3(81)

Bibliotecária responsável: Ingrid Pinheiro – CRB-7: 7048

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Caio Cesar Andrade Bezerra da Silva

Impasses políticos à democracia brasileira: imperialismo, dependência e colapso do neodesenvolvimentismo

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial.

Aprovado em 14 de fevereiro de 2025.

Orientador (a) (es): Prof. Dr. Hindenburgo Francisco Pires

Instituto de Geografia – UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hindenburgo Francisco Pires (Orientador)

Instituto de Geografia – UERJ

Prof. Dr. Vitor Stuart Gabriel de Pieri

Instituto de Geografia – UERJ

Prof. Dr. Luiz Felipe Brandão Osório

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Isaac Gabriel Gayer Fialho da Rosa

Colégio Pedro II

Rio de Janeiro

2025

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus amados filhos: Maíra, nascida em 2014, e Camilo, que nasceu em 2022. Como muitos pais, desejo um país e um mundo melhor para eles. Mas quando penso nos meus filhos, não posso deixar de pensar em todas as crianças. Não basta que meus filhos tenham onde dormir, o que comer, o que vestir e onde estudar com dignidade. É necessário que todas as crianças tenham seus direitos respeitados. Enquanto a realidade não for assim, quero, parafraseando Che Guevara, continuar sendo capaz de me indignar contra as injustiças que impedem o pleno desenvolvimento dos filhos da classe trabalhadora e roubam suas vidas tão precocemente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Mônica de Andrade, ao meu pai, Carlos Alberto, e à minha avó, Virgínia de Andrade. Sem o apoio incondicional dessas pessoas tão queridas, teria sido impossível chegar até aqui. Sempre contei com incentivo familiar para os estudos, desde os primeiros anos do ensino fundamental até a pós-graduação. Tenho absoluta certeza de que esse incentivo foi decisivo para que eu tivesse condições de pleitear o título de doutor em um país no qual, infelizmente, grande parte da população está excluída do ensino médio e a maioria sequer pode sonhar com o acesso ao ensino superior.

Agradeço também à minha companheira, Mariana Nogueira, a principal responsável por não ter me deixado desistir de escrever esta tese. É extremamente difícil conciliar a realização de uma pesquisa acadêmica com a jornada de trabalho como professor da educação básica e com as responsabilidades como pai de dois filhos. No entanto, Mariana sempre esteve disponível para trazer sua experiência como professora e pesquisadora nas nossas conversas sobre como elaborar este trabalho. Essa interação propiciou valiosas críticas e sugestões de ordem teórico-metodológica, quase todas elas incorporadas no meu processo criativo. Além disso, Mari, que concluiu seu doutoramento em 2017, não mediu esforços para que esse processo tão árduo fosse o mais leve possível para mim.

Ao meu orientador, o professor Hindenburgo Francisco Pires, pelas inestimáveis contribuições ao longo de todo o processo de pesquisa e elaboração da tese. Com sua vasta experiência e erudição, Hindenburgo apresentou valiosas críticas e sugestões, sendo imprescindível para a organização deste trabalho. Sua escolha para me orientar na pós-graduação não foi ocasional. Fui seu aluno na época da graduação e, desde então, reconheço tanto a sua capacidade intelectual como pesquisador quanto a sua generosidade como pessoa.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Voltar para a UERJ depois de uma década de ter concluído a licenciatura e o bacharelado em Geografia e, através do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), reencontrar os professores que participaram da minha formação, foi como voltar para casa. O reencontro com o movimento estudantil, por sua vez, não foi menos significativo. Diante das constantes ameaças de desfinanciamento da universidade, a luta do movimento estudantil segue sendo um dos maiores vetores de defesa da educação pública, em seus diversos aspectos como a garantia de acesso e permanência no ensino superior.

Apesar do descaso de sucessivos governos, a UERJ continua sendo uma referência nacional e internacional em termos de ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento. Contra o sucateamento e todas as formas de ataque, a UERJ resiste porque os trabalhadores e os estudantes, conscientes de seus direitos e organizados, resistem. Fazer parte dessa história de resistência, primeiro como aluno cotista na turma de graduação que ingressou no primeiro semestre de 2006, e, a partir de 2020, como discente do curso de doutorado, foi uma honra inestimável e me ajudou a entender que, enquanto a universidade pública não estiver totalmente a serviço dos explorados e oprimidos e enquanto houver barreiras para o acesso de pessoas negras e da periferia a esse lugar, ainda teremos muita luta pela frente.

A contradição burguesia-proletariado ganhou uma nova dimensão. O que significa que não se pode lutar contra o imperialismo e o latifúndio alimentando ilusões na liderança da burguesia brasileira ou renunciando à luta de classes contra ela.

Carlos Marighella

RESUMO

ANDRADE, Caio. **Impasses políticos à democracia brasileira: imperialismo, dependência e colapso do neodesenvolvimentismo**. Tese de Doutorado – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

O presente trabalho tem como objetivo investigar o contexto internacional relacionado ao golpe contra o governo Dilma Rousseff em 2016, analisando a conexão destas questões com o desenvolvimento das lutas de classes no Brasil. Além disso, são apresentados três objetivos específicos, a saber: discutir a pertinência da categoria imperialismo no mundo atual, considerando as contribuições de autores clássicos e contemporâneos; analisar o desenvolvimento e a crise do desenvolvimentismo no espaço brasileiro; debater as jornadas de junho de 2013 e o golpe de 2016 no Brasil. A metodologia adotada na pesquisa pressupõe um recorte espacial que compreende a relação do Brasil com o espaço mundial e um recorte temporal que abarca o período dos governos Lula e Dilma, com ênfase no intervalo entre 2013 a 2016 – das chamadas Jornadas de Junho, que engendraram a mobilização de milhões de pessoas em diversas cidades do país, ao golpe institucional que interrompeu o quarto governo federal petista consecutivo. Optou-se, neste projeto, por se lançar um olhar geográfico em relação à problemática do golpe de 2016, partindo da hipótese de que o conceito de imperialismo continua atual e é indispensável para se pensar a crise econômica, social e política que se abateu sobre o país, pavimentando um caminho de retrocessos com os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Assim sendo, será realizada uma revisão bibliográfica abarcando, prioritariamente, a análise e a sistematização de livros e artigos acadêmicos.

Palavras-chave: Imperialismo; teoria marxista da dependência; golpe de estado; luta de classes; colapso do neodesenvolvimentismo.

ABSTRACT

ANDRADE, Caio. **Political impasses to brazilian democracy: imperialism, dependence and the collapse of neo-developmentalism.** Doctoral Thesis – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

The present work aims to investigate the international context related to the coup against the Dilma Rousseff government in 2016, analyzing the connection of these issues with the development of class struggles in Brazil. Furthermore, three specific objectives are presented, namely: discussing the relevance of the concept of imperialism in today's world, considering the contributions of classic and contemporary authors; analyze development and the crisis of developmentalism in the Brazilian space; debate the days of June 2013 and the 2016 coup in Brazil. The methodology adopted in the research presupposes a spatial cut that comprises Brazil's relationship with the world space and a temporal cut that encompasses the period of the Lula and Dilma governments, with an emphasis on the interval between 2013 and 2016 - the so-called Jornadas de Junho, which engendered the mobilization of millions of people in several cities across the country, to the institutional coup that interrupted the fourth consecutive PT federal government. In this project, we chose to take a geographical look at the issue of the 2016 coup, based on the hypothesis that the concept of imperialism remains current and is indispensable for thinking about the economic, social and political crisis that has befallen the country, paving a path of setbacks with the governments of Michel Temer (2016-2018) and Jair Bolsonaro (2019-2022). Therefore, a bibliographic review will be carried out, covering, primarily, the analysis and systematization of books and academic articles.

Keywords: Imperialism; marxist theory of dependence; coup d'état; class struggle; collapse of neo-developmentalism.

RESUMEN

ANDRADE, Caio. **Impases políticos para la democracia brasileña: imperialismo, dependencia y colapso del neodesarrollismo.** Tesis Doctoral – Instituto de Geografía, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

El presente trabajo tiene como objetivo investigar el contexto internacional relacionado con el golpe de estado contra el gobierno de Dilma Rousseff en 2016, analizando la conexión de estas cuestiones con el desarrollo de las luchas de clases en Brasil. Además, se presentan tres objetivos específicos, a saber: discutir la relevancia del concepto de imperialismo en el mundo actual, considerando los aportes de autores clásicos y contemporáneos; analizar el desarrollo y la crisis del desarrollismo en el espacio brasileño; debater las Jornadas de Junio de 2013 y el golpe de 2016 en Brasil. La metodología adoptada en la investigación presupone un corte espacial que comprende la relación de Brasil con el espacio mundial y un corte temporal que abarca el período de los gobiernos Lula y Dilma, con énfasis en el intervalo entre 2013 y 2016 - las llamadas Jornadas de Junho, que generó la movilización de millones de personas en varias ciudades del país, hasta el golpe institucional que interrumpió el cuarto gobierno federal consecutivo del PT. En este proyecto, optamos por dar una mirada geográfica a la cuestión del golpe de 2016, partiendo de la hipótesis de que el concepto de imperialismo sigue vigente y es indispensable para pensar la crisis económica, social y política que azota al país, preparando un camino de retrocesos con los gobiernos de Michel Temer (2016-2018) y Jair Bolsonaro (2019-2022). Por lo tanto, se realizará una revisión bibliográfica que abarque, principalmente, el análisis y sistematización de libros y artículos académicos.

Palabras clave: Imperialismo; teoría marxista de la dependência; golpe de estado; lucha de clases; colapso del neodesarrollismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	BRICS10 vs G7: participação no PIB mundial (PPC), 1993-2022	60
Gráfico 2 –	BRICS10 vs G7: Participação no valor adicionado da indústria mundial, 2004-2022	61
Figura 1 –	Territórios de Luhansk e Donetsk	63
Figura 2 –	Gasodutos Nord Stream 1 e 2	64
Quadro 1 –	Fração hegemônica e a posição política do Estado em uma determinada conjuntura histórica	111
Figura 3 –	Bases militares dos EUA no exterior em 2015	122
Gráfico 3 –	Aumentos reais no salário-mínimo entre 2003 e 2022	133
Gráfico 4 –	Produto Interno Bruto: taxa da variação real no ano entre 1980 e 2016	134
Gráfico 5 –	Evolução do PIB entre o 1º trimestre de 1996 e o 4º trimestre de 2023	135
Quadro 2 –	Cronologia das lutas pelo direito aos transportes no século XXI	142
Gráfico 6 –	Popularidade da presidenta Dilma Rousseff: 2011 a 2016	156
Gráfico 7 –	Militarização do orçamento federal dos Estados Unidos (2023)	163

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALN	Aliança Nacional Libertadora
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EDP	Estratégia Democrático-Popular
EIPCO	Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários
END	Estratégia Nacional-Democrática
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EUA	Estados Unidos da América
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FESP	Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSP	Foro de São Paulo
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IC	Internacional Comunista
IP	Internacional Progressista
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPL	Movimento Passe Livre
ONG	Organização não governamental
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PIE	Partido de la Izquierda Europea
PMAI	Plataforma Mundial Anti-Imperialista

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
SEPE-RJ	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAM	Universidade Nacional Autônoma do México
UnB	Universidade de Brasília
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1.	IMPERIALISMO: AS BASES TEÓRICAS E A ATUALIDADE DE UMA CATEGORIA FUNDAMENTAL.....	23
1.1.	Considerações sobre a dimensão geográfica do capital e as bases da teoria do imperialismo em Marx	24
1.2.	A fundamentação da teoria do imperialismo em Lênin	39
1.3.	A controvérsia do imperialismo no século XXI	51
2.	A DEPENDÊNCIA E A TEORIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA	70
2.1.	Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência	71
2.2.	Florestan Fernandes e o capitalismo dependente no Brasil	83
2.3.	A teoria da Revolução Brasileira: algumas considerações críticas	92
3.	AS CONTRADIÇÕES DO NEODESENVOLVIMENTISMO	103
3.1.	Crise do socialismo soviético, cerco neoliberal e a alternativa petista no Brasil	104
3.2.	Neodesenvolvimentismo e colaboração de classes	110
3.3.	Lula, Dilma e as contradições do neodesenvolvimentismo	123
4.	A CRISE BRASILEIRA E O GOLPE DE 2016	129
4.1.	A origem e o caráter da crise brasileira	131
4.2.	Os limites do governo Dilma	140
4.3.	As controvérsias sobre Junho de 2013 e a intervenção dos Estados Unidos...	150
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
	REFERÊNCIAS.....	177

INTRODUÇÃO

O ponto de partida para a elaboração da tese *Impasses políticos à democracia brasileira: imperialismo, dependência e colapso do neodesenvolvimentismo* foi a pesquisa que realizei ao longo do curso de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 2014 e 2016. Naquela ocasião, estudei as metamorfoses das políticas do Partido dos Trabalhadores (PT) para a educação brasileira. Como professor da rede estadual de ensino e militante do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) desde 2011, meu interesse pelo tema teve origem, sobretudo, nas contradições vivenciadas no cotidiano escolar.

O ano de 2013, marcado pelas Jornadas de Junho, foi um período de intensas lutas sociais, e não apenas contra o encarecimento das tarifas dos transportes coletivos nas grandes cidades. Diversas outras pautas mobilizavam os movimentos populares, especialmente nos espaços urbanos, como a resistência aos processos de gentrificação em curso em importantes capitais brasileiras e a crítica aos vultosos gastos realizados nos megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014.

Não foi diferente na educação. No Rio de Janeiro – que também seria a sede dos Jogos Olímpicos de 2016, constituindo-se como vitrine internacional da mercantilização do território – os trabalhadores da educação das redes estadual e municipal organizaram combativas greves em 2013 e 2014, confrontando os governos de Sérgio Cabral e Eduardo Paes, respectivamente. Para além da pauta salarial, o movimento paredista exigia que os investimentos em infraestrutura das escolas recebessem a mesma atenção que as novas arenas esportivas “padrão FIFA”, bem como questionava as políticas neoliberais das Secretarias de Educação.

Tanto o governador do estado do Rio de Janeiro quanto o prefeito da capital fluminense faziam parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e integravam a base aliada do governo da presidenta Dilma Rousseff, do PT. O alinhamento político entre município, estado e governo federal era amparado na lógica da conciliação de classes, viável enquanto havia crescimento econômico e predominava um certo conformismo na sociedade. Entretanto, parafraseando Hegel, o apogeu do pacto social é também o ponto em que se inicia a sua decadência. A vertiginosa elevação do custo de vida urbano, consequência do modelo de desenvolvimento vigente, provocou uma extraordinária explosão social.

Neste processo, o aumento das tarifas de ônibus foi apenas uma fagulha que, sem contato com um acúmulo bem mais amplo de contradições, poderia ter sido inofensiva. Portanto, a origem da revolta popular não se limitava à questão da mobilidade urbana. A subordinação das cidades à voracidade econômica capitalista comprometia o direito elementar à moradia digna, violado cotidianamente pela expulsão dos pobres das áreas mais cobiçadas pela especulação imobiliária e pelos preços cada vez maiores dos aluguéis, sem falar na violência, na precariedade dos serviços públicos de saúde, educação etc.

A crise não impediu que, nas eleições presidenciais de outubro de 2014, a maioria dos eleitores brasileiros optasse pela continuidade do governo Dilma Rousseff. Apesar do resultado relativamente apertado (51,64% dos votos contra 48,36% de Aécio Neves, do PSDB), a quarta vitória consecutiva do PT em pleitos nacionais indicava que as propostas de retirar direitos da classe trabalhadora, rebaixar salários, privatizar empresas públicas estratégicas e aprofundar contrarreformas neoliberais não passavam pelo crivo das urnas.

Inconformados com derrota eleitoral, parcelas significativas das burguesias interna e externa e de camadas médias da sociedade brasileira contra-atacaram em pelo menos quatro frentes: através do oligopólio dos veículos de comunicação, do parlamento, do judiciário e de um terreno no qual os movimentos conservadores e reacionários há muito tempo não tinham relevância, isto é, as ruas. Embalado pela campanha midiática antipetista, pelo cerco do famigerado Centrão no Poder Legislativo, pela Operação Lava Jato e, como acabou vindo à tona recentemente, com apoio subterrâneo do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e do FBI¹, o Movimento Fora Dilma ganhou proeminência em inúmeras cidades.

Enquanto os segmentos sociais e políticos vinculados à direita reagiram à crise radicalizando suas ações, o governo petista apostou na tentativa de dar sobrevida ao pacto social. Dilma começou o segundo mandato frustrando seu próprio eleitorado. Conforme escreveu Machado, a petista “nomeou para o ministério da fazenda um prócer do mercado financeiro, Joaquim Levy, que prometeu um forte ajuste fiscal, em linha com o programa derrotado nas urnas” (MACHADO, 2021). O estelionato eleitoral foi um banho de água fria para o movimento sindical e popular, deixando o caminho aberto para que os liberais capturassem o protagonismo nas mobilizações de massas e sequestrassem a pauta das manifestações. A popularidade de Dilma despencou e a inversão da correlação de forças em favor da oposição se consolidou até que seu mandato foi ilegítimamente cassado em 2016.

¹ Conferir a série especial de reportagens sobre “As mensagens secretas da Lava Jato”, publicadas pelo Intercept Brasil. Disponível em <https://www.intercept.com.br/especiais/mensagens-lava-jato>. Acesso: 06 jan. 2025.

Nesse contexto, a pesquisa iniciada em 2014 precisou ser ampliada. O objetivo inicial de uma análise crítica sobre como o PT retrocedeu nas suas concepções e práticas em relação à educação pública era contribuir com as lutas que pressionavam o governo federal pela esquerda, mantendo erguidas bandeiras históricas dos movimentos de trabalhadores e estudantes – como as lutas contra a mercantilização da educação e a destinação de verbas públicas para instituições privadas. Com a derrubada do governo pela direita, **a questão** passou a ser entender por que o PT e conjunto da classe trabalhadora foram tão duramente golpeados em 2016.

Assim, em janeiro de 2017, defendi a dissertação intitulada *Crise do capital e contrarreforma do estado: a transição do PT entre projetos opostos de educação* (ANDRADE, 2017). A partir deste trabalho, publiquei, em 2019, o capítulo de livro *A Estratégia Democrático-Popular e a Educação* (ANDRADE, 2019); em 2020, Douglas Ribeiro Barboza e eu publicamos o capítulo de livro *As particularidades do Estado na formação social brasileira: a reiteração da via repressiva de contenção das reivindicações populares* (BARBOZA; ANDRADE, 2020); em 2022, o livro *A ofensiva burguesa na educação: do enfrentamento à implementação do projeto empresarial pelo PT* (ANDRADE, 2022a). A pesquisa e a elaboração desses trabalhos, em especial os textos de 2019 e 2022, contribuíram para a ampliação do inventário crítico sobre a origem, o desenvolvimento e a crise da Estratégia Democrático-Popular, somando-se modestamente a obras de grande relevância teórica na coleção *A Revolução Brasileira em Debate*, da editora Lutas Anticapital.

Os estudos mencionados anteriormente abordaram questões essenciais das lutas de classes no Brasil contemporâneo, como as mudanças e permanências da nossa formação social; o caráter de classe das instituições de Estado e do regime político vigente; os limites da Estratégia Democrático-Popular e das políticas de conciliação de classes na busca por transformações estruturais na sociedade brasileira; os processos de cooptação e apassivamento no seio dos movimentos sindical, popular e estudantil; o acúmulo de forças para a organização de uma contraofensiva política e ideológica dos setores mais reacionários do país.

Entretanto, faltavam, evidentemente, muitos aspectos importantes a serem analisados e debatidos. Nenhum balanço crítico sobre as experiências petistas no governo federal entre 2003 e 2016 poderia prescindir da dimensão geopolítica, especialmente quando se pretende dar ênfase ao desfecho do referido período – isto é, a partir de 2013. Se é um equívoco reduzir o desgaste político que favoreceu o golpe contra a presidente Dilma a uma operação arranjada por inimigos externos, não é menos incorreto pensar que as lutas de classes se restringem às fronteiras nacionais. É fundamental, portanto, investigar as movimentações e os interesses

externos que estiveram alinhados ao movimento para apagar o Partido dos Trabalhadores da Presidência da República, sem perder de vista a relação destas movimentações e destes interesses com a dinâmica social e política no espaço brasileiro.

Foi com essa curiosidade teórica que procurei o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e, tendo sido aprovado no processo seletivo para o curso de doutorado, voltei à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2020, uma década depois de ter concluído a graduação em Geografia nessa mesma instituição. A partir daí, as reuniões com o professor Hindenburgo Francisco Pires, orientador, e a participação nas disciplinas do PPGEO trouxeram valiosos aportes para o projeto de pesquisa com o qual ingressei no curso.

Sobre as disciplinas, gostaria de destacar três, cursadas no primeiro semestre de 2020, no segundo semestre do mesmo ano e no primeiro semestre de 2021, respectivamente: “Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial”, ministrada pelo professor Hindenburgo Francisco Pires; “Geografia e Direitos Humanos”, com o professor Alberto Pereira dos Santos; “Geografia Brasileira”, oferecida pela professora Mônica Sampaio Machado com a colaboração da professora Lia Osório Machado.

A primeira parte da disciplina “Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial” foi dedicada à análise da origem da globalização, seus impactos na economia mundial, a crise do capitalismo financeiro contemporâneo e o atual cenário de “desglobalização”. A segunda parte voltou-se para o debate das políticas públicas e da reestruturação territorial sob a égide do ultraneoliberalismo e o novo cenário distópico das guerras sujas, guerras econômicas e tecnológicas. A bibliografia minuciosamente selecionada e discutida pelo professor Hindenburgo Francisco Pires seguramente fortaleceu o embasamento teórico da tese ora apresentada, com realce para Harvey (2005; 2006; 2011; 2013; 2016; 2018).

A disciplina “Geografia e Direitos Humanos” proporcionou um debate muito proveitoso com o professor Alberto Pereira dos Santos, não apenas durante as aulas, mas também no meu trabalho final, que foi ampliado e publicado como capítulo do livro *Introdução ao Imperialismo Tardio* com o título *Apontamentos críticos sobre o imperialismo e os direitos humanos no mundo contemporâneo*, no qual buscamos “apresentar brevemente algumas reflexões críticas sobre o conteúdo de classe dos ‘direitos humanos universais’, relacionando esse debate com o revisionismo histórico liberal e o neocolonialismo característicos da ordem mundial pós 1991” (ANDRADE, 2022b, p. 207).

Já com relação à disciplina “Geografia Brasileira”, a partir de um debate introdutório sobre os clássicos e novas gerações do pensamento social brasileiro, as professoras Mônica

Sampaio Machado e Lia Osório Machado proporcionaram uma profícua discussão sobre as interpretações do Brasil no âmbito da Geografia, tendo por base as obras de Pedro Geiger, Bertha Becker e Milton Santos. Além de uma contribuição inestimável para pensar o Brasil em geral e a Geografia Brasileira em particular, a disciplina em tela foi muito importante para o desenvolvimento de reflexões necessárias na elaboração do presente trabalho.

Considerando o percurso descrito nas linhas acima, nas quais procurei arrolar alguns marcos importantes no processo de gestação da tese ora submetida aos membros da banca examinadora, **o presente trabalho propõe uma investigação geográfica** sobre a origem e o desenvolvimento da crise que resultou no colapso do neodesenvolvimentismo e na derrubada de Dilma Rousseff em 2016. Entendendo que não é possível compreender a crise brasileira como um fenômeno estritamente nacional, importa demonstrar a necessidade de articulação entre os aspectos internos e externos que contribuíram para as transformações ocorridas no país a partir de 2013, tendo como referências o caráter histórico do problema, a categoria de imperialismo e a Teoria Marxista da Dependência.

Assim, o **objetivo geral** deste trabalho é analisar a relação entre o contexto internacional que contribuiu para o golpe de estado que deu fim ao governo Dilma Rousseff em 2016 e o desenvolvimento da luta de classes no Brasil. Esse objetivo geral se desdobra em quatro **objetivos específicos**: 1) discutir a fundamentação da teoria do imperialismo como categoria conceitual central para explicar o desenvolvimento e a expansão capitalista no mundo; 2) debater a dependência, a partir da teoria marxista da dependência, como forma específica do capitalismo na América Latina e a busca por uma teoria da revolução brasileira; 3) analisar o colapso do projeto neodesenvolvimentista encarnado pelos governos petistas até 2015; 4) apresentar uma reflexão crítica sobre a crise brasileira entre Junho de 2013 e o golpe institucional de 2016.

A **metodologia** necessária para atingir os objetivos elencados pressupõe um recorte espacial que compreende a relação do Brasil com o espaço mundial e um recorte temporal que abarca o período dos governos Lula e Dilma, entre 2003 e 2016. Sem deixar de reconhecer que a referida relação do Brasil com o mundo no período apontado pode ser apreendida a partir de diversas lentes, optamos, neste trabalho, por lançar um olhar geográfico sobre a problemática do colapso do neodesenvolvimentismo em 2016, partindo da hipótese de que a categoria imperialismo continua atual e é indispensável para se pensar a crise econômica, social e política que se abateu sobre o país e pavimentou um caminho de retrocessos com os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Isto posto, em termos de procedimentos, realizamos uma revisão bibliográfica e uma pesquisa documental,

englobando, prioritariamente, a análise e a sistematização de livros e artigos de cunho acadêmico. Já a estrutura do trabalho foi dividida em quatro capítulos, de modo que o primeiro e o segundo são imprescindíveis para a fundamentação teórica das questões analisadas no terceiro e no quarto capítulos.

O capítulo 1 procura demonstrar a pertinência da categoria imperialismo para se pensar as disputas internacionais por mercados e o sistema mundial de Estados como expressão hierárquica e em constante transformação do sistema capitalista. Apesar de não ter elaborado uma teoria do imperialismo propriamente dita, foi Marx quem, em sua teoria da acumulação de capital, desvelou as bases para explicar aspectos cruciais como a expansão do comércio internacional, as dinâmicas de concorrência entre os capitalistas e a formação dos grandes monopólios. Entre os autores que desenvolveram essas reflexões, Lênin se destacou pela capacidade de elaborar uma análise consistente da ligação entre as disputas mundiais por mercados e as tensões inerentes às relações internacionais. A partir dessa fundamentação, procura-se iniciar uma reflexão sobre o que é o imperialismo hoje e de que forma os atuais conflitos internacionais expressam a lógica imperialista ou a luta anti-imperialista. Nesse contexto, abre-se um debate sobre as polêmicas no tocante à caracterização das rivalidades geopolíticas entre Estados Unidos e União Europeia *versus* China e Rússia, rivalidades estas que tem influenciando diversos conflitos regionais e suscitam interpretações bastante distintas.

O segundo capítulo pretende apresentar a discussão sobre o capitalismo dependente e a teoria da revolução brasileira em Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes, problematizando a subestimação do primeiro. O reconhecimento de que o capital, em sua fase imperialista, age sobre as desigualdades econômicas entre as diferentes formações sociais que integram o sistema internacional implica na necessidade de conhecer de maneira profunda as especificidades da acumulação capitalista nos países dependentes. Entre os clássicos do pensamento social brasileiro, Ruy Mauro e Florestan se destacaram em seus esforços para conectar uma interpretação rigorosa da realidade regional e nacional à reflexão sobre a superação das estruturas que impedem a plena emancipação do povo brasileiro e demais povos latino-americanos. Marini, em particular, liderou a criação de uma escola de pensamento, a Teoria Marxista da Dependência, cujos pilares seguem válidos para se pensar a crítica aos padrões de acumulação vigentes na América Latina.

O capítulo 3 apresenta um balanço da hegemonia petista no movimento operário e popular, considerando a fragilidade dos avanços sociais conquistados durante os mandatos de Lula e Dilma, bem como as contradições e limites estratégicos do projeto

neodesenvolvimentista diante dos problemas estruturais da sociedade brasileira. Fundado em 1980, em pouco tempo o PT cresceu e se tornou a principal organização política de esquerda no Brasil. Nos seus primeiros anos de existência, procurou afirmar a autonomia da classe trabalhadora na cena política e se diferenciar dos partidos comunistas. Buscando ser uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo soviético, o PT se apresentava como algo totalmente novo, defendendo um socialismo democrático. Porém, diante da derrota do socialismo no leste europeu e do advento do neoliberalismo no Brasil, o discurso petista sofreu impactos importantes, de modo que a bandeira anticapitalista deu lugar à bandeira antineoliberal. A guinada se completou em 2002, quando Lula venceu as eleições presidenciais com um programa neodesenvolvimentista que, sem enfrentar os problemas estruturais do país, alargou a margem para a conciliação de classes ao longo de seus mandatos, mas, ao mesmo tempo, foi incapaz de realizar transformações profundas e duradouras, seja no âmbito do Estado, seja no âmbito da sociedade. Tentando dar continuidade à proposta lulista, Dilma se deparou com a implosão da coalização neodesenvolvimentista em seu segundo mandato, o que levanta a necessidade de uma análise mais apurada a respeito do pacto social que se quebrou com a derrubada de seu governo.

O quarto e último capítulo traz uma reflexão sobre a crise política deflagrada em 2013 e seu desfecho catastrófico em 2016 como momentos cruciais de um processo que expressou o colapso do neodesenvolvimentismo e abalou os pilares da Nova República. As Jornadas de Junho de 2013 ainda hoje constituem objeto de grandes controvérsias teóricas e políticas. Os setores ligados à oposição de direita intensificaram campanhas genéricas para fomentar a indignação seletiva contra a corrupção dos seus adversários para disputar as ruas com pautas moralistas. A esquerda, por sua vez, expôs sua fragmentação frente a uma das maiores convulsões sociais das últimas décadas. Havia desde análises que caracterizavam as mobilizações de massa como um movimento legítimo contra a carestia nas grandes cidades e as injustiças sociais envolvendo megaeventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 até os que afirmavam se tratar, na verdade, de uma revolução colorida para desestabilizar o governo a serviço dos interesses imperialistas. Fato é que o governo Dilma sobreviveu a essa turbulência e recuperou a popularidade a ponto de conquistar um segundo mandato nas eleições de 2014. No entanto, uma série de circunstâncias culminaram em um golpe parlamentar que, em 2016, cassou o mandato da primeira mulher a presidir o Brasil. Portanto, a relação entre os acontecimentos de 2013 e 2016 carecem de um debate mais aprofundado. Nesse debate, é importante pontuar os aspectos geopolíticos que contribuíram para o alinhamento entre determinados setores da burguesia interna e os

interesses das economias imperialistas centrais. Além disso, não se deve desconsiderar os limites estratégicos do próprio programa neodesenvolvimentista que orientou os governos petistas até o processo de *impeachment*.

Os limites do neodesenvolvimentismo dizem respeito, em grande medida, ao papel da grande burguesia interna e sua relação com o capital estrangeiro – um debate que não começou com o PT, remetendo à Estratégia Nacional-Democrática do PCB e à trágica derrota da classe trabalhadora com o golpe empresarial-militar de 1964. Sem a ambição de analisar toda a história das lutas de classes no Brasil desde meados do século XX, nos limites deste trabalho é importante identificar, ainda que em linhas gerais, a questão do imperialismo nas formulações estratégicas de partidos, movimentos e intelectuais do campo da esquerda. Além disso, é fundamental discutir o papel do imperialismo nos golpes de ontem e de hoje, especialmente na América Latina. Portanto, esta tese procura relacionar aspectos teóricos inerentes à inserção subordinada do Brasil no sistema capitalista mundial com a análise concreta da crise e da derrubada do governo Dilma, considerando ainda problemas como a origem dos protestos de massa de 2013, as eleições de 2014, a vacilação política da Presidente da República, o acelerado fortalecimento de movimentos liberais e golpistas nas redes sociais e nas ruas, as manobras jurídicas e legislativas contra o PT e a intensa campanha midiática antipetista.

1 IMPERIALISMO: AS BASES TEÓRICAS E A ATUALIDADE DE UMA CATEGORIA FUNDAMENTAL

O presente capítulo tem como objetivo discutir a atualidade da categoria de imperialismo para se pensar as disputas internacionais por mercados e o sistema mundial de Estados como expressão hierárquica e em constante transformação do sistema capitalista. Para tanto, dividimos o texto em três seções: a primeira apresenta *Considerações sobre a dimensão geográfica do capital e as bases da teoria do imperialismo em Marx*; a segunda, intitulada *A fundamentação da teoria do imperialismo em Lênin*, destina-se à apreciação dos aportes do teórico bolchevique; a terceira e última seção reúne algumas notas sobre *A controvérsia do imperialismo no século XXI*.

Parte-se das contribuições de Karl Marx que, ao erigir uma teoria geral da acumulação capitalista, lançou as bases para a explicação dos processos de reprodução ampliada, concentração e centralização de capitais, de modo que, mesmo não tendo formulado diretamente uma teoria do imperialismo, pavimentou o caminho daqueles que enfrentaram essa tarefa no século XX. Entre os revolucionários e pensadores que se propuseram a desenvolver o marxismo para abarcar a análise do Estado e do mercado mundial, Lênin se notabilizou pela capacidade de sistematizar a obra de Marx e Engels e produzir contribuições originais sobre o imperialismo e a revolução, ao mesmo tempo que liderava o movimento comunista no seu país e no mundo.

Um século depois, é evidente a necessidade de atualizar as caracterizações do imperialismo e analisar as particularidades do desenvolvimento capitalista nos países de passado colonial. O intelectual brasileiro Ruy Mauro Marini se destacou por partir da crítica da economia política e do arsenal teórico de Lênin para construir uma teoria inédita sobre a dependência na América Latina. Conforme argumentaremos adiante, seu legado permanece sendo fundamental para a construção de uma geografia econômica capaz de interpretar o mundo atual e enfrentar importantes questões teóricas levantadas por autores marxistas que tem se dedicado ao estudo das dinâmicas espaciais do capitalismo contemporâneo e suas das contradições, como David Harvey e John Smith.

1.1 Considerações sobre a dimensão geográfica do capital e as bases da teoria do imperialismo em Marx

As teorias do imperialismo devem ser entendidas como um desdobramento das leis da acumulação capitalista descobertas por Karl Marx, autor que, segundo Gramsci (2011, p. 66), “se planta na história com a sólida estatura de um gigante”. Se é verdade que o pensador e revolucionário alemão não viveu o suficiente para desenvolver uma análise mais ampla do vertiginoso processo de expansão mundial do capital monopolista, não se pode ignorar que sua crítica da economia política foi seminal em relação às principais obras dedicadas ao estudo desse problema na aurora do século XX (FURNO, 2022). Netto afirma que “ele instaurou as bases de uma teoria da sociedade burguesa que, fundada numa ontologia social nucleada no trabalho, permanece no centro das polêmicas relativas à natureza, à estrutura e à dinâmica da sociedade em que vivemos” (NETTO, 2012, p. 7). A isso se soma o fato de que, como aponta Katz (2020), ao longo de seu amadurecimento intelectual, Marx refinou suas análises sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo e passou a dar mais atenção às suas especificidades na periferia do sistema.

Com efeito, é possível encontrar apontamentos preliminares relacionados ao problema desde a obra daquele foi uma das principais referências intelectuais na formação de Marx, ou seja, o filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Na *Filosofia do Direito*, por exemplo, há apontamentos importantes sobre como as contradições internas das sociedades burguesas demandam respostas externas, passando pelo expansionismo econômico e territorial. Apesar da influência de economistas liberais britânicos (Adam Smith e David Ricardo²) sobre Hegel em aspectos como a teoria do valor-trabalho³, ele rejeitava a ideia de que a mão invisível do mercado, por si só, seria capaz de converter o conjunto dos interesses privados em harmonia e prosperidade geral. Como aponta Harvey, o filósofo alemão admitia que o trabalho é responsável pela criação de riquezas, percebendo também que “o trabalho privado é socializado por meio de um sistema de mercado baseado no egoísmo e na cobiça universal, enquanto o lucro, necessariamente, acarreta a apropriação do produto do trabalho de uma

² Sobre teoria do valor ver em Smith “Origin and Use of Money” (1937, p.89) e em Ricardo “Sobre o Valor”, (1996, p.23).

³ Cumpre destacar que existe um estudo aprofundado sobre “A Teoria de Marx do Valor-Trabalho” desenvolvido por Isaak Illich Rubin (Cap. II. 1987, p.75).

pessoa” (HARVEY, 2006, p. 99). Assim, o crescimento da atividade econômica e da circulação de riquezas provocaria, ao mesmo tempo, o aumento da pobreza entre as massas.

Refletindo sobre esse impasse na sociedade, o pensador nascido em Stuttgart, no final do século XVIII, considerava que assegurar a subsistência da população carente sem a mediação do trabalho seria contrário à autonomia e à honra dos indivíduos. Por outro lado, a mediação do trabalho, quando disponível, dilatava não apenas o número de consumidores, mas também de produtores, deixando em aberto a questão do excesso de produção. Segundo o autor, “aqui aparece que a sociedade civil-burguesa, apesar do seu excesso de riqueza, não é suficientemente rica, isto é, não possui, em seu patrimônio próprio, o suficiente para governar o excesso de miséria e a produção da população” (HEGEL, 2010, p. 223). Hegel se preocupava, portanto, com um processo monumental de concentração de riqueza em poucas mãos e com maneira pela qual a lógica de expansão infinita da produção colide com a uma capacidade limitada de consumo da maioria da população, de tal sorte que, pela sua forma precípua, a sociedade burguesa não teria meios para superar tais contradições a partir de seus elementos internos. Esse inquietante quadro apontava para uma elevação dos riscos de instabilidade social, exigindo, deste modo, a intervenção do Estado.

Segundo Hegel (2010, p. 224),

Por essa sua dialética, a sociedade civil-burguesa é impelida além de si mesma, inicialmente essa sociedade determinada, a fim de procurar fora dela consumidores, em outros povos, que lhes são inferiores em meios, que ela tem em excesso, ou em geral no engenho técnico etc., e com isso os meios necessários de subsistência.

Essa reflexão guarda enorme semelhança com uma passagem de Marx, que diz o seguinte: “A contradição interna procura ser compensada pela expansão do campo externo da produção. Quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em conflito com a base estreita sobre a qual repousam as relações de consumo” (MARX, 2017, p. 244). Todavia, conforme afirma Harvey (2013, p. 601), “o papel do imperialismo e do colonialismo, da expansão geográfica e da dominação territorial, na estabilização geral do capitalismo não está resolvido na teoria marxiana”. Porém, em relação ao seu antigo mestre, Karl Marx e Friedrich Engels contribuíram de forma significativa para avançar nas análises desses temas. Por isso, Harvey admite que “Marx reconheceu logo cedo que criar o mercado mundial era inerente à própria natureza do capital, mas que, ao fazê-lo, seria preciso produzir um novo tipo de espaço” (HARVEY, 2018, p. 130). Na década de 1840, os autores clássicos da dialética materialista já se deparavam com o desafio de analisar a dimensão espacial do modo de produção capitalista, em especial sua tendência em ampliar exponencialmente tanto as disputas por novos mercados quanto os fluxos econômicos mundiais.

De acordo com a análise do *Manifesto Comunista* realizada por Harvey (2009, p. 41), “a ascensão da burguesia está, desde o começo da discussão, intimamente ligada a suas atividades e estratégias geográficas no palco do mundo”. Portanto, o autor entende que “aquilo que hoje chamamos ‘globalização’ esteve na mira da classe capitalista o tempo todo” (HARVEY, 2011a, p.130). Nesse sentido, na obra recém-aludida, Marx e Engels (1998) mencionavam processos como o desenvolvimento técnico dos meios de transporte, de comunicação e da indústria, a intensificação do comércio, a formação do mercado mundial, o colonialismo e a ascensão social da classe burguesa. Destarte, no célebre *Manifesto* encomendado pela Liga dos Comunistas e publicado pela primeira vez em 1848, os autores já identificaram no modo de produção capitalista determinadas tendências inerentes ao imperialismo. Aquele documento histórico discutia pelo menos três aspectos importantes para orientar o desenvolvimento dos estudos que seriam desenvolvidos na sequência, a saber: a subordinação de novas nações aos imperativos da reprodução ampliada do capital; a redução do preço final das mercadorias como mecanismo das grandes potências para abater concorrentes; a expansão global das relações econômicas capitalistas.

Como explicam os precursores do movimento comunista internacional,

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média (MARX & ENGELS, 1998, p. 41).

Da cooperação simples à grande indústria, passando pela manufatura, a burguesia comandou alterações radicais nas forças produtivas e nas relações sociais de produção. Assim, “o sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio” (MARX & ENGELS, 1998, p. 45), de modo que, para lidar com tal contradição, o capital pode tanto destruir violentamente grande parte das forças produtivas quanto se lançar à conquista de novos mercados e intensificar a exploração de mercados antigos. Conforme comentou um renomado pensador marxista, “o capitalismo tinha agora o mundo inteiro ao seu dispor, e a expansão simultânea do comércio e dos investimentos internacionais dá bem a medida do entusiasmo que teve em capturá-lo” (HOBBSAWM, 2014a, p. 67).

Ao minar a forma privada de produção enquanto preserva a forma privada de apropriação da riqueza nas mãos dos detentores dos instrumentos de trabalho, as relações sociais capitalistas se constituíram de maneira essencialmente contraditória. Embora inaugure as condições objetivas para uma abundância material que poderia satisfazer as necessidades

humanas, superando uma longa trajetória de luta pela sobrevivência, a produção capitalista na verdade acirra a competição: entre burgueses e proletários, pelas jornadas, pelo ritmo da produção, pelos frutos do trabalho; entre proletários, pelas vagas de emprego, promoções; entre burgueses, pelos mercados locais, nacionais e mundiais.

Em *O Capital*, Marx (2013; 2014; 2017) expõe os resultados de suas investigações sobre as leis gerais da acumulação de capital, de modo que aquelas tendências esboçadas no *Manifesto* são aprofundadas e acrescidas de análises mais amplas, especialmente no âmbito da teoria do valor-trabalho. Apenas o livro I, que trata do processo de produção, foi publicado em vida. Após a morte do autor, no ano de 1883, coube a Friedrich Engels, seu companheiro de longa data, o trabalho de reunir e editar os manuscritos que deram origem aos livros II e III, dedicados ao processo de circulação e ao processo global da produção capitalista, respectivamente. Essa grande obra compõe a crítica da economia política, a qual, de acordo com o autor, constituiria a anatomia da sociedade burguesa (MARX, 2008).

Como a forma mais elementar da riqueza nas sociedades capitalistas é a mercadoria, é por ela que Marx inicia sua exposição. É necessário abstrair o valor de uso e, portanto, os aspectos específicos da mercadoria para desvelar sua propriedade geral, isto é, a condição de produto do trabalho. O trabalho humano abstrato e socialmente necessário é, assim, a substância formadora de valor. Todavia, importa ressaltar que “nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas forças da natureza. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material” (MARX, 2013, p. 167). Essa observação é fundamental para que não se perca de vista, como é muito comum, a dimensão geográfica do capital. Ainda que, nesse momento da análise, as atenções de Marx estejam mais voltadas para as categorias econômicas, o autor não concebe o processo de produção de mercadorias como algo isolado da natureza. Ao contrário. A criação de riqueza material pelo trabalho está acoplada à natureza e a transformação da natureza em riqueza material depende do trabalho. De acordo com o Marx, “o trabalho é o pai da riqueza material (...) e a terra é a mãe” (MARX, 2013, p. 167).

Outra reflexão apresentada em *O Capital* – e pouco explorada no âmbito do marxismo – diz respeito ao papel da relação entre diferentes comunidades e povos para a consolidação da forma mercadoria. Conforme afirma Marx, “a troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam: no ponto de seu contato com comunidades estrangeiras ou com membros de comunidades estrangeiras” (MARX, 2013, p. 223). Inicialmente, esse comércio é incipiente. Porém, paulatinamente, a necessidade de objetos estrangeiros se amplia, tornando regular essa modalidade de troca. Deste modo, parte da produção passa a ser intencionalmente

voltada para a o comércio, confirmando o processo de separação entre valor de uso e valor de troca.

Além disso, o valor como determinada quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário para a produção de mercadorias só pode se expressar plenamente no mercado mundial – onde precisa se desvencilhar de suas formas e mediações locais. Assim, “no comércio mundial, as mercadorias desdobram seu valor universalmente. Por isso, sua figura de valor autônoma as confronta, aqui, como dinheiro mundial” (MARX, 2013, p. 284). A importância do mercado mundial no pensamento marxiano faz que ele assuma o *status* de pressuposto para o advento do capital, inaugurando sua história moderna no século XVI. Aprofundando o tema no livro II de sua obra magna, Marx esclarece que “para que o capital possa se formar e se apoderar da produção, pressupõe-se certo grau de desenvolvimento do comércio e, portanto, também da circulação e da produção de mercadorias” (MARX, 2014, p. 124).

Por outro lado, a generalização da forma mercadoria na sociedade pressupõe que a produção se estabeleça sobre a base capitalista. A circulação simples de mercadorias (M–D–M, ou seja, vender para comprar) tem como finalidade a satisfação de determinada necessidade material ou imaterial que encerra o movimento mediante o consumo. Já a circulação de dinheiro como capital (D–M–D, ou seja, comprar para vender) tem “um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido” (MARX, 2013, p. 296). Identificar essa tendência intrínseca do capital, como se sabe, é condição *sine qua non* de qualquer tentativa de analisar seu desenvolvimento histórico e geográfico.⁴

A lei do valor não poderia surgir sem o amadurecimento do processo de circulação. Entretanto, a circulação, em si mesma, não cria valor novo. Logo, para Marx, “está claro que a soma do valor em circulação não pode ser aumentada por nenhuma mudança em sua distribuição”, pois “a circulação ou a troca de mercadorias não cria valor nenhum” (MARX, 2013, p. 308). Isto posto, é necessário trazer à tona uma mercadoria que gera mais-valor ao ser consumida de maneira produtiva. A única mercadoria que possui tal propriedade é a força de trabalho. Não há relações capitalistas sem a oferta de força de trabalho livre e disponível no mercado. Em outras palavras, o capital pressupõe a existência de uma massa de

⁴ Relacionando a questão dos elementos formadores originais da riqueza com o caráter desmedido do expansionismo capitalista, Marx argumenta que “o capital, ao incorporar os dois formadores originais da riqueza, a força de trabalho e a terra, adquire uma força expansiva que lhe permite estender os elementos de sua acumulação além dos limites aparentemente fixados por sua própria grandeza, limites estabelecidos pelo valor e pela massa dos meios de produção já produzidos, nos quais o capital tem sua existência” (MARX, 2013, p. 826).

trabalhadores expropriados que dependam da venda da sua força de trabalho como mercadoria para sobreviver. A determinação do valor da força de trabalho depende de elementos históricos e morais. Além disso, a quantidade média de meios de subsistência necessários aos trabalhadores varia entre os países.

A expansão capitalista arrasta os diversos povos para o mercado mundial, subordinando diferentes formações sociais e fazendo do comércio exterior o eixo de suas economias. Em situações emblemáticas, como na produção de algodão nos estados do sul dos Estados Unidos, no início do século XIX, uma brutal ampliação da escravidão acompanhou o crescimento da moderna indústria têxtil na Grã-Bretanha.⁵ Assim, mesmo onde o assalariamento não substituiu outras relações de trabalho, o “horror civilizado do sobretrabalho” (MARX, 2013, p. 395) passou a comandar a produção em nome do capital. O capitalismo não inventou a extração de mais-trabalho dos produtores imediatos, mas, onde estabeleceu o trabalho assalariado, fundiu o trabalho necessário e o trabalho excedente no espaço e no tempo, criando um novo mecanismo de exploração da classe trabalhadora no qual o “mais-trabalho e o trabalho necessário confundem-se um com o outro” (MARX, 2013, p. 396).⁶ A grande obra de Marx analisa duas formas de extração de mais-valor, considerando mais-valor absoluto aquele que é obtido mediante o prolongamento da jornada de trabalho e mais-valor relativo aquele que resulta da redução do tempo de trabalho necessário – aumentando proporcionalmente a outra parte da jornada, isto é, o trabalho excedente.

Embora o livro I de *O Capital* seja dedicado ao processo de produção, seu exame é indispensável para se pensar a respeito da concorrência internacional e suas consequências, pois os movimentos internos e externos dos capitais são indissociáveis. A análise da concorrência pressupõe, portanto, a apreensão da natureza interna do capital. A questão da produtividade ilustra bem essa relação, pois a elevação da força produtiva do trabalho propicia a redução do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de determinada

⁵ De acordo com Marx (2013, p. 629), “quando, em 1790, realizou-se nos Estados Unidos o primeiro censo de escravos, o número deles era de 697 mil; em 1861, eles chegavam a 4 milhões”. Em outra passagem, o autor afirma que “enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulsocpara a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo” (MARX, 2013, p. 1009).

⁶ No capítulo 17, que trata sobre a *Transformação do valor (ou preço) da força de trabalho em salário*, o autor retoma esta questão, demonstrando que “na corveia, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra se distinguem, de modo palpavelmente sensível, tanto no espaço como no tempo. No trabalho escravo, mesmo a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, ele trabalha, de fato, para si mesmo, aparece como trabalho para seu senhor. Todo seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago” (MARX, 2013, p. 745).

mercadoria, “de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso” (MARX, 2013, p. 484). A partir do avanço desigual das técnicas, “o capitalista que emprega o modo de produção aperfeiçoado é, portanto, capaz de apropriar-se de uma parte maior da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção” (MARX, 2013, p. 489).

Ao longo do texto, o autor expõe algumas reflexões geográficas que nem sempre são aprofundadas ou desenvolvidas, mas que merecem registro. Marx menciona aspectos como a possibilidade de extensão do âmbito espacial do trabalho a partir da cooperação, imperativa especialmente em grandes obras de “drenagem da terra, no represamento, na irrigação, na construção de canais, estradas, ferrovias etc.” (MARX, 2013, p. 501); a divisão entre campo e cidade como “base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias” (MARX, 2013, p. 530); a relação entre a densidade do povoamento de um país e a existência de infraestruturas de circulação de mercadorias, informações e pessoas – mais determinante que a própria quantidade de habitantes, de tal modo que uma nação com “povoamento relativamente esparso, com meios de comunicação desenvolvidos, possui um povoamento mais denso do que um país mais povoado, porém com meios de comunicação pouco desenvolvidos” (MARX, 2013, p. 531). No livro III, ao analisar as contradições do sistema capitalista, Marx fez alusão à questão da escala, afirmando que “a produção capitalista tende constantemente a superar esses limites que lhes são iminentes, porém consegue isso apenas em virtude de meios que voltam a elevar diante dela esses mesmos limites, em escala ainda mais formidável” (MARX, 2017, p. 248-249).

Marx também faz comentários sobre a divisão territorial do trabalho, apontando que a indústria explora as particularidades de cada lugar e, assim, os diferentes ramos de produção são distribuídos em diferentes áreas. Essa divisão do trabalho dentro de cada país torna-se mais complexa à medida que se aprofunda a divisão do trabalho no âmbito global. Portanto, “a ampliação do mercado mundial e o sistema colonial, que integram as condições gerais de existência do período da manufatura, fornecem a este último um rico material para o desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade” (MARX, 2013, p. 532). Além disso, incluindo o processo de circulação na análise, é importante ter em vista que “como totalidade, o capital se encontra, então, simultaneamente e em justaposição espacial em suas diferentes fases” (MARX, 2014, p. 204).

Sobre a divisão internacional do trabalho, o autor identifica a relação entre o avanço da industrialização nos grandes centros e a geração de uma crescente superpopulação relativa, o que estimula as emigrações e, associado a isso, alimenta os projetos de dominação colonial

com vistas à obtenção de matérias-primas. Nesse sentido, Marx assinala a transformação de “uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial” (MARX, 2013, p. 638). As estratégias espaciais do capital em busca da exploração sem limites pressupõem uma mobilidade capaz de driblar as tentativas de regulamentação estabelecidas em determinados ramos produtivos ou territórios. De acordo com Marx (2013, p. 685), “o capital, tão logo seja submetido ao controle estatal em alguns pontos da periferia social, ressarce a si mesmo tanto mais desenfreadamente nos demais pontos”. Essa reflexão certamente permanece válida para se pensar o mundo atual.

O desenvolvimento capitalista ocorre às custas do esgotamento da força de trabalho. Essa é uma premissa bastante conhecida da obra de Marx. Há, contudo, outra dimensão do processo desenfreado de produção de riquezas que, mesmo não tendo sido ignorado pelo autor, é frequentemente esquecido tanto por seus críticos quanto por seus seguidores: a dimensão da natureza. Observando a devastação provocada pelo incremento da agricultura sob a égide do capital, Marx estava convencido de que “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2013, p. 703). O autor descarta o determinismo geográfico, ressaltando que “a excelência das condições naturais limita-se a fornecer a possibilidade, jamais a realidade do mais-trabalho, portanto, do mais-valor ou do mais-produto” (MARX, 2013, p.713). Marx assevera ainda que “tanto as forças produtivas historicamente desenvolvidas, sociais, quanto as forças produtivas do trabalho condicionadas pela natureza aparecem como forças produtivas do capital, ao qual o trabalho é incorporado” (MARX, 2013, p. 715).

O vigésimo capítulo do livro I de *O Capital* é voltado para a *Diversidade nacional dos salários*, tema de grande pertinência para o debate teórico sobre o imperialismo. Nesse capítulo, o autor apresenta valiosas contribuições a respeito da aplicação da lei do valor no mercado mundial. A primeira variável considerada nesse sentido é a intensidade média do trabalho – que pode ser diferente de acordo com o país. “Assim, comparado com o menos intensivo, o trabalho nacional mais intensivo produz, em tempo igual, mais valor, que se expressa em mais dinheiro” (MARX, 2013, p. 769). Entretanto, há outro elemento que torna ainda mais complexa a internacionalização da lei do valor: o “fato de, no mercado mundial, o trabalho nacional mais produtivo também contar como mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não se veja forçada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua

mercadoria a seu valor” (MARX, 2013, p. 769). Essa é uma das chaves para compreender as relações econômicas desiguais entre as nações a partir da teoria geral da acumulação.

Outra contribuição fundamental de Marx a esse respeito está relacionada ao problema da composição orgânica do capital. Em face da necessidade de expandir constantemente a produção e da concorrência entre si, os capitalistas precisam obter métodos para reduzir o tempo e o preço de produção das mercadorias. A única forma de alcançar esta meta específica é aumentando a produtividade social do trabalho, o que invariavelmente implica no decréscimo proporcional do capital variável em relação ao capital constante ao longo do tempo, isto é, no aumento da composição orgânica do capital.

Segundo Marx (2017, p. 167),

Assim, chamamos de capitais de alta composição aqueles que contêm percentualmente mais capital constante, ou seja, menos capital variável que o capital social médio. Inversamente, chamamos de capitais de baixa composição aqueles em que o capital constante ocupa um espaço relativamente menor e o capital variável um espaço relativamente maior que no capital social médio. Por último, denominamos capitais de composição média aqueles cuja composição coincide com a do capital social médio.

Em outras palavras, é cada vez maior a proporção de capital constante necessária para colocar a força de trabalho em movimento e extrair mais-valor em condições competitivas. Assim, “graças ao emprego crescente de maquinaria e de capital fixo em geral, o mesmo número de trabalhadores transforma em produtos uma quantidade maior de matérias-primas e materiais auxiliares no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho” (MARX, 2017, p. 214). As indústrias mais produtivas, isto é, que possuem maior composição orgânica do capital, apropriam-se de mais valor social, pois apresentam custos de produção inferiores a outras empresas. No mercado mundial, a remuneração do trabalho mais avançado é superior à remuneração do trabalho mais atrasado, reforçando a superioridade das economias que operam com mais capital e técnicas mais sofisticadas. Esse raciocínio é a base do principal mecanismo econômico do imperialismo, a transferência de valor (FURNO, 2022).

Assim como a análise da questão da composição orgânica do capital é um dos principais legados de Marx para se pensar as teorias sobre o imperialismo, as contribuições marxianas a respeito dos processos de concentração e centralização de capitais são igualmente relevantes (FERNANDES, 2022). A concentração, “que não é mais do que outra expressão para a reprodução em escala ampliada” (MARX, 2013, p. 853), pressupõe o crescimento quantitativo tanto dos meios de produção quanto da força de trabalho em atividade, ou seja, implica no aumento do volume do capital social. A centralização, ao contrário, “é possível por meio da mera alteração na distribuição de capitais já existentes” (MARX, 2013, p. 853), seja pela anexação de capitais menores por capitais maiores, seja pela fusão de capitais por meio

de sociedades por ações. A concorrência e o crédito são alavancas fundamentais para a centralização.

Discutindo o tema do crescimento demográfico, Marx refuta qualquer tipo de lei abstrata que desconsidere os aspectos históricos particulares próprios de cada modo de produção. Assim, o autor afirma que, no modo de produção capitalista, o excedente populacional decorre das oscilações na economia, isto é, das variações na produção industrial, que tende a absorver mais força de trabalho nos períodos de crescimento e, ao contrário, tende a reduzir drasticamente a demanda por trabalhadores nos momentos de crise e estagnação. Fica demonstrado, deste modo, o equívoco malthusiano de atribuir a formação de uma superpopulação ao mero crescimento absoluto da população trabalhadora, ignorando sua relação com as necessidades dos proprietários dos meios de produção em cada momento.

De acordo com os estudos que desenvolveu, ampliou e aprofundou, Marx explica que “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (MARX, 2013, p. 857). Embora seja supérflua em determinadas épocas do ciclo industrial, a superpopulação relativa funciona, ao mesmo tempo, como um ingrediente de acirramento da competição entre os próprios trabalhadores, alargando, conseqüentemente, as margens de manobra dos capitalistas no âmbito da assim chamada lei da oferta e da procura. Nesse sentido, qualquer movimentação em prol da unidade sindical entre empregados e desempregados é vista pela burguesia como uma violação dos princípios do livre mercado.

Segundo Marx (2013, p. 870)

Toda solidariedade entre os ocupados e os desocupados perturba, com efeito, a ação “livre” daquela lei [da oferta e da demanda]. Por outro lado, assim que, nas colônias, por exemplo, surgem circunstâncias adversas que impedem a criação do exército industrial de reserva e, com ele, a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista, o capital, juntamente com seu Sancho Pança dos lugares-comuns, rebela-se contra a lei “sagrada” da oferta e demanda e tenta dominá-la por meios coercitivos.

Ainda de acordo com Marx, enquanto o desvelamento do nexos interno entre a fome que atinge amplas camaradas operárias e o consumo extravagante dos ricos só é possível mediante o conhecimento das leis econômicas, o mesmo não ocorre quando se observa o espaço urbano. Nele, a aglomeração de trabalhadores é diretamente proporcional à concentração de meios de produção e, “portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis são para os trabalhadores as condições habitacionais” (MARX, 2013, p. 891). Como assinalou Harvey a esse respeito, “a acumulação do capital e a acumulação da

miséria andam juntas, concentradas no espaço” (HARVEY, 2013, p. 605). Marx também percebeu uma tendência que só viria a ser mais estudada cerca de um século depois, com o conceito de gentrificação (ALCÂNTARA, 2018). Nesse sentido, o autor associa as “melhorias” nas cidades não apenas ao progresso material acompanhado do alargamento de avenidas e da construção de grandes prédios comerciais, mas também à demolição de bairros proletários, expulsando os pobres para áreas cada vez mais precárias. Marx acrescenta que “as minas da miséria são exploradas por especuladores imobiliários com lucros maiores e custos menores do que jamais o foram as de Potosí” (MARX, 2013, p. 892).

No capítulo 24 de *O Capital*, intitulado *A assim chamada acumulação primitiva*, a dimensão espacial da propriedade aparece como um dos pilares da crítica ao ideário burguês. No âmbito da mitologia liberal, teria existido, em um passado distante, uma elite laboriosa e austera que, com seus próprios esforços, conseguiu acumular fortunas. Enquanto isso, o restante das pessoas seria formado por uma corja de indolentes e perdulários, marcados assim pelo pecado original da economia política e condenados, portanto, a viver da venda da única propriedade que lhes restou, isto é, a força de trabalho. Todavia, segundo Marx (2013, p. 960), “na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio”.

Para o autor, “a relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (MARX, 2013, p. 961). Adiante, depois de reafirmar o caráter brusco e violento pelo qual grandes massas foram espoliadas de seus meios de subsistência e lançadas no processo de proletarização, Marx acrescenta que “a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 2013, p. 963). O autor também chama atenção para o fato de que “o roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal” (MARX, 2013, p. 979), entre outros, compuseram o repertório de métodos de acumulação primitiva, conquistando o campo para a agricultura capitalista, incorporando o solo ao capital e gerando uma massa proletária disponível para a indústria urbana.

O processo de acumulação primitiva não se restringe aos territórios nacionais. Na verdade, as práticas colonialistas constituem momentos fundamentais nesse contexto. Assim, segundo Marx, a aurora do capitalismo distingue-se por ocorrências como a extração de metais preciosos na América, “o extermínio, a escravização e o soterramento da população

nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras...”, situações que desencadeiam uma “guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco” (MARX, 2013, p. 998). A esse respeito, é importante observar, como faz Moreira (2016), que a acumulação primitiva não acontece da mesma forma em todas as formações sociais, variando, portanto, no espaço e no tempo. Ademais, ela se reproduz com o desenvolvimento do capitalismo, de modo que sua ocorrência não se restringe ao passado.

Segundo Marx (2017, p. 245),

Esse divórcio entre as condições de trabalho, de um lado, e os produtores, de outro, é o que forma o conceito de capital; um divórcio que tem início com a acumulação primitiva (Livro I, capítulo 24) aparece em seguida como processo constante na acumulação e na concentração do capital e, por fim, se expressa aqui na centralização de capitais já existentes em poucas mãos e na descapitalização de muitos (fenômeno no qual se converte agora a expropriação).

Marx também aponta a importância do sistema colonial para a maturação do comércio e da navegação, bem como para a garantia de monopólios e mercados de escoamento às indústrias em ascensão. De acordo com o autor, “os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital” (MARX, 2013, p. 1001). Nesse mesmo contexto, Marx assinala que “sistema colonial, dívidas públicas, impostos escorchantes, protecionismo, guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito cresceram gigantesco durante a infância da grande indústria” (MARX, 2013, p. 1006-1007).

Analisando o movimento histórico que começa com a expropriação dos trabalhadores, se desenvolve e amadurece a partir do processo de centralização do capital, Marx estabelece dois postulados basilares. Primeiro, o caráter internacional do regime capitalista, fundado em aspectos como o aperfeiçoamento da “forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior” e o “entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial” (MARX, 2013, p. 1012). Segundo, os elementos para a superação da sociedade burguesa são fruto das suas próprias contradições, de modo que “a centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista” (MARX, 2013, p. 1013), estabelecendo as condições para a abolição da propriedade privada.

O vigésimo quinto e último capítulo do livro I de *O Capital* dedica-se à *teoria moderna da colonização*. Nele, Marx apresenta uma noção indispensável, que mais tarde seria incorporada e desenvolvida por Lenin com a categoria da formação econômico-social. Partindo da constatação de que a acumulação primitiva de capitais estaria mais ou menos

consumado na Europa ocidental, Marx afirma que, naquela região, o capitalismo “submeteu diretamente toda a produção nacional ou, onde as condições ainda não estão desenvolvidas, controla, ao menos indiretamente, as camadas sociais que, decadentes, pertencentes ao modo de produção antiquado, continuam a existir ao seu lado” (MARX, 2013, p. 1015)

No capítulo em tela, o autor ainda demonstra através da análise das condições econômicas das colônias europeias de sua época o que já havia demonstrado através da análise histórica. Conforme aponta Marx, nas colônias o capital se depara com produtores que, como donos das suas condições de trabalho, não estão à disposição para serem explorados por outrem. Os produtores diretos que detêm seus próprios meios de produção não têm porque enriquecer ninguém além de si mesmos com seu trabalho. Diante disso, os capitalistas passam a advogar por mecanismos artificiais que garantam a geração de pobreza e desigualdade, sem o que não é possível a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Segundo o autor, “o modo capitalista de produção e acumulação – e, portanto, a propriedade privada capitalista – exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador” (MARX, 2013, p. 1027).

Marx considerava a mobilidade do capital e da força de trabalho um mecanismo decisivo para o processo de acumulação. No seu livro III, o autor condiciona a equalização das taxas de lucro não apenas ao grau de desenvolvimento capitalista de cada país, mas também à possibilidade de deslocar o capital constante e o capital variável entre diferentes lugares e esferas da produção. Segundo Marx, a equalização será tanto mais rápida: “1) quanto mais móvel seja o capital, isto é, quanto mais fácil seja transferi-lo de uma esfera da produção a outra e de um lugar a outro; 2) quanto mais rapidamente se possa deslocar força de trabalho de uma esfera de produção a outra e de um ponto a outro” (MARX, 2017, p. 196). O autor argumenta que a comparação entre taxas de lucro nacionais deve ter como base categorias determinantes como a composição orgânica do capital, a taxa de mais-valor e a intensidade das jornadas de trabalho.

Vale lembrar que, para Marx, a taxa de lucro e a taxa de mais-valor são categorias distintas. “A taxa de mais-valor medida sobre o capital variável chama-se taxa de mais-valor; a taxa de mais-valor medida sobre o capital total chama-se taxa de lucro” (MARX, 2017, p. 61). De tal modo, ao se comparar diferentes taxas de lucro nacionais, admite-se que um país mais avançado tecnologicamente pode ter uma taxa de mais-valor superior e ainda assim ter taxas de lucro menores que um país mais atrasado. A existência de diferentes taxas de lucro entre os setores da produção, países ou regiões dá origem a uma constante disputa entre os capitalistas pelas condições econômicas mais vantajosas. A burguesia é sempre atraída pelas

possibilidades de obter lucros extraordinários (acima do lucro médio), “seja mediante um excesso excepcional de trabalho, seja mediante a redução do salário a um nível abaixo da média, ou ainda, em virtude de uma produtividade excepcional no trabalho empregado” (MARX, 2017, p. 197). Entretanto, no seu conjunto, isto é, enquanto classe, os capitalistas estão submetidos às contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Marx defende a lei da queda tendencial da taxa de lucro como uma parte fundamental da teoria geral da acumulação de capital.

O autor explica que,

Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente. (MARX, 2017, p. 214).

Não se trata de uma redução absoluta dos lucros ou do número de trabalhadores produtivos, que podem crescer e, geralmente, crescem. Trata-se de um decréscimo relativo dos lucros e do capital designado em força de trabalho em relação ao total dos capitais investidos, de tal sorte que “ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos” (MARX, 2017, p. 224). Portanto, ressaltar “a queda dos preços das mercadorias e o aumento da massa de lucro sobre a massa aumentada das mercadorias mais baratas não é mais que outra maneira de expressar a lei da taxa decrescente de lucro com uma massa de lucro simultaneamente crescente” (MARX, 2017, p. 230). Nos casos em que a queda na taxa de lucro não é compensada pela elevação de sua massa, ocorre a superacumulação de capital, fundamento das suas crises cíclicas. Tais crises alimentam os processos de concentração e centralização dos capitais, “porque para além de certos limites, um grande capital com uma taxa pequena de lucro acumula -se mais rapidamente do que um capital pequeno com uma grande taxa de lucro” (MARX, 2017, p. 249). A concentração crescente, por sua vez, provoca maior redução nas taxas de lucro, selando a sorte dos pequenos capitais fragmentários.

Todavia, sendo coerente com a lógica dialética que perpassa sua obra, no décimo quarto capítulo do livro III Marx passa à análise das contratendências relativas à lei que acabara de enunciar. Nesse capítulo, intitulado *Causas contra-arrestantes*, o autor elenca seis processos que podem contribuir para minimizar os efeitos da tendência à queda da taxa de lucro. Primeiro, o aumento do grau de exploração do trabalho, “especialmente por meio do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho” (MARX, 2017, p. 232); segundo, a compressão do salário abaixo do seu valor, que, apesar ser considerada uma

das causas mais importantes, não é desenvolvida no texto porque diz respeito à concorrência⁷; terceiro, o barateamento dos elementos do capital constante, devido ao fato de que “o mesmo desenvolvimento que incrementa a massa do capital constante em relação ao capital variável diminui, em consequência da força produtiva aumentada do trabalho, o valor de seus elementos (MARX, 2017, p. 235); quarto, a superpopulação relativa, cuja “gênese é inseparável do – e acelerada pelo – desenvolvimento da força produtiva do trabalho” (MARX, 2017, p. 236); quinto, o comércio exterior, ao qual voltaremos em seguida; sexto, o aumento do capital acionário, dado que “com o progresso da produção capitalista, que anda de mãos dadas com a aceleração da acumulação, uma parte do capital só pode ser calculada e empregada como capital portador de juros” (MARX, 2017, p. 239).

Considerando a relevância do comércio exterior diante dos objetivos da presente tese, importa registrar alguns breves comentários adicionais sobre o assunto. A importância do comércio exterior decorre do fato de que sua ampliação permite o incremento da escala da produção, bem como favorece o barateamento dos elementos do capital constante e dos meios de subsistência que podem baratear o capital variável. Além disso, o comércio exterior ajuda a elevar a taxa de lucro quando “compete-se com mercadorias produzidas por outros países, com menos facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países concorrentes” (MARX, 2017, p. 237). Em outra passagem, adotando uma perspectiva para além do comércio de mercadorias, Marx afirma que “se capital é mandado para o exterior, isso não ocorre por ser impossível ocupá-lo no interior, mas porque no exterior pode-se investi-lo com uma taxa de lucro mais alta” (MARX, 2017, p. 254).

O aprofundamento da reflexão acima e o exame de seus desdobramentos demandaria a análise mais detalhada da concorrência no mercado mundial. Porém, esse é um tema que não foi abarcado por Marx em *O Capital*. A esse respeito, cumpre observar que, de acordo com Netto (2020, p. 305-306), “está claro que já em 1857-1858 ele tinha em mente um esquema geral de exposição da sua crítica da economia política que, nos anos imediatamente seguintes, sofreu modificações”. Esse esquema original, ao qual Netto se refere, pode ser encontrado nos *Grundrisse*. Tanto no final da *Introdução* quanto no *Capítulo do Capital*⁸, Marx (2011)

⁷ No sexto capítulo do livro III, Marx adverte que, embora o sistema de crédito e a concorrência no mercado mundial constituam a base e a atmosfera vital da produção capitalista, a exposição dessas formas mais concretas requer a compreensão da natureza geral do capital. O autor esclarece que, “além disso, sua exposição se encontra fora do plano de nossa obra e pertence a sua eventual continuação” (MARX, 2017, p. 121)

⁸ No subitem sobre *O valor de troca emergindo da circulação, pressupondo-se à circulação, conservando-se e multiplicando-se nela pela mediação do trabalho*.

esboça roteiros de trabalho nos quais constam os temas que foram abordados em *O Capital*, mas também assuntos que jamais chegaram a ser efetivamente desenvolvidos. Entre esses assuntos, encontram-se o Estado e o mercado mundial. Não foi por acaso, portanto, que Lênin se dedicou tanto aos estudos sobre os instrumentos de poder de classe e as formas internacionais de dominação capitalista. Tratava-se de dar continuidade à análise da sociedade burguesa a partir do ponto até o qual Marx havia chegado.

1.2 A fundamentação da teoria do imperialismo em Lênin

Antes de se discutir as contribuições de Lênin para a análise do imperialismo, importa recuperar brevemente o debate a respeito de seu papel no desenvolvimento do marxismo, considerando que o tema é objeto de polêmica entre autores identificados com essa matriz teórica. Em linhas gerais, há aqueles que reivindicam o leninismo como expressão do avanço da teoria revolucionária diante da época imperialista e dos desafios do proletariado em sua luta pela tomada do poder; há, porém, aqueles que enxerguem na obra de Lênin graves limitações filosóficas, favorecendo leituras dogmáticas ao estilo dos manuais soviéticos e do que ficou conhecido como stalinismo.

De acordo com Netto (2015), no alvorecer do século XX, a Segunda Internacional foi assumindo uma concepção positivista de marxismo, cada vez mais adequada às práticas políticas da organização mais influente entre suas fileiras, o Partido Social Democrata Alemão. Conforme analisa o autor, “essa concepção compreendia a obra de Marx como uma *sociologia científica* que desvenda o mecanismo da *evolução social* a partir da *situação econômica*” (NETTO, 2015, p. 33). Todavia, a capitulação da II Internacional diante da Primeira Grande Guerra em 1914 anunciava a falência daquela associação socialista fundada no ano de 1889. Sua desmoralização se completou com a revolução bolchevique de 1917, abrindo o terreno para a crítica contundente daquele marxismo vulgar.

Tal crítica, contudo, teria um caráter episódico, pois estaria vinculada ao curto momento histórico situado entre o início da Primeira Guerra Mundial e o isolamento da Rússia socialista na década seguinte, bem como porque estaria mais voltada para as estratégias políticas específicas do que propriamente para o arcabouço teórico geral do marxismo da II Internacional. Assim, segundo Netto (2015, p. 37, grifo do autor), “*a ruptura com ele, no curto prazo, é mais uma ruptura política que a ultrapassagem do seu referencial*

teórico”. Para o autor, nesse ínterim surgiram reflexões críticas de maior fôlego, como a contribuição de Lukács (2012a), por exemplo. Entretanto, antes que os trabalhos nesse sentido pudessem se ampliar e se desenvolver, a “bolchevização” dos partidos comunistas promovida pela III Internacional a partir da segunda metade da década de 1920 teria sido responsável por constringer o debate marxista aos limites institucionais do Estado soviético.

Netto argumenta que a autocracia stalinista impôs administrativamente uma concepção de marxismo que buscava neutralizar os críticos em nome dos seus interesses político-ideológicos. Essa vulgarização do pensamento revolucionário pretenderia apoiar-se no legado de Lênin, mas, segundo o autor, “a ruptura que afasta Lênin da Segunda Internacional é sobretudo uma *ruptura política*” (NETTO, 2015, p. 42), não abarcando a teoria como um todo. Netto afirma ainda que “componentes filosóficos muito significativos da obra de Lênin são exemplos do molde de pensamento da Segunda Internacional” (NETTO, 2015, p. 42-43), pois teriam lhe faltado condições de aprofundar suas críticas. As conclusões acima conduzem este autor – assim como outros que compartilham de posições semelhantes – ao caminho de volta a Marx. Após a morte deste, em março de 1883, as interpretações de sua obra e de seu método no seio do movimento socialista teriam sido predominantemente limitadas, o que teria contribuído para a decadência teórica do proletariado e de suas expressões ideopolíticas.

Apesar da ruptura com os posicionamentos e estratégias políticas dominantes no interior Segunda Internacional, a revolução bolchevique e os esforços para a construção do socialismo no leste europeu não teriam constituído processos de superação teórica do marxismo vulgar. Nem mesmo a expressão mais avançada do pensamento revolucionário na Rússia, Vladimir Ilyich Ulianov, teria logrado ir além da estrutura filosófica erigida no âmbito da Internacional Socialista – fundada com o auxílio de ninguém menos que Friedrich Engels. Nesse sentido, Lênin seria uma referência central para se pensar sobre os desafios organizativos da classe trabalhadora, mas o desenvolvimento teórico com vistas ao adequado conhecimento da sociedade na perspectiva do movimento operário exigiria um retorno a Marx – postura criticada de maneira contundente por Losurdo (2004).⁹

Discordando das conclusões de José Paulo Netto, importa recuperar uma reflexão feita por um pensador que, depois de Marx, é a maior referência teórica para esse intelectual brasileiro: o filósofo húngaro György Lukács. Logo após a morte de Lênin, ele afirmou que “é

⁹ Segundo Losurdo (2004, p. 21), “Claramente, a fórmula do retorno a Marx é religiosa. Do mesmo modo que a primitiva comunidade cristã declarava o seu distanciamento em relação à revolução nacional judaica, contrapondo a ela Isafas e Jesus, assim determinados ‘comunistas’ contemporâneos proclamam o seu distanciamento em relação à experiência histórica iniciada com a Revolução de Outubro, contrapondo a ela Marx e eles próprios.

plenamente justificado falar do leninismo como uma nova fase da evolução do materialismo dialético” (LUKÁCS, 2012b, p. 100). Para o autor, “o leninismo significa um grau até então inalcançado de pensamento concreto, não esquemático, não mecânico, voltado inteiramente para a práxis” (LUKÁCS, 2012b, p. 101). Apesar da ênfase geralmente conferida à sua destreza política e sua habilidade prática, esses traços são extremamente insuficientes para caracterizar a importância de Lênin. De acordo com Lukács (2012b, p. 62), “não há uma única decisão prática em sua vida que não tenha sido consequência material e lógica de sua imaginação teórica”.

Para Lefebvre e Guterman (2018, p. 14), “Lênin não era um desses homens para os quais a ação se contrapõe ao pensamento, compensando a impotência da reflexão ou vinculando-se a ela só indiretamente, mediante laços artificiosos”. Nesse sentido, Lefebvre afirma que “Lênin partiu da obra inacabada de Marx e retomou-a no ponto exato em que Marx a deixara” (LEFEBVRE, 2020, p. 12). Para o autor, Lênin não apenas desenvolveu a teoria agrária contida em Marx como aprofundou a análise do capitalismo monopolista. Além disso, o mais destacado dirigente bolchevique foi responsável pela construção de uma teoria da ditadura do proletariado. Lefebvre acrescenta que “Lênin foi também um filósofo. E, em nossa opinião, o seu pensamento filosófico é o que nos dá o fio condutor que atravessa toda a obra e a torna compreensível” (LEFEBVRE, 2020, p. 16). Seguindo uma linha de raciocínio bastante semelhante, Ferreira afirma que Lênin “foi, provavelmente, o pensador que, após o desaparecimento de Marx e Engels — fundadores da tradição marxista —, mais contribuiu para o desenvolvimento da teoria e da prática revolucionárias até os nossos dias” (FERREIRA, 2020, p. 36).

Debatendo com algumas abordagens influentes que procuram novas formas de compreender as hierarquias interestatais no sistema capitalistas, Fernandes (2020) destaca a profundidade do pensamento de Lênin e defende a atualidade da sua teoria do imperialismo. Por outro lado, o autor se preocupa com a existência de releituras superficiais dos clássicos, além de uma certa estagnação teórica das discussões envolvendo os que reivindicam a validade da categoria de imperialismo no mundo de hoje. Assim, Fernandes (2020) demonstra que a contribuição de Lênin para a análise do fenômeno imperialista não se restringe ao seu famoso ensaio de divulgação ao público intitulado *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*.

Conforme o autor, “além de dominar o método marxiano-engelsiano, mesmo em sua juventude, Lênin já tinha amplos conhecimentos da crítica da economia política” (FERNANDES, 2020, p. 72). Esse fato foi corroborado pela sua extraordinária capacidade de

analisar a realidade russa à luz do conceito de formação econômico-social, já presente em textos de Marx e Engels. De acordo com Lênin trata-se de uma ferramenta essencial para “proceder da descrição dos fenômenos sociais (e sua avaliação do ponto de vista ideal) para uma análise estritamente científica” (LÊNIN, 2020, p. 73). Segundo Fernandes (2020, p. 72), “para ele, um dos fundamentos da crítica da economia política dos fundadores do marxismo é a análise articulada entre a estrutura econômica e a superestrutura, em especial a luta de classes”.

Polemizando com os intelectuais populistas em relação ao desenvolvimento econômico da Rússia, Lênin concluiu que já predominavam as relações capitalistas no país e, deste modo, relacionou o empobrecimento dos camponeses ao processo de industrialização e formação do proletariado. Nesse sentido, o líder bolchevique verificou que o capitalismo avançara sem ter abolido os resquícios das formações econômico-sociais anteriores. A partir deste entendimento, de acordo com Fernandes, Lênin aponta que “no interior de uma formação econômica-social contemporânea, os demais modos de produção se subordinam ao capitalismo, ou seja, as estruturas econômicas anteriores podem desaparecer ou permanecer gozando de uma relativa autonomia” (FERNANDES, 2020, p. 73). É muito pertinente, portanto, a avaliação de Netto segundo a qual no trabalho criativo de Lênin “o aparato metodológico não retorna, desse mergulho na particularidade, idêntico a si mesmo, mas se amplia e se enriquece com novas determinações” (NETTO, 1982, p. 21).

Partindo de uma sólida e rigorosa apropriação dos aportes de Marx e Engels, Lênin prosseguiu seus estudos e desenvolveu a reflexão sobre o caráter desigual do desenvolvimento capitalista. De acordo com um importante historiador húngaro, “aprendendo as lições da Primeira Guerra Mundial, Lênin expôs uma teoria da constituição hierárquica do sistema capitalista mundial, descrevendo a chamada lei do desenvolvimento desigual do capitalismo na era do imperialismo” (KRAUSZ, 2017, p. 529). Resumidamente, conforme explica Fernandes, essa lei significa que “as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas não avançam simultaneamente ao mesmo ritmo histórico” (FERNANDES, 2020, p. 74). A lei do desenvolvimento desigual ocupa um papel central na concepção de Lênin sobre a transição do capitalismo para o socialismo no século XX. Desenvolver essa análise foi fundamental para que, posteriormente, Lênin pudesse não apenas formular a estratégia política da revolução proletária em meio a uma guerra mundial como também colocar seu acúmulo intelectual a serviço da elaboração de uma teoria do imperialismo.

O famoso ensaio popular intitulado *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* é um marco incontornável neste debate. Apesar de ter sido escrito no exílio, em Zurique, e com

a preocupação de passar pela censura czarista na Rússia, onde o autor tinha a intenção de divulgar a obra, o texto de Lênin (2021) apresentou uma síntese extraordinária para se pensar o imperialismo a partir da articulação entre as dimensões econômica, política e espacial. O interesse pelo tema entre os intelectuais já vinha crescendo desde os estertores do século XIX, quando era notado um acirramento das tensões geopolíticas envolvendo as grandes potências neocolonialistas. Em 1902, Hobson (2005) publicou *Imperialismo: um estudo*, inaugurando discussões mais profundas. Oito anos depois era publicado *O capital financeiro*, de Hilferding (1985), em que o autor observou a tendência de fusão entre capital bancário e capital industrial. Outro importante trabalho foi divulgado em 1913 por Luxemburg (1970), o livro *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*, que suscitou intensos debates. Uma das mais destacadas reações ao texto de Rosa foi escrita pelo economista russo Bukharin (1984), o livro *A economia mundial e o imperialismo*, de 1915.

A Segunda Internacional, por sua vez, reafirmou inúmeras vezes os posicionamentos contrários às guerras imperialistas e ao colonialismo, desde a sua fundação, em 1889, até o Congresso de Basileia em 1912 – passando pelos Congressos de Londres em 1896, Stuttgart em 1907 e Copenhague em 1910, conforme explica Fernandes (2021). Mas a deliberação não era unânime. Pelo menos desde o Congresso de Stuttgart já cresciam no interior da Internacional Socialista teses que consideravam que certas políticas coloniais poderiam ter efeitos civilizatórios sobre as nações “atrasadas”, de modo que nem todo colonialismo deveria ser rechaçado pelos operários. Como afirma Braz (2011, p. 89), “o rumo que predominou na Segunda Internacional tendeu para um abandono da meta revolucionária por parte dos reformistas”.

Foi com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, no entanto, que o oportunismo dos setores majoritários nas direções e bancadas parlamentares dos partidos socialistas, incluindo o principal entre eles, o Partido Social-Democrata Alemão, veio à tona por completo. Na ocasião, esses “socialistas” atenderam ao chamado dos governos de seus respectivos países, concedendo seus votos a favor dos créditos de guerra, em “defesa da pátria”. Nesse contexto, no ano de 1915, em seu Prefácio à obra de Bukharin, Lênin lançava sua crítica mordaz contra os oportunistas: “São bem conhecidos esses ardentes - e quão ardentes! – internacionalistas e marxistas que saúdam toda manifestação de internacionalismo no campo inimigo, em toda parte, salvo em seus países e entre seus aliados” (LÊNIN, 1984, p. 13).

Lênin prosseguiu seus estudos nesse ambiente internacional de guerra e cisão no movimento operário, concluindo sua célebre brochura sobre o imperialismo no ano de 1916. Para o autor, a passagem do dito capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista no

final do século XIX acirrou as contradições entre as grandes potências, o que, associado ao desenvolvimento desigual entre as distintas formações econômico-sociais, converte os eventuais períodos de paz mundial em meros instantes de trégua, até que seja deflagrado o próximo conflito militar. Diante dessa tendência que, cedo ou tarde, conduz ao confronto armado, os trabalhadores não poderiam simplesmente optar entre a guerra e a paz. Não resta outra escolha a não ser em qual luta engajar-se: a luta entre as nações ou a luta entre as classes. Assim, “a guerra imperialista cria uma situação mundial em que o proletariado pode realmente se tornar o líder de todos os oprimidos e explorados e sua luta de libertação pode se converter no sinal e no guia para a libertação de todos os escravizados do capitalismo” (LUKÁCS, 2012, p. 68).

O proletariado nas grandes potências deveria se recusar a apontar suas armas contra os soldados que, apesar serem estrangeiros, são, antes de tudo, companheiros da mesma classe. Já que a guerra é um desdobramento das contradições objetivas do capital, o que a classe trabalhadora deve então fazer com as armas? Apontá-las contra os exploradores, transformando a guerra imperialista em guerra civil revolucionária. Em vez de dar seu sangue em nome das disputas entre as burguesias de diferentes nacionalidades pela ampliação de seus territórios econômicos, o proletariado deveria lutar pela sua própria emancipação. Ao mesmo tempo, nos países periféricos, caberia aos operários estarem na linha de frente das lutas dos povos oprimidos pela libertação nacional – bandeira esta que deveria ser apoiada pelos trabalhadores dos países centrais.

A principal inovação de Lênin não está exatamente na sua análise sobre a transição do capitalismo para era dos monopólios ou sobre a formação do capital financeiro. Esses fenômenos já tinham sido estudados anteriormente por outros pensadores, cujas contribuições inclusive foram extremamente relevantes nas suas pesquisas. O salto teórico do maior líder revolucionário do século XX consistiu justamente na capacidade de articular economia, política e espaço para ir além das discussões sobre as estratégias dos Estados nacionais e explicar o imperialismo como uma fase do capitalismo ao mesmo tempo em que aponta o papel do proletariado e o caráter da revolução nesse período.

Segundo Fernandes (2021, p. 18-19),

Em primeiro lugar, para Lênin, o imperialismo é um estágio específico do modo de produção capitalista, resultado de uma mudança substancial na sua estrutura organizacional; o estágio do capitalismo monopolista. Iniciado no último quartel do século XIX, o imperialismo se apresenta como consequência das tendências intrínsecas do processo de acumulação de capital – em que prevalecem a sua concentração e centralização – e das contradições que surgem da luta de classes no capitalismo, como analisou Marx. Portanto, o imperialismo é algo novo, não se confunde com os impérios antigos.

O autor destaca ainda a centralidade do capital financeiro nesse estágio monopolista, superando o papel desempenhado pelo capital industrial no período da dita livre concorrência. Indo além, Fernandes (2021) levanta mais quatro pontos que considera indispensáveis: a exportação de capital, a questão das guerras, o caráter progressivo do capital e as opressões nacionais. O autor argumenta que, no imperialismo, a exportação de capitais suplanta a importância da exportação de mercadorias, exacerbando a internacionalização da economia e, conseqüentemente, a rivalidade entre os Estados-nacionais. A reprodução dessa dinâmica amplia as tensões militares entre as maiores potências capitalistas no plano internacional e, ao mesmo tempo, aprofunda a desigualdade entre as nações.

Na mesma linha, segundo Furno (2022, p. 53),

Ao referir-se à política colonial da época do imperialismo, Lênin afirma que o capital financeiro e a política internacional a ele correspondente se traduzem na luta das grandes potências pela partilha do mundo em busca de lucros, e, quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais sensível se torna a falta de matérias-primas e mais dura a concorrência.

Com relação às guerras, Lênin se opõe às expectativas de paz duradoura, pois, embora possa haver épocas de relativa estabilidade e colaboração, os conflitos globais são inerentes ao capitalismo. Como explica Osório (2018, p. 70), “em sua perspectiva totalizante o capitalismo monopolista gera impactos distintos na economia mundial, gerando polos desiguais de desenvolvimento”. A própria exportação de capital tende a acelerar o crescimento nas áreas para as quais os investimentos são destinados, de modo que “o desenvolvimento desigual provoca mudanças na correlação de forças entre as nações, com a tendência de erosão do poder do centro em relação a novos núcleos de poder com maior dinamismo econômico” (FERNANDES, 2021, p. 19-20). Ou seja, o sistema internacional é intrinsecamente instável.

Sobre a progressividade do capital, Fernandes (2021) lembra que, desde a sua juventude, Lênin já ressaltava que a finalidade dos investimentos era a valorização do capital. O consumo está submetido ao processo de acumulação, portanto, a necessidade de novos mercados não é determinada por dificuldades de realização do mais-valor e o imperialismo não decorre apenas da queda tendencial da taxa de lucro. Assim, “não há limite estrutural que leve à estagnação da economia. Sendo progressivo, os limites do capital só se encontram em si mesmo” (FERNANDES, 2021, p. 20). Osório apresenta um entendimento semelhante sobre essa questão, pois, de acordo com sua leitura de Lênin, “a putrefação do capitalismo não decorre de sua inviabilidade econômica, mas da sua incapacidade inerente de estipular limites

à reprodução ampliada do capital e, com isso, atenuar seus efeitos deletérios” (OSÓRIO, 2018, p. 70).

Fernandes (2021) avalia também que a atenção dada por Lênin à questão da opressão nacional foi decisiva para o sucesso de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Para o autor, “o movimento revolucionário deveria atentar para a luta pela descolonização” (FERNANDES, 2021, p. 21), ligando a luta de classes à luta anti-imperialista de libertação nacional e conectando o proletariado dos países centrais aos povos oprimidos de todas as partes do mundo. O imperialismo intensifica os processos de violação da soberania e da independência nacional, portanto a autodeterminação dos povos se converte em uma pauta revolucionária de grande importância na perspectiva do internacionalismo proletário. Na avaliação de Prashad (2020, p. 3), “o grande avanço de Lênin sobre o marxismo da Segunda Internacional é esclarecido pela centralidade que ele colocou na libertação nacional anticolonial, nas lutas das nacionalidades oprimidas pelas botas do imperialismo”.

Na época em que o clássico ensaio popular de Lênin foi escrito, as ferrovias eram as principais artérias pelas quais fluíam as riquezas produzidas pela classe trabalhadora. Referindo-se a essa infraestrutura tão fundamental para a circulação de capital no início do século XX, Lênin afirma que “os fios capitalistas, milhares de redes mediante as quais esses empreendimentos estão conectados à propriedade privada dos meios de produção em geral, converteram essa construção em instrumento de opressão de bilhões de pessoas” (LÊNIN, 2021, p. 32). O imperialismo impregnou o espaço mundial com sua lógica, constituindo uma nova geografia da acumulação de capital. Nesse sentido, segundo o autor, “o capitalismo transformou-se num sistema mundial de opressão colonial e sufocamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países avançados” (LÊNIN, 2021, p. 32-33).

Segundo Lênin, os germes dos monopólios foram formados justamente no auge da livre concorrência, isto é, entre as décadas de 1860 e 1870. A partir da crise de 1873, abriu-se um longo processo de desenvolvimento dos cartéis. No entanto, apenas entre a retomada do crescimento econômico no final do século XIX e a crise de 1900-1903 os cartéis se consolidaram, lançando as bases do imperialismo. Apesar da crença dos ideólogos burgueses no livre mercado, o prognóstico de Marx sobre o processo de concentração de capital foi confirmado pelos acontecimentos históricos. Como afirma o revolucionário russo, Marx demonstrou que “a livre concorrência engendra a concentração da produção, e essa concentração, em um determinado patamar de seu desenvolvimento, conduz ao monopólio” (LÊNIN, 2021, p. 46).

O processo de concentração de capitais abarca diversos ramos da economia, inclusive em um setor que passa a desempenhar um papel central nessa etapa do capitalismo: os bancos e instituições afins. Reunindo em seus cofres valores cada vez maiores, os bancos adquirem, sobretudo por meio do controle sobre o acesso ao crédito, a crescente capacidade de ditar os rumos do setor produtivo. Com a fusão entre capital bancário e capital industrial, surge então o capital financeiro, que passa predominar sobre as demais formas. Conforme assinala Lênin (2021, p. 74), “assim, o século XX é o ponto de inflexão do velho para o novo capitalismo, do domínio do capital em geral para o domínio do capital financeiro”.

Antes de avançar na discussão sobre o surgimento de uma oligarquia financeira que assume um poder econômico e político monumental sobre a sociedade, Lênin reafirma o significado do capital financeiro. Segundo o fundador do Estado Soviético, “concentração da produção, monopólios que dela resultam, fusão ou junção dos bancos com a indústria: essa é a história do surgimento do capital financeiro e do conteúdo desse conceito” (LÊNIN, 2021, p. 77). Os monopólios e o capital financeiro se tornam os principais fundamentos da produção generalizada de mercadorias no mundo, submetendo toda uma vasta rede de relações sociais ao seu desígnio. De acordo com Lênin (2021, p. 88), “o monopólio, uma vez que foi constituído e controla bilhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’.”

Enquanto o capitalismo retoma, em um patamar superior, o caráter usurário presente na sua mais remota origem, as condições de existência da propriedade privada burguesa estão relacionadas, cada vez mais, à posse e ao controle sobre volumes de dinheiro antes inimagináveis. Nesse contexto, não restam dúvidas ao líder da revolução bolchevique de que “o predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital denota uma posição dominante do rentista e da oligarquia financeira, significa o destacamento de poucos Estados detentores de ‘potência’ financeira em relação a todos os demais” (LÊNIN, 2021, p. 90).

Outro aspecto basilar do imperialismo diz respeito à exportação de capital, já mencionada anteriormente. Se em seu estágio de livre concorrência a exportação de mercadorias era a mais emblemática, no estágio monopolista a exportação de capital é a que adquire maior destaque. Os lucros aferidos pelas grandes associações de monopólios sediados nos países de capitalismo mais avançado geraram extraordinários excedentes de capital. Ao mesmo tempo, nos ditos países atrasados, havia escassez de capital, além de matérias-primas, terras e força de trabalho mais baratas. Por conseguinte, Lênin conclui que “em alguns países,

o capitalismo ‘amadureceu demais’, e o capital (nas condições do insuficiente desenvolvimento da agricultura e da miséria das massas) carece de campo para a sua colocação ‘lucrativa’” (LÊNIN, 2021, p. 95) – daí a necessidade de se exportar capitais. Entretanto, longe de haver qualquer ruptura mecânica entre a exportação de mercadoria e a exportação de capital, a consolidação desta funciona como alavanca que incita aquela. Assim, como afirma o pai da Terceira Internacional, “os países exportadores de capital dividiram o mundo entre si, no sentido figurado da palavra” (LÊNIN, 2021, p. 99).

A partilha do mundo conduzida pelo capital financeiro, no entanto, foi mais literal e direta. De acordo com um ilustre historiador britânico, “entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados” (HOBSBAWM, 2014b, p. 97). Todavia, Lênin ressalta que “não é por conta de sua particular maldade que os capitalistas dividem o mundo, mas porque o patamar de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obter lucros” (LÊNIN, 2021, p. 109). Tal partilha expressa um certo momento da correlação de forças, determinada sobretudo pela grandeza dos capitais, pelo processo de desenvolvimento econômico e pelo seu entrelaçamento com o poder militar. Com efeito, o autor conecta a partilha de mercados entre as associações capitalistas com a partilha de territórios e disputas por colônias entre Estados nacionais e suas respectivas alianças. Ou seja, na geografia do imperialismo, não se pode dissociar a divisão política do mundo de sua divisão econômica.

Segundo Lênin (2021, p. 120),

Em se tratando da política colonial da época do imperialismo capitalista, é fundamental notar que o capital financeiro e sua política internacional correspondente, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, criam um sem-número de formas transitórias de dependência estatal. Para essa época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as diversas formas de países dependentes que, politicamente, formalmente, são independentes, mas, na prática, estão emaranhados nas teias da “dependência” financeira e diplomática.

Partindo para um esforço de síntese, Lênin (2021) levanta os traços fundamentais do imperialismo – ressaltando o caráter condicional e relativo de qualquer definição geral sobre um fenômeno tão complexo. Para o autor, há pelo menos cinco aspectos a serem considerados: 1) a concentração do capital atinge um nível tão alto que suscita a formação dos monopólios, os quais passam, por sua vez, a determinar a dinâmica da economia mundial; 2) a fusão entre capital bancário e capital industrial dá origem ao capital financeiro e, conseqüentemente, a uma poderosa oligarquia financeira; 3) a exportação de capital se superpõe à exportação de mercadorias; 4) formam-se associações monopolistas internacionais

que dividem os mercados entre si; 5) Conclui-se a partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas.

Portanto, de acordo com Lênin (2021, p. 123),

O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que se formou a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capital, deu-se início à partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os grandes países capitalistas.

O caráter dialético da teoria de Lênin do imperialismo fica evidenciado em diversos pontos, entre os quais podem ser destacados três: primeiro, que a livre concorrência conduz ao monopólio, negando a forma inicial de relação entre os capitalistas e transformando-se no seu contrário; segundo, que em um determinado momento do movimento de concentração de capital, a quantidade se converte em qualidade, isto é, o patamar de concentração atinge patamares tão elevados que alteram o próprio padrão de acumulação de capital; terceiro, o monopólio prepara a transição do capitalismo para uma nova forma de sociedade, gestada a partir da contradição entre níveis inéditos de socialização da produção e de acumulação privada de riquezas.

Antes que ocorra essa transição, que só pode ser concretizada via revolução proletária, campeiam o parasitismo e a decomposição do capitalismo. Embora os cartéis não possam eliminar total e permanentemente a concorrência no mercado mundial – mantendo a necessidade de aperfeiçoamentos técnicos para reduzir os custos de produção e ampliar a lucratividade –, eles inauguram uma tendência à estagnação que consegue se impor por alguns períodos em certos ramos e países. Além disso, a subordinação da esmagadora maioria da humanidade ao capital financeiro drena parcelas significativas das riquezas produzidas pelos trabalhadores em favor da opulência de um reduzido número de indivíduos pertencentes às classes dominantes. Conforme aponta Lênin (2021, p. 133), “o mundo ficou dividido em um punhado de Estados usurários e uma maioria gigantesca de Estados devedores”.

O proletariado não fica imune à degeneração acelerada da sociedade capitalista. Os superlucros monopolistas, concentrados em poucos países abastados, criam as condições econômicas para expandir a cooptação de camadas superiores da classe trabalhadora, estimulando lideranças e correntes oportunistas no seio do movimento operário. Segundo Lênin (2021, p. 139), “o imperialismo tem tendência a formar categorias privilegiadas também entre os operários, e a destacá-las das amplas massas do proletariado”. Assim como a oligarquia financeira se destaca em relação ao conjunto da burguesia, a aristocracia operária se destaca do conjunto do proletariado. Compradas pelos patrões, essas camadas proletárias elitizadas tenderiam a apoiar a política burguesa junto aos movimentos da classe trabalhadora

para conservar seus privilégios e gerir a integração subalterna do operariado no sistema (HOBSBAWM, 2015).

Com os fluxos migratórios internacionais, esse fenômeno se entrelaça com a discriminação de trabalhadores que deixam países nos quais predominam os baixos salários e os altos índices de desemprego para disputar postos de trabalho precário que eventualmente possam sobrar nos países centrais do imperialismo. A penetração da ideologia do imperialismo na classe operária dos países desenvolvidos engendra ainda uma espécie de social-imperialismo, ou seja, um movimento socialista no discurso, mas imperialista nas ações. Um dos maiores exemplos nesse sentido, no início do século XX, foi o famigerado Partido Socialdemocrata da Alemanha. O social-imperialismo implica em práticas como a adesão à guerra imperialista em nome da “defesa da nação” e o apoio ao colonialismo em nome da “civilização” e do “progresso”.

Além disso, Lênin afirma que

as dimensões gigantescas do capital financeiro, concentrado em poucas mãos, criando uma rede extraordinariamente vasta e densa de relações e conexões e subordinando as massas não só dos pequenos e médios, mas também dos mais insignificantes capitalistas e empresários, por um lado, e, por outro, a exacerbação da luta contra outros grupos nacionais-estatais de financistas pela partilha do mundo e pelo domínio sobre outros países, tudo isso origina a transição indiscriminada de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo. (LÊNIN, 2021, p. 142)

Segundo o autor, é absolutamente inconcebível que a correlação de forças entre as potências imperialistas permaneça inalterada ao longo de uma ou duas décadas. Logo, as coalizões imperialistas, quando se formam, não significam nada além do que meros armistícios mais ou menos efêmeros entre a última e a próxima guerra. A existência de alianças pacíficas apenas altera temporariamente a forma de luta entre as grandes potências imperialistas, mas as bases econômicas e políticas dessa luta permanece, tornando inócua qualquer expectativa de estabilidade mundial e paz duradoura sob a égide do imperialismo. De acordo com Lênin (2021, p. 154), “o imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, os quais carregam para todo lado aspirações de dominação, não de liberdade”. Assim sendo, tende se fortalecer o reacionarismo por todo o lado, independentemente do regime político de cada país, bem como se intensificar as opressões nacionais e violações de soberania contra as nações periféricas.

Mas o imperialismo também representa o amadurecimento das condições para a própria superação do capitalismo. A propriedade privada, agora, não passa de um invólucro que não corresponde mais ao seu conteúdo e precisa, portanto, ser rompido. Assim sendo, Lênin ressalta que, “de tudo o que foi dito anteriormente sobre a essência econômica do

imperialismo, deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante” (LÊNIN, 2021, p. 163). A transição do capitalismo para uma forma superior de sociedade, no entanto, passa pela luta de classes. Ou seja, o proletariado organizado tem a difícil tarefa de derrotar, ao mesmo tempo, a grande burguesia e o oportunismo no interior do próprio movimento operário para dar início à transição para um novo modo de produção.

1.3 A controvérsia do imperialismo no século XXI

Apesar do grande poder das empresas transnacionais, das desigualdades abissais e das tensões militares existentes em diversos pontos do planeta, o imperialismo está longe de ser uma categoria unânime para se pensar os múltiplos conflitos do mundo contemporâneo. Korybko (2018), por exemplo, prefere trabalhar com o conceito de guerra híbrida. Segundo o autor, está em voga uma nova estratégia dos EUA para interferir politicamente em países cujos governos não estão alinhados aos seus interesses. Trata-se de uma investida indireta que visa a troca de regime, combinando revoluções coloridas e guerras não convencionais. Essa formulação, cunhada a partir do estudo das recentes crises na Síria e na Ucrânia, ressalta o papel do Ocidente e, em particular, dos Estados Unidos da América por detrás das ondas de desestabilização que atingiram áreas de grande interesse geopolítico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Conforme afirma Korybko (2018, p. 99-100),

Campanhas de projeção da informação eficiente e a construção de redes sociais por um determinado período podem provocar a fabricação de uma mente de colmeia coletiva de ativistas contra o governo. Esses indivíduos podem ser então guiados, pelos ensinamentos de Gene Sharp, em enxames estratégicos que atuam para sufocar as autoridades e pode dar início a um golpe brando. Se a revolução colorida fracassa em derrubar o governo, ocorre a transição para a guerra não convencional, na qual a infraestrutura social da revolução colorida torna-se o alicerce da campanha violenta travada pelo movimento contra o governo. É nessa altura que o golpe rígido tem início e todos os elementos do Estado são lançados ao caos estrategicamente concebido.

Para este analista estadunidense radicado na Rússia, o conceito de guerra híbrida pode ser estendido à reflexão sobre o golpe institucional desferido contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, no Brasil (LUCENA, 2018). Entretanto, o raciocínio que conduz a tais conclusões desconsidera alguns pontos importantes. Evidentemente, existem elementos

comuns entre a dita Primavera Árabe, deflagrada no final de 2010, a convulsão social brasileira entre 2013 e 2016 e o movimento *Euromaidan*, iniciado em 2013 na Ucrânia. Porém, também há especificidades entre os eventos ocorridos no Norte da África, na América Latina e no Leste Europeu, especificidades que são completamente omitidas ou subestimadas. No caso da América Latina, é fundamental discutir as contradições políticas do “progressismo” que ascendeu na região na virada dos anos 1990 para os anos 2000. Como explica Blyth (2017), quando seguem a lógica da austeridade, os governos diferentes matizes ideológicas e partidárias acabam frustrando a maioria dos eleitores e deixando abertas as portas pelas quais a extrema-direita pode entrar.¹⁰

Adicionalmente, movimentos realizados na mesma época, como os *Indignados* na Espanha, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e a Revolta dos Pinguins no Chile são convenientemente ignorados. Além disso, toda ênfase de Korybko recai sobre os conflitos de interesses entre os Estados nacionais, alimentando ideias conspiracionistas e ocultando o fato de que tais Estados e seus respectivos governos não representam uma vontade homogênea de suas populações. Como aponta Manoel (2023, p. 68), “a dinâmica interna de um país é pensada sem contradições, antagonismos, disputas. É apenas a tela de ação planejada, totalmente coerente e mecânica, dos agentes da ‘guerra híbrida’”.

Mesmo no terreno do marxismo há autores que gozam de grande reconhecimento no meio acadêmico e consideram o imperialismo como um conceito ultrapassado e estreito, incapaz de abarcar a complexidade da nova geografia do capital, sobretudo a partir da década de 1970. Um dos principais teóricos que representam essa linha de pensamento é o ilustre geógrafo David Harvey. De acordo com o autor, sua crítica ao conceito de imperialismo é inseparável da sua condição de geógrafo, pois, ao se investigar como e, sobretudo onde ocorrem os fluxos do capital, são desveladas relações que desafiam os lugares-comuns e, portanto, demandam instrumentos de análise mais complexos (HARVEY, 2021a).

Para Harvey (2016, p. 158), “inverteu-se a transferência de riquezas do Oriente para o Ocidente que prevaleceu por mais de dois séculos, e a Ásia Oriental em particular tornou-se uma potência na economia global”. Além do mais, os Estados Unidos são recordistas de exportações em certos gêneros agrícolas. Por outro lado, os chineses estão entre os maiores clientes da dívida estadunidense em todo o mundo. Portanto, além de demasiadamente simplista diante da atual realidade, olhar para o sistema internacional a partir das lentes do

¹⁰ No capítulo 3 será debatido como esse fenômeno ocorreu no segundo governo de Dilma Rousseff.

imperialismo poderia favorecer o equívoco de perceber apenas conflitos entre nações quando, verdade, trata-se de conflitos de classes (HARVEY, 2021a).

Inspirado em Arrighi (1983), o professor e pesquisador britânico tem defendido que, “na verdade, o que precisa ser feito é olhar para as hegemonias mutáveis [*shifting hegemones*] do poder político e econômico, que são instáveis e que estão sempre se transformando” (HARVEY, 2021a, p. 3). Giovanni Arrighi decompõe a longa duração do capitalismo histórico como sistema mundial em unidades de análise denominadas ciclos sistêmicos de acumulação, momentos do desenvolvimento capitalista que expressam diferentes estruturas e estratégias dos agentes governamentais e empresariais. Para o autor, existe um padrão de alternância entre épocas de expansão material e fases de expansão financeira que marcam, respectivamente, a ascensão e o declínio de quatro grandes ciclos sistêmicos de acumulação: o ciclo genovês, do século XV ao início do século XVII; o ciclo holandês, do final do século XVI até meados do século XVIII; o ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e o ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX.

Como explica o teórico italiano, trata-se de uma cadeia de séculos longos superpostos pois, “o agente e as estruturas de acumulação típicos de cada estágio ascenderam à proeminência na economia mundial capitalista durante a fase (MD’) de expansão financeira do estágio precedente” (ARRIGHI, 1996, p. 219). Em outras palavras, os ciclos de acumulação não começam e terminam de um dia para o outro. Antes da “crise terminal” de cada século longo, uma “crise sinalizadora” abre a fase de expansão financeira do regime de acumulação dominante e um novo regime começa a se desenvolver dentro do antigo. Ou seja, ocorre um período de transição relativamente extenso.

Segundo Arrighi, a crise sinalizadora do regime norte-americano ocorreu entre 1968 e 1973, manifestando-se em três esferas diferentes, porém estreitamente relacionadas. Do ponto de vista financeiro, na quebra do padrão monetário estabelecido em Bretton Woods – desde 1963 as reservas de ouro estadunidenses começavam a ficar aquém do que era devido a autoridades monetárias e governos estrangeiros até que, em 1971, no governo Nixon, o padrão dólar-ouro foi abandonado; do ponto de vista militar, nas dificuldades encontradas no Vietnã; e, do ponto de vista ideológico, no descrédito da cruzada anticomunista, tanto no plano doméstico quanto no plano internacional. Ao mesmo tempo, segundo o autor, observa-se que o desenvolvimento desigual entre o Norte e o Sul Global tornou-se menos relevante que a bifurcação entre as trajetórias da Ásia Oriental e do Sul da África – enquanto aquela região experimentou uma forte ascensão, esta se moveu na direção oposta. (ARRIGHI, 2011).

Harvey (2011b) considera que está em curso uma transição para uma nova estrutura hegemônica no capitalismo global, diante da qual as elites dirigentes dos Estados Unidos tendem a escolher o caminho da catástrofe em detrimento da administração pacífica de sua decadência tecnológica, moral e até mesmo militar. Ademais, cumpre observar que suas críticas à categoria imperialismo estão presentes ao longo de suas obras, desde as mais antigas até as mais recentes. No artigo intitulado *A Geografia da Acumulação Capitalista: uma reconstrução da teoria marxista*, publicado pela primeira vez em meados da década de 1970, o autor afirma que “em geral, o problema com a teoria marxista do imperialismo é que ela se tornou uma teoria ‘em si mesma’, divorciada da teoria da acumulação de capital de Marx” (HARVEY, 2006, p. 70). Nesse sentido, o geógrafo britânico argumenta que enquanto Marx teria elaborado uma teoria do modo de produção capitalista em estado “puro”, isto é, sem referência a contextos históricos determinados, as teorias do imperialismo partiram de situações históricas específicas e, portanto, só podem ser válidas para as realidades concretas sobre as quais tratavam. Consequentemente, essa literatura em geral destacaria um ou outro aspecto da teoria marxiana, evitando sua integralidade.

No livro *Os Limites do Capital*, o autor ressalta que Marx jamais elaborou uma teoria do imperialismo, embora tenha planejado escrever sobre o Estado, o comércio mundial e o mercado mundial – o que possivelmente o teria levado a encarar o tema. Sendo assim, os estudos sobre o imperialismo seriam marcados por uma falta de coerência com a teoria da acumulação. Para Harvey, as imagens dominantes dessa literatura substituem a linguagem de *O Capital*, de modo que a exploração de uma classe sobre a outra dá lugar à exploração das pessoas de um lugar pelas de outro. De acordo com o autor, “a luta de classes é resolvida na luta de formações sociais periféricas contra a fonte central de opressão” (HARVEY, 2013, p. 553). Assim, “portanto, a teoria da acumulação de Marx precisa ainda ser estendida para abarcar as diversas teorias daqueles que procuram representar a experiência histórica da exploração por meio do imperialismo” (HARVEY, 2013, p. 554).

Em *Espaços de Esperança*, Harvey reafirma sua compreensão asseverando que “as categorias marxistas tradicionais – imperialismo, colonialismo e neocolonialismo – parecem demasiado simplistas para capturar as complexidades da forma atual dos desenvolvimentos espaço-temporais desiguais” (HARVEY, 2009, p. 116). Importa frisar que, na mesma obra, o autor considera “relatos sobre como o capitalismo tem estruturado sua geografia” (HARVEY, 2009, p. 82) as contribuições de Lênin, Rosa Luxemburgo e Mao sobre a caracterização do imperialismo e das contradições da luta de classes. Textos sobre a acumulação em escala mundial (AMIN, 1974), o sistema mundial moderno (WALLERSTEIN, 1974), os ciclos

sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 1996), o subdesenvolvimento (FRANK, 1969; RODNEY, 1981), a troca desigual (EMMANUEL, 1972) e a teoria da dependência (CARDOSO; FALETO, 1975) são arrolados como relatos mais sintéticos que complementaram os pioneiros. A ausência dos principais autores da teoria marxista da dependência na lista de Harvey, especialmente Ruy Mauro Marini, é, no mínimo, intrigante.

Há cerca de vinte anos, o pensador britânico publicou o livro *O Novo Imperialismo*. Na época em que começava a guerra contra o Iraque, seu objetivo com o texto era “desvendar por sob o fluxo de superfície as correntes mais profundas da geografia histórica do mundo capazes de lançar alguma luz sobre o motivo de termos chegado a uma conjuntura tão perigosa e difícil” (HARVEY, 2005, p. 8). Apesar do título da obra, sua preocupação não era defender a atualidade do conceito de imperialismo, mas sim criticar a ideologia imperialista empregada pelo movimento neoconservador dos Estados Unidos para justificar suas estratégias globais de dominação – impulsionadas na ocasião pelo governo de George W. Bush.

Como explica Musse (2014, p. 64), “para Harvey, as crises advêm da dificuldade em absorver de forma lucrativa os excedentes de capital e são, portanto, ‘crises de sobreacumulação’”. As sucessivas crises de sobreacumulação verificadas na economia mundial a partir da década de 1970 vem impulsionando diversas estratégias para além reprodução expandida de capital. Portanto, “todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias” (HARVEY, 2005, p. 121). Assim sendo, o autor julga ser mais apropriado referir-se a esse processo como acumulação por espoliação, afastando possíveis interpretações de que se trata de um problema do passado e ressaltando sua centralidade hoje. Seja através de fraudes financeiras, privatizações, retirada de direitos da classe trabalhadora, apropriação de recursos naturais, dominação de territórios e outros métodos semelhantes, “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos a um custo muito baixo. O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, 2005, p. 124). O capital financeiro, o Estado e a ideologia neoliberal são os pilares que sustentam todas essas práticas.

Contudo, segundo um crítico digno de atenção,

Harvey está correto ao enfatizar a continuidade e importância crescente de velhas e novas formas de acumulação por espoliação, mas ele não reconhece que a transformação mais importante do imperialismo está em uma direção completamente diferente – na direção da transformação de seus próprios processos de extração de mais-valor pela globalização da produção orientada pela arbitragem

global do trabalho, um fenômeno que é inteiramente interno à relação capital-trabalho. (SMITH, 2021a, p. 6).

Smith (2022) argumenta que a globalização neoliberal representa uma nova etapa do imperialismo. Nessa etapa, tudo pode circular livremente pelo mundo, exceto a classe trabalhadora. Enquanto há liberalização dos fluxos de capitais e mercadorias, aumentam as restrições migratórias com a militarização das fronteiras, o endurecimento das legislações e os discursos xenófobos. As grandes empresas da Europa, da América do Norte e do Japão, no entanto, contam com enorme facilidade em explorar as significativas desigualdades salariais globais em benefício dos seus lucros, seja se aproveitando da força de trabalho de imigrantes ou, principalmente, deslocando a produção para países emergentes. Assim, ao longo da década de 1970, pela primeira vez os países mais desenvolvidos deixaram de abrigar a maior parte da força de trabalho industrial do mundo. Portanto, a essência econômica do imperialismo contemporâneo consistiria na “exploração dos trabalhadores do Sul pelos capitalistas do Norte” (SMITH, 2022, p. 48).

Tal análise vai ao encontro das reflexões de Harry Magdoff, que destaca três elementos inerentes à dinâmica imperialista do século XXI: a necessidade de conquistar novos mercados, a luta pelo controle de matérias-primas e a busca pelas oportunidades de exploração mais intensa nos países subdesenvolvidos. De acordo com o autor, com a elevação dos salários e a ampliação de direitos trabalhistas nos países em que o capitalismo se desenvolveu, os capitalistas tendem a deslocar parte de seus investimentos para lugares onde possam tirar vantagem de salários extremamente baixos. Além disso, tais investimentos podem criar condições para influenciar o funcionamento da economia e o próprio destino desses países dependentes. Ao mesmo tempo, há um impacto negativo na oferta de empregos nos países centrais (GUTMAN; MAGDOFF, 2003).

Voltando a Smith, o autor desenvolve uma importante releitura crítica de Marx, concluindo que sua teoria da acumulação visava “compreender a forma capitalista da relação do valor, a fim de descobrir a origem e a natureza da mais-valia, enquanto a tarefa diante de nós é compreender teoricamente seu estágio atual de desenvolvimento imperialista” (SMITH, 2022, p. 59). Destarte, Smith explica que se as extraordinárias diferenças salariais entre as nações e a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor foram abstraídas para a elaboração da teoria geral de Marx, a análise específica do imperialismo no século XXI exige o procedimento oposto, isto é, requer o exame minucioso nas variações da taxa de exploração no mundo e o aprimoramento da teoria da superexploração. Marx analisou detalhadamente a

mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, deixando de lado a possibilidade de aprofundar a crítica a respeito do processo de redução dos salários abaixo do seu valor.

Segundo Smith (2022, p. 61),

A análise empírica da globalização neoliberal revela que a arbitragem global do trabalho, decorrente do maior grau de exploração prevalecente em nações de baixos salários, é sua força motriz fundamental. A conclusão central de nossa revisão do Capital de Marx é que isso corresponde à terceira forma de aumento da mais-valia, cuja importância foi enfatizada por Marx, mas que ele excluiu de sua teoria geral. Esta é a única base sólida possível para um renascimento do marxismo em escala mundial.

Outra reflexão importante do autor diz respeito à polêmica sobre o conceito de produtividade. Conforme aponta Smith (2020), diversos pensadores marxistas que, assim como Callinicos (2009), negam ou omitem a importância do imperialismo e da teoria da dependência na atual realidade internacional partem da premissa de que, nos países mais desenvolvidos, a superioridade em termos de qualificação da força de trabalho e tecnologias industriais resultam em uma maior produção de valor. Por conseguinte, apesar de terem médias salariais mais elevadas, os operários do Norte global seriam mais explorados que seus companheiros de classe do Sul. A explicação para esse raciocínio seria que diferença entre trabalho necessário e trabalho excedente seria maior entre a classe trabalhadora das grandes potências capitalistas do que nas demais nações.

Entretanto, como afirma Smith (2020), a elevação na composição orgânica do capital proporciona o aumento da produtividade de valores de uso, mas não da massa total de valor de troca. Assim sendo, “a produtividade aparentemente maior dos trabalhadores nos ramos de produção intensiva em capital é uma ilusão criada pelas transferências de valor dos ramos de produção intensivos em mão de obra” (SMITH, 2020, p. 47). Portanto, de acordo com Smith (2016, p. 241, tradução nossa) “os lucros extraordinários dos capitalistas mais produtivos não derivam de seus próprios trabalhadores mais produtivos, mas da mais-valia extraída de trabalhadores empregados por capitais tecnologicamente atrasados”.¹¹ Por fim, o autor fornece um exemplo prático: “um metalúrgico operando maquinaria mais sofisticada tecnologicamente não produz mais valor de troca, simplesmente permite que seu empregador capitalista capture uma maior parcela dele” (SMITH, 2016, p. 241-242, tradução nossa).¹²

Harvey (2021b), por sua vez, apresenta questionamentos muito sólidos às formulações teóricas de John Smith. Para o experiente geógrafo, nos últimos tempos, o eixo econômico

¹¹ The more productive capitalists' extra profits derive not from their own more productive workers but from surplus labor extracted from workers employed by technologically deficient capitals.

¹² A steelworker operating more technologically sophisticated machinery does not produce more exchange value, s/he simply allows her/his capitalist employer to capture a larger share of it.

mundial deslocou-se do Ocidente para o Oriente. Juntos, China, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura representam um terço do PIB global, superando a América do Norte, que corresponde a um quarto. Chineses e japoneses são proprietários de importantes parcelas da dívida pública dos Estados Unidos. Além disso, desde o final do século passado, Japão, Coreia do Sul e Taiwan – em ordem cronológica – começaram a exportar capitais. Com o advento do século XXI, a China entrou definitivamente nesse jogo, inundando o mundo com diversos tipos de investimentos.

Com efeito, Harvey observa que

A sede por minerais e commodities agrícolas (a soja em particular) significa que as firmas chinesas também estão no centro de um extrativismo que está devastando as paisagens naturais ao redor do mundo (veja-se a América Latina). Uma olhada rápida na expropriação de terras ao longo da África mostra que companhias e fundos de investimento chineses estão bem na frente de qualquer um em suas aquisições. As duas maiores mineradoras operando no cinturão do cobre na Zâmbia são da Índia e da China. Assim, o que a rígida teoria do imperialismo defendida por John Smith tem a dizer sobretudo isso? (HARVEY, 2021b, p. 2-3)

A resposta de Smith (2021b) pode ser dividida em duas partes. Na primeira, o autor analisa o impacto dos fluxos financeiros sobre os chamados países em desenvolvimento, identificando perdas crescentes e de longo prazo através de transferências líquidas para os países desenvolvidos desde a década de 1980. Com base nas pesquisas que apreciou, Smith destaca que “a China é responsável por não menos do que dois terços do déficit das transferências de recursos de todas as ‘nações emergentes’ entre 1980 e 2012, 1.9 trilhões de dólares ao todo” (SMITH, 2021b, p. 3). Para além do saldo financeiro, o teórico citado alerta para a qualidade desses fluxos, pois “lucros repatriados aumentam inequivocamente a riqueza de corporações transnacionais (TNCs); os investimentos estrangeiros inequivocamente aumentam a porção da economia hospedeira que elas possuem e controlam” (SMITH, 2021b, p. 4). Adicionalmente, as subcontratações tendem a ocultar o papel da superexploração de força de trabalho em países como a China nas cadeias globais de valor que culminam nos lucros de grandes corporações como a Apple.

Todavia, na segunda parte de sua réplica, Smith admite que

A China é muito mais do que apenas uma “nação emergente” muito grande e de rápido crescimento. É um país que foi transformado por uma revolução socialista enorme (mais precisamente, a revolução de 1949 estabeleceu as condições necessárias para o avanço do socialismo – acabou com a dominação imperialista, latifundiários e capitalistas foram expropriados, seu Estado derrubado – mas seu avanço foi barrado pelas políticas sectárias e reacionárias de seus líderes estalinistas), e que agora está tentando uma transição de volta ao capitalismo. Apesar de visões bem difundidas dizendo o contrário, essa transição está longe de completa, e seu desfecho é incerto. O imperialismo está inscrito no DNA do capitalismo, e se a China embarcou no caminho capitalista, então embarcou também no caminho imperialista. (SMITH, 2021b, p. 12).

Essa e outras polêmicas que aqui foram apresentadas são uma amostra da complexidade que permeia as tentativas de analisar as contradições no sistema mundial de Estados a partir de um olhar da geografia econômica e do marxismo. David Harvey e John Smith são reconhecidos como referências fundamentais em diferentes campos de estudos, pois ambos têm se debruçado sobre o movimento do capital no espaço internacional e suas implicações para o equilíbrio de forças na arena geopolítica. Como partem de um mesmo referencial teórico, eles compartilham alguns pressupostos, como o caráter necessariamente desigual, hierárquico e conflituoso que o capitalismo imprime às relações entre Estados no cenário global. Contudo, quando se trata de explicar como essas contradições se manifestam, os autores fazem avaliações distintas. Enquanto Smith destaca o antagonismo entre o Norte e o Sul Global com base na estruturação das cadeias mundiais de valor, Harvey dá ênfase ao esgotamento da hegemonia dos Estados Unidos e aponta para o deslocamento do eixo da economia mundial para o continente asiático, com destaque para a China.

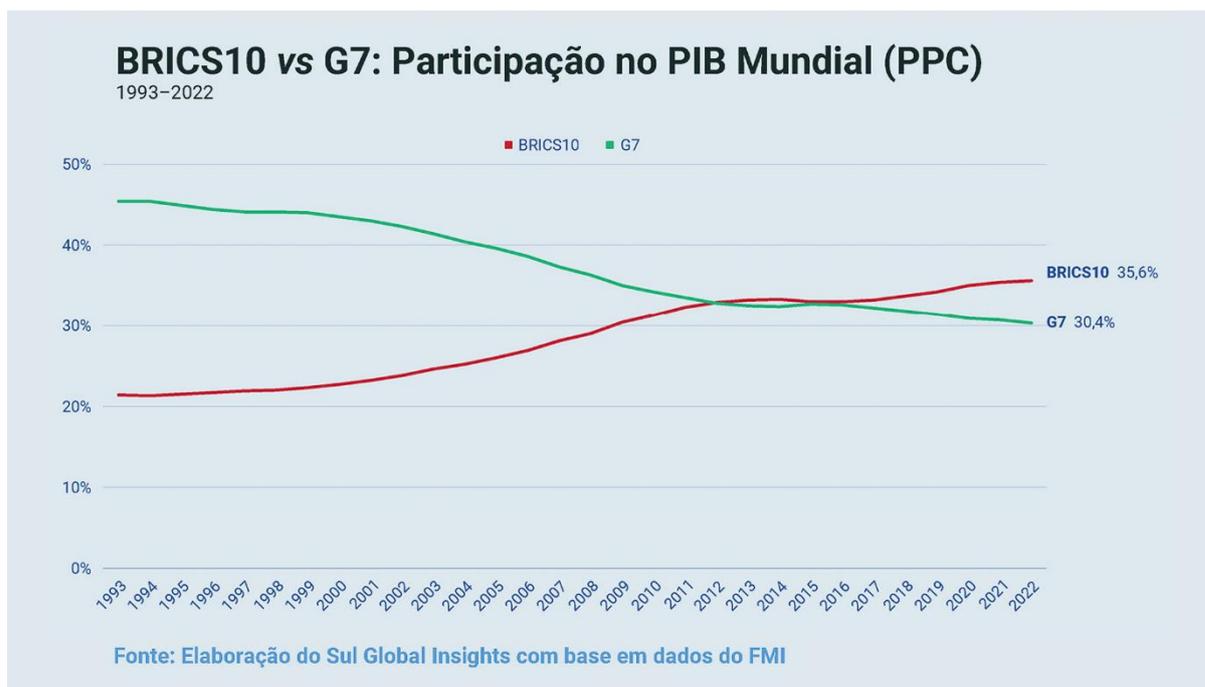
Não temos a pretensão – nem esse seria o caminho mais frutífero – de dizer simplesmente quem está certo ou errado nesse debate. Entendendo que os aportes de Harvey e Smith trazem avanços e limites, importa recolher de cada um as ferramentas pertinentes ao nosso objeto e recuperar o referencial necessário para trabalhar sobre algumas lacunas existentes nas atuais discussões sobre o imperialismo e a ordem mundial vigente. Nesse sentido, avaliamos que a preocupação de Harvey em construir uma teoria geográfica da acumulação de capital vem produzindo análises incontornáveis para se pensar as permanentes transformações nos padrões mundiais de produção e circulação, bem como a relação entre esses padrões e as estruturas internacionais de poder. Entretanto, ao abdicar do imperialismo como categoria central, a teoria de Harvey acaba corroborando a ideia de um mundo unipolar que, coerente com o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação, não discute como a internacionalização da lei do valor estabelece uma verdadeira cadeia imperialista mundial – ou, como defende Spanidis (2023), uma pirâmide imperialista – que, embora mutável, é, ao mesmo tempo, impetuosamente hierárquica.

Smith, por sua vez, advoga abertamente em prol do legado da Teoria Marxista da Dependência, principalmente em relação à categoria da superexploração, que procura atualizar à luz de fenômenos como a arbitragem global do trabalho. Para o autor, esse seria o fundamento do imperialismo no século XXI, movido pelas diferenças internacionais nas taxas de exploração e pela drenagem de riquezas na direção da tríade central do capitalismo, a saber, Estados Unidos, União Europeia e Japão. Sua análise da superexploração como terceira forma de elevação das taxas de mais-valor – considerando a mais-valia absoluta a primeira e a

mais-valia relativa a segunda forma – e mecanismo indispensável para explicar a atual dinâmica do grande capital no mercado mundial cumpre um papel decisivo nos debates a respeito de como a classe trabalhadora nos países dependentes é impactada pela globalização neoliberal. Porém, como Smith opta por pôr em relevo a alegoria do Norte contra o Sul Global e deixar de lado a categoria do subimperialismo, suas formulações tendem a subestimar duas questões cruciais: o papel das economias intermediárias, como o Brasil, na cadeia imperialista mundial e as posições que já vem sendo ocupadas pela China nesta mesma cadeia, independentemente de como será o desfecho do processo de restauração capitalista naquela nação.

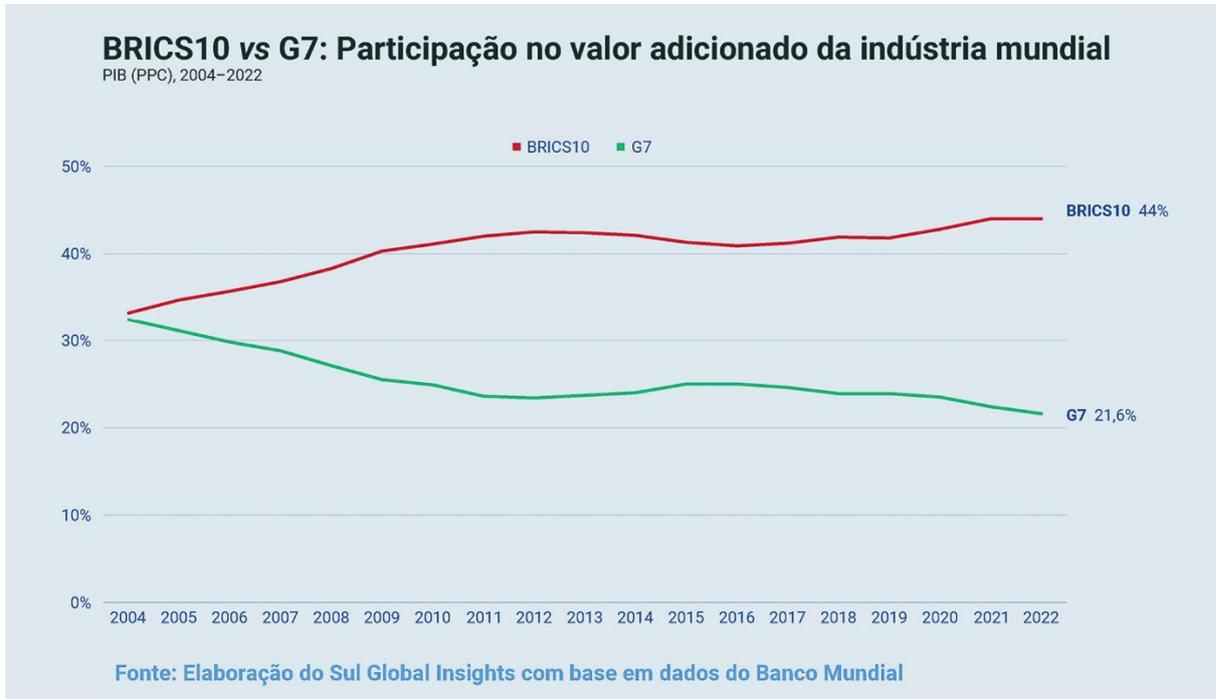
Enquanto age no sentido de suprimir certas diferenças entre os países, o capital reforça as desigualdades internacionais. Seja na produção, seja nas configurações espaciais, a internacionalização do capital engendra, simultaneamente, movimentos de homogeneização e movimentos de diferenciação, reafirmando e negando as hierarquias estabelecidas. Nesse contexto, como ilustram os gráficos 1 e 2, nenhum equilíbrio de forças é eterno, nenhum quadro internacional é fixo. Mas a elaboração de uma teoria que explique como uma nação dependente pode superar essa condição e ascender na pirâmide econômica internacional ou mesmo romper com ela ainda é, em grande medida, uma tarefa em aberto – sobretudo quando não se trata de uma alternativa socialista.

Gráfico 1 – BRICS10 vs G7: participação no PIB mundial (PPC), 1993-2022



Fonte: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2024).

Gráfico 2 – BRICS10 vs G7: Participação no valor adicionado da indústria mundial, 2004-2022.



Fonte: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2024).

Recentemente, com a deflagração da guerra na Ucrânia, a teoria foi novamente posta à prova. Com efeito, a entrada de tropas russas no território ucraniano em 24 de fevereiro de 2022 marcou a escalada de um conflito que já se arrastava há décadas. Como explica Vitelio Brustolin, “em 1990, o então presidente dos EUA George Bush prometeu ao líder russo Mikhail Gorbachev que a Otan não ‘se moveria nem uma polegada para o leste’ além da Alemanha, se esse país fosse unificado. Essa foi uma promessa verbal e ela foi descumprida” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2022, p. 5). Noam Chomsky, por sua vez, afirma que “Bill Clinton iniciou uma nova Guerra Fria ao descumprir a promessa firme e inequívoca que os Estados Unidos fizeram a Mikhail Gorbachev” (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2023, p. 6).

Ainda na década de 1990, Ucrânia e Rússia, países que compartilham mais de dois mil quilômetros de fronteira no Leste Europeu, começaram a ter atritos relacionados ao mercado de gás natural. Em 2004, foi escrito um capítulo importante dessa tensa disputa: a chamada “Revolução Laranja”. Após a vitória de Yanukovich nas eleições presidenciais ucranianas, houve uma onda de protestos contra uma suposta fraude em favor do candidato preferido de Moscou. Novas eleições foram convocadas e, desta vez, venceu Yushchenko, o candidato

preferido em Washington. A chegada de Yushchenko ao poder favoreceu a aproximação da Ucrânia com a OTAN, despertando a fúria no Kremlin. Segundo Goncharenko (2021, p. 3), “em 2008, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, pressionou pelo início do processo de adesão da Ucrânia e da Geórgia à Otan, apesar dos protestos de Putin”. Todavia, Alemanha e França não concordaram em fixar prazos para essa adesão.

Ademais, em 2010, Yanukovich foi eleito novamente e, desta vez, tomou posse do cargo de Presidente. Além de permitir a permanência de tropas russas na região da Crimeia, em 2013, Yanukovich interrompeu o processo de aproximação da Ucrânia com a União Europeia, cedendo às pressões da Rússia. A decisão do mandatário provocou a revolta da oposição e de todos que queriam a assinatura do protocolo de adesão à União Europeia. Milhares de pessoas foram às ruas protestar, dando início a um movimento que ficaria conhecido como o *Euromaidan*. Depois de três meses de manifestações e confrontos violentos, Yanukovich foi destituído, sendo obrigado a deixar o Palácio Mariyinsky em fevereiro de 2014 e procurar asilo na Rússia. De acordo com Maringoni (2022, p. 3), “a partir daí, grupos de extrema-direita perseguiram habitantes de origem russa em vários pontos do país. Anúncios de uma possível adesão à Otan eram repetidos por toda parte”. Poucos dias depois de receber o ex-presidente ucraniano em seu território, a Rússia tomou a Península da Crimeia, concluindo a anexação em março de 2014.

No mês seguinte, foram proclamadas as Repúblicas Populares de Luhansk e Donetsk, situadas no Leste da Ucrânia, na região de fronteira com o Rússia (Figura 1). Em maio, as Repúblicas insurgentes declararam independência em relação a Kiev. A Ucrânia lançou uma ofensiva militar contra os exércitos separatistas, classificados como terroristas pelo governo de Petro Poroshenko (2014-2019). Entre 2014 e 2015, representantes da Ucrânia, Rússia, Luhansk e Donetsk realizaram encontros em Minsk, capital da Bielorrússia, para negociar um cessar-fogo entre as forças armadas ucranianas e as forças paramilitares da região do Donbass. No entanto, os Acordos de Minsk, como ficaram conhecidos, não foram efetivamente respeitados, provocando a morte de milhares de civis. Anos depois, a ex-chanceler alemã Angela Merkel, que apoiou as tentativas de diálogo em Minsk, admitiu em uma entrevista que o acordo havia sido uma tentativa de dar tempo à Ucrânia.¹³

¹³ Notícia divulgada pela Agência Reuters em 09/12/2022. Disponível em <https://www.reuters.com/world/putin-russia-may-have-make-ukraine-deal-one-day-partners-cheated-past-2022-12-09>.

Figura 1 – Territórios de Luhansk e Donetsk



*Russia annexed Crimea in 2014

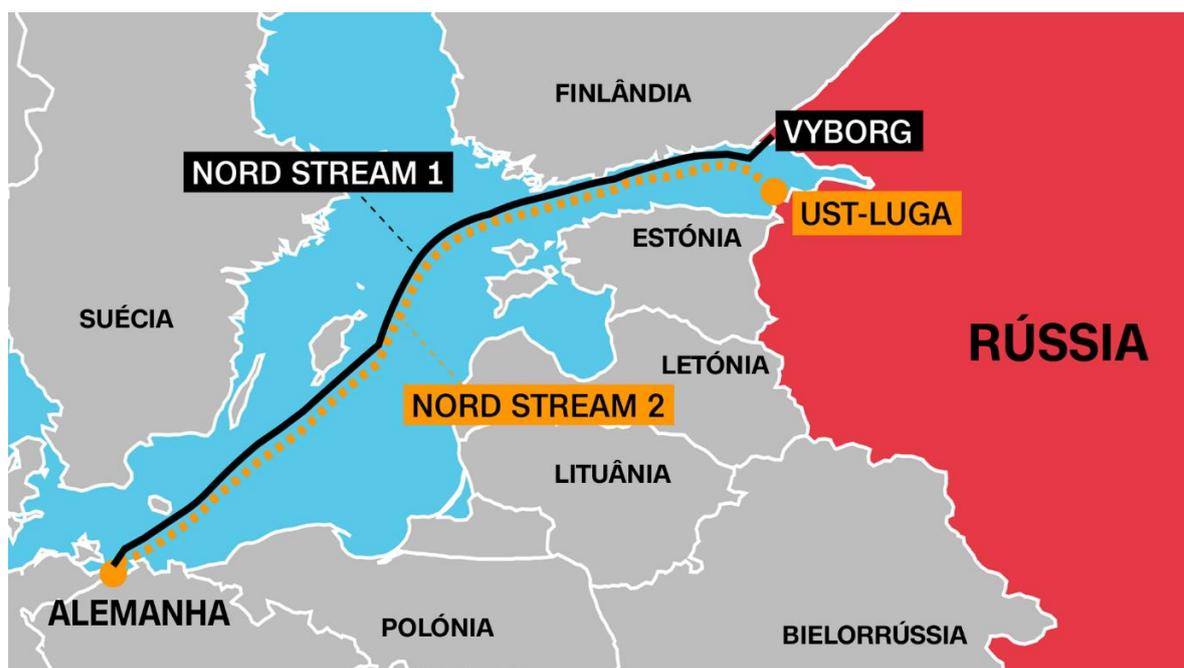
BBC

Fonte: BBC (2022)¹⁴

Depois de assumir a Presidência dos Estados Unidos em 2021, Joe Biden elevou a pressão para que Ucrânia fosse incorporada à OTAN. Desde que passou a comandar o Palácio Mariyinsky, em 2019, o comediante Volodymyr Zelensky jamais escondeu seu entusiasmo com essa possibilidade. Ao mesmo tempo, Putin ampliou o contingente militar na fronteira com a Ucrânia. No início de fevereiro de 2022, visando dissuadir os russos, Biden fez uma ameaça pública de acabar com *Nord Stream 2*, gasoduto de 1.200 quilômetros que liga o oeste da Rússia ao nordeste da Alemanha sob o mar Báltico (Figura 2). Duas semanas depois, o presidente russo reconheceu a independência das Repúblicas de Luhansk e Donetsk, atendendo a pedidos das lideranças insurgentes da região do Donbass. Em seu pronunciamento, Vladimir Putin criticou a expansão da OTAN e o descumprimento dos Acordos de Minsk por parte de Kiev (OHANA, 2022).

¹⁴ Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-europe-60067868>.

Figura 2 – Gasodutos Nord Stream 1 e 2



Fonte: CNN Portugal (2022)¹⁵

Por muito tempo, o gás natural russo comercializado com a Europa Ocidental atravessava o território ucraniano. Porém, desde 2012, com a construção do *Nord Stream 1*, parte significativa do abastecimento do mercado europeu passou a ser feita pelo mar Báltico, a preços menores. O *Nord Stream 2* permitiria dobrar o volume de gás natural enviado da Rússia diretamente para a Alemanha, consolidando a empresa de energia que liderava a exportação do produto no mundo, a Gazprom. Contudo, pressionado pelos EUA, Olaf Scholz, que assumiu o posto de Chanceler da Alemanha em dezembro de 2021, suspendeu a autorização de funcionamento do novo gasoduto no dia 22 de fevereiro de 2022, um dia depois que Putin reconheceu a independência das repúblicas do Donbass. Na mesma semana, a Rússia deu início à “Operação Militar Especial” na Ucrânia. Em setembro de 2022, os dutos submarinos da Gazprom nos arredores da ilha dinamarquesa de Bornholm foram destruídos por um ato de sabotagem que provocou a explosão das estruturas. Segundo Hersh (2023), a sabotagem foi coordenada pela CIA, Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos.

Nessas circunstâncias, como caracterizar a campanha militar russa contra a Ucrânia? O governo russo justifica a invasão como uma medida defensiva, uma ação necessária para garantir a segurança nacional contra a perigosa expansão da OTAN. Além disso, Putin alega

¹⁵ Disponível em <https://cnnportugal.iol.pt/gazprom/vladimir-putin/russia-ucrania-o-que-e-o-nord-stream-2-e-porque-e-que-importa-portugal-pode-ser-afetado/20290729/62150d540cf21a10a420f664>.

que algo precisava ser feito para proteger os russos étnicos que residem na Ucrânia, os quais, após o golpe de estado de 2014, passaram a ser perseguidos tanto pelas tropas regulares do país quanto por grupos paramilitares de ultradireita. Um dos grupos neonazistas mais fortes na Ucrânia é o Batalhão de Azov, que foi incorporado à Guarda Nacional do país e depois convertido em um regimento de forças especiais (BORTOLETTO, 2022). Assim, como explica Sanches (2022), Putin declara que conter o genocídio no Donbass e “desnazificar” a Ucrânia estão entre as missões da incursão russa contra o país vizinho.

Enquanto a extrema-direita ucraniana reivindica símbolos nazistas e personagens que colaboraram com a ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial, o presidente russo, que foi oficial do Comitê de Segurança de Estado da URSS, a KGB, busca se apresentar como herdeiro do combate ao fascismo no leste europeu. Com efeito, muitas organizações de esquerda no mundo aquiesceram com a essa ideia. Um exemplo disso foi o surgimento da Plataforma Mundial Anti-Imperialista (PMAI), iniciativa que passou a reunir cerca de trinta partidos e coletivos comunistas, socialistas e nacionalistas de diferentes países em outubro de 2022. De acordo com o programa da PMAI, os Estados Unidos e seus aliados fomentaram um golpe fascista na Ucrânia em 2014 e, diante disso, “o lado russo, em sua aliança com os povos do Donbass, está envolvido em uma guerra de autodefesa e libertação nacional contra o ataque imperialista”¹⁶ (THE WORLD ANTI-IMPERIALIST PLATFORM, 2022a, tradução nossa).

O texto oficial de apresentação da Plataforma Mundial Anti-Imperialista, disponível em sítio eletrônico, parte de uma constatação certa: “A tarefa teórica mais importante que os anti-imperialistas enfrentam hoje é a de caracterizar corretamente tanto a guerra em andamento na Europa Oriental quanto as guerras iminentes no leste da Ásia (Coreia do Sul e Taiwan)”¹⁷ (THE WORLD ANTI-IMPERIALIST PLATFORM, 2022b, tradução nossa). No entanto, depois de uma constatação correta, a PMAI chega a conclusões controversas. Na avaliação da referida Plataforma, os ideólogos estadunidenses e seus aliados querem que os trabalhadores de todo o mundo acreditem que as disputas internacionais entre o bloco liderado pelos EUA e o bloco liderado por China e Rússia possuem um caráter interimperialista, ou seja, que são conflitos pela redivisão do mercado global. Segundo o mesmo texto, além da ação dos ideólogos do imperialismo, inúmeras distorções da teoria socialista e das definições

¹⁶ The Russian side, in its alliance with the peoples of the Donbass, is engaged in a war of self-defence and national liberation against imperialist attack.

¹⁷ The single most important theoretical task facing anti-imperialists today is that of correctly characterising both the ongoing war in eastern Europe and the imminent wars in east Asia (south Korean and Taiwan).

do imperialismo em Lenin, operadas no seio do próprio movimento anti-imperialista, prejudicariam as tentativas de se chegar a explicações racionais sobre o assunto na atualidade.

Para a PMAI, a conclusão racional seria que Rússia e China não são potências imperialistas e que os trabalhadores devem apoiar a “guerra contra o imperialismo dos EUA e seus aliados da OTAN”¹⁸ (THE WORLD ANTI-IMPERIALIST PLATFORM, 2022b, tradução nossa). Dando consequência a essa análise, durante a 6ª Conferência Internacional da Plataforma, realizada em Washington, as 33 organizações políticas presentes avançaram no entendimento de que está tendo início uma terceira guerra mundial, que começou na Ucrânia, chegou ao Oriente Médio através da ofensiva sionista liderada por Benjamin Netanyahu e pode eclodir na Ásia a partir de ameaças à segurança nacional da República Popular da China e da República Popular Democrática da Coreia. Assim sendo, a Declaração de Washington assegura que “é do interesse de todos os trabalhadores que a Rússia derrote a OTAN, e que a Palestina e a resistência mais ampla do Oriente Médio derrotem o sionismo e expulsem o imperialismo do Oriente Médio”¹⁹ (THE WORLD ANTI-IMPERIALIST PLATFORM, 2024, tradução nossa). A declaração em tela afirma ainda que, apesar das agressões em curso nos últimos anos, o imperialismo nunca esteve tão fraco, enquanto o campo anti-imperialista nunca esteve tão forte, de modo que a atual crise do imperialismo é uma oportunidade histórica para o avanço dos setores da resistência, até a vitória definitiva.

Já o Foro de São Paulo (FSP), articulação criada em 1990 e que atualmente reúne mais de cem partidos de esquerda da América Latina, realizou seu XXVII Encontro em junho de 2024, na cidade de Tegucigalpa, capital de Honduras. A declaração aprovada na plenária final do evento, entre outros temas, rejeita “as ameaças à paz no Pacífico e as tentativas da OTAN de avançar naquela região e nas fronteiras russas.”²⁰ (FORO DE SÃO PAULO, 2024, p. 7, tradução nossa). No Encontro anterior, realizado em 2023, em Brasília, o FSP e o Partido da Esquerda Europeia (PIE) – organização que reúne cerca de 35 partidos na Europa – aprovaram uma declaração conjunta afirmando que “o Ocidente está se preparando para entrar em guerra contra a China, seguindo a política dos EUA. Como parte desta reorganização, assistimos a uma ofensiva sem precedentes contra as populações do Sul global em

¹⁸ War against US imperialism and its Nato allies.

¹⁹ It is in every working person’s interest for Russia to defeat Nato, and for Palestine and the wider middle-eastern resistance to defeat zionism and kick imperialism out of the middle east.

²⁰ Las amenazas a la paz en el Pacífico y los intentos de la OTAN de avanzar sobre esa región y sobre las fronteras rusas.

particular”²¹ (FORO DE SÃO PAULO, 2023, p. 1, tradução nossa). Essa posição coincide com o que defende a Internacional Progressista (IP), fórum idealizado por figuras como o senador estadunidense Bernie Sanders e o ex-ministro das Finanças grego, Yanis Varoufakis, e que faz duras críticas à brutalidade da OTAN.

De acordo com uma declaração do Gabinete da Internacional Progressista,

A paz duradoura só pode ser conquistada por uma estrutura de segurança comum que não permita a dominação de um país por outro, ou um bloco sobre qualquer outro — mas que tenha sucesso em desmilitarizar o planeta, combater sua pobreza e reunir recursos comuns para garantir justiça social e ambiental.²² (PROGRESSIVE INTERNATIONAL, 2022, p. 3, tradução nossa).

Diferentemente da Plataforma Mundial Anti-Imperialista, o Foro de São Paulo, o Partido da Esquerda Europeia e a Internacional Progressista adotam uma linha pacifista, defendendo as negociações entre Estados rivais, o fortalecimento da ONU e as soluções diplomáticas para os conflitos internacionais. Por outro lado, os quatro fóruns mencionados advogam uma mudança na ordem mundial, na perspectiva do multilateralismo. Esse consenso expressa a forma como a maior parte da esquerda, no mundo e no Brasil, vem interpretando a realidade atual. Segundo a leitura predominante entre os progressistas, portanto, o BRICS lidera a transição para uma ordem global mais justa e equilibrada, o que favoreceria as pautas de interesse da classe trabalhadora e dos povos em geral. Constatado esse pressuposto comum, percebe-se a nuance entre os que, sintonizados com a postura da PMAI, dão ênfase ao combate militar contra o Ocidente e os que, mais alinhados à IP, ainda acreditam na reestruturação pacífica da arquitetura institucional que regula as relações entre os Estados nacionais.

Cumprе ressaltar a peculiar sintonia observada entre o discurso da maioria das ditas organizações de esquerda e os posicionamentos oficiais dos governos que compõe o BRICS. A XVI Cúpula do BRICS, por exemplo, teve como tema “Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos” e como lema “BRICS e o Sul Global: Construindo juntos um mundo melhor”. O encontro ocorreu em Kazan, Rússia, entre os dias 22 e 24 de outubro de 2024. Entre outros pontos, a Declaração de Kazan reafirmou o compromisso com a “promoção da paz, de uma ordem internacional mais representativa e justa, de um sistema multilateral revigorado e reformado, do desenvolvimento sustentável e

²¹ El Occidente está preparándose para entrar en guerra contra China siguiendo la política de los EE.UU. Como parte de esta reorganización hemos visto una ofensiva como nunca antes contra las personas en el sur global en particular.

²² Lasting peace can only be won by a common security framework that does not allow for the domination of one country by another, or one bloc over any other — but rather succeeds to demilitarise the planet, fight its poverty, and pool common resources to secure social and environmental justice.

do crescimento inclusivo” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2024, p. 1). O texto também constata “o surgimento de novos centros de poder, de tomada de decisões políticas e de crescimento econômico que podem pavimentar o caminho para uma ordem mundial multipolar mais equitativa, justa, democrática e equilibrada” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2024, p. 2). Além disso, o documento reconhece a proposta de Reforma da Governança Global lançada pelo Brasil durante sua presidência do G20 e aprovada por consenso nesse fórum (G20, 2024).

Já o 23º Encontro Internacional dos Partidos Comunistas e Operários (EIPCO), que ocorreu em outubro de 2023, em Izmir, Turquia, não tem uma posição unitária com relação à guerra na Ucrânia e o caráter do BRICS no cenário internacional. De acordo com o comunicado de imprensa da conferência, representantes de 68 partidos de 54 países compareceram ao evento. Muitos deles se posicionaram sobre o conflito no leste europeu, com diferentes abordagens a respeito da origem e do caráter da guerra, mas todos concordaram com a necessidade de intensificar a luta contra a OTAN. O *release* do 23º EIPCO destaca ainda que “a concorrência e as contradições dentro do sistema imperialista continuam a aumentar” e “que a agressividade imperialista associada ao crescimento da concorrência continua abrigando os riscos de uma guerra que poderia engolir o mundo inteiro.”²³ (SOLIDNET.ORG, 2023, p. 1, tradução nossa).

Como se procurou demonstrar, os fatos contemporâneos como a guerra na Ucrânia e a ascensão do BRICS vem ampliando o desafio teórico de explicar as tensões internacionais no século XXI. Há mais de uma década, Luiz Alberto Moniz Bandeira vem chamando atenção para a emergência de uma “segunda guerra fria”. De acordo com o autor, os Estados Unidos consideram formalmente a Rússia, a China, a Coreia do Norte e o Irã como ameaças à sua segurança nacional (BANDEIRA, 2016). O monumental crescimento econômico da China nas última décadas e permanência da Rússia como superpotência militar, em especial, representam notórias ameaças à perpetuação da hegemonia dos Estados Unidos no mundo, de tal sorte que o xadrez geopolítico reflete, em grande medida, o antagonismo em questão. Isso significa que, para além dos embates diretos entre os protagonistas da cena internacional, muitos conflitos aparentemente regionais expressam ou tendem a refletir, com maior ou menor intensidade, o choque de interesses maiores.

Segundo Bandeira (2013, p. 279),

²³ That competition and contradictions within the imperialist system continue to increase; that imperialist aggression increasing along with the competition continues to harbour the potential danger of a war that could engulf the whole world.

As rebeliões nos países do Oriente Médio e da África do Norte, bem como nos Balcãs — Iugoslávia, Kosovo, Bósnia, Croácia etc. — e nas repúblicas orientais da finada União Soviética, a partir dos anos 1990, configuraram, por assim dizer, um desdobramento histórico, uma segunda guerra fria, que os Estados Unidos (cujo poder econômico o cartel ultraimperialista formado com as potências da União Europeia unificou e tornou politicamente mais eficaz) empreenderam, explorando fatores endógenos e encorajando a oposição doméstica, com o objetivo, *inter alia*, de avançar o sistema de *global governance*, sob sua hegemonia, e assegurar completamente o monopólio das fontes de energias fósseis e de rotas estratégicas, *vis à vis* de um inimigo invisível/visível, representado pela emergência da China, como superpotência econômica e novo centro de poder mundial, e do soerguimento da Rússia, sob o governo do presidente Vladimir Putin (2000-2008 e 2008-2012), ademais de reforçar a segurança e o predomínio de Israel na região.

Admitindo-se que a formulação cima esteja correta, muitas questões se colocam ou permanecem em aberto. É adequado, de um ponto de vista marxista, afirmar que China e Rússia cumprem um papel anti-imperialista ou progressista no cenário global? É verdade, como diz a Declaração de Kazan, mencionada anteriormente, que o BRICS se movem por briosos princípios como o crescimento inclusivo, a equidade, a paz e a justiça no mundo? Qual tem sido a contribuição concreta desse bloco para a legítima causa palestina? Afinal, a reconfiguração das estruturas internacionais de poder e a multipolaridade – no âmbito do capitalismo, cabe lembrar – de fato representam uma esperança para o proletariado mundial e brasileiro, em particular? As classes trabalhadoras devem apoiar uma reforma da governança global visando um maior protagonismo dos países do Sul Global?

Não temos a pretensão de oferecer todas as respostas. Porém, procurando se somar modestamente aos esforços coletivos que tentam indicar alguns caminhos, desde uma perspectiva latino-americana e brasileira, o presente trabalho defende que a Teoria Marxista da Dependência é uma referência fundamental para enfrentar os desafios que se apresentam no âmbito das pesquisas sobre o imperialismo e a luta anti-imperialista no século XXI. Como será discutido no próximo capítulo, categorias como superexploração, dependência e subimperialismo constituem um rico instrumental teórico, capaz de subsidiar as reflexões para além da dimensão meramente geopolítica e a análise do sistema mundial de Estados como uma expressão hierárquica das relações capitalistas, sem perder de vista seu caráter dialético.

2 A DEPENDÊNCIA E A TEORIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

O desenvolvimento do capitalismo em contextos periféricos, como os países da América Latina, é marcado por características que o diferenciam estruturalmente do modelo observado nos países centrais. Essa especificidade é explicada por teorias que dialogam com a categoria de dependência, constituindo um arsenal teórico central para compreender as relações desiguais entre nações e as formas peculiares de organização econômica, política e social na periferia do sistema mundial capitalista. Já foi suficientemente comprovado, tanto na esfera da teoria quanto no campo dos fatos que, pelo menos na América Latina, o desenvolvimentismo nunca foi um caminho consequente para alcançar uma alteração estrutural na inserção subordinada de quaisquer países na divisão internacional do trabalho.

Este capítulo busca explorar o capitalismo dependente como forma histórica do desenvolvimento capitalista na América Latina, com destaque para as contribuições de Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes, dois dos mais relevantes pensadores da teoria da Revolução Brasileira. Marini, com sua Teoria Marxista da Dependência, oferece uma crítica inovadora às dinâmicas de exploração e transferência de valor entre os países centrais e dependentes, enquanto Fernandes, em sua análise, conecta essa lógica à questão da revolução burguesa no Brasil, considerando os limites e possibilidades das transformações sociais em uma formação social dependente.

A análise é dividida em três seções principais. Na primeira, discute-se o conceito de dependência em Marini, com ênfase em sua visão sobre o papel da superexploração da força de trabalho como característica estrutural do capitalismo periférico. Na segunda, aborda-se a perspectiva de Fernandes, que articula a dependência com o debate sobre a formação do Estado e os desafios históricos para a construção de um projeto revolucionário no Brasil. Na terceira, defende-se que tanto a recuperação dos elos entre as contribuições desses dois autores quanto a compreensão das diferenças entre eles são tarefas fundamentais na superação dos entraves legados pela ditadura empresarial-militar ao livre debate sobre a Revolução Brasileira.

Ao longo do texto, busca-se evidenciar como as teorias de Marini e Fernandes contribuem para o entendimento das limitações e contradições da perspectiva neodesenvolvimentista, as quais são debatidas no capítulo subsequente. Assim, o presente capítulo cumpre um papel indispensável na fundamentação teórica da tese, ao demonstrar

como a dependência molda as condições e os impasses da luta de classes no Brasil contemporâneo.

2.1 Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência

Ruy Mauro Marini é um autor incontornável nos debates sobre imperialismo e dependência a partir da segunda metade do século XX. Nascido na cidade de Barbacena, no ano de 1932, graduou-se em administração pública e participou da fundação da Universidade de Brasília (UnB) no início da década de 1960. Como militante e professor no Distrito Federal, conviveu com intelectuais como André Gunder Frank, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Ruy Mauro foi um dos principais dirigentes da Política Operária (Polop), agrupamento marxista que questionava a estratégia nacional e democrática defendida por uma das principais organizações políticas da esquerda naquele contexto, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para a Polop, “a revolução deveria ser socialista, liderada por um verdadeiro partido proletário e levada a cabo a partir de uma insurreição popular” (PERICÁS, 2019, p. 53).

Com o golpe empresarial-militar de 1964, Marini foi preso e torturado, partindo para o exílio no México em 1965. Trabalhou no Chile durante o governo de Salvador Allende, retornando ao México em 1974. Voltou para o Brasil em meados dos anos 1980, vindo a falecer em 1997. Foi professor e pesquisador na Universidade de Concepción, na Universidade do Chile, na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e na Fundação Escola de Serviço Público do Rio de Janeiro (FESP), além da já citada UnB. Seu extenso período de trabalho e militância no estrangeiro, assim como os longos anos de censura às suas obras em sua terra natal e as disputas ideológicas no âmbito da esquerda brasileira estão entre os elementos que contribuíram para que Ruy Mauro se tornasse mais conhecido e valorizado fora do que dentro de seu próprio país (MARTINS, 2013). No entanto, sua obra vem sendo recuperada nos últimos anos. Sem dúvida, trata-se de um autor primordial para se pensar a crítica ao (neo)desenvolvimentismo (PRADO, 2020).

Profundo estudioso das obras de Marx e Lênin, Marini incorporou o sólido legado teórico dos clássicos do socialismo sem limitar-se, no entanto, a reproduzir anacronicamente seus postulados (ALMEYRA, 2014). Mirando a realidade latino-americana, elaborou uma

teoria indispensável para a crítica global do capitalismo à luz das transformações ocorridas na divisão internacional do trabalho no pós-guerra e, segundo Higginbottom (2022), aproximou o marxismo da realidade da maioria da classe trabalhadora mundial. Portanto, Carlos Eduardo Martins está correto quando afirma que “Ruy Mauro Marini está entre as mais altas expressões do pensamento social latino-americano”.²⁴ (MARTINS, 2015, p. 9, tradução nossa). O autor tem razão ainda quando destaca o fato de que “Marini deixou uma obra instigante e provocante que renovou o marxismo, formou diversas gerações de pesquisadores e projetou o pensamento latino-americano para os grandes centros influenciando a esquerda estadunidense e europeia” (MARTINS, 2017, P. 2).

O pensamento de Marini foi bastante influenciado pela experiência do golpe de 1964. Quando o golpe ocorreu, o cenário internacional era turbulento. As lutas de libertação nacional e social estouravam em algumas partes do chamado “Terceiro Mundo” enquanto as grandes potências capitalistas dirigiam uma contrarrevolução preventiva de proporções planetárias. A formação do regime ditatorial-terrorista que assolou a sociedade brasileira e operou uma reprodução ampliada dos seus problemas estruturais não estava descolada, portanto, dos interesses reacionários das grandes potências ocidentais, em especial dos EUA. Mas Marini estava convencido de que o regime militar no Brasil era muito mais do que um mero resultado da ingerência imperialista dos Estados Unidos, visto por grande parte dos movimentos contrários à ditadura como uma espécie de *deus ex-machina* capaz de determinar sozinho o destino da América Latina. Polemizando com a visão predominante na intelectualidade de esquerda daquela época, o autor foi categórico ao rejeitar explicações simplistas sobre a derrubada de João Goulart. Sua reflexão sobre o tema, publicada na primeira metade da década de 1970, continua sendo espantosamente pertinente para se pensar problemas contemporâneos – mesmo tendo se passado quatro décadas desde que seus textos foram redigidos.

Pode-se verificar sua inegável atualidade quando Marini assevera, por exemplo, que “nenhuma explicação sobre um fenômeno político pode ser boa se o reduzir a apenas um de seus elementos, e é decididamente ruim se tomar como chave justamente um fator condicionante externo” (MARINI, 2013, p. 73). Portanto, o destacado militante da Polop discordava enfaticamente de teses predominantes entre os partidos comunistas, que atribuíam o golpismo na América Latina a fatores externos, alheios às realidades nacionais. Sobre os vetores endógenos do movimento que escancarou a autocracia burguesa no Brasil, Netto

²⁴ Ruy Mauro Marini está entre las más altas expresiones del pensamiento social latinoamericano.

(2005) explica que se destacaram, basicamente, uma estrutura predominantemente voltada para o mercado externo; a ausência de uma ruptura substantiva com o estatuto colonial; uma burguesia incapaz de enfrentar o latifúndio e incapaz de realizar tarefas nacionais clássicas; uma industrialização tardia combinada com uma monopolização precoce das atividades econômicas.

Daí porque o desenvolvimento capitalista e a formação do Brasil moderno não acarretaram em alterações efetivas na brutal concentração de terras nas mãos de uma oligarquia agrária e no caráter radicalmente restrito do poder e das esferas de decisão política. Em tese, a crise aberta no início da década de 1960 expressaria a possibilidade de uma inflexão na forma heterônoma e excludente das relações econômicas e políticas no Brasil. Embora não representasse uma alternativa imediata à própria ordem capitalista, ao questionar o modelo de desenvolvimento vigente, o amplo bloco social que pressionava por reformas de base e participação popular colocava em xeque elementos essenciais da formação social brasileira. Diante do impasse, a solução golpista trouxe, ao mesmo tempo, aspectos de conservação e mudança nos rumos do processo histórico. Conservação porque recuperou e consolidou os elementos mais antidemocráticos, antinacionais e antipopulares de toda a trajetória política do país. Mudança porque proporcionou uma imposição sem precedentes da dominação dos monopólios imperialistas e da oligarquia financeira global sobre quase todos os demais setores da sociedade brasileira.

Era necessário não apenas institucionalizar, como também induzir o processo de concentração e centralização de capitais no Brasil. A era dos generais, contudo, não se desenrolaria de maneira homogênea. A ditadura brasileira começou buscando legitimação na sociedade, mas tal intuito se veria frustrado tanto pela natureza antidemocrática e antipopular de seu projeto de poder e de sua política econômica quanto pela ação diuturna da resistência. Foi por isso que, ao final dos anos 1960 (notadamente a partir de 1968) o regime mudou seu *modus operandi*. Foi nesse momento que a ditadura realizou um verdadeiro ajuste estrutural no Estado brasileiro, fundindo o aparato dos monopólios e o aparato estatal. Cada vez mais afastada da noção de democracia, a estratégia de legitimação da ditadura se deslocou para a propaganda do “milagre brasileiro” (BARBOZA; ANDRADE, 2020).

A euforia econômica, entretanto, teria vida curta. Em 1973, já era possível atestar a falência do modelo de crescimento acelerado. E sua crise correspondia à crise da própria ditadura empresarial militar. Massacrado pelo arrocho salarial, o proletariado não demoraria a se rebelar. A exposição destas fraturas no projeto do grande capital e a possibilidade de constituição de uma vontade popular radicalizada impulsionou, como contrapartida, a

gestação do autodenominado processo de “distensão” de regime, abrindo caminho para uma transição “lenta, gradual e segura”, um projeto de abertura pelo alto. Todavia, a crise da ditadura estava longe de ser uma crise mais ampla do Estado. Não sem nuances, pelo menos dois componentes fundamentais se mantêm ao longo de todo o processo entre a segunda metade da década de 1960 e o início da década de 1980: a doutrina de segurança nacional e a hegemonia burguesa. Marcas que conectam os anos de chumbo ao período de abertura, ambas perpassam o período bonapartista, criando dispositivos permanentes junto ao Estado e determinando sua estrutura para além da ditadura. Nesse sentido, Mazzeo demonstrou como o processo de redemocratização, na verdade, atualizou a autocracia burguesa e suas formas institucionais. Segundo o autor, “a visão ideológica de uma sociedade civil restrita aos que possuem capitais (originária dos tempos coloniais) não foi suplantada” (MAZZEO, 1995, p. 73).

Com o golpe de 1964 e a ditadura empresarial militar, a cumplicidade entre a burguesia interna e o capital estrangeiro ficou clara demais para que o imperialismo continuasse sendo tratado simplesmente como um problema externo à sociedade brasileira. O fenômeno em tela revelaria a necessidade de se rediscutir a própria concepção de imperialismo, sem o que seria impossível elucidar as divergências no seio do movimento operário e popular depois de uma derrota tão avassaladora da perspectiva estratégica democrático-nacional. O que é o imperialismo, como lutar contra ele e com quem contar nessa luta eram algumas questões fundamentais que afetavam diretamente as ações das organizações políticas de esquerda e que demandavam explicações mais consistentes.

Assim, segundo Marini (2013, p. 27-28),

Para lutar contra o imperialismo é indispensável entender que não se trata de um fator externo à sociedade nacional latinoamericana, mas, pelo contrário, forma o terreno no qual esta sociedade finca suas raízes e constitui um elemento que a permeia em todos seus aspectos.

Para o teórico mineiro, a teoria leninista do imperialismo consiste em um desenvolvimento da economia política marxista para explicar novas tendências mundiais do capitalismo no início do século XX. Assim sendo, trata-se de um ponto de partida obrigatório para os estudos que pretendem analisar as especificidades do capitalismo dependente. Portanto, sem encarar a contribuição de Lênin como uma receita pronta ou algo acabado, o autor procura apoiar-se sobre ela para ver mais longe – tal como fez o próprio Lênin ao se apoiar sobre a herança teórica de Marx e Engels. Nesse sentido, o marxista mineiro procura distinguir as expressões mais conhecidas do imperialismo daquilo que seriam seus pilares mais essenciais, isto é, o núcleo constitutivo desta fase do capitalismo.

Conforme afirma Marini (2013, p. 36),

...diferentemente do que se diz, a característica central do imperialismo não é a exportação de manufaturas ou de capital, nem o controle de fontes de energia e matérias-primas, nem a partilha do mundo. Estas são, na verdade, as manifestações que assume a economia capitalista ao passar para a *fase dos monopólios e do capital financeiro*, como apontaram não somente Lênin, mas também Bukharin, Hilferding e outros autores marxistas que se ocuparam do tema.

Tal compreensão foi fundamental para que este notável crítico do desenvolvimentismo investigasse a fundo as particularidades da América Latina, utilizando o marxismo-leninismo como guia, não como um modelo fechado. Em vez de simplesmente procurar nos países de economia dependente o conjunto de características e relações que marcavam as manifestações do imperialismo no início do século XX, Marini analisou as formações sociais latino-americanas a partir das suas estruturas de classe e de seus processos de industrialização – antes, durante e depois do período entreguerras. De acordo com esse pensador, “o desenvolvimento da indústria na economia dependente ocorreu fundamentalmente para substituir importações destinadas às classes médias e altas da sociedade” (MARINI, 2013, p. 37). O alto padrão de consumo desses setores que, em geral, não passam de $1/5$ da população, é alimentado pelo baixo padrão de consumo das massas trabalhadoras que correspondem aos $4/5$ restantes.

O que torna essa equação possível é a superexploração da força de trabalho, expressa em uma remuneração abaixo de seu real valor. Como aponta Osorio (2009, p. 171), “a superexploração pretende dar conta de uma modalidade de acumulação em que, de maneira estrutural e recorrente, viola-se o valor da força de trabalho”. Ao mesmo tempo, a busca pela elevação da produtividade do trabalho implica na importação de tecnologias, o que contribui para ampliar ainda mais a superpopulação relativa e acentuar o divórcio já existente entre a estrutura produtiva e as necessidades básicas do proletariado. Ou seja, essa modalidade de industrialização reforça a exclusão das massas do mercado interno de consumo e, na medida em que não absorve os exércitos industriais de reserva, contribui para acentuar a competição entre os próprios trabalhadores pelo acesso aos escassos empregos que proporciona.

Como assinala Marini (2013, p. 38),

A absorção de técnicas modernas de produção pelas economias baseadas na superexploração piora a situação dos trabalhadores, ao expandir em ritmo acelerado o desemprego e o subemprego, ou seja, ao aumentar o exército industrial de reserva (condição *sine qua non* para manter a superexploração do trabalho).

A lógica da industrialização dependente acaba por aumentar o fosso entre indústrias modernas, voltadas para a produção de bens demandados pelas camadas superiores da

sociedade, e as indústrias tradicionais, nas quais são produzidas as mercadorias mais elementares para a reprodução da classe trabalhadora. Nos ramos modernos, prevalecem as grandes empresas, predominantemente ligadas ao capital estrangeiro. Já os ramos tradicionais são marcados pelas pequenas e médias empresas. Nessa estrutura, os processos de concentração e centralização de capital ocorrem no sentido de reduzir o papel do mercado interno. Em tais condições, três medidas assumem grande importância na perspectiva de remediar os problemas de realização do capital: os investimentos públicos em grandes obras de infraestrutura, a distribuição regressiva da renda e as exportações.

A industrialização dos países dependentes redireciona os fluxos globais de investimentos, orientados pelas altas taxas de mais-valia proporcionadas pela dinâmica econômica dessas nações e pelas oportunidades de exportar bens de capital. Para Marini (2013, p. 40), “observa-se assim o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, que transfere – desigualmente, vale lembrar – etapas da produção industrial aos países dependentes, enquanto os países avançados se especializam nas etapas superiores”. De tal modo, a formação de um segmento de economias intermediárias entre as nações mais avançadas e as mais atrasadas, todas elas interligadas pelo sistema capitalista, impõe uma atualização teórica na análise da hierarquia global dos capitais – conforme suas respectivas composições orgânicas – e, portanto, da própria questão do imperialismo.

Marini sustenta que tanto a reestruturação mundial do capitalismo quanto o desenvolvimento dos monopólios e do capital financeiro em países que experimentaram a industrialização dependente e a integração ao capital estrangeiro produzem as condições para o advento do subimperialismo. Ao lado da categoria de superexploração, a categoria de subimperialismo é um dos principais pilares da sua economia política da dependência. Segundo o autor, “o subimperialismo corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro” (MARINI, 2013, p. 41). O exemplo mais emblemático do fenômeno subimperialista seria o próprio Brasil.

Marini avaliava que as análises marxistas sobre a dependência latino-americana – notadamente os estudos de história econômica e sociologia realizados até a década de 1970 – estavam marcadas por sérios equívocos. Em linhas gerais, a raiz desse problema consistiria na transposição mecânica de conceitos abstratos para uma realidade específica, o que acabaria rompendo a relação entre as dimensões teórica e empírica ou ainda distorcendo a própria teoria social de Marx. Convencido de que a ortodoxia marxista se define, em última instância, pelo rigor conceitual e metodológico, o ilustre barbacenense argumenta que “frente ao

parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que se dão às vezes como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações”²⁵ (MARINI, 2015, p. 108, tradução nossa).

No caso das insuficiências, o autor desafiava o consenso ideológico de seu tempo – muito aceito ainda hoje, diga-se de passagem – ao alertar para a impossibilidade de repetir nos países dependentes a trajetória de desenvolvimento capitalista verificada anteriormente nas maiores potências do planeta. Para Marini (2015, p. 111, tradução nossa), “o fruto da dependência só pode, portanto, ser mais dependência, e a sua liquidação implica necessariamente a supressão das relações de produção que ela envolve”.²⁶ Logo, o intelectual brasileiro concorda com a famosa fórmula de Frank (1966) sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Todavia, ao contrário do economista e sociólogo alemão, Marini diferenciava claramente a situação colonial da condição de dependência, mesmo reconhecendo elementos de continuidade entre ambas.

A dependência na América Latina se constitui a partir de sua integração ao mercado mundial, mas sua estrutura deriva de uma mudança de qualidade nessa integração. A expansão comercial europeia no século XVI impulsionou o colonialismo, subordinando, desde o princípio, o desenvolvimento latino-americano ao capitalismo nascente. A produção nas colônias ajudou a consolidar o capital comercial e bancário nas metrópoles, favorecendo a industrialização realizada no momento seguinte. No início do século XIX, após os processos de independência política na América Latina, as estruturas econômicas e sociais herdadas da fase colonial não haviam passado por mudanças significativas. Sendo assim, os novos países tinham poucos vínculos entre si, mas continuavam voltados para a Europa, agora, principalmente, para a Inglaterra, berço da revolução industrial. Os países latino-americanos produziam e exportavam bens primários e importavam bens manufaturados. Até meados do século XIX, essa forma de intercâmbio gerou significativos déficits na balança comercial das antigas colônias, obrigando-as a contrair dívidas com as potências industriais para continuar importando suas mercadorias. Assim, no momento em que os países da América Latina conseguem aumentar suas exportações, a dívida externa assegura que os superávits sejam capturados pelos seus credores.

Segundo Marini (2015, p. 111, tradução nossa),

²⁵ Frente al parâmetro del modo de producción capitalista puro, la economía latinoamericana presenta peculiaridades que se dan a veces como insuficiencias y otras —no siempre distinguibles fácilmente de las primeras— como deformaciones.

²⁶ El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra.

É a partir deste momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem numa estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir daí que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, no âmbito do qual as relações da produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para garantir a reprodução ampliada da dependência.²⁷

Desde a formação da economia mundial capitalista, a América Latina cumpre um papel relevante, como fonte de produtos florestais, agrícolas e minerais, por exemplo. Mas é somente com a consolidação da grande indústria, na segunda metade do século XIX, que se constitui uma divisão internacional do trabalho pautada na separação entre economias especializadas na produção industrial de um lado e economias especializadas na produção de alimentos e matérias-primas do outro. Em outras palavras, o fornecimento latino-americano da bens primários assume uma posição decisiva para o desenvolvimento industrial europeu, favorecendo inclusive que o seu eixo de acumulação de capital se desloque da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa – afinal, a disponibilidade de alimentos baratos é fundamental para reduzir o tempo de trabalho necessário em relação ao tempo de trabalho excedente no âmbito de uma determinada jornada.

A esse respeito, convém elucidar a habitual confusão entre as categorias de mais-valia relativa e produtividade. Segundo Marini (2015, p. 115, tradução nossa), “ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor”.²⁸ Portanto, o aumento de produtividade proporciona a redução do valor unitário das mercadorias, permitindo aos capitalistas que atingem precocemente essa condição uma importante vantagem sobre seus concorrentes, isto é, a mais-valia extraordinária. O autor explica que “o que determina a taxa de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas o grau de exploração do trabalho” (MARINI, 2015, p.116, tradução nossa)²⁹, isto é, a relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário. Portanto, o aumento da taxa de mais-valia pressupõe a ampliação do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário. Nesse sentido, a desvalorização das mercadorias indispensáveis à reprodução da força de trabalho tem grande importância, pois, ao contribuir diretamente para

²⁷ Es a partir de este momento que las relaciones de América Latina con los centros capitalistas europeos se insertan en una estructura definida: la división internacional del trabajo, que determinará el curso del desarrollo ulterior de la región. En otros términos, es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia.

²⁸ Al aumentar la productividad, el trabajador sólo crea más productos en el mismo tiempo, pero no más valor.

²⁹ Lo que determina la cuota de plusvalía no es la productividad del trabajo en sí, sino el grado de explotación del trabajo...

a diminuição do tempo de trabalho necessário, forma a base para a mais-valia relativa. Para Marini (2015, p. 117, tradução nossa), “mediante sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais”.³⁰

Analisando os fundamentos das trocas desiguais no comércio mundial, o autor identifica os principais mecanismos de transferência de valor entre nações. Esses mecanismos consistiriam nas diferenças de produtividade e no monopólio da produção em ramos determinados. Em relação ao primeiro, quando uma nação apresenta produtividade superior às demais, ela obtém uma redução do preço de produção mais rápida que uma eventual diminuição do preço de mercado, o que proporciona o lucro extraordinário, isto é, a realização da mais-valia produzida pelos concorrentes. Já o segundo mecanismo de transferência de valor ocorre a partir da fixação de sobrepreços, quando as maiores potências industriais se aproveitam do fato de que seus concorrentes não tem capacidade para produzir – pelo menos com a mesma facilidade – as mercadorias exportadas por elas.

O processo descrito acima cria a necessidade de um mecanismo de compensação para as nações desfavorecidas. Incapazes de alcançar os níveis de produtividade das antigas metrópoles e de diversificar suas estruturas produtivas, resta aos países dependentes recorrerem a uma maior exploração da força de trabalho para recuperar parte da mais-valia transferida com as trocas desiguais. É aí que entra em cena a categoria mais fundamental da teoria marxista da dependência, a superexploração. Segundo Carcanholo, costuma-se defini-la como o “conjunto das situações que permitem a elevação do grau de exploração da força de trabalho mediante a redução dos salários para patamar inferior ao valor da força de trabalho” (CARCANHOLO, 2013, p. 77). Entretanto, o autor entende que, a rigor, “a superexploração se definiria por uma elevação da taxa de exploração que não passa por elevação da produtividade. E por que não poderia passar? Justamente porque isso está vedado às economias dependentes” (CARCANHOLO, 2013, p. 84).

Procurando negar a categoria-chave da Teoria Marxista da Dependência, Virgínia Fontes alega que, para Ruy Mauro Marini, a superexploração da força de trabalho teria dois determinantes fundamentais: o truncamento da lei do valor e a precariedade do mercado interno. Porém, na visão da autora, “situações eventuais (embora dramáticas) de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram necessariamente uma exceção periférica” (FONTES, 2010, p. 352). No entanto, na teoria de Marini, o que efetivamente caracteriza a

³⁰ Mediante su incorporación al mercado mundial de bienes-salario, América Latina desempeña un papel significativo en el aumento de la plusvalía relativa en los países industriales...

superexploração não é a sua ocorrência exclusiva na periferia do capitalismo, e sim o papel cumprido por ela nas economias dependentes – devido à posição estruturalmente desvantajosa que essas ocupam na concorrência com grandes potências capitalistas.

As formas de elevação da taxa de mais-valia características da superexploração da força de trabalho respondem a uma demanda estrutural, definida por uma inserção subordinada dos países dependentes na divisão internacional do trabalho que drena parte da mais-valia produzida e exige mecanismos de compensação (LUCE, 2018). A superexploração da força de trabalho se expressa na combinação da intensificação do ritmo de trabalho, no prolongamento das jornadas e na expropriação do fundo de consumo básico da classe operária, mas não se resume a essas expressões. Seu fundamento reside nas desigualdades que as variadas economias nacionais apresentam em termos de composição orgânica de capital. A rigor, isso não anula a lei do valor, pois parte do valor produzido nas indústrias de menor produtividade é “apenas” realizado em favor dos proprietários das indústrias de maior produtividade, como previu Marx (NETTO; BRAZ, 2006).

Conforme explica Marini (2015, p. 158, tradução nossa),

Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real.³¹

Analisando o ciclo do capital na economia dependente, o autor identifica a cisão entre a produção latino-americana e seus mercados internos. Voltada para o comércio mundial desde sua origem, a estrutura das economias dependentes mantém esse padrão de relação com o mercado mundial na fase imperialista do capitalismo. Assim sendo, o caráter do trabalhador como produtor e, ao mesmo tempo, consumidor de mercadorias adquire uma forma específica. De acordo com Marini (2015, p. 158, tradução nossa), “como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia”.³² Aliada a isso, a abundância de força de trabalho disponível devido à expropriação dos povos originários, à imigração europeia e ao relativo progresso tecnológico tende a eliminar as preocupações no que concerne à reprodução das classes trabalhadoras. Ou seja, a exclusão das massas proletárias dos mercados internos de consumo e a enorme

³¹ Por todo ello, la superexplotación se define más bien por la mayor explotación de la fuerza física del trabajador, en contraposición a la explotación resultante del aumento de su productividad, y tiende normalmente a expresarse en el hecho de que la fuerza de trabajo se remunere por debajo de su valor real.

³² Como la circulación se separa de la producción y se efectúa básicamente en el ámbito del mercado externo, el consumo individual del trabajador no interfiere en la realización del producto, aunque sí determine la cuota de plusvalía.

facilidade para repor o capital variável nos processos produtivos abrem uma larga avenida para o avanço da superexploração da força de trabalho.

Fontes considera que o argumento acima é datado, pois a consolidação de um sistema financeiro a partir da ditadura empresarial militar no Brasil teria permitido o acesso das massas populares ao consumo. Além disso, a autora avalia que Marini estava entre os pensadores alheios ao fato de que “um processo de industrialização de características substitutivas de importação voltava-se prioritariamente para o próprio mercado interno e que sua própria expansão alterava as condições deste mercado” (FONTES, 2010, p. 357-358). Contudo, Fontes deixa de perceber pelo menos duas contradições basilares nessa industrialização. Primeiro, que sua base técnica contribui para diminuir a participação relativa da força de trabalho nos processos produtivos, ampliando, portanto, o desemprego. Segundo, que a industrialização dependente não elimina a distância entre as esferas superiores e inferiores de consumo, pois as principais beneficiárias dessa produção não foram as massas populares. O crescimento do mercado interno da produção industrial incorpora apenas as camadas médias, cuja capacidade de consumo é ampliada a partir da mais-valia não acumulada.

De acordo com Marini (2015, p. 136, tradução nossa),

É apenas quando a crise da economia capitalista internacional, correspondente ao período que medeia a primeira e a segunda guerra mundiais, obstaculiza a acumulação baseada na produção para o mercado externo, que o eixo da acumulação se desloca para a indústria, dando origem à moderna economia industrial que prevalece na região.³³

O cenário em questão propiciou uma aparente correção de rota no funcionamento da economia nacional, animando os discursos desenvolvimentistas. Conforme argumenta Wallerstein (2009, p. 61), “o período que vai de 1945 a 1970 foi movido pelo conceito de ‘desenvolvimento’ – a ideia de que, de algum modo, adotando uma política estatal correta, qualquer país poderia atingir o alto padrão de vida dos países mais ricos”. Um grande estudioso egípcio pondera que a conjuntura de expansão capitalista nesse período contribuiu para alimentar “a ilusão da possibilidade histórica desse projeto. Isso apesar de o Ocidente ter-se oposto a ele por todos os meios, econômicos e políticos, incluindo os golpes de estado e as intervenções militares” (AMIN, 2021, p. 226). A Teoria Marxista da Dependência é crucial para explicar porque, nesse sentido, a palavra ilusão foi tão bem empregada por Samir Amin,

³³ Es tan sólo cuando la crisis de la economía capitalista internacional, correspondiente al período que media entre la Primera y la Segunda guerras mundiales, obstaculiza la acumulación basada en la producción para el mercado externo, que el eje de la acumulación se desplaza hacia la industria, dando origen a la moderna economía industrial que prevalece en la región.

embora esse fato muitas vezes não tenha sido totalmente compreendido por muitos intelectuais progressistas brasileiros (MARINI, 2022).

Longe de ameaçar a supremacia tecnológica dos países centrais, o incremento industrial na periferia consolidou um atraente mercado para os capitais estrangeiros em geral, em especial para as indústrias de bens de capital das economias situadas no topo da cadeia imperialista. Nesse contexto, equipamentos que se tornaram obsoletos antes de serem amortizados poderiam ser exportados para os países dependentes, o que ocorreria dentro de um cenário mais amplo de deslocamento das etapas inferiores da produção industrial para a periferia enquanto se reservava as etapas superiores e o monopólio das tecnologias aos centros imperialistas. Assim, conforme demonstra Marini (2015, p. 145, tradução nossa), “o que temos é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial”.³⁴

Novos problemas foram então colocados para as economias latino-americanas. As indústrias contempladas pelos investimentos externos se distanciaram das demais, aprofundando o fosso tecnológico preexistente. Esse processo acabou, segundo Marini (2015, p. 251, tradução nossa), “agudizando as transferências internas de mais-valia através dos preços de produção e acelerando o grau de concentração da economia”.³⁵ Além disso, importa observar que “passado o prazo de maturação dos investimentos, estas encontravam dificuldades para reinvestir seus lucros no mercado nacional, pela saturação relativa ao mesmo e se colocava então exportá-las às matrizes”³⁶ (MARINI, 2015, p. 251, tradução nossa).

Depois de um período de desaceleração do crescimento, a retomada dos investimentos veio acompanhada da ampliação da terceirização da força de trabalho em um cenário de competitividade selvagem. Contrariando as previsões mais otimistas e apologéticas, a globalização não reduziu as desigualdades globais. Do ponto de vista geográfico, como explica Harvey ao analisar a compressão do tempo-espaço, se estabelece um paradoxo, pois “quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital” (HARVEY, 2014, p. 267).

Marini destaca que,

³⁴ Lo que tenemos es una nueva jerarquización de la economía capitalista mundial.

³⁵ Agudizó las transferências internas de plusvalía a través de los precios de producción y aceleró el grado de concentración de la economía.

³⁶ Pasado el plazo de maduración de las inversiones, éstas encontraban dificultades para reinvertir sus ganancias en el mercado nacional, por la saturación relativa del mismo, y se planteaba entonces exportarlas a las matrices.

Os países desenvolvidos conservam dois trunfos na mão. O primeiro é a sua imensa superioridade em matéria de pesquisa e desenvolvimento, que é o que torna possível a inovação técnica. Temos ali um verdadeiro *monopólio tecnológico*, que agrava a condição dependente dos demais países. O segundo é o *controle que exercem na transferência de atividades industriais* sobre países mais atrasados, tanto por sua capacidade tecnológica como de investimento, que atua de duas maneiras: uma, transferindo prioritariamente a estes últimos a indústrias menos intensivas em conhecimento; outra, dispersando entre diferentes nações as etapas da produção de mercadorias; dessa maneira impedem o surgimento de economias nacionalmente integradas. (MARINI, 2015, p. 259, grifos do autor, tradução nossa).³⁷

A assimetria tecnológica que divide o mundo impele as nações periféricas de volta ao papel de exportadoras dos produtos agrominerais necessários para atender a demanda dos países centrais. Porto-Gonçalves (2013) caracteriza esse processo como uma conversão da dívida externa em dívida ecológica, considerando o custo ambiental provocado para que países do Terceiro Mundo alcancem suas metas de superávit primário. Para o autor, a adesão aos planos de ajustes estruturais do FMI garante não só os créditos que alimentam a dívida, como também as commodities que atendem a crescente demanda das indústrias nas grandes potências globais do capitalismo. Essa tendência foi cabalmente confirmada na América Latina a partir da década de 1990, quando ficou nítido o processo de reprimarização das economias nacionais. No Brasil, durante o governo Figueiredo (1979-1985) já se observava uma preocupação em aumentar as exportações agrícolas com vistas ao pagamento da dívida externa (POCHMANN, 2012). Ao longo da Nova República, a crise terminal da industrialização por substituição de importações abriu o caminho para a consolidação do agronegócio e do rentismo como eixos centrais da economia brasileira (SAMPAIO JR., 2021).

2.2 Florestan Fernandes e o capitalismo dependente no Brasil

Florestan Fernandes nasceu no ano de 1920, em São Paulo. De origem pobre, trabalhou desde a infância, como engraxate e garçom. Na década de 1940, graduou-se em

³⁷ Los países desarrollados conservan dos triunfos en la mano. El primero es su inmensa superioridad en materia de investigación y desarrollo, que es lo que hace posible la innovación técnica; existe allí un verdadero monopolio tecnológico que agrava la condición dependiente de los demás países. El segundo es el control que ejercen en la transferencia de actividades industriales a los países más atrasados, tanto por su capacidad tecnológica como de inversión, control que actúa de dos maneras: una, transfiriendo prioritariamente a los países más atrasados industrias menos intensivas en conocimiento; dos, dispersando entre diferentes naciones las etapas de la producción de mercancías; de esa manera impiden el surgimiento de economías nacionalmente integradas.

ciências sociais na Universidade de São Paulo (USP) e foi militante do Partido Socialista Revolucionário (PSR), uma pequena organização trotskista. A partir dos anos 1950, abandonou a militância política para se dedicar à universidade, tornando-se docente da USP. Depois de ter sido aposentado compulsoriamente pela ditadura empresarial-militar, em 1969, trabalhou nas universidades de Columbia, Toronto e Yale, nos Estados Unidos. Ao final da década de 1970, voltou ao Brasil e assumiu o cargo de professor na PUC-SP. Florestan ingressou no PT em 1980 e foi eleito deputado federal por essa sigla duas vezes, em 1986 e em 1990.

Analisando a teorização do capitalismo dependente na obra de Florestan Fernandes, Cardoso (2005) ressalta que o autor identifica a dependência através da heterogeneidade constituída como regularidade na etapa monopolista do desenvolvimento capitalista mundial. Nesse contexto, enquanto na concepção cepalina a chave da diferenciação no interior do sistema econômico internacional estaria no progresso técnico, para Florestan a chave das diferenciações no âmbito do capitalismo estaria na questão da autonomia. Em outras palavras, a CEPAL atribuía as distâncias entre centro e periferia, antes de mais nada, aos níveis de industrialização, preconizando, assim, uma política desenvolvimentista. Fernandes, contudo, elaborou uma crítica ao desenvolvimentismo, apontando os limites da industrialização divorciada dos interesses nacionais, questionando o controle externo do progresso técnico e advogando pela superação da heteronomia como caminho para romper com a dependência.

Segundo Cardoso (2005, p. 15, grifo da autora),

Autonomia/heteronomia não é, como centro/periferia, uma concepção em que a diferenciação em questão seja designada por meio de expressões basicamente espaciais e seja decorrente da propagação desigual da técnica, mas uma concepção ancorada na capacidade ou não de decisão, direção e gestão do processo de produção e reprodução do capital. Por meio do seu conceito de *capitalismo dependente*, Florestan atribui um conteúdo específico à heteronomia ou dependência capitalista. (...) Nesse sentido, entendo que o conceito de capitalismo dependente é, ao mesmo tempo, estrutural e histórico: define-se como parte de um determinado sistema de produção (capitalismo); como parte desse sistema num determinado momento do seu desenvolvimento na história (capitalismo monopolista); e como parte que é uma de suas especificidades nessa fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista).

Assim, a dependência revelaria uma condição colonial permanente, não obstante as formas mutáveis de heteronomia direta e indireta ao longo da história. Por outro lado, na concepção de Florestan, a dominação externa não é uma simples relação entre nações. Sua realização, na verdade, ocorre por meio da dominação interna e esta, por sua vez, é exercida contra a classe trabalhadora. Deste modo, de acordo com Fernandes (2009), a combinação entre sobre-exploração e democracia restrita (autocracia burguesa) dão origem a uma espécie

de capitalismo selvagem, que não impede a produção de riquezas, mas que cerceia sua retenção e distribuição, bem como bloqueia a criação de uma verdadeira economia capitalista moderna. O autor caracteriza a história do Brasil como um processo sem grandes rupturas, o que se explica pela tendência de conciliação política pelo alto e da utilização do Estado como instrumento de contrarrevolução permanente. O desenvolvimento capitalista no Brasil nunca chegou a impor a ruptura com a associação dependente em relação aos centros da dominação imperialista, a desagregação completa das formas pré-capitalistas ou a superação do subdesenvolvimento. Dependência e subdesenvolvimento não foram simplesmente impostos de fora para dentro.

Segundo Fernandes (2006), o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil não foi galvanizado pela produção agrícola de exportação nem pela manufatura, mas sim pelo complexo comercial. A articulação do setor urbano-industrial a um sistema de produção escravista não bloqueou a expansão do mercado capitalista moderno. Na verdade, a produção escravista no Brasil teve um papel semelhante ao desempenhado pela acumulação primitiva de capitais na Europa. Mas os pioneiros do Brasil moderno, de fato, teriam sido o imigrante e o fazendeiro de café.

Com efeito, o autor divide o processo de expansão do moderno mercado capitalista no Brasil em três fases: a) a fase de eclosão ou transição neocolonial compreende o período entre a abertura dos portos, em 1808, e a crise do sistema de produção escravista, em meados de século XIX; b) a fase de formação e expansão do capitalismo competitivo abrange o intervalo entre último quartel do século XIX e a década de 1950; c) a partir dos anos 1950 verifica-se a irrupção do capitalismo monopolista, que assume um caráter estrutural com a ditadura empresarial-militar. Todavia, entre o fim do Império e o começo da República, o poder burguês ainda estava em germinação. Somente com a recomposição das estruturas de poder no início do século XX teve início uma era burguesa propriamente dita.

De acordo com Fernandes (2006, p. 240),

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto”.

A fragmentação do país em ilhas econômicas levou a burguesia a operar sua unificação no terreno político, mas sem entrar em choque com as estruturas oligárquicas. Ou seja, a aristocracia agrária preservou as bases das suas forças. A modernização inerente ao amadurecimento do capitalismo competitivo ocorreu dentro dos estreitos limites da criação de

uma economia satélite. Qualquer passo além poderia chocar-se com a dominação externa e ameaçar a própria estabilidade interna da dominação burguesa. Portanto, sem nenhum pudor, o pacto das elites incluía o uso de procedimentos autocráticos contra as massas. Na avaliação do autor, a forma pela qual a dominação burguesa se constituiu no Brasil, em um contexto de capitalismo dependente e em associação com as oligarquias, converteram a burguesia em uma força social ultraconservadora e reacionária.

A burguesia brasileira nasceu da confluência entre a economia de exportação (de origem colonial) com a expansão do mercado interno e, respectivamente, da indústria. Porém atingiu a maturidade sob o capital monopolista, com o recrudescimento da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Para Florestan, o problema central da investigação era analisar a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista no Brasil, transição que provocou uma crise do poder burguês. Os que acreditavam em uma evolução gradual e linear geralmente imaginavam passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial que resultasse no desenvolvimento interno autônomo, impulsionado por uma burguesia democrática e nacionalista. Contudo, essa ilusão fazia parte da ideologia burguesa e era difundida sobretudo pelo radicalismo pequeno-burguês, influenciando inclusive correntes de pensamento de esquerda.

Como explica o autor,

O que determinou a transição não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamizável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu e aproveitou avidamente, edificando seus laços de associação com o imperialismo. (FERNANDES, 2006, p. 253).

De acordo com Florestan, a economia nacional e as estruturas nacionais de poder experimentaram a ampliação e o aprofundamento do processo de incorporação à economia capitalista mundial e às estruturas internacionais de poder em nome de um suposto desenvolvimento acelerado. Segundo Fernandes (2006, p. 257), “um capítulo na história econômica do Brasil se encerrou; e, com ele, foi arquivado o ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa”. Assim, uma velha tradição, o privilégio, perpetuou-se. Desta vez, porém, o sentido da dominação burguesa teria sido, mais do que nunca, desmascarado, expondo sua natureza autocrática e impermeável às demandas dos trabalhadores e das massas em geral.

Entretanto, a via autocrática da revolução burguesa não foi uma peculiaridade brasileira, mas sim um padrão periférico de transição ao estágio monopolista onde não triunfasse a alternativa socialista. A transição para o capitalismo monopolista na periferia foi “muito mais selvagem que nas nações hegemônicas e centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e a longo prazo, entre democracia, capitalismo e autodeterminação” (FERNANDES, 2006, p. 298). Esse caráter “mais selvagem”, no entanto, não se abateu de forma abstrata sobre a nação como um todo, mas, sobretudo, contra a classe trabalhadora. As burguesias internas e externas, por seu turno, estabeleceram uma espécie de simbiose socioeconômica, ou seja, uma relação vantajosa entre si, às expensas das massas.

Como explica Fernandes (2006, p. 309),

Para continuar a extrair recursos naturais e humanos da periferia ou participar esmagadoramente da expropriação do seu excedente econômico, as grandes corporações e as nações capitalistas hegemônicas precisam, no presente, favorecer a estabilidade e a eficácia do poder burguês nas economias capitalistas periféricas.

A análise de Florestan revela duas questões sensíveis a esse respeito. Primeiro, que só a autocracia burguesa seria capaz de reunir as condições políticas necessárias para garantir a estabilidade exigida nessa transição explosiva para o capitalismo monopolista no contexto de uma economia dependente. Isto é, a concentração extrema do poder e da força é a face institucional da modernização periférica. Segundo, que essa modernização periférica não se realiza a partir de transformações radicais das estruturas econômicas e sociais preexistentes. Com efeito, o capitalismo monopolista se instala em nichos específicos e se alimenta de formas econômicas herdadas do período colonial. Em outras palavras, trata-se de uma modernização patrocinada por relações aparentemente arcaicas, mas que foram incorporadas e colocadas a serviço dos novos padrões de desenvolvimento.

Considerando a dimensão geográfica desse processo, a autor afirma que

O elemento central da alteração foi, naturalmente, a emergência da industrialização como um processo econômico, social e cultural básico, que modifica a organização, os dinamismos e a posição da economia urbana dentro do sistema econômico brasileiro. A hegemonia urbana e metropolitana aparece, desse ângulo, como um subproduto da hegemonia do complexo industrial-financeiro. Esse processo não modifica, apenas, os dinamismos econômicos, socioculturais e políticos das grandes cidades com funções metropolitanas. Ele acarreta e, em seguida, intensifica a concentração de recursos materiais, humanos e técnicos em tais cidades, dando origem a fenômenos típicos de metropolização e de satelitização sob o capitalismo dependente. (FERNANDES, 2006, p. 346).

Portanto, a passagem do capitalismo brasileiro para a fase monopolista acarretou importantes transformações na configuração do espaço geográfico. A metropolização foi o processo espacial mais visível de uma modernização compartimentalizada que, justamente por aprofundar a concentração de capital em áreas estratégicas, polarizou de forma brutal os

fluxos de riquezas e pessoas no território nacional. Assim, a relação desigual das metrópoles nacionais com as demais regiões do país está diretamente conectada à relação desigual do capitalismo dependente brasileiro com as economias centrais do sistema internacional. A consolidação do complexo industrial-financeiro produz uma espacialidade própria, afirmando uma nova hegemonia urbana, baseada na hegemonia dos monopólios.

Porém, ao contrário do que propõe Florestan, o crescimento desproporcional de um punhado de metrópoles-chave em meados do século XX, com grande destaque para São Paulo, foi mais do que um mero subproduto de uma época de transição. Na verdade, esse fenômeno foi um meio e, ao mesmo tempo, uma condição fundamental da própria transição. Essa é a razão pela qual as ditas heranças coloniais e estruturas arcaicas, em vez de se constituírem como obstáculos para um ideal abstrato de desenvolvimento, assumem um papel central no abastecimento da máquina capitalista em sua concretude dependente e periférica. O aspecto mais essencial dessa lógica é justamente a oferta abundante de força de trabalho, que, de tão numerosa, pode ser descartável a tal ponto que sua exploração intensificada seja a moeda de compensação diante das desvantagens tecnológicas em relação às grandes potências.

Deste modo, não se deve menoscar o fato de que a metropolização no contexto periférico pressupõe não apenas a concentração de recursos financeiros e técnicos, além de força de trabalho qualificada. A concentração massiva de trabalhadores com baixa qualificação nas favelas e bairros proletários, engrossando as fileiras do desemprego e do subemprego, é fundamental tanto na produção quanto na reprodução capitalista – pressionando as médias salariais para baixo e ocupando postos de trabalho menos desejados, por exemplo. A formação de um subproletariado tão numeroso só foi possível graças à combinação de processos monumentais de expropriação – iniciados no período colonial – e uma abolição da escravatura desvinculada de qualquer medida objetiva de reparação. Já o deslocamento desse subproletariado de acordo com as necessidades do grande capital acompanhou os diferentes capítulos da chamada integração nacional, sempre com a participação ativa do Estado. Segundo Florestan, “uma sociedade capitalista que não realiza nenhum tipo de reforma agrária e na qual a revolução urbana se confunde com a metropolização segmentada, terá de estar em débito com a revolução demográfica, com a revolução nacional e com a revolução democrática” (FERNANDES, 2000, p. 58).

Fernandes (2006) afirma que a formação da racionalidade burguesa no Brasil do século XX realizou-se por três etapas: 1) a descoberta de que não haveria industrialização autônoma nem democracia plena; 2) a constatação de que as aspirações nacionalistas e

democráticas não tinham consistência para romper com o imperialismo, ensejando uma demagogia populista que agravava o conflito de classes, mas sem aumentar o espaço para reformas na ordem existente, de modo que a segurança coletiva da burguesia adquiriu mais importância que a busca por vantagens para estratos isolados; 3) uma situação na qual não existem fronteiras para o controle societário externo, dando origem ao imperialismo total. Assim, a internacionalização das estruturas materiais da produção se estende às superestruturas do poder burguês: a nação dá lugar à solidariedade hemisférica, assim como as quinquilharias libertárias europeias cedem a vez ao desenvolvimento com segurança. Tal dinâmica não foi restrita ao caso brasileiro, marcando, na verdade, a realidade latino-americana.

De acordo com o autor, a erupção deste moderno imperialismo começou com a instalação de empresas corporativas norte-americanas e europeias, cortejadas pelas burguesias latino-americanas como elementos basilares da perspectiva desenvolvimentista e, portanto, apoiadas de forma irracional. Entretanto, tão logo essas empresas se tornaram polos ativos das economias latino-americanas, sua natureza foi revelada, passando a exercer uma influência estrutural. Muitas empresas locais, que até então funcionavam em condições de mercado e concorrência restrita, foram absorvidas pelo capital estrangeiro ou aniquiladas. Então, as bases do crescimento econômico precedente foram colocadas a serviço dos interesses daquelas empresas corporativas.

Segundo Fernandes (2009, p. 32),

Em consequência, o processo de modernização, iniciado sob influência e o controle dos Estados Unidos, aparece como uma rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública, e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável. Apenas alguns setores, movidos por sentimentos políticos, intelectuais ou religiosos, opuseram-se a essa forma de recolonialismo. O “sistema”, isto é, as elites econômicas, políticas e culturais são a favor dele, como a única alternativa para enfrentar a “subversão”, para lutar contra a “corrupção”, e para “evitar” o comunismo...

O autor argumenta que os países latino-americanos enfrentam estruturas econômicas, socioculturais e políticas capazes de absorver as transformações do capitalismo, mas que, ao mesmo tempo, inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo. A dependência externa estimula doses significativas de crescimento e modernização, mas impede uma autonomia real. Ante o exposto, restam poucas alternativas políticas efetivas. Para Florestan, haveria dois caminhos possíveis: um novo tipo de capitalismo de Estado ou a rebelião popular de orientação socialista. Na primeira hipótese, as classes dominantes conduziriam o desenvolvimento gradual e seguro com base em um nacionalismo revolucionário capaz de

atrair o apoio popular e promover uma revolução dentro da ordem social. Na segunda alternativa, desencadeada pela explosão social contra a miséria, a exploração e a desigualdade, seria aberto o “caminho para a realização dos padrões mais elevados da razão humana e para a liberação real das sociedades latino-americanas” (FERNANDES, 2009, p. 39).

No entanto, para o autor, haveria um enorme espaço para revoluções dentro da ordem nos países de capitalismo dependente (FERNANDES, 2000). Ou seja, diante das tarefas negligenciadas pelas burguesias, como a revolução democrática, caberia aos condenados da terra tomarem para si a responsabilidade de extrair dividendos do capitalismo para a nação. Um proletariado politicamente frágil enfrenta uma burguesia radicalmente conservadora, o que limita o horizonte das transformações sociais. Não obstante, ao definir por si mesmo o eixo de uma revolução burguesa que a própria burguesia não seja capaz de dirigir, o proletariado poderia colocar em movimento um processo de mudanças mais amplas. A entrada das massas destituídas e trabalhadoras na cena história seria capaz de libertar as potencialidades nacionalistas e democráticas da ordem burguesa. Deste modo, ao se colocar à frente de um movimento de mudanças dentro da ordem, o proletariado organizado colidiria com as barreiras impostas por esta mesma ordem, tomando consciência da necessidade de superá-la. Dito de outra maneira, a mobilização do proletariado para realizar as tarefas abandonadas pela burguesia seria a chave para a passagem da democracia burguesa à democracia operária.

Segundo Fernandes (2000, p. 71-72, grifo do autor),

Enquanto a guerra civil é latente, a transformação revolucionária se equaciona *dentro da ordem*, como um processo de alargamento e aperfeiçoamento da sociedade burguesa pela ação coletiva do proletariado; quando a guerra civil se torna aberta, a transformação revolucionária se equaciona *contra a ordem*, envolvendo primeiro a conquista do poder e, mais tarde, a desagregação da antiga sociedade e a formação de uma sociedade sem classes, destituída de dominação do homem pelo homem e de elemento político (portanto, de uma ordem sem sociedade civil e sem Estado).

Inspirado nas ideias presentes no *Manifesto do Partido Comunista*, Fernandes (2000) defende que a luta pelo alargamento da ordem burguesa é um elemento decisivo para que o proletariado saia de seu estágio inicial de dispersão e, através da experiência prática, descubra a necessidade histórica de derrubar o sistema capitalista. Todavia, como se pode verificar na citação acima, o autor não estabelece uma diferença clara entre a luta do proletariado por seus interesses e a busca por um aperfeiçoamento da ordem burguesa – o que, ao contrário da ideia de uma guerra civil que ocorre de forma latente ou aberta, não encontra respaldo em Marx e Engels (1998).

Em todo caso, Florestan preocupou-se com elaboração de uma estratégia capaz de colocar em marcha uma revolução dentro da ordem para em seguida convertê-la em uma revolução contra a ordem, afinal “*as situações revolucionárias não se criam ao sabor da vontade* (ou, como diria Lenin, não produzem por encomenda)” (FERNANDES, 2000, p. 72, grifo do autor). Nessa estratégia, as massas precisam fazer sua própria experiência política e o proletariado precisa estar preparado para assumir as rédeas do país, condições que demandam a luta pelo alargamento da democracia burguesa antes de uma luta direta pela sua superação. Importa observar que, como se parte do pressuposto de que existe margem real para um “aperfeiçoamento da sociedade burguesa”, conclui-se que haverá conquistas significativas dentro da ordem, ampliando a distância entre esse momento e o momento da revolução contra ordem.

Florestan alerta que, em democracias débeis, há maior propensão a contrações contrarrevolucionárias e ditatoriais. Além disso, “sob a guerra civil aberta, a pressão autodefensiva da burguesia torna-se virulenta e se coloca acima de qualquer ‘legalidade’” (FERNANDES, 2000, p. 74). Nessa situação, o proletariado luta diretamente pela conquista do poder ou, pelo menos, por uma dualidade de poderes entre revolução e contrarrevolução. Mas a vitória depende da capacidade de unir e guiar as classes capazes de levar a luta até o fim, o que coloca em primeiro plano a questão da estratégia. A divergência fundamental do autor com a Estratégia Nacional Democrática, defendida pelo PCB nos anos 1950 e 1960, diz respeito ao papel caudatário em que os trabalhadores foram colocados diante dos governos burgueses. Portanto, a crítica de Florestan em relação à estratégia hegemônica no movimento operário até o golpe de 1964 e ao desenvolvimentismo está menos voltada para o caráter das transformações propostas do que para a submissão política do proletariado a forças supostamente avançadas da burguesia nacional. Para o autor, o exemplo cubano demonstrou que revolução nacional e revolução proletária são indissociáveis. Onde quer que a revolução nacional não tenha sido completada dentro do capitalismo, ela deverá ser realizada contra ele.

Porém,

A revolução dentro da ordem é meramente instrumental e conjuntural para o proletariado, ligando-se à necessidade histórica de proteger e acelerar a constituição da classe como classe em si, capaz de tomar em suas mãos o seu desenvolvimento independente. A partir de certo nível, o proletariado força a mudança de qualidade da “guerra civil oculta”, exige que as reivindicações socialistas mudem teor, pondo em cheque (sic) a supremacia burguesa e o poder político da burguesia. O que quer dizer que, desse nível em diante, o proletariado terá de hostilizar todas as criações do capitalismo; sua relação com a revolução burguesa mudará de qualidade, porque então passará a importar-se em como passar da “guerra civil oculta” para a “guerra civil aberta”, ou seja, a derrubada da ordem e a constituição de uma democracia proletária. (FERNANDES, 2000, p. 116).

Marques (2015) atribui a Florestan Fernandes a elaboração dos fundamentos teóricos que sustentaram os principais debates sobre tática e estratégia política da classe trabalhadora em meio ao ocaso da ditadura empresarial-militar, na virada dos anos 1970 para os anos 1980. Na avaliação da autora, tais fundamentos constituem a Estratégia Democrático-Popular (EDP), referência que foi formalmente incorporada pelo Partido dos Trabalhadores no ano de 1987, em seu 5º Encontro Nacional, e orienta parte significativa dos movimentos sociais brasileiros até a atualidade. Nessa perspectiva, para transformar radicalmente a sociedade brasileira seria imprescindível combinar “a atuação de massas no âmbito das ruas e a ocupação de cargos da administração pública no âmbito do Estado” (MARQUES, 2015, p. 20). As tarefas iniciais, de curto prazo, estariam voltadas para o enfrentamento das demandas geradas pela incompletude da descolonização e da revolução burguesa. No longo prazo, esse movimento criaria condições para o acúmulo de forças necessário à construção de uma democracia de massas e do socialismo.

2.3 A teoria da Revolução Brasileira: algumas considerações críticas

Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini faleceram em 1995 e 1997, respectivamente. Ambos foram responsáveis por contribuições fundamentais para o desenvolvimento das ciências sociais e do pensamento crítico no Brasil (MÜLLER, 2020). Portanto, do ponto de vista do mérito intelectual, tanto Florestan quanto Ruy Mauro preenchem, com sobras, todos os requisitos para que sejam reconhecidos entre os maiores pensadores que já se dedicaram a interpretar a realidade nacional e latino-americana. Todavia, suas obras tiveram destinos muito diferentes. O primeiro é considerado fundador da “escola paulista de sociologia” no ambiente acadêmico e uma das principais referências teóricas do país no ambiente militante. O segundo amargou décadas de ostracismo e morreu antes de ver seus textos mais importantes serem publicados em sua própria terra natal.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos maiores movimentos sociais da América Latina, inaugurou, em 2005, sua famosa Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). A homenagem ilustra bem a relevância do autor entre as grandes organizações de esquerda. Em 2006, Lula sancionou a lei nº 11.325, que declara Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira. Mas a autoridade de Florestan não se

restringe aos meios de esquerda. O sociólogo e ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que teve sua tese orientada por Fernandes e depois foi seu assistente, considera que “Florestan era o que havia de melhor na USP” (SERRANO et al., 2020). Por outro lado, na época em que integrava o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o tucano liderou as iniciativas mais virulentas para desqualificar os escritos de Marini (OURIQUES, 2015).

Tanto Fernandes quanto Marini passaram pelas experiências do exílio e da anistia, mas só o segundo continuou proscrito pelos próprios pares após a redemocratização. Deste modo, recuperar a obra de Marini significa mais do que uma homenagem tardia ou a busca por um reconhecimento extemporâneo em relação à genialidade das suas ideias. Na verdade, essa é uma condição *sine qua non* para o avanço do marxismo no Brasil e, conseqüentemente, da teoria da Revolução Brasileira. Não é exagero afirmar que, depois de mais de trinta anos após o fim da ditadura empresarial-militar, o pensamento crítico ainda não se recuperou totalmente dos estragos feitos pela censura e pelo terrorismo de Estado. A produção e a divulgação de ideias foram duramente condicionadas pelas imposições da autocracia burguesa e pelo caráter tutelado da chamada abertura democrática. Ou seja, o prestígio de determinados autores em detrimento de outros não necessariamente advém das suas qualidades intelectuais ou da livre confrontação teórica.

O CEBRAP, que desde a sua criação, em 1969, recebe financiamento da Fundação Ford, é emblemático nesse sentido. Como explica Ouriques (2015), as publicações deste instituto de pesquisa serviram como um instrumento de neutralização das ideias revolucionárias no Brasil. A Revista do CEBRAP foi a arena na qual Fernando Henrique Cardoso e José Serra operaram distorções agudas contra a *Dialética da Dependência*, um dos mais brilhantes ensaios de Marini. Vários quadros da entidade foram discípulos de Florestan Fernandes, de tal sorte que o mestre sempre foi respeitado pelos cebrapianos. Entretanto, como aponta Castelo (2019), Florestan nunca foi convidado a participar do CEBRAP e, com o passar do tempo, o pai da escola paulista de sociologia foi perdendo espaço dentro da própria casa. Desacreditar a obra de Marini e domesticar o legado de Fernandes, como se percebe, são ações centrais na afirmação de uma alternativa liberal.

O duelo desigual na arena do pensamento social brasileiro acompanhou o processo de industrialização no início do século XX e a consolidação dos monopólios nas décadas de 1960 e 1970. Em ambos os momentos, diferentes projetos de país foram confrontados através de intensas lutas, tanto no campo social e político quanto no campo teórico. Porém, o acirramento das contradições e as grandes crises nacionais nunca foram superados por meio

de processos revolucionários. A cada mudança mais ampla no equilíbrio de forças na sociedade, uma nova saída pelo alto garante o rearranjo das classes dominantes e perpetua a espoliação das massas. Enquanto isso, velhas ideias são ressuscitadas com novas roupagens, mas as questões centrais seguem marginalizadas nas discussões sobre o futuro da nação, mesmo entre os que se autodeclararam “de esquerda”.

De acordo com Trindade e Bandeira (2020), a partir dos anos 1930, à medida que se ampliou a base econômica urbano-industrial no país, a burguesia industrial passou a ser vista como protagonista da modernização. Assim, no contexto de crise internacional, a Política de Substituição de Importações alicerçou a ascensão de uma nova classe empresarial. Posteriormente, nas décadas de 1940 e 1950, a CEPAL elaborou os fundamentos ideológicos de uma política de industrialização como alavanca para o desenvolvimento e a autodeterminação da nação. Os limites dessa estratégia ficaram explícitos nos anos 1960, quando se buscava aplicar a Substituição de Importações para além do setor de bens de consumo, abarcando também o setor de bens de produção. Tal manobra exigia grande capacidade de investimento e implicava em riscos consideráveis, condições que a burguesia latino-americana não poderia nem tinha interesse de enfrentar. Deste modo, o capital estrangeiro comandou a modernização dos setores mais lucrativos e o Estado foi convocado a assumir as demais áreas.

Além disso, segundo Trindade e Bandeira (2020, p. 3),

As contradições do capitalismo não apenas desorganizaram as condições materiais em que se sustentava os pressupostos da CEPAL, como frustraram as possibilidades de constituição de um desenvolvimento autodeterminado na periferia. Ao modificar os parâmetros de circulação, produção e realização do capital, a grande empresa monopolista utilizou-se do fortalecimento dos mercados internos da periferia para instituírem novas fronteiras para a realização e expansão da produção global. Este movimento abalou as bases do nacional-desenvolvimentismo, que passaram a subordinar-se aos ímpetus do capital monopolista internacional.

Fazendo um balanço geral do pensamento social latino-americano, Marini (1992) afirma que, até as primeiras décadas do século XX, a atividade intelectual limitava-se a uma espécie de imitação das principais correntes teóricas existentes na Europa. Esse pensamento colonizado era evidente tanto na reprodução das ideias liberais e positivistas, em um primeiro momento, quanto nas tentativas de copiar certas teses marxistas, em um segundo momento. A convergência entre o nascente pensamento anti-imperialista e florescimento do marxismo após a revolução bolchevique de 1917 produziu os primeiros ensaios de originalidade, com destaque para a contribuição de Mariátegui (2007). Todavia, obstáculos como a coerção política burguesa e a rigidez doutrinária da Terceira Internacional colaboraram para sufocar essa tendência.

No Brasil, a o levante armado da Aliança Nacional Libertadora (ALN), em 1935, fracassou, sendo sucedido por uma intensa repressão policial que desarticulou o PCB e diversas outras organizações populares. Na sequência, até os anos 1950, predominaram trabalhos de caráter historiográfico, campo no qual o brasileiro Prado Jr. (1961) se notabilizou. Nesse contexto, a reorganização do PCB ocorreu sob forte influência da Internacional Comunista (IC), “para quem a América Latina era idêntica à Ásia (a “China do Extremo Ocidente”, segundo o VI Pleno da Internacional Comunista), sendo a ela inteiramente aplicáveis as teses relativas à questão colonial” (MARINI, 1992, p. 86). Tais teses desconsideravam diferenças monumentais entre América Latina e Ásia – notadamente o fato de que, naquela época, a América Latina já tinha passado por mais de um século de desenvolvimento capitalista e de formação de Estados nacionais formalmente independentes.

A Estratégia Democrático-Nacional derivava dessa leitura, que acabou desarmando ideologicamente os comunistas diante dos desenvolvimentistas. Como explica Marini (1992, p. 86), “é nessa perspectiva que os comunistas latino-americanos levantam o lema da revolução democrático-burguesa, anti-feudal e anti-imperialista, ao mesmo tempo que postulam a existência de uma burguesia nacional capaz de levá-la a cabo.” No caso brasileiro, as críticas de Prado Jr. (1977) à postura caudatária do PCB em relação à burguesia não chegaram a representar a superação da EDN, propondo, na verdade, a sua radicalização.

O desenvolvimentismo foi produto da estruturação de uma verdadeira escola de pensamento na América Latina, cujos expoentes foram o argentino Raúl Prebisch, o brasileiro Celso Furtado e o chileno Anibal Pinto: a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. De acordo com Ricardo Bielchowsky, por toda a segunda metade do século XX, a CEPAL foi “a principal fonte mundial de informação e análise sobre a realidade econômica e social latino-americana” (BIELCHOWSKY, 2000, p. 15). Sua tarefa era dar respostas às inquietações das nações periféricas diante das desigualdades internacionais, oferecendo explicações e formulando políticas de base keynesiana como uma alternativa de progresso seguro em relação ao perigo marxista. Constatada uma tendência mundial de proliferação das críticas ao subdesenvolvimento, a caracterização desse fenômeno e a elaboração de estratégias de superação assumiram um papel crucial. Nesse contexto, a CEPAL deveria ser uma agência de difusão das teorias do desenvolvimento.

Segundo Marini (1992, p. 71),

A teoria do desenvolvimento tratará, pois, de precisar o conceito de crescimento ou desenvolvimento econômico, partindo da ideia de que ele corresponde ao desdobramento do aparelho produtivo, em função da conhecida classificação deste

em três setores: primário, secundário e terciário. A fim de explicar porque são os países avançados aqueles em que esse desdobramento ganha plena expressão, a teoria toma o processo de desenvolvimento econômico que neles ocorreu como um fenômeno de ordem geral e a posição que eles ocupam como estágio superior, colocado no extremo de um *continuum* evolutivo. As diferentes economias que integram o sistema internacional se encontrariam em fases distintas desse processo e apresentariam, pois, distintos graus da escala do desenvolvimento.

A partir dessa perspectiva, o subdesenvolvimento era entendido como uma fase pré-industrial que poderia ser ultrapassada por qualquer país que reunisse condições para a modernização. O caminho do progresso seria marcado por uma dualidade estrutural, isto é, a tensa convivência entre formas arcaicas e modernas. Subestimando as diferenças qualitativas entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, tal ponto de vista acaba simplificando a realidade com base em descrições e dados quantitativos, como o Produto Interno Bruto, a renda *per capita*, os índices de escolarização e outros selecionados para classificar os países com uma espécie de régua do desenvolvimento. Tratava-se de um enfoque adequado à política de domesticação ideológica para responder às pressões terceiro-mundistas no pós-guerra. Porém, no contexto latino-americano, a CEPAL não se limitou a reproduzir a teoria do desenvolvimento, introduzindo alterações e aportes decisivos para garantir a originalidade do desenvolvimentismo latino-americano. Na avaliação de Ocampo (1998, p. 3, tradução nossa), “desde os primeiros anos de vida da CEPAL, se desenvolveu um método analítico próprio”.³⁸

A CEPAL elaborou uma crítica da teoria clássica do comércio internacional, segundo a qual cada nação poderia obter melhor competitividade com a especialização na produção de bens nos quais possui vantagens comparativas, de modo que as transações no mercado internacional culminariam em benefícios para todos os envolvidos. Na verdade, Prebisch (1949) verificou que, desde o último quartel do século XIX, ocorreu uma deterioração dos termos de troca em prejuízo das economias primário-exportadoras, o que implicava na transferência de riquezas dos países subdesenvolvidos em benefício dos países desenvolvidos. Um dos pilares da concorrência mundial, a produtividade, está diretamente associada ao avanço do setor industrial, de maneira que a debilidade desse setor nas economias periféricas representa uma desvantagem iniludível e estabelece condições necessariamente desiguais no comércio internacional. Complementando o círculo vicioso, a incipiência da indústria nos países subdesenvolvidos restringe a oferta de empregos, o que cria um enorme excedente de força de trabalho e diminui os padrões de renda dos trabalhadores. Conseqüentemente, o rebaixamento dos níveis salariais desestimula o incremento tecnológico, bem como estreita o mercado interno.

³⁸ Desde los primeros años de la vida de la CEPAL, se desarrolló un método analítico propio.

De acordo com Marini (1992, p. 80),

No curso dos anos cinquenta, paralelamente ao avanço da burguesia industrial, tanto em países que já era forte – como Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, México – quanto nos outros, que têm então seu crescimento industrial acelerado, o desenvolvimentismo se converte na ideologia dominante e na matriz por excelência das políticas públicas. Entretanto, depois de uma década de expansão, a economia latino-americana desemboca, nos anos sessenta, na crise e na estagnação, pondo a nu as características perversas que havia assumido o processo de industrialização. Isso não poderia deixar de repercutir profundamente nos arraiais cepalinos, provocando uma crise ideológica de vastas proporções.

A industrialização concentrada no setor de bens de consumo acarreta na demanda de importar bens de capital, o que, por sua vez, pressupõe a necessidade de obter divisas. A incapacidade da indústria local de competir no mercado externo tornava-a inapta para a tarefa. No caso das exportações agro minerais, as transações ficavam sujeitas à deterioração dos termos de troca, como foi apontado anteriormente. Assim, consolidou-se a dependência de investimentos estrangeiros, cujos fluxos se relacionam à robustez do mercado interno. Finalmente, a ausência de reformas estruturais, como a reforma agrária, caracteriza uma política de industrialização realizada sobre a velha base primário-exportadora. Portanto, o gargalo estrutural para a expansão do mercado interno se associa ao descompasso entre crescimento urbano desenfreado e a oferta de alimentos para abastecer grandes cidades, impondo a elevação de preços a uma população já acimada pelos baixos salários. Esses são, em síntese, os principais ingredientes da falência do desenvolvimentismo enquanto alternativa progressista para a sociedade brasileira.

Emergiu, então, a teoria da dependência. Com os golpes militares na América Latina, em meados da década de 1960, a intelectualidade crítica entrou na mira da repressão e muitos pensadores foram obrigados a deixar seus países. O Chile se tornou um dos principais pontos de encontro de intelectuais exilados, estabelecendo um ambiente de intenso intercâmbio de ideias e experiências entre teóricos marxistas e militantes da esquerda revolucionária. Para essa corrente, “o subdesenvolvimento não é uma etapa que precede o desenvolvimento, ele é um produto do desenvolvimento do capitalismo mundial; nesse sentido, ele corresponde a uma forma específica de capitalismo” (MARINI, 1992, p. 88). A economia dependente pode crescer, mas esse crescimento não elimina as diferenças em relação aos países centrais. De acordo com Bamberger (2019), é a evolução do capitalismo mundial quem define as diferentes formas de existência do capitalismo dependente em cada país e em cada época. Portanto, em oposição à tradição cepalina, a teoria da dependência negava a viabilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo na periferia. A teoria da dependência negava também a concepção de imperialismo como algo externo às economias dependentes, analisando a

integração das suas estruturas sociais, econômicas e políticas sob a perspectiva do capital nacional e internacional (DOS SANTOS, 1978).

Após o golpe comandado por Augusto Pinochet e a derrota da Unidade Popular no Chile, em 1973, as reações à teoria da dependência na América Latina se ampliaram. Os dependentistas foram acusados de subestimar as relações de exploração no interior de cada país, deixando em aberto questões fundamentais como a formação histórica do capitalismo latino-americano e as especificidades da dinâmica interna da região. Para os críticos da teoria da dependência, era um erro colocar o imperialismo no primeiro plano das análises e secundarizar um tema tão importante como a acumulação primitiva de capitais na América Latina. Como aponta Marini (1992, p. 92), “conforma-se assim a corrente endogenista, onde, ao lado de Cueva (o menos endogenista e o mais dependentista de todos eles), figuram historiadores como os mexicanos Enrique Semo e Roger Bartra, o brasileiro Cyro F. S. Cardoso, entre outros”. Essa corrente produziu estudos de referência sobre o período colonial, a questão agrária e a luta de classes na América Latina.

Em paralelo, o fortalecimento da burguesia industrial latino-americana criou condições para uma nova ofensiva ideológica. O cenário internacional favorecia essa empreitada, pois a crise do petróleo nos anos 1970 e o acirramento da concorrência entre as grandes potências provocaram impactos significativos no andar de cima da economia mundial. Os choques do petróleo afetaram particularmente os grandes importadores mundiais do produto. Ao mesmo tempo, o crescimento do Japão e dos países da Europa ocidental, em especial a Alemanha, estabeleceram um novo equilíbrio internacional de forças, abrindo espaço para os chamados países emergentes. Assim, os detentores do capital financeiro nas nações de porte econômico intermediário, como Brasil, Argentina e México, tinham a oportunidade de ampliar sua projeção global, depois de terem consolidado sua hegemonia no plano interno.

Segundo Marini (1992, p. 95),

No caso brasileiro, e também argentino, o auge da burguesia industrial dá lugar a um vigoroso projeto de afirmação nacional, ao abandono do alinhamento automático com os Estados Unidos (através da diplomacia chamada de pragmatismo responsável) e à exacerbação de sua política subimperialista. Neste sentido, a ditadura militar implementa uma nova substituição de importações, centrada agora nos bens de capital, acentua a sua política sul-americana baseada na exploração e na prepotência – que se exerce, principalmente, em relação ao Paraguai e a Bolívia – e firma, por mediação do então secretário de Estado Henry Kissinger, um acordo de consultas mútuas com os Estados Unidos, reservado até então a potências de maior porte. Ao mesmo tempo, consegue acesso a tecnologias sofisticadas, que lhe haviam sido negadas, como no caso do acordo com a Alemanha sobre tecnologia nuclear, em 1975-76. O projeto brasileiro ficou, inclusive, plasmado no II Plano Nacional de desenvolvimento, lançado pelo governo Geisel, no qual se consagrava a ideia do “Brasil potência”.

A dita distensão política – lenta, gradual e segura para as classes dominantes – suscitava grande preocupação no empresariado sobre como manter a transição de regime sob controle, evitando a radicalização das lutas populares. Assim sendo, a adoção imediata e total do receituário do FMI e do Banco Mundial poderia acirrar a polarização social em meio a um delicado processo de reabertura democrática. Ao mesmo tempo, a brutalidade estatal era direcionada estrategicamente para alguns alvos prioritários – organizações de esquerda que pudessem ajudar a empurrar as lutas populares para além dos limites que a burguesia e os militares estavam dispostos a ceder.

O relatório da Operação Gringo/CACO – documento de 1979, revelado apenas em 2014 – mostra que, mesmo fora da luta armada, o Partido Comunista Brasileiro era considerado pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) um dos principais inimigos do regime empresarial militar.³⁹ Com esse fundamento, a ditadura deflagrou a operação Radar, que, entre 1973 e 1977, assassinou mais de 20 quadros nacionais do PCB.⁴⁰ Em função da repressão, a maior parte do Comitê Central encontrava-se exilado, basicamente na Europa. Os dirigentes mais inseridos no movimento sindical e popular permaneceram ou voltaram ao Brasil. Esses foram, portanto, massacrados pelo Estado. Considerando-se os assassinatos perpetrados desde o início do golpe, o PCB amargou 39 baixas conhecidas ao total, além de dezenas de presos, torturados e desaparecidos (ANDRADE, 2022).

Após a aniquilação da resistência armada, o governo voltou seu aparato contra o “Partidão”. A organização era vista pelos donos do poder como a maior ameaça de longo prazo à ordem vigente. O CIE preocupava-se com sua capacidade de sobreviver na clandestinidade; com a qualidade de seus quadros, considerados “mais capazes e de maior experiência”; com seu potencial de organização nacional e internacional; com sua receptividade nas massas, no meio operário e intelectual; sua penetração nos sindicatos urbanos e rurais; sua política para o meio militar. No entanto, após sucessivos reveses impostos pela ditadura, o PCB foi enfraquecido. Nesse contexto, ao insistir na tática política da frente ampla democrática, o Comitê Central remanescente cometeu um erro que custou muito caro ao partido. Em 1980, a ruptura de Luiz Carlos Prestes com o partido agravou a

³⁹ A Operação Gringo/ Caco tinha como objetivo monitorar e combater as chamadas organizações “subversivas” com atuação no território brasileiro e suas ligações internacionais, sobretudo na América Latina. Em meados de 2014, o Ministério Público Federal descobriu um relatório a esse respeito na casa do tenente-coronel do Exército Paulo Malhães, ex-agente da repressão morto no mesmo ano. Relatório disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/614-documentos-citados-capitulo-6.html>.

⁴⁰ A Operação Radar foi uma grande ofensiva do Exército para dizimar o PCB, resultando na prisão, tortura e morte de vários militantes, além da destruição de gráficas clandestinas do partido e desmantelamento de comitês regionais.

crise. Naquela ocasião, as palavras do velho revolucionário resumiram o problema de maneira bastante precisa: “Fica cada vez mais evidente que, através de intrigas e calúnias, o inimigo de classe – após nos ter desferido violentos golpes nos últimos anos – pretende agora minar o PCB a partir de dentro, transformando-o num dócil instrumento de legitimação do regime” (PRESTES, 2012, p. 86).

Enquanto isso, era gestado o Partido dos Trabalhadores, apresentando-se como alternativa política para a luta autônoma da classe. O PT nasceu aglutinando as insatisfações da classe operária, camadas médias e setores populares em geral contra as péssimas condições de vida no país, agravadas pela falência do “milagre econômico”. Para enfrentar o arrocho salarial, a carestia, a precarização dos serviços públicos, a falta de democracia etc., o PT propunha a independência dos trabalhadores em relação à burguesia – mesmo de sua suposta “ala democrática”. O Novo Sindicalismo se fortalecia e, com o passar dos anos, a hegemonia do PT e da CUT no movimento sindical e popular ficou evidente, superando a influência dos comunistas.

O desenvolvimento subimperialista, por sua vez, carecia de uma ideologia que o legitimasse. Conscientemente ou não, o fato é que essa demanda foi abraçada tanto por antigos desenvolvimentistas como Furtado (1974) e Tavares (1998) quanto por alguns dependentistas como Cardoso (1975), dando origem a uma corrente neodesenvolvimentista. Essa corrente retoma a antiga aspiração por um desenvolvimento capitalista autônomo, agora com um cariz socialdemocrata. O tema da distribuição de renda assume, então, grande centralidade nos debates entre os ideólogos do regime militar e a oposição liberal. No entanto, a vida se encarregou de sufocar precocemente os anseios neodesenvolvimentistas, pois, no início dos anos 1980, as crises da dívida externa na América Latina colocaram os países da região de joelhos diante do FMI e abriram caminho para a ofensiva neoliberal que havia começado com a derrubada de Allende em Santiago e se espalhou de forma devastadora, principalmente a partir da década de 1990 (KATZ, 2015). Portanto, como aponta Marini (1992), desde a década de 1980 há uma estagnação do pensamento social latino-americano e a esquerda não tem conseguido avançar na formulação da base teórica para uma estratégia alternativa da classe trabalhadora.

Segundo o autor, “reverter essa situação é tarefa hoje prioritária. Para isso, é necessário retomar o fio do pensamento crítico de esquerda naquele ponto em que ele alcançou o seu nível mais alto e que corresponde à teoria da dependência” (MARINI, 1992, p. 100). A proposta de Ruy Mauro tem sido ignorada pela maioria da esquerda. E não são apenas as alas mais reformistas as que desprezam suas contribuições. Mesmo entre autores militantes

que se pretendem vinculados a uma perspectiva socialista e revolucionária, a Teoria Marxista da Dependência tem sido subestimada ou mesmo ignorada nas últimas décadas. Os paulistas Sampaio Jr. e Sampaio (2000), por exemplo, reduzem a discussão clássica sobre a Revolução Brasileira a dois autores, ambos de São Paulo, como eles próprios: Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, que, por sinal, eram muito amigos. Iasi (2019), também de São Paulo, cita os mesmos pensadores – Caio Prado e Florestan – ao discutir sobre o inventário crítico da Estratégia Democrático-Popular e a busca de um caminho para a Revolução Brasileira, sem mencionar o nome de Marini.

Esses exemplos não foram escolhidos ao acaso. As trajetórias de Plínio de Arruda Sampaio, Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Mauro Iasi são emblemáticas em relação ao que representa “a era da Estratégia Democrático-Popular” no movimento operário e popular. Os três foram quadros do PT, mas romperam com essa agremiação em meados dos anos 2000. Plínio pai e Mauro concorreram juntos nas eleições ao governo do estado de São Paulo em 2006, representando a chapa da coligação PSOL-PCB. Em 2010, Plínio de Arruda Sampaio foi o candidato do PSOL para a presidência do Brasil. Em 2014, Mauro Iasi foi candidato a presidente da República pelo PCB. Plínio Jr. se lançou pré-candidato à presidência da República pelo PSOL em 2018, mas perdeu a disputa interna para Guilherme Boulos, escolhido pela maioria dos delegados para representar a sigla naquele pleito. Ou seja, não apenas o PT, mas também em organizações que se apresentam como alternativa mais à esquerda, destacam-se intelectuais que pensam uma teoria da Revolução Brasileira confinada aos clássicos admitidos pela escola paulista de sociologia.

Adotando outra referência teórica, Fernando Correa Prado traz uma reflexão importante:

O que a teoria marxista da dependência fez em suas origens, *ao disputar e contribuir na formulação e realização da estratégia socialista para a América Latina*, entre muitas outras contribuições, foi disputar a compreensão da categoria “dependência”, a partir do marxismo, organicamente vinculada à esquerda revolucionária, em direta crítica e tentativa de superação da estratégia democrático-burguesa ou democrático-nacional. E este é o sentido que deve ter o resgate atual da teoria *marxista* da dependência. Tal como a TMD em seu momento de origem – ou a *esquerda revolucionária*, conforme se denominavam e na qual se inscreviam os/as autores/as da TMD – fez em relação à estratégia democrático-burguesa, cabe agora, também, fazer o balanço geral da estratégia predominante na esquerda no atual período histórico, visando superá-la – afinal, estamos sendo derrotados, sofremos um novo golpe em 2016, e isso demonstra, no mínimo, problemas em nossa estratégia predominante. (PRADO, 2019, p. 118).

Concordando com a proposta acima, é necessário fazer o balanço crítico da hegemonia petista na esquerda brasileira ao longo de mais de quarenta anos. Não apenas um balanço político, mas, sobretudo, um balanço teórico. Ou seja, uma análise dos fundamentos que

orientaram as lutas do movimento operário e popular nas últimas décadas e continuam, até os dias atuais, guiando as ações dos principais partidos de esquerda tanto no âmbito da sociedade civil quanto na esfera do Estado. A falência do desenvolvimentismo e da Estratégia Democrático-Nacional exigiam uma reformulação teórica por parte dos intelectuais orgânicos do proletariado. Os teóricos da TMD se apresentaram para dirigir essa reformulação, mas sua repercussão nos campos acadêmico e político não foi proporcional à grandeza de seu êxito teórico. A Estratégia Democrático-Popular foi construída para preencher essa lacuna e contou com grande adesão não apenas entre sindicalistas, militantes de movimentos sociais e quadros partidários, mas também no meio intelectual.

Porém, à medida que o neoliberalismo foi sendo implementado no Brasil, a esquerda, sob a liderança petista, caminhou para a defesa de um programa neodesenvolvimentista como alternativa para os trabalhadores. Assim, a perspectiva anticapitalista, se em algum momento existiu nesse movimento, converteu-se, no máximo, em um princípio abstrato e deu lugar, no terreno estratégico, a uma perspectiva meramente antineoliberal. Cabe ponderar que, após a derrota das experiências socialistas no leste europeu, a conjuntura internacional nunca foi tão adversa para os defensores da superação revolucionária do capitalismo – e, portanto, foi um momento de insulamento das vanguardas mais radicais. Portanto, não foi nada surpreendente que uma Estratégia Democrático-Popular tivesse maior adesão do que uma proposta diretamente socialista e que o neodesenvolvimentismo fosse amplamente aceito como o mais avançado programa possível para um governo de esquerda no Brasil. Uma vez identificado e analisado criticamente o embasamento desse programa, importa avançar para a discussão dos seus limites e contradições. Essa é a proposta do próximo capítulo.

3 AS CONTRADIÇÕES DO NEODESENVOLVIMENTISMO

O primeiro ciclo de governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, iniciado com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e prolongado até o golpe que depôs Dilma Rousseff em 2016, representa um período crucial para a análise das contradições estruturais que marcaram o país nas primeiras décadas do século XXI, quando houve uma tentativa de reviver o desenvolvimentismo – agora chamado de neodesenvolvimentismo (GEBRIM, 2020). O projeto neodesenvolvimentista, encarnado pelos governos petistas, buscou promover uma forma de desenvolvimento econômico com inclusão social, pautado em políticas de redistribuição de renda, fortalecimento do mercado interno e a ampliação do papel do Estado na economia. No entanto, esse projeto se viu cada vez mais fragilizado por contradições internas e externas, que culminaram no colapso de suas bases e na queda do governo Dilma.

Neste capítulo, propomos uma reflexão crítica sobre os limites e as fragilidades do neodesenvolvimentismo, abordando como a atuação do PT no governo federal, embora tenha alcançado alguns avanços nos indicadores sociais, não realizou transformações de caráter estruturais. A partir de uma análise da política econômica e das políticas sociais dos governos Lula e Dilma, discutiremos as tensões entre a conciliação de classes e os impasses de um projeto que se mantinha atrelado à lógica capitalista global. Além disso, exploraremos as contradições dentro da própria base de apoio do PT, tanto no movimento sindical e popular quanto nas elites, que, em um cenário de crise econômica e política, passaram a se opor ao governo.

A análise se concentrará, principalmente, na vulnerabilidade política e nas tensões sociais inerentes a um programa que, ao tentar balancear as demandas do mercado financeiro e as expectativas populares, acabou perdendo apoio e abrindo espaço para a ascensão de forças reacionárias. A ação desses setores, aliada a um contexto internacional de crescente pressão sobre o Brasil, favoreceu o golpe de 2016, que interrompeu o ciclo petista e impôs graves retrocessos no país. Este capítulo, portanto, tenta lançar um olhar abrangente sobre os limites do projeto neodesenvolvimentista, demonstrando como as ambiguidades do PT foram cruciais para o desfecho do governo Dilma, que, no final, se viu incapaz de conter o avanço da extrema-direita.

3.1 Crise do socialismo soviético, cerco neoliberal e a alternativa petista no Brasil

Enquanto a classe trabalhadora brasileira se reorganizava e avançava em meio à luta contra a ditadura empresarial-militar, a conjuntura internacional caminhava para um estreitamento das perspectivas revolucionárias. Além disso, era nítido o caráter restrito da transição política ocorrida no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. A transição democrática concebida pelas classes dominantes não poderia ocorrer sem a neutralização prévia das vanguardas proletárias mais radicais, presentes tanto na resistência armada quanto nas mobilizações de massas entre os operários e a juventude. Agravando esse quadro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi derrotada na virada dos anos 1980 para os anos 1990. Tal contexto adverso teve influência significativa sobre o processo de formação dos novos instrumentos políticos e sindicais dos trabalhadores, notadamente o PT e a CUT, contribuindo para sufocar seus elementos anticapitalistas e fortalecer seus aspectos de integração à ordem.

Em que pese o caráter geral da contraofensiva capitalista ao final do século XX, sua manifestação nos diferentes espaços regionais e nacionais foi marcada por peculiaridades que não podem ser desprezadas. A América Latina, inclusive, passou por experiências bem diversas. Por exemplo: enquanto no Brasil a crise dos anos 1970 fomentou o desgaste do regime empresarial-militar, motivando mobilizações de massas e greves no coração do setor produtivo, no Chile esse processo serviu de fermento para o golpe de estado reacionário contra o governo da Unidade Popular, possibilitando a introdução precoce do neoliberalismo no âmbito da ditadura sangrenta ali instalada. Já no dito Primeiro Mundo, a crise impactou corroendo as bases do *welfare state*.

Como explica Mandel (1990), a crise de 1974/75 atingiu com mais gravidade os países dependentes (à exceção dos membros da OPEP), em função de quatro elementos principais: a) a alta do petróleo e, sobretudo, dos víveres e fertilizantes químicos; b) a queda nos preços das demais matérias primas; c) o aumento no déficit nos balanços de pagamentos, absorvendo financiamentos internacionais e atrasando a modernização produtiva; d) a retração da produção agrícola e industrial, em consequência da reação internacional em cadeia. Nesse sentido é que, em meados dos anos 1970, o Brasil aparece no topo do ranking de déficits do balanço de pagamentos entre os países dependentes, totalizando um déficit da ordem de sete bilhões de dólares. A ditadura deflagrada em 1964 recrudescia ano a ano o arrocho salarial e a precarização das condições de trabalho. Como assinala Iasi (2012, p. 16), “Em 1978 começam

as primeiras greves na Mercedes, na Ford e, depois, no dia 12 de maio, na Saab-Scania. Em 1979 já eram mais de três milhões de trabalhadores em greve em 15 estados brasileiros [...]”. Portanto, em meio a uma conjuntura internacional bastante complexa e nos estertores do regime empresarial-militar, reuniram-se as condições para uma nova fase das lutas de classes no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores foi gestado na disputa pela síntese política deste ascenso das massas, agregando setores variados da resistência à ditadura, da nova classe operária do Sudeste – especialmente no ABC paulista – e da Teologia da Libertação.⁴¹ Sua afirmação enquanto instrumento de luta se daria, por um lado, contra o governo militar, consumido pela repressão prolongada e pelos limites de seu projeto econômico; por outro lado, como contraponto ao PCB, visto como representante brasileiro da “escravidão marxista”, conforme os termos utilizados por Lula em meados da década de 1970.⁴² O PT procurou se diferenciar através da crítica à Estratégia Nacional Democrática e aos seus desdobramentos táticos no enfrentamento à ditadura entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980. Tal polêmica foi travada com discussões eivadas de reducionismos e preconceitos.⁴³

Já nos anos 1980, Francisco de Oliveira alertava para o fato de que

“(...) a crítica de intelectuais e ‘intelectuais orgânicos’ do PT ao seu irmão mais velho é não apenas equivocada, mas apresenta possibilidades de repetir, em mais de um caso, os mesmos erros táticos e estratégicos que marcaram a vida do PC brasileiro” (OLIVEIRA Apud FALCÃO, 2010, p. 236).

⁴¹ Movimento cristão nascido na América Latina da década de 1960, a Teologia da Libertação incorpora de maneira peculiar elementos do marxismo às concepções religiosas católicas. A esse respeito, conferir Gustavo Gutierrez. *Teologia da Libertação*. São Paulo: Vozes, 1975 e Leonardo Boff. *Teologia do Cativo e da Libertação*. São Paulo: Vozes, 1980.

⁴² Em discurso pronunciado por ocasião de sua posse como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1975, Lula afirmou: “O momento da História que estamos vivendo apresenta-se, apesar dos desmentidos em contrário, como dos mais negros para os destinos individuais e coletivos do ser humano. De um lado vemos o homem esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais mezinhos ideais de liberdade, limitado em sua capacidade de pensar e se manifestar. E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico explorado por outros homens, privados da dignidade que o trabalho proporciona, tangidos pela febre do lucro, jungidos ao ritmo louco da produção, condicionados por leis bonitas, mas inaplicáveis, equiparados às máquinas e ferramentas”, conferir Rainho (1983, p. 187) citado por Mauro Iasi. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 363.

⁴³ Como explica Santana, “o Partido Comunista Brasileiro, por sua tradição e peso político, e por ter sido a referência da política de esquerda durante décadas, será aquele com o qual o PT travará forte disputa. De forma esquemática, pode-se dizer que era momento no qual, simbólica e concretamente, a ‘novidade’ enfrentava a ‘tradição’.” Marco Aurélio Santana. *Partidos e Trabalhadores na Transição Democrática: A Luta Pela Hegemonia na Esquerda Brasileira*. IN: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, pp. 787-826, 2012. p. 788.

Efetivamente, em menos de vinte anos o PT se tornara, em diversos aspectos, aquilo que negava, ou pior, algo aquém do que negava.⁴⁴ É forçoso reconhecer, contudo, que se trata de um equívoco considerar que esta organização política sempre foi o que é hoje, como se não houvesse um complexo processo transformista a ser estudado. Se é verdade que determinadas características atuais do PT já estavam contidas em germe desde a sua fundação, é verdade também que a prevalência de determinadas possibilidades em detrimento de outras não foi obra da natureza. Esta ideia encontra apoio em inúmeros documentos, como, por exemplo, a Carta de Princípios divulgada pela Comissão Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores em maio de 1979: “O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, S.D.).

Cinco meses antes, o IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo discutia a fundação do PT. A Tese de Santo André-Lins, aprovada naquela ocasião, afirmava em seu primeiro parágrafo:

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, S.D.).

A relativização deste posicionamento foi consolidada algumas décadas depois, de modo que as razões pelas quais algumas tendências se desenvolveram enquanto outras foram anuladas são sociais e históricas. Logo, o caminho mais proveitoso no tratamento desse problema passa pelo exame das condições históricas de formação e crescimento do PT e pela análise do processo pela qual sua metamorfose foi operada. O PT cresceu e se consolidou tendo como pano de fundo um momento histórico bastante adverso aos trabalhadores no plano internacional, com fortes reflexos no plano nacional. De acordo com Harvey (2005, p. 140), “na longa dinâmica da luta de classes depois da crise de 1973, os movimentos da classe trabalhadora em todo o mundo foram postos na defensiva”. Mas as especificidades da condição brasileira determinam um quadro *sui generis* nas décadas de 1970 e 1980. A reação

⁴⁴ De acordo com Cignachi, “é praticamente consenso, tanto para atores políticos quanto acadêmicos, situados em defesa ou oposição, que o PT sofreu várias transformações que o distinguem de seus caracteres iniciais”. Henrique Cignachi. *As Interpretações da Metamorfose do PT a Partir da Esquerda Brasileira*. IN: Em Debate: Rev. Dig., Florianópolis: n. 8, pp. 126 a 147, 2012. p. 127.

burguesa à crise já estava em curso em muitos países, entretanto duas questões foram centrais para condicionar o ritmo da adesão brasileira às novas orientações conservadoras: o processo de transição democrática e a resistência popular ao desmonte da estrutura produtiva construída na época das substituições de importações (BEHRING, 2008).

Assim, coube à reestruturação produtiva do capitalismo impor retrocessos ao proletariado no período, principalmente em sua forma sindical de organização, afetando um dos principais pilares do PT em termos de base social. Na Central Única dos Trabalhadores, esse processo marcou a transição de uma ação sindical de confronto até o final dos anos 1980 para um sindicalismo propositivo e negociador no período seguinte (TUMOLO, 2002). A rearticulação das classes dominantes, por sua vez, não se restringiu a rearranjos meramente políticos e jurídicos no interior do Estado. De acordo com Castelo (2013, p. 342), “[...] produziu-se, assim, uma derrota estrutural no plano econômico que permaneceu subterrânea até os anos 1990, quando transformações neoliberais na superestrutura vieram consolidar e aprofundar a supremacia burguesa”.

As transformações neoliberais que desenterraram a derrota estrutural da classe trabalhadora colocaram a supremacia dos setores burgueses em outro patamar. Uma vez que a possibilidade de um caminho pela esquerda para o desenvolvimento capitalista no Brasil fora historicamente sepultada com a ditadura e o campo socialista sofrera uma grave derrota com a desagregação da União Soviética entre 1989 e 1991, estavam dadas as condições para o reordenamento econômico, político e social do Brasil no sentido de abolir mecanismos protecionistas, privatizar empresas públicas e desmontar os tímidos direitos sociais e trabalhistas ainda existentes. Os efeitos para o proletariado foram nefastos. O aumento do desemprego, bem como a precarização das relações de trabalho e das condições de vida da maior parte da população criaram um solo fértil para o discurso contra os “privilégios” de servidores públicos, intimidando também operários com certa estabilidade no setor privado. Assim, segmentos importantes do movimento sindical foram colocados na defensiva e aumentou a fragmentação da classe trabalhadora. Enquanto isso, no andar de cima, ampliava-se a coesão do bloco burguês, beneficiado com o aumento da exploração da força de trabalho, a mercantilização de uma gama cada vez mais vasta de atividades e o assalto ao fundo público (BARBOZA e ANDRADE, 2020).

As análises desse processo, no entanto, suscitam enormes polêmicas. Como explica Boito Jr. (2002), para alguns, o neoliberalismo corresponde ao processo de desindustrialização na América Latina. Daí se compreende que o setor mais prejudicado seria a burguesia produtiva, em benefício do rentismo, do capital especulativo e do imperialismo. A

consequência política desta concepção é o ressurgimento de posições nacionalistas e (neo)desenvolvimentistas. Para outros, a eliminação das fronteiras entre nações e ramos econômicos, isto é, entre as burguesias local, global, industrial, bancária, comercial etc., teria desencadeado um movimento de homogeneização da burguesia. Essa burguesia homogênea, portanto, se beneficiaria indistintamente do neoliberalismo.

Segundo Boito Jr. (2002, p. 18),

Para compreender essa situação complexa, precisamos desagregar a política neoliberal em cada uma de suas partes componentes e cotejar cada uma delas com os distintos interesses da burguesia. Podemos pensar os pilares da política neoliberal como uma série de três círculos concêntricos: a) o círculo externo e maior representando a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais; b) o círculo intermediário, representando a política de privatização e c) o círculo menor e central da figura, representando a abertura comercial e financeira.

Refutando as vertentes descritas anteriormente, o autor oferece ferramentas para uma análise mais precisa do fenômeno neoliberal no Brasil. Toda a burguesia tem interesse na desregulamentação do mercado de trabalho e na retirada de direitos sociais. Já as privatizações, para além do aspecto ideológico, atendem mais diretamente os anseios materiais dos monopólios – pois as regras dos leilões excluem pequenos e médios acionistas. Porém, mesmo entre os monopólios há uma hierarquia. A abertura comercial e financeira beneficia mais diretamente a burguesia financeira e o imperialismo, trazendo consequências no mínimo contraditórias para a burguesia industrial. Contudo, entre enfrentar o setor bancário do capital monopolista e o imperialismo ou transferir os efeitos da concorrência estrangeira, da redução dos investimentos produtivos e da política de juros para a classe trabalhadora, fica evidente qual tem sido a opção histórica dos industriais.

As políticas de ajuste fiscal – defendidas como a alternativa para retomar o desenvolvimento econômico, a criação de empregos e as políticas sociais –, em vez de representarem a solução, se tornaram a causa da crise, desequilibrando econômica e financeiramente o país, deixando o Estado social cada vez mais enfraquecido e fragmentando cada vez mais a sociedade, com altos índices de desigualdade e a retirada de direitos básicos dos trabalhadores. Na entrada do século XXI, os impactos sociais, políticos e econômicos desta crise enfraqueceram a legitimidade política e ideológica usufruída pelo neoliberalismo na última década do século anterior. A incapacidade das políticas neoliberais postas em prática aprofundou a crise social existente, sem conseguir nem retomar o desenvolvimento nem conquistar estabilidade política, gerando ampliação da desigualdade econômico-social e instabilidade institucional. Neste cenário, pressionados pelo recrudescimento das lutas sociais antissistêmicas derivadas da crise das políticas neoliberais de primeira geração, os setores

dominantes abertos à revisão do Consenso de Washington conseguiram atrair para o seu bloco de poder importantes setores entre seus antagonistas, conformando um processo transformista que atingiria em cheio o Partido dos Trabalhadores – muito antes da chegada de Lula à Presidência da República em 2003.

Parafraseando Marx (2006), todos os fatos e personagens de grande importância na história ocorrem, por assim dizer, duas vezes: a primeira como tragédia e a segunda como farsa. Na década de 1960, a Estratégia Nacional Democrática, preconizada pela principal força política operária e popular da época, o Partido Comunista Brasileiro, afirmava, grosso modo, que o Brasil era um país semifeudal, de modo que a burguesia nacional poderia cumprir um papel progressista na aliança contra o latifúndio e o imperialismo, criando as condições para a realização da etapa nacional e democrática da revolução. Apoiado por amplos segmentos empresariais, o golpe de 1964 eliminou na prática a tese de que haveria uma contradição estrutural entre a burguesia, o latifúndio e o imperialismo. Cabe ressaltar, porém, que, mesmo equivocada, havia na estratégia do PCB uma meta revolucionária e um caráter explicitamente anti-imperialista.

O Partido dos Trabalhadores, formado no ocaso da ditadura empresarial militar, identificava o neoliberalismo nos anos 1990 como um dos principais entraves, senão o principal, para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Para derrotar esse modelo econômico, seria necessária a formação de uma ampla frente neodesenvolvimentista, envolvendo a burguesia interna, a pequena burguesia e os trabalhadores. Considerando a correlação de forças desfavorável nos planos nacional e internacional, não seria possível realizar reformas ou combater o imperialismo de frente. Não se tratava sequer de reeditar o desenvolvimentismo das décadas passadas, mas de tão somente realizar o desenvolvimento possível dentro dos marcos neoliberais e reduzir o protagonismo do capital estrangeiro e da burguesia a ele associada.

O que foi apresentado como alternativa ao neoliberalismo se converteu em um eficiente instrumento de renovação da ordem neoliberal no Brasil, reduzindo, na prática, a disputa política nacional às disputas eleitorais entre social-liberalismo e neoliberalismo ortodoxo. Foi assim de 2002 a 2014, período em que o PT derrotou o PSDB em todas as eleições presidenciais. Parafraseando Coutinho (2010), as demandas dos “de baixo” foram tratadas no âmbito da pequena política, sem enfrentamentos à estrutura responsável pelos privilégios dos “de cima”, ou seja, tentando cercar a “grande política”. Esta operação funcionou, mas somente até o ano 2015.

3.2 Neodesenvolvimentismo e colaboração de classes

Inspirada no pensamento de Nicos Poulantzas, Berringer (2014) argumenta que o desenvolvimento de uma análise marxista sobre a realidade concreta deve considerar que o Estado e o modo de produção são conceitos abstratos-formais, que abrangem relações econômicas, políticas e ideológicas, mas que existem e se reproduzem em formações sociais historicamente determinadas. Portanto, para apreender as transformações operadas na esfera do poder, o Estado deve ser decifrado como uma expressão da formação social na qual está inserido. Por formação social entende-se a “combinação concreta de vários modos de produção ‘puros’ com a dominância de um modo sobre os demais. Essa combinação é uma realidade complexa marcada por um desenvolvimento desigual” (BERRINGER, 2014, p. 20).

Além disso, importa ressaltar que, enquanto indivíduos, os capitalistas estão em constante concorrência no âmbito do mercado, o que enseja dificuldades objetivas para a sua auto-organização como classe social. Assim sendo, de acordo com a autora, “cabe ao Estado organizar o bloco no poder — a unidade contraditória entre as classes e frações de classe burguesas” (BERRINGER, 2014, p. 22). Nesse sentido, a garantia dos interesses dominantes na direção do Estado não implica, necessariamente, que suas instituições sejam diretamente ocupadas por membros das respectivas frações burguesas, estabelecendo uma autonomia relativa da dimensão política e do próprio Estado em face das relações sociais de produção.

Tatiana Berringer afirma que o Estado é um aparelho dirigido pela classe ou fração hegemônica do bloco no poder, além de instância de organização do próprio bloco através de instáveis compromissos entre classes e frações de classe. Na constituição do equilíbrio de forças no interior do bloco no poder, o atendimento às reivindicações das classes dominadas segundo sua capacidade de pressionar em cada momento também é considerado. Conforme explica a professora e pesquisadora paulista, a configuração do bloco no poder diz respeito ao “modo específico de articulação entre as classes e frações de classe e a hegemonia de uma fração sobre as demais” (BERRINGER, 2014, p. 43). Segundo a autora, a configuração em tela definiria o estágio de determinada formação social, isto é, sua forma e seu regime político. A forma do Estado consistiria na relação entre a instância política e a instância econômica, podendo apresentar um cariz desenvolvimentista ou liberal, por exemplo. Quanto

ao regime, este compreenderia a relação entre classes sociais e partidos ou representantes políticos, o que cria as condições para alternativas mais ou menos democráticas.

Com relação às divergências de interesses entre as distintas frações burguesas, Berringer avalia que o principal conflito tende a ocorrer entre a burguesia industrial e as burguesias bancária e comercial, expressando “a contradição entre o processo de produção e circulação do capital em sociedades cujo desenvolvimento do capitalismo é avançado” (BERRINGER, 2014, p. 45). No entendimento da autora, o Brasil não escapa a essa regra, o que explicaria as nuances capazes de dividir diferentes setores empresariais em determinadas condições conjunturais. Partindo dessa base teórica, seria possível elucidar as variações verificadas na ação do Estado à medida que muda o equilíbrio de forças na sociedade e, conseqüentemente, ocorre a alternância de governos, conforme é esquematicamente apresentado no Quadro 1. Aplicando esse raciocínio à política externa, conclui-se que “os Estados pretendem garantir a maximização dos interesses do bloco no poder na cena política internacional, o que faz com que eles busquem estabelecer alianças e coalizões que possam aumentar a sua projeção no cenário” (BERRINGER, 2014, p. 48).

Quadro 1 – Fração hegemônica e a posição política do Estado em uma determinada conjuntura histórica

Posição do Estado na estrutura de poder internacional	Fração hegemônica no bloco no poder	Posição política do Estado em uma determinada conjuntura histórica
Estado imperialista	Burguesia cuja produção é prioritariamente voltada ao mercado externo	Expansionista
Estado imperialista	Burguesia cuja produção é prioritariamente voltada ao mercado interno	Isolacionista
Estado dependente	Burguesia compradora	Subordinação passiva
Estado dependente	Burguesia nacional	Antiimperialista
Estado dependente	Burguesia interna	Subordinação conflitiva

Fonte: BERRINGER, 2014, p. 50.

Tatiana Berringer analisa os processos políticos no Brasil à luz das mudanças na configuração de bloco no poder. A hipótese da autora é de que houve uma inflexão na política externa do Estado brasileiro na transição dos governos do PSDB para os governos petistas, associada à ascensão da grande burguesia interna no interior do bloco no poder. Berringer entende que a burguesia se subdivide em frações de classe, de modo que a burguesia compradora atuaria como mera correia de transmissão dos interesses imperialistas, enquanto a burguesia nacional, ao contrário, seria capaz de envolver-se na luta anti-imperialista. A burguesia interna, por seu turno, ocuparia uma posição intermediária.

A autora parte do pressuposto de que a guinada da política externa brasileira na passagem do governo de Fernando Henrique Cardoso para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva esteve relacionada ao declínio da hegemonia da burguesia compradora e do capital financeiro, que deu lugar ao fortalecimento da grande burguesia interna. Tal grupo seria composto sobretudo por setores das indústrias de bens de consumo duráveis, das estatais, da construção civil, de mineração, da logística e dos serviços. Segundo Berringer (2014, p. 47), “essa fração mantém relações complexas com o capital imperialista, pois possui base de acumulação própria e, ao mesmo tempo, é dependente do capital externo”. A autora caracteriza a relação entre capital externo e capital nacional como uma associação conflitiva, pois “a burguesia interna brasileira ao mesmo tempo em que é dependente do capital externo exige a proteção do Estado brasileiro para que ele limite a atuação desse capital, sobretudo quando a sua sobrevivência está ameaçada” (BERRINGER, 2014, p. 72).

Analisando a postura da diplomacia brasileira desde a década de 1960, Berringer afere um rompimento de Collor e FHC com Política Externa Independente inaugurada nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. A autora defende que, na década de 1990, houve um abandono da política de aproximação com os Estados dependentes, indo além da própria ditadura empresarial militar em termos de alinhamento com os Estados Unidos. De acordo como Berringer (2014, p. 91), “esse rompimento significou ainda o abandono das políticas desenvolvimentistas que estiveram presentes na política brasileira entre 1930 e 1980”. A abertura comercial do Brasil e o aprofundamento da subordinação da economia nacional ao FMI afetaram de forma negativa uma parte considerável das empresas brasileiras, gerando descontentamentos, principalmente na burguesia interna. Aliado às manifestações organizadas por movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos, esse fato foi importante para afirmar o fortalecimento do MERCOSUL em detrimento da implementação da ALCA.

Segundo Berringer (2014, p. 119),

a luta contra a Alca contribuiu para a afirmação de uma plataforma neodesenvolvimentista, que passou a ser reivindicada com objetivos e definições particulares e até contraditórias, tanto pelas organizações das classes trabalhadoras quanto pelos representantes da grande burguesia interna brasileira.

Além do mais, episódios como a crise cambial de 1999 e o colapso do sistema de energia elétrica em 2000-2001, apelidado de apagão, entre outros, estabeleceram um terreno fértil para o avanço do movimento de oposição ao PSDB. O PT, por sua vez, empenhava-se na elaboração de um programa político de reforma do neoliberalismo. Ao mesmo tempo que a origem do Partido dos Trabalhadores junto ao movimento operário e popular garantia amplas bases sociais e eleitorais ao partido, sua moderação ideológica e estratégica, coroada na famigerada Carta aos Brasileiros de 2002, amortecia a desconfiança histórica dos capitalistas brasileiros e dos chamados investidores estrangeiros, preparando o caminho para o Palácio do Planalto. Alguns autores acreditam que a referida reforma do neoliberalismo deu origem ao neodesenvolvimentismo, expressão que caracterizaria as experiências petistas no governo federal.

Conforme afirma Berringer (2014, p. 127),

A participação do Estado na economia por intermédio de uma ampla política de financiamento, de políticas protecionistas (exigência de porcentagem mínima de conteúdo local nas compras governamentais e para as empresas subsidiadas pelo BNDES), do aumento da intervenção estatal via obras de infraestrutura (Programa de Aceleração do Crescimento) e da expansão do mercado interno e das políticas sociais são os principais elementos que justificam a escolha do termo neodesenvolvimentista.

Entre os resultados imediatos do neodesenvolvimentismo que beneficiaram a burguesia interna, destacam-se o salto de investimentos brasileiros diretos no exterior, a extraordinária melhoria no saldo da balança comercial e o crescimento real do patrimônio líquido das empresas privadas nacionais. De acordo com Berringer (2014), houve um volume de investimentos diretos no exterior sete vezes maior que em toda a década de 1990; o patrimônio das empresas controladas por capitais nacionais evoluiu de 109,4 bilhões de reais em 1995 para 219,5 bilhões em 2007; já a balança comercial saiu de um cenário de déficit entre 1995 e 2000 para um quadro de superávit superior a 20 bilhões de dólares em todo o intervalo entre 2003 e 2010.

Diante de políticas que impulsionaram o crescimento econômico ancorado em incentivos e investimentos do Estado, a autora infere a relação dos governos petistas com o espectro do desenvolvimentismo. Entretanto, o grau de rebaixamento desse novo tipo de desenvolvimentismo em comparação com o modelo que marcou o país entre os anos 1930 e

1970 não permite que se fale em um mero relançamento do desenvolvimentismo clássico. No alvorecer do século XXI, os índices de crescimento, a importância do mercado interno, o peso da indústria local e o nível de distribuição de renda são bem mais modestos. As parcerias público-privadas ganham mais espaço nas obras de infraestrutura e o velho monopólio estatal da exploração de petróleo cede a vez ao sistema de partilha. Por fim, a especialização regressiva, que concentra a produção em segmentos de baixa densidade tecnológica, é encarada como um fato consumado. Por admitir todos esses limites, Berringer (2014) opta por acrescentar um prefixo que demarque a diferença do neodesenvolvimentismo sobre sua matriz histórica.

Refutando a ideia de que os governos petistas operaram somente uma espécie de moderação do neoliberalismo, a autora ressalta algumas diferenças relevantes da política econômica de Lula em relação ao seu antecessor tucano. De acordo com Berringer (2014, p. 134), “destacam-se a mudança no papel conferido ao BNDES, a política de exigência do conteúdo local, as compras governamentais, algumas medidas protecionistas e o novo regime de exploração do petróleo” aprovado em 2010, que ampliou a participação da Petrobras sobre as atividades dos consórcios vencedores dos leilões, impondo uma cota mínima de 30% sobre o óleo cru para a estatal e criando um Fundo Social sobre os recursos do pré-sal para investimentos em saúde e educação. Assim, a autora argumenta que as medidas do governo não beneficiaram apenas a burguesia interna.

Segundo Berringer (2014, p. 134-135),

Na verdade, o fortalecimento desta fração burguesa só foi possível graças ao apoio de setores das classes populares — baixa classe média, operariado urbano, campesinato assentado, desempregados e subempregados. Esses setores foram atendidos pelas políticas de diminuição do desemprego, aumento real do salário mínimo, aumento do crédito e expansão das políticas sociais. Consideramos que se constituiu uma frente política dirigida pela grande burguesia interna, a principal beneficiária das políticas estatais. No entanto, a participação das classes populares alterou fortemente a base de sustentação política e eleitoral do governo. Por isso, sustentamos que o programa político fica mais bem caracterizado com a noção de neodesenvolvimentismo.

O concerto de classes deu o tom da política brasileira na aurora do novo milênio. Esse processo não envolveu somente partidos políticos nem ocorreu apenas no interior das instituições do Estado ou na relação dessas com o empresariado. Esse concerto só foi possível e só vigorou por mais de uma década porque teve respaldo na dinâmica da sociedade e na conciliação de interesses objetivos das frações de classes que nela se movimentam de formas mais ou menos coerentes com suas estratégias.

Grandes centrais sindicais, como CUT e Força Sindical, se colocaram ao lado da burguesia interna para defender pautas supostamente comuns, como a redução da taxa de

juros e a proteção do mercado interno, pois o crescimento a economia exigiria certos pactos entre capital produtivo e trabalho, no intuito favorecer atividades que gerassem emprego e renda em detrimento da mera especulação financeira (BOITO JR., 2012). A combinação entre investimento, produção e consumo seria a base de um ciclo virtuoso capaz de gerar ganhos à toda a Nação, incluindo até mesmo os banqueiros.

Os programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha vida ajudaram tanto a fomentar o consumo popular quanto a aquecer a indústria da construção civil, atendendo demandas do subproletariado e de setores burgueses do comércio varejista e do ramo imobiliário, dentre outros. A garantia de renda mínima aos mais pobres tinha o mérito de reduzir a miséria absoluta e, simultaneamente, incrementar comércios locais, aumentando, conseqüentemente, a demanda por mais mercadorias, mais produção, mais contratações e assim por diante. Já o programa nacional de habitação, pautado na construção de moradias populares, visava reduzir o déficit de moradias, movimentar o mercado imobiliário e a cadeia produtiva da construção civil. Tudo isso sem mexer nos imóveis desocupados e sem qualquer função social nas grandes metrópoles (ROLNIK; KLINK, 2011).

No campo, não houve o esperado aumento das desapropriações de latifúndios irregulares para a criação de assentamentos de reforma agrária, mas os trabalhadores rurais foram beneficiados com programas de compras governamentais da produção familiar e de financiamentos especiais para pequenos produtores. Ao mesmo tempo, o agronegócio recebeu incentivos monumentais, mantendo-se como prioridade de Estado e locomotiva do comércio exterior. Como assinala um dos principais dirigentes do MST, “no governo Lula, chegamos ao ridículo de termos o Roberto Rodrigues de ministro da Agricultura, quando ele tinha sido convidado para ser antes, ministro do Serra, e tinha feito campanha aberta em favor do Serra” (STEDILE, 2010, p. 4).

A juventude, por sua vez, foi contemplada com a expansão das vagas nas instituições federais de ensino superior e, principalmente, com financiamento estudantil e bolsas em faculdades privadas. Evidentemente, os barões do ensino – grupos empresariais e donos de faculdades particulares – souberam aproveitar bem as oportunidades de lucros provenientes desse tipo de política. Como apontamos em trabalho anterior, na primeira década do século XXI, o número de vagas nas instituições públicas quase dobrou – sem que o orçamento e a estrutura dessas instituições crescessem na mesma proporção. Por outro lado, as vagas oferecidas em cursos de graduação mantidos por grupos empresariais praticamente triplicaram (ANDRADE, 2022).

Todavia, de acordo com Berringer (2014, p. 142),

A política internacional do Estado brasileiro gestada, sobretudo, em função do fortalecimento da grande burguesia interna, foi marcada por grandes diferenças em relação aos governos FHC. A criação e a participação do Estado brasileiro nas coalizões sul-sul (IBSA, G-20, G-4 e BRICS) representaram a retomada das iniciativas terceiro-mundistas dos anos 1970 e 1980 sob uma nova roupagem.

A autora destaca o G-20, criado em 2003 para fortalecer a luta dos Estados dependentes contra as assimetrias do comércio internacional. O Estado brasileiro liderou as principais economias emergentes na busca por mais igualdade de condições no contexto da Rodada de Doha, denunciando práticas como o protecionismo agrícola dos Estados Unidos e da União Europeia. Em resposta à intransigência das grandes potências, o G-20, contando com o apoio de gigantes como Índia e China, afirmava que as nações em desenvolvimento não estavam mais dispostas a fazer concessões unilaterais.

Além disso, cabe ressaltar a articulação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, conhecida como BRICS. Antes da crise internacional de 2008, o grupo era encarado a partir do seu potencial de crescimento econômico, credenciando-se como destino privilegiado de investidores. No entanto, o BRICS começou a formular questionamentos conjuntos à ordem financeira vigente desde a década de 1990, abrindo algumas fissuras nos consensos econômicos até então consagrados no sistema mundial de Estados. Esse debate pode ser considerado como uma das expressões do processo de alteração no equilíbrio internacional de forças, notadamente alavancado pelo extraordinário crescimento chinês.

Segundo Berringer (2014, p. 147),

A crítica ao sistema financeiro internacional após a crise de 2008 possibilitou que os BRICS questionassem a ordem econômico-financeira imposta pelos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial, em especial, o padrão dólar e as condicionalidades impostas pelo FMI para a concessão de empréstimos. De alguma forma, a política dos BRICS contribuiu fortemente para o aumento da projeção política do Estado chinês no cenário internacional.

Do ponto de vista do comércio exterior, “cabe destacar o enorme aumento das exportações dos produtos brasileiros para a África e a expansão de empresas brasileiras que atuam na região, em especial, a companhia Vale, Petrobras, a Odebrecht etc.” (BERRINGER, 2014, p. 154). Enquanto isso, pela primeira vez em oito décadas, os Estados Unidos deixaram de ser os principais parceiros comerciais do Brasil, perdendo essa condição para a China a partir de 2009. Mas a mudança em tela esteve longe de representar uma perspectiva emancipadora quanto ao papel do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, pois “as exportações brasileiras para a China se concentraram basicamente em commodities (soja, minério de ferro e petróleo), e as importações em eletrônicos, vestuários, brinquedos e

produtos químicos” (BERRINGER, 2014, p. 156). Observa-se, assim, uma reafirmação do processo de reprimarização da pauta brasileira de exportações.

Por outro lado, no campo do discurso, o governo Lula intensificou as críticas aos planos de austeridade do FMI. No mesmo período em que o Brasil saiu da condição de devedor e passou a ser credor do Fundo, ficou patente a incapacidade desse organismo em evitar a crise financeira de 2008, que teve início nos Estados Unidos e cujos efeitos foram sentidos em inúmeras partes do mundo. Outros pontos que contribuíram para esfriar as relações entre Brasília e Washington foram o apoio de Lula à Venezuela e as críticas à invasão do Iraque. Uma questão particularmente delicada foi quando os Estados Unidos reativaram a IV Frota Internacional, pouco depois da descoberta de petróleo brasileiro na camada pré-sal.

Porém, no geral, nenhuma das situações descritas chegou a colocar Brasil e Estados Unidos em rota de colisão direta no cenário global, sendo adequado, portanto, caracterizar a relação entre a potência latino-americana e a superpotência mundial como uma subordinação conflitiva. As posições autônomas do Itamaraty em temas específicos não descartavam a cooperação com o bastião hemisférico do imperialismo em áreas sensíveis. Exemplo disso foi que “em 2010, o governo restabeleceu o Acordo Militar com os Estados Unidos, que prevê a cooperação técnica entre os dois Estados nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de equipamentos e serviços” (BERRINGER, 2014, p. 162).

Segundo Berringer (2014, p. 168),

Tendo em vista que a política externa sul-sul foi determinada pela trajetória de ascensão política da burguesia interna e pelo apoio recebido das organizações populares e sindicais que integram a frente neodesenvolvimentista, foi então exigido do Estado brasileiro maior autonomia no cenário internacional a fim de garantir proteção ao mercado interno, o aumento das exportações e o impulso à internacionalização das empresas brasileiras.

Entretanto, o aprofundamento das relações comerciais entre Brasil e China se constituiu como uma tendência essencialmente contraditória. Enquanto o agronegócio e as mineradoras comemoravam o aumento das exportações para o gigante asiático, reivindicando acordos ainda mais ambiciosos nessa direção, diversos segmentos da indústria nacional se viram ameaçados com o incremento das importações de produtos fabricados na China. A enxurrada de bens do consumo de origem chinesa no mercado brasileiro concorria diretamente com a produção nacional, contrariando os interesses de parte significativa do empresariado que disputa espaço no mercado interno. Essa seria uma das muitas fragilidades da chamada frente neodesenvolvimentista.

Apesar de trazer importantes aportes para se pensar a complexidade das lutas de classes no Brasil, considerando traços fundamentais da sua formação social, bem como aprofundando a análise da burguesia como classe heterogênea, dividida em frações com interesses específicos e em constante disputa pela hegemonia no interior do bloco no poder, não se pode ignorar que formulação teórica de Berringer (2014) abre margem para certas controvérsias. Identificamos algumas questões relevantes que carecem de maior discussão, a saber: a caracterização da autora sobre a relação entre a burguesia interna e o capital estrangeiro; a natureza das contradições intraburguesas; os limites estratégicos da frente neodesenvolvimentista; a posição do Brasil na cadeia imperialista.

Fundamentando-se na definição de nova dependência de Cardoso e Faletto (1975), a autora incorpora essa referência, fazendo apenas a ressalva de que a relação entre capital nacional e capitais externos não se limita à subordinação e à associação. Portanto, seria preferível falar em associação conflitiva, o que daria conta de expressar as ambiguidades inerentes ao papel da burguesia interna. Seriam essas ambiguidades que produziriam, então, determinadas convergências com as classes trabalhadoras e setores populares em geral em prol do fortalecimento do mercado. Essa leitura, no entanto, abstrai as peculiaridades da industrialização dependente, ignorando a pista fornecida há quase sessenta anos por Frank (1966), autor do célebre axioma sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Deste modo, Tatiana Berringer vê na associação conflitiva entre burguesia interna e capital estrangeiro – e, conseqüentemente, na possível associação conflitiva entre o proletariado brasileiro e a burguesia interna – perspectivas mais alvissareiras para as massas do que a realidade efetivamente admite.

A abordagem da autora sobre os ganhos dos setores populares através do pacto neodesenvolvimentista tenta demonstrar o contrário. Porém, ao negligenciar as contribuições da Teoria Marxista da Dependência, especialmente no que tange aos temas da superexploração e do padrão de reprodução do capital (FERREIRA et. al., 2012), Berringer (2014) acaba superestimando tanto as contradições pontuais da burguesia interna com o rentismo e o capital estrangeiro quanto o potencial da conciliação de classes como caminho para alcançar melhorias substanciais nas condições de vida da maioria do povo brasileiro.

De acordo com Sampaio Jr. (2019, p. 2),

O esforço de elevar o poder aquisitivo do salário mínimo ficou muito aquém do necessário para reverter o arrocho salarial estrutural promovido pela ditadura militar, fato que fica patente quando se considera que, em 2014, seu valor real ainda permanecia abaixo do nível atingido em 1966, antes do início do chamado “milagre econômico”. O aumento da participação relativa dos empregos com carteira no total das ocupações não redundou na criação de postos de trabalho estáveis e bem

remunerados. Do total dos empregos com carteira de trabalho assinada criados entre 2004 e 2014, dados do CAGED mostram que mais de 80% corresponderam a vínculos empregatícios que ganhavam menos de dois salários-mínimos. No auge do vangloriado “neodesenvolvimentismo” petista, em 2014, 90% dos empregados no setor privado com carteira assinada, a elite, por assim dizer, da classe trabalhadora, recebiam menos que o suficiente para comprar a cesta mínima estipulada pela Constituição de 1988 —calculada pelo Dieese em aproximadamente quatro salários-mínimos.

Berringer (2014) também superestima as contradições entre as frações burguesas e, na ausência de uma burguesia nacional no Brasil, exagera as expectativas em relação à burguesia interna, encarada como importante aliada da classe trabalhadora na luta para isolar os capitalistas cujas atividades estariam mais diretamente vinculadas ao imperialismo. Nessa equivocada interpretação, o capital produtivo poderia ainda desempenhar tarefas progressistas no plano nacional, enquanto o atraso seria atribuído aos capitais especulativos e ao imperialismo – este concebido não como um sistema ou uma fase do capitalismo, mas como um restrito grupo de potências centrais sob a supremacia absoluta dos Estados Unidos da América.

Contudo, a dependência tecnológica não deixa margem para que o antagonismo entre burguesia interna e capitais internacionais supere o necessário antagonismo entre aquela fração burguesa e os trabalhadores. Ao mesmo tempo, a incapacidade do conjunto dos capitalistas brasileiros de competirem com as economias mais avançadas em termos de produtividade, coloca o aumento da exploração do proletariado como mecanismo de compensação que impede, por sua vez, que o antagonismo entre frações burguesas supere o antagonismo da burguesia como um todo em relação à classe trabalhadora. Além disso, o crescimento econômico, por si só, não favorece a distribuição de riquezas nem mesmo entre os próprios capitalistas. Conforme explica Fidelis (2024, p. 44) “para se reproduzir, os países de capitalismo dependente precisam manter os mecanismos próprios da sua localização econômica mundial: a superexploração, a concentração e a monopolização.”

As considerações acima apontam para um problema não encarado por Berringer (2014), isto é, os limites estratégicos da frente neodesenvolvimentista e o papel da classe trabalhadora no interior dessa frente. A vitória do PT em quatro eleições presidenciais consecutivas – 2002, 2006, 2010 e 2014 – alimentou em muitos dos seus militantes, simpatizantes e apoiadores mais ou menos críticos a esperança de que seria possível transformar gradualmente a sociedade brasileira a partir do controle do Poder Executivo. Por mais que as mudanças ocorressem em um ritmo lento e os avanços iniciais fossem pequenos diante das grandes questões nacionais a serem enfrentadas, bastaria ter paciência e continuar renovando os mandatos petistas para garantir, em uma perspectiva de longo prazo, o

desenvolvimento e a democratização do país. Parecia vantajoso aceitar que as transformações políticas necessárias ocorreriam em um ritmo lento, mas, em compensação, ficaria assegurada a estabilidade e a paz social.

Todavia, conforme aponta Sampaio Jr. (2019, p. 1),

Quando o ciclo econômico é expansivo, a crise social permanece em estado latente. O crescimento da renda e a expansão do emprego mitigam as tensões provocadas pela miséria social, alimentando a ilusão de que os problemas sociais individuais e coletivos serão resolvidos no futuro. Quando a economia entra em estagnação, os graves antagonismos sociais do subdesenvolvimento sobem à tona. A drástica ampliação do exército de trabalhadores desempregados, a substancial deterioração da qualidade do emprego, o arrocho salarial, o aumento da pobreza e a escalada da concentração de renda acirram a violência social, colocando em questão a “paz social”.

Desde o século XIX é sabido que as crises cíclicas e periódicas são inerentes ao funcionamento do modo capitalista de produção (MARX, 2017). Portanto, não há nada de surpreendente quando processos de estagnação ou recessão econômica criam condições para crises sociais e políticas. Em tempos de crescimento do PIB, amplia-se a margem para compromissos entre as classes. Porém, quando chega a época de desaceleração da atividade econômica, os conflitos entre as classes tendem a se intensificar de acordo com as condições objetivas e subjetivas de cada uma delas. Torna-se impossível garantir a todos os mesmos ganhos obtidos no período expansivo, mas ninguém quer, *a priori*, abrir mão do seu quinhão. Não seria diferente com o ciclo neodesenvolvimentista. Hoje, não restam dúvidas sobre qual classe se preparou melhor para o momento em que a crise arruinaria as bases do pacto social vigente, impondo em seu lugar um novo pacto, com novos termos.

Afinal, qual seria o papel do proletariado em uma frente neodesenvolvimentista dirigida pela burguesia interna? A expectativa de que seria possível prolongar um acordo no qual a classe trabalhadora abriria mão da estratégia revolucionária e, como isso, a burguesia retribuiria abrindo mão da alternativa golpista não passou de uma quimera (IASI, 2017). Por definição, o fortalecimento das instituições do Estado burguês não poderia resultar em um acúmulo de forças do proletariado. Esse fortalecimento das instituições tampouco poderia significar uma consolidação da democracia em abstrato (MARTINS, 2017). O desarme ideológico da classe trabalhadora e sua sujeição a um papel caudatário na cena política nacional necessariamente proporciona às classes dominantes o ambiente favorável para a perpetuação do seu poder e dos seus privilégios.

Por fim, mas não menos importante, importa salientar que as lacunas de uma análise sobre a conjuntura nacional tendem a se desdobrar em lacunas também na análise da conjuntura internacional e vice-versa. Tatiana Berringer refuta a tese de que o Brasil

desempenha um papel imperialista na América do Sul, mas, ao fazê-lo, chega a uma conclusão certa a partir de argumentos errados. A autora admite que “a internacionalização das empresas brasileiras para outros territórios é cheia de contradições, aumenta a concentração de capital brasileiro, aumenta a exploração de recursos naturais e da mão de obra assalariada nestas formações sociais” (BERRINGER, 2014, p. 190). Porém, avalia que o Brasil não pode ser considerado imperialista porque não se sobrepõe ao imperialismo estadunidense, não utiliza a força militar para dar suporte às empresas brasileiras no exterior e, mesmo quando o BNDES financia projetos em outros países, tais projetos não são iniciativas do Estado brasileiro, assim como a atuação de empresas brasileiras nesse contexto.

Com efeito, atualmente, nenhum país do mundo se sobrepõe ao imperialismo estadunidense. Os Estados Unidos ainda possuem a maior economia do mundo, são o único país com mais de setecentas bases militares espalhadas pelo planeta (Figura 3) e o dólar ainda é a moeda central nas transações comerciais e financeiras internacionais. Portanto, seguindo esse raciocínio, não haveria nenhum outro país imperialista além dos EUA. No entanto, a própria forma pela qual o problema é colocado distorce o debate. Reduzir o imperialismo a aspectos geopolíticos leva a questões sobre quais países são ou não imperialistas, quando na verdade o imperialismo contemporâneo se apresenta como uma cadeia de relações econômicas nas quais se inserem desde os elos mais fortes até os elos mais fracos, passando por elos intermediários.

Figura 3 – Bases militares dos EUA no exterior em 2015



Fonte: Jacobin (2022).⁴⁵

Deste modo, para entender o papel do Brasil no sistema internacional deve-se não apenas comparar seu poder econômico e militar com os Estados Unidos, mas analisar sua posição no interior da cadeia imperialista global. Como o Brasil não é uma colônia nem uma nação alheia ao processo de industrialização, a hipótese de que o país se situa na base da pirâmide imperialista pode ser previamente descartada. Berringer (2014) não indica que o Brasil esteja localizado entre as nações mais dependentes e oprimidas do mundo, reconhecendo inclusive certo protagonismo internacional de empresas brasileiras. Mas é sintomático que, ao comentar a presença de tropas brasileiras no Haiti, a autora adote um tom elogioso.

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi determinada pelo Conselho de Segurança da ONU em 2004, após um golpe de estado contra o presidente Jean-Bertrand Aristide. O primeiro comandante militar das “forças de paz” foi o famigerado general Augusto Heleno, que anos depois se tornaria Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional do governo Bolsonaro. Outros comandantes militares da

⁴⁵ Disponível em <https://jacobin.com.br/2022/06/o-arquipelago-blindado>.

MINUSTAH, como os generais Santos Cruz, Floriano Peixoto e Luiz Eduardo Ramos, seguiram trajetórias semelhantes, tornando-se mais tarde ministros de Jair Bolsonaro. Segundo Toledo e Braga (2020), desde a chegada da MINUSTAH no Haiti, houve diversos relatos, acusações e denúncias de estupro, escravidão sexual, assédio e pedofilia praticados por capacetes azuis.

De acordo com Santiago (2022, p. 173)

Os efeitos destas intervenções para quem mora nas favelas de Porto Príncipe ou do Rio de Janeiro são desastrosos, e não por coincidência são relatados nos mesmos termos nas duas cidades. Apesar dos manuais da ONU e mesmo das GLO prezarem pela proteção de civis, são inúmeras denúncias de abusos de força e já são incontáveis os números de vítimas de balas perdidas. Organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, ONGs, associações da sociedade civil denunciam que os responsáveis por estas mortes são os militares.

Logo, o caso da MINUSTAH é uma das expressões mais acabadas de como o subimperialismo é uma marca estrutural do Estado brasileiro, atravessando governos de diferentes partidos e levando a brutalidade do capital tanto para países mais pobres quanto para as favelas e periferias do Brasil. Quando figuras e organizações autodeclaradas de esquerda se omitem ou apoiam operações militares dessa natureza, convém, no mínimo, desconfiar do projeto político que defendem. Que a intervenção brasileira no Haiti tenha sido tão pouco discutida e criticada, é um dos sinais de que a ascensão da extrema-direita verificada alguns anos mais tarde não pode ser considerada como um raio em céu azul.

3.3 Lula, Dilma e as contradições do neodesenvolvimentismo

O discurso de que o PT conquistou seu eleitorado a partir do Bolsa Família não é apenas simplista, é também profundamente elitista. A popularidade de Lula é um fenômeno bem mais complexo e que passa, portanto, por diversos aspectos para além das ditas políticas de transferência de renda. Anderson (2020) destaca que concluir um período de governo com uma aprovação superior àquela registrada no início do primeiro mandato, por si só, é um feito raro. Tal sucesso, contudo, não se deve apenas às qualidades individuais de Luís Inácio. Um triunfo desta natureza seria impossível sem uma organização política nacional como o Partido dos Trabalhadores, formado no contexto do maior ascenso operário e sindical do último terço de século no país.

Eleito em 2002, Lula teve um início de mandato turbulento. Todavia, a economia decolou no segundo ano de governo e, para o desespero da oposição, que apostava na possibilidade de sangrar o PT lentamente até as eleições seguintes, o crescimento teve mais impacto social e político do que as denúncias de corrupção e o famigerado “mensalão”. “Depois de um período considerado como a pior estagnação do século – um crescimento médio anual de 1,8% na década de 1990, aproximando-se de não mais de 2,3% em oito anos de FHC –, o PIB cresceu a um ritmo médio de 4% de 2004 a 2006” (ANDERSON, 2020, p. 60-61).

A conjuntura internacional favoreceu esse salto. Enquanto o preço das *commodities* estavam em franca elevação, crescia a demanda chinesa pelas exportações brasileiras de soja e minério de ferro. Ao mesmo tempo, uma vez demonstrado o zelo do governo com relação aos contratos e credores, pavimentou-se o caminho para os fluxos de capitais sedentos por estabilidade e oportunidades de lucros fáceis. Nesse cenário econômico aparentemente favorável, o governo ampliou o programa Fome Zero, reunindo programas parciais e expandindo a cobertura das políticas sociais. Entre o final de 2003 e o início de 2004 era lançado o Bolsa Família. Mas há outras iniciativas significativas a serem consideradas, como o Programa Luz Para Todos, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais, a ampliação do acesso ao ensino superior e as políticas de fomento à cultura, por exemplo.

A partir de 2005 teve início uma política de elevação gradual do salário mínimo. “Em 2010, o aumento acumulado em cinco anos havia sido de 50%” (ANDERSON, 2020, p. 62). Apesar do baixo valor, pouco mais de quinhentos reais, houve um impacto considerável para quase vinte milhões de aposentados. Combinada com as políticas de conteúdo nacional, a expansão e a criação de novas linhas de crédito, essa medida resultou no aquecimento do mercado interno, o que estimulou a geração de empregos formais e contribuiu para dinamizar o próprio setor informal. Conjugando-se as políticas sociais com o crescimento econômico houve, então, uma redução expressiva da miséria no Brasil.

Segundo Boito Jr. (2018, p. 11),

a grande burguesia interna brasileira, que mantém uma relação ambivalente, de dependência e conflito, com o capital internacional, foi a fração burguesa hegemônica no bloco no poder durante os governos Lula e Dilma - principalmente depois da crise de 2005 e a substituição de Antonio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda. A política econômica, externa e social do neodesenvolvimentismo expressava essa hegemonia - sem revogar o modelo econômico capitalista neoliberal, a política neodesenvolvimentista era distinta

daquela defendida pelo capital internacional. Isso tudo contrasta com o bloco no poder do período FHC, no qual foi exatamente o capital internacional e a fração da burguesia a ele integrada que exercera a hegemonia graças à aplicação da plataforma política do neoliberalismo.

É importante recuperar o contexto internacional – e, particularmente, o contexto latino-americano – na virada do século XX para o século XXI. No final da década de 1990, as grandes burguesias ainda comemoravam a derrota do assim chamado socialismo real. Acreditava-se que, com a dissolução da URSS, teria chegado ao fim a busca por uma forma mais avançada de sociedade e o slogan “there is no alternative”, atribuído a Margareth Thatcher, passou a ser o lema da nova ordem mundial. Ou seja, a combinação entre democracia liberal e economia de mercado representaria o ápice da evolução humana, sendo inútil ou mesmo prejudicial insistir na procura por novos modelos.

Porém, antes mesmo da chegada do século XXI, a realidade já começava a frustrar a euforia ideológica burguesa, colocando em xeque os postulados do Consenso de Washington. Enquanto os países que seguiram o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI) enfrentaram sérias crises econômicas e sociais, com grave elevação do desemprego e da concentração de renda, a China, que nunca aderiu ao pressuposto neoliberal do estado mínimo, manteve as maiores taxas de crescimento econômico do mundo. Neste período, a vitória eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, constituiu um marco fundamental para o enfrentamento do neoliberalismo na América Latina.

A chegada do coronel socialista ao Palácio Miraflores inaugurou uma virada na correlação regional de forças, dando início a uma guinada à esquerda que foi além das fronteiras venezuelanas. Na sequência, diversos líderes da esquerda propriamente dita e de um campo progressista mais amplo também venceram eleições presidenciais nos países vizinhos, fortalecendo o que alguns pesquisadores chamaram de “Onda Rosa”⁴⁶: Lagos e Bachelet no Chile, Lula e Dilma no Brasil, Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Mauricio Funes em El Salvador, Manuel Zelaya em Honduras, Daniel Ortega na Nicarágua, Fernando Lugo no Paraguai, Vásquez e Mujica no Uruguai.

O equilíbrio de forças na região foi efetivamente alterado na América Latina. A forma como essa “onda” se desenvolveu em cada país sugere que houve diferenças e particularidades importantes, compondo um quadro bastante complexo. Foi nesse contexto

⁴⁶ Conferir Lambert, R. *A Onda Rosa*. Le Monde Diplomatique Brasil, abr. 2010. Disponível em <https://diplomatique.org.br/a-onda-rosa>.

que, no Brasil, a capacidade de mobilização do movimento operário e popular acabou sendo subsumida nas disputas entre frações das classes dominantes. A ausência de uma perspectiva revolucionária na estratégia representada pelo operador político hegemônico entre os trabalhadores – o PT – implicou em uma busca pela reorganização do capitalismo brasileiro, e não pela sua superação. Tal tarefa seria realizada mediante uma aliança da classe trabalhadora com uma burguesia produtiva interna contra a grande burguesia associada ao capital estrangeiro.

De acordo com Boito Jr. (2018, p. 12),

Regra geral, os movimentos populares mantiveram-se no patamar da luta reivindicativa, segmentada, e, por isso, acabaram por se alojar num dos dois campos políticos em que se dividia a burguesia brasileira, o campo neodesenvolvimentista e o campo neoliberal, contribuindo assim para manter a contradição intraburguesa como contradição principal em torno da qual girava o conjunto do processo político brasileiro."

Os oito anos de governo Lula pareciam demonstrar que estratégia petista estava correta. Era possível garantir crescimento econômico, distribuição de renda, redução da miséria, elevação dos salários, geração de emprego, aumento do consumo popular, mais vagas no ensino superior, tudo isso sem precisar dar nenhum tiro, sem precisar derramar sangue. Ao contrário, a melhoria das condições de vida dos mais pobres foi acompanhada de uma monumental ampliação das taxas de lucro dos capitalistas. Quem falasse em luta de classes nesse momento muito provavelmente seria visto como ultrapassado e dogmático. O prestígio do Partido dos Trabalhadores e de sua maior liderança, Luís Inácio Lula da Silva, foi confirmado nas eleições de 2010. A chapa Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB) obteve 46,91% dos votos no primeiro turno, realizado no dia três de outubro. O segundo colocado, José Serra (PSDB), conquistou 32,61% do eleitorado. Marina Silva, à época candidata pelo Partido Verde (PV), ficou na terceira posição com 19,33% dos votos válidos. No segundo turno, ocorrido em trinta e um de outubro, Dilma obteve 56,05% dos votos, derrotando o adversário tucano.

A votação expressiva de Marina, candidata que conquistou uma parcela importante do eleitorado jovem, além de artistas, intelectuais e evangélicos, buscava representar parte das insatisfações e críticas ao padrão de desenvolvimento implementado ao longo de oito anos do PT à frente do governo federal. Questões como os impactos ambientais do modelo de crescimento econômico, a relação com partidos fisiológicos do “Centrão”, a proliferação de serviços privados de baixa qualidade e a elevação do custo de vida nas grandes cidades – em função, especialmente, da disparada nos preços dos aluguéis e tarifas dos transportes coletivos

– alavancaram o que acabou sendo o melhor desempenho para uma terceira colocada desde as eleições de 1989. A mesma candidata superou a própria marca em 2014, quando obteve mais de 21% no primeiro turno.

Assumindo o comando do país em um cenário econômico internacional extremamente instável, Dilma se viu diante de uma redução drástica no crescimento do PIB entre 2010 e 2011 (ANDERSON, 2020). Os sinais de esgotamento do pacto social eram cada vez mais evidentes. O prolongamento da conciliação de classes dependia de condições – externas e internas – que desapareceram da cena. Não havia outra maneira de preservar as melhorias no padrão de consumo alcançadas pelos trabalhadores na década anterior e, ao mesmo tempo, as exorbitantes taxas de lucro da grande burguesia a não ser com mais e mais crescimento econômico. Com uma economia profundamente dependente da exportação de *commodities* e as quedas nos preços internacionais de mercadorias como minério de ferro, petróleo bruto e soja, a crise era incontornável – só restava saber quem pagaria por ela. Como se sabe, esta conta ficou com classe trabalhadora que, em um primeiro momento, sentiu o impacto através do aumento do nível de endividamento das famílias e da redução e da redução do poder de compra dos salários diante da carestia.

Insistindo na tentativa de reeditar a política do “todos ganham”, Dilma tentou incentivar o setor industrial desonerando as folhas de pagamento, ampliando a oferta de crédito nos bancos públicos, reduzindo a taxa de juros a 2%, ajustando o câmbio para favorecer as exportações, reduzindo o custo da energia elétrica e abrindo uma grande rodada de privatizações e concessões de infraestrutura. Este pacote de medidas coordenadas pelo então Ministro da Fazenda Guido Mantega ficou conhecido como Nova Matriz Econômica. O capital privado simplesmente dispensou a oferta e preferiu continuar vinculado ao essencialmente rentismo.

Segundo Singer (2018), Dilma teria tentado aproveitar o legado de seu antecessor para avançar de um reformismo fraco para um reformismo forte, mas sem transpor os limites da transformação pelo alto, ou seja, sem mobilização popular. De acordo com o autor, a presidente estaria convencida de que, para erradicar a miséria, era fundamental reindustrializar o Brasil. E que, para reindustrializar o país, era necessário republicanizar o Estado. Portanto, no curto intervalo que vai de 2011 a 2012, teria sido realizado um ensaio desenvolvimentista e um ensaio republicano. Basicamente, para combater a reprimarização da pauta de exportações, a diminuição do conteúdo nacional na produção e o aumento da importação de produtos industriais importados, o governo precisaria se impor às forças do mercado, planejando e coordenando o desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, era

necessário fortalecer a blindagem do Estado contra interesses privados e, assim, enfrentar a corrupção, isto é, o assalto ao patrimônio público.

Aparentemente, as coisas iam bem. Depois de oito anos nas mãos do PSDB, a prefeitura da maior cidade do país, São Paulo, passou a ser gerida por Fernando Haddad (PT) que, com Dilma em seu palanque, venceu as eleições municipais de 2012. Haddad recebeu 54% dos votos válidos, contra 46% de seu adversário, José Serra. Em março de 2013, uma pesquisa do Datafolha indicava ampla aprovação do eleitorado sobre o primeiro biênio do governo Rousseff: 65% dos entrevistados o avaliaram como ótimo ou bom. Todavia, para Singer, “como raio em céu azul, gigantescos protestos invertem a tendência. Diferentes agrupamentos, à esquerda e à direita, insatisfeitos com a situação, saem às ruas para derrubar ‘substancialmente o índice de credibilidade de instituições’” (SINGER, 2018, p. 13). E assim se abriu uma crise política, que será discutida no próximo capítulo.

4 A CRISE BRASILEIRA E O GOLPE DE 2016

“Há décadas em que nada acontece. Há semanas em que décadas acontecem”, teria dito o intelectual e revolucionário russo Wladimir Ilyich Ulianov, conhecido pelo pseudônimo Lenin. Embora a autoria da frase em tela seja objeto de polêmica⁴⁷, não restam dúvidas de que ela se encaixa perfeitamente no contexto brasileiro da última década. O país experimentou uma sucessão espantosa de grandes acontecimentos políticos que começaram em 2013, ano das Jornadas de Junho, e culminaram no golpe institucional que usurpou o mandato presidencial de Dilma Rousseff em agosto de 2016. Na correta avaliação de Pires (2017, p. 4), “o impedimento da presidenta, sem crime de responsabilidade, foi a demonstração cabal de que houve uma ruptura da estabilidade constitucional estabelecida e de que a clivagem de forças que garantia a governabilidade erodiu”. Mas as origens desse processo e as relações entre os acontecimentos em questão são temas que suscitam intensos debates não apenas na academia, mas na sociedade em geral. É natural que o assunto engendre controvérsias, afinal as explicações sobre esse passado tão recente estão estreitamente ligadas aos diferentes projetos que se contrapõem ao bloco derrotado nas eleições presidenciais de 2022.

Como afirma Vainer, referindo-se à convulsão social desencadeada em 2013,

Uma fagulha pode incendiar uma pradaria, dizia Mao Tse-Tung. Ora, qualquer esforço de análise que pretenda examinar os processos em curso desde uma perspectiva histórica deve dirigir seu olhar não para a fagulha que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria, que, estas sim, explicam por que o fogo pode se propagar. A pradaria, como agora se sabe, estava seca, pronta para incendiar-se (VAINER, 2013, p. 36).

Discutindo a realidade nacional em meados da década de 1960, quando um golpe militar depôs o presidente João Goulart, Marighella (1979) utilizou a expressão “crise brasileira” para resumir o processo que resultou no fechamento da via pacífica para a realização de reformas estruturais de cunho democrático no Brasil. Apesar das diferenças que se colocam entre aquela época e a conjuntura verificada cerca de cinquenta anos depois, importa recuperar uma reflexão desse notável dirigente revolucionário e fundador da Aliança Libertadora Nacional (ALN) sobre o contexto político que contribuiu para a monumental derrota das forças progressistas e, conseqüentemente, para a ofensiva reacionária na forma de

⁴⁷ Conferir Gregorio Duvivier, “O estranho hábito de botar palavras na boca de um defunto ainda é recorrente”, Folha de São Paulo, 08 de dezembro de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregorioduivier/2020/12/o-estranho-habito-de-botar-palavras-na-boca-de-um-defunto-ainda-e-recorrente.shtml>.

um regime empresarial-militar a serviço do capital monopolista e subordinado às potências situadas nos extratos superiores do sistema imperialista.

Conforme avaliou Marighella (1979, p. 57),

O balanço das soluções aplicadas pela burguesia - inclusive a solução desenvolvimentista - e o exame dos tipos de soluções postos em prática ou tentados pela classe burguesa brasileira mostram seu conteúdo nada popular, na maior parte das vezes uma tendência antidemocrática e, de um modo geral, o fracasso ante as forças combinadas do imperialismo, do latifúndio e do golpismo.

Para o comunista baiano, a “abrilada” impôs uma crítica radical sobre a postura política que predominou no seio do movimento operário, isto é, o reboquismo diante das iniciativas burguesas. Marighella tinha consciência que a classe burguesa no Brasil temia mais o fortalecimento das organizações populares no plano interno do que concorrência capitalista externa, de modo que seria vã qualquer expectativa de desenvolvimento nacional efetivamente autônomo associado à democratização da sociedade sem que os trabalhadores tomassem as rédeas do país. A própria forma subdesenvolvida pela qual se estruturou a economia nacional atrelou o destino da burguesia brasileira às necessidades do capital estrangeiro. Assim, o Brasil alcançou um nível significativo de maturidade nos campos produtivo e financeiro sem necessariamente incluir as massas no circuito do consumo, isto é, sem que se estabelecesse um mercado interno sólido e integrado à estrutura industrial existente no país. Por conseguinte, conforme o acertado entendimento de Marighella (1979, p. 61), “a contradição burguesia-proletariado ganhou uma nova dimensão. O que significa que não se pode lutar contra o imperialismo e o latifúndio alimentando ilusões na liderança da burguesia brasileira ou renunciando à luta de classes contra ela”.

Mas os setores hegemônicos da esquerda brasileira continuaram ignorando essa premissa elementar em pleno século XXI. Depois de anos de ofensiva neoliberal e de crise das experiências socialistas no leste europeu, a resistência dos movimentos populares, as mobilizações da juventude trabalhadora e as lutas sindicais no Brasil foram canalizadas para uma suposta alternativa neodesenvolvimentista. Esse programa expressa, mais uma vez, a subordinação política do proletariado aos limites das disputas intraburguesas. Em outras palavras, a estratégia socialista é preterida e os trabalhadores são chamados a apoiar a política da burguesia interna, na esperança de que uma parte do crescimento econômico responsável pela consolidação das grandes empresas nacionais se reverta também em benefícios imediatos para as massas e melhore as condições de vida dos pobres.

Nesta perspectiva, imagina-se uma evolução linear e harmônica da sociedade. A classe trabalhadora não precisa tomar o poder de Estado, bastando que se apliquem soluções

administrativas no âmbito do governo para que a democracia seja gradativamente ampliada, os índices de pobreza sejam reduzidos e a posição do país na divisão internacional do trabalho seja elevada. A maior evidência de que o projeto em questão era inviável foi revelada em junho de 2013. Uma crise política escancarou a fragilidade do pacto social e demonstrou que não era possível governar para todos. Mais cedo ou mais tarde, as contradições do neodesenvolvimentismo provocariam uma mudança qualitativa na conjuntura e obrigariam o governo a se definir mais claramente: enfrentar a burguesia para atender as reivindicações dos trabalhadores ou reprimir os protestos das massas para acalmar o mercado? Entre 2014 e 2015, o agravamento da crise econômica adicionou um ingrediente explosivo ao impasse, diante do qual era necessário decidir quem pagaria a conta. Essa proposta de interpretação da crise brasileira será desenvolvida no capítulo final.

4.1 A origem e o caráter da crise brasileira

Nunca é demais reafirmar que a ditadura empresarial-militar se encarregou de reprimir brutalmente os dissidentes, desmantelando partidos de esquerda, sindicatos, movimentos populares e associações de estudantes. Todavia, o autoritarismo levado a cabo pela coligação entre o partido fardado e a grande burguesia, subordinada ao capital estrangeiro, não conseguiu impedir a eclosão de grandes manifestações protagonizadas pelo movimento estudantil ao final dos anos 1960 e de importantes greves operárias no fim da década de 1970. No período seguinte, apesar da derrota do movimento por eleições diretas em 1985, é relativamente consensual o entendimento de que a reorganização da classe trabalhadora obrigou as classes dominantes a realizarem certas concessões políticas, expressas nos direitos sociais presentes na dita Constituição Cidadã de 1988 (BOITO JR., 1999). Entretanto, as mobilizações de massa não chegaram a reverter o padrão de acumulação vigente, de modo que o processo de internacionalização da economia nacional permaneceu sob o comando do capital financeiro e dos monopólios.

De acordo com Andrade (2023, p. 237),

O fim dos anos 1980 expressou a vitória do poderio neoliberal que compreendia um sistema de livre-mercado, das liberdades individuais e econômicas. Essa racionalidade indicava uma intervenção do Estado apenas em situações de descompasso do mercado e para o suporte deste último. Instalava-se uma agenda “neoconservadora” a serviço pleno do capital financeiro.

Como demonstra Alves (2007), a reestruturação produtiva do capital inerente ao neoliberalismo teve efeitos devastadores sobre o proletariado em geral. O Brasil não escapou desse processo, o que explica questões como a elevação da taxa de exploração, a precarização das relações de trabalho, a queda na participação do trabalho na renda nacional e o encolhimento absoluto da massa salarial. O salário mínimo, que já sofrera uma desvalorização brutal na década de 1970, seguiu em queda nos anos 1980 e 1990, atingindo em 2000 o pior patamar da série histórica (OLIVEIRA, 2011). No alvorecer do século XXI, o país figurava entre as dez maiores economias do mundo enquanto o desemprego e a pobreza ainda assolavam enormes parcelas da população.

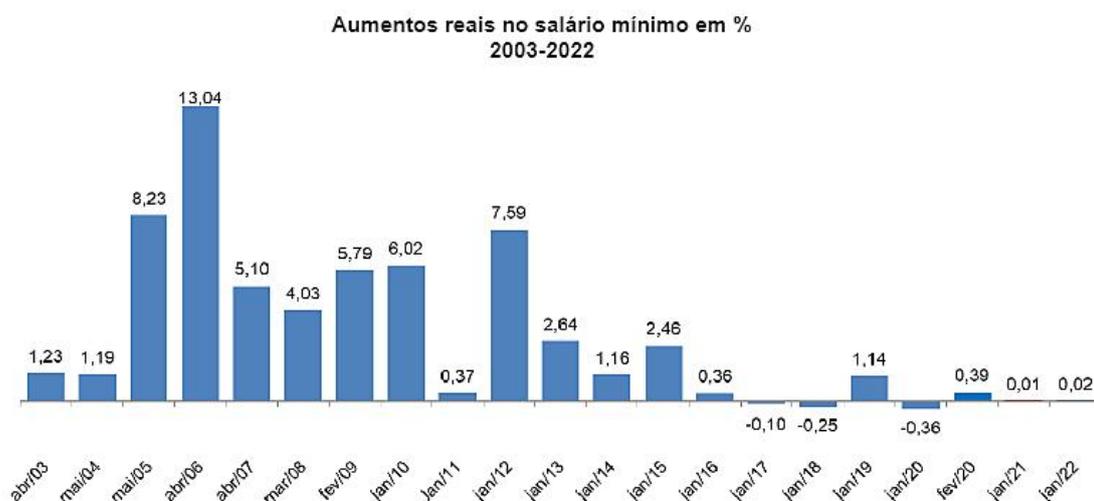
Diante de um cenário bastante difícil para a classe trabalhadora, Giovanni Alves assinalava que “há cerca de trinta anos o tônus discursivo dominante é o mesmo: flexibilização, desregulamentação e empregabilidade” (ALVES, 2007, p. 278). Porém, a vitória petista, finalmente alcançada nas eleições de 2002, anunciavam a possibilidade de uma mudança. Como aponta Antunes (2005, p. 134), “depois de uma década de forte desertificação econômica e social, nas eleições presidenciais em 2002, o quadro encontrava-se muito mais favorável para uma vitória das esquerdas no Brasil”.

Assim sendo, segundo Marcelo Badaró Mattos, entrou em cena

Um arsenal ideológico já bastante estudado, que envolve um discurso “social-liberal”, de superação do neoliberalismo clássico pela perspectiva do crescimento com “justiça social” e que, em alguns momentos, apelou para o que foi definido como “neodesenvolvimentismo”, apresentado como combinação de papel ativo do Estado na indução do desenvolvimento econômico do país, sustentável porque ampliando empregos, distribuindo renda e, focalizadamente, retirando milhões da pobreza mais extrema. (MATTOS, 2016, p. 101).

Como a efetividade das ideologias depende da existência de alguma ligação com a realidade material, o crescimento econômico, o aumento real do salário-mínimo – acima da inflação – e a redução da pobreza extrema devido à implementação de políticas sociais com Lula e Dilma estabeleceram as bases do discurso neodesenvolvimentista. O aumento real do salário mínimo entre abril de 2003 e janeiro de 2016 foi de 59,21% (SEGALLA, 2021). Entre 2005 e 2007, em meio às pressões do movimento sindical, o mínimo saltou de R\$ 260,00 para R\$ 380,00. Ainda em 2007, o governo implementou uma política permanente de valorização do salário-mínimo que contemplava a correção necessária diante da inflação e o aumento real com base na variação do PIB (Gráfico 3). Entre 2001 e 2013, a parcela de brasileiros vivendo com menos 2,5 dólares por dia caiu de 10% para 4%, o que colocou o Brasil na condição de líder global no combate à pobreza extrema e rendeu elogios do Banco Mundial às políticas públicas do governo (KAIPPER, 2015).

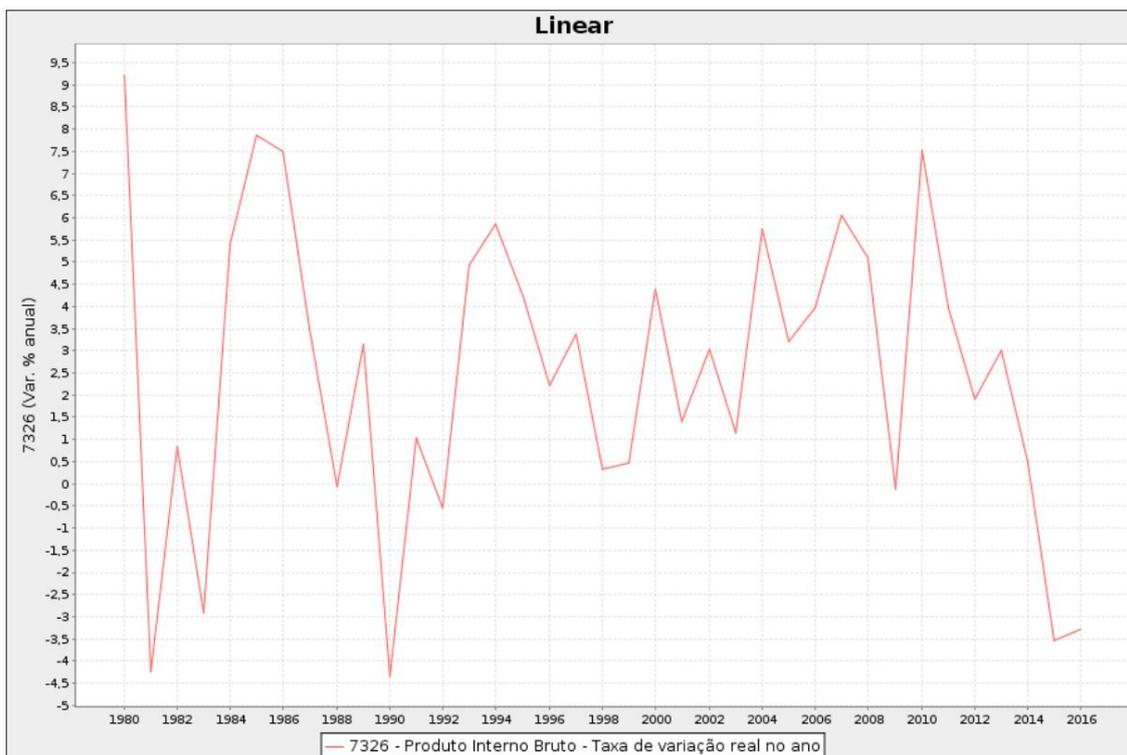
Gráfico 3 – Aumentos reais no salário mínimo entre 2003 e 2022



Fonte: Segalla (2021)

Entretanto, quando se trata do principal pilar de sustentação da estratégia neodesenvolvimentista, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), os governos petistas foram responsáveis por momentos absolutamente contrastantes. De acordo com Gonçalves (2017), o crescimento médio do PIB entre 2003 e 2010 foi de 4,1%, considerando que a média anual de avanço foi de 3,5% no primeiro mandato de Lula e de 4,6% no segundo – a maior desde os anos 1990. Por outro lado, entre 2011 e 2016, o crescimento anual médio foi de apenas 0,2%. Com base nos dados do Banco Central do Brasil (2024), Dilma começou com cerca de 4% no primeiro ano de governo. Na sequência, a economia avançou aproximadamente 2% em 2012 e 3% em 2013. Em 2014, o desempenho caiu para 0,5%. Mas foi em 2015 que o PIB despencou de forma mais aguda, chegando a menos 3,5%. No ano seguinte, em que a presidenta foi afastada do cargo no mês de agosto, houve nova queda de 3,3%. Como pode ser observado no Gráfico 4, a recessão no governo Dilma foi uma das mais graves das últimas cinco décadas, comparável às crises de 1981 e 1990. Considerando o período total em que Rousseff permaneceu no Palácio do Planalto, o desempenho de Dilma só não foi pior que o de outros dois presidentes em toda a história republicana do Brasil: Fernando Collor de Mello, de 1990 a 1992, e Floriano Peixoto, de 1891 a 1894 (GONÇALVES, 2017).

Gráfico 4 – Produto Interno Bruto: taxa da variação real no ano entre 1980 e 2016.



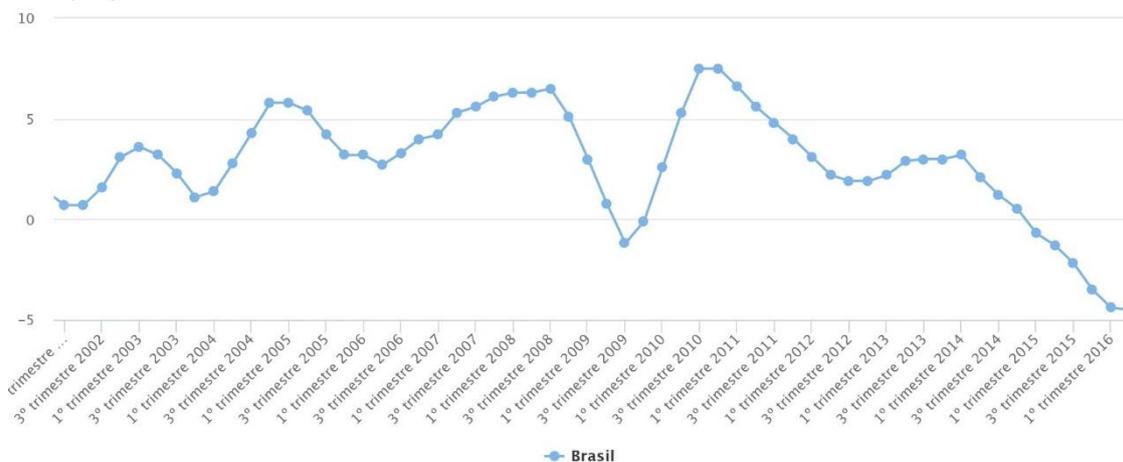
Fonte: Banco Central

O Gráfico 5 mostra de forma mais detalhada a piora constante no desempenho econômico do país entre 2011 e 2013. Segundo o estudo de Francisco Luiz Corsi a esse respeito, “no primeiro mandato do governo Dilma, o PIB cresceu em média 2,1% ao ano, metade da taxa de expansão verificada no governo Lula. Crescimento inferior ao da economia mundial e da América Latina, que cresceram respectivamente 3,4% e 2,9%” (CORSI, 2016, p. 1). Embora a variação do PIB esteja longe de explicar mecanicamente uma conjuntura econômica em toda a sua complexidade, sua relevância não pode ser desprezada na análise do período em questão – sobretudo quando se considera que o crescimento seguia sendo apresentado com destaque no próprio programa de governo da coligação liderada pelo PT em 2010 (COMISSÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO, 2010).⁴⁸

⁴⁸ A Coligação Para o Brasil Seguir Mudando, vitoriosa nas eleições presidenciais de 2010, era composta por dez partidos políticos, a saber: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da República (PR), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Social Cristão (PSC), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Cristão (PTC) e Partido Trabalhista Nacional (PTN).

Gráfico 5 – Evolução do PIB entre o 1º trimestre de 1996 e o 4º trimestre de 2023

PIB a preços de mercado – Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 – 4º trimestre 2023



Fonte: "IBGE – Contas Nacionais Trimestrais"

Fonte: IBGE

Foi nesse contexto que ocorreram as revoltas populares que ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho de 2013 e constituíram um marco essencial da crise brasileira na década passada. Em janeiro de 2013, atendendo uma solicitação do governo federal cujo intuito era controlar a inflação, a prefeitura do município de São Paulo adiou o aumento nas tarifas dos transportes coletivos. De acordo com o Ministério da Casa Civil (2013), desde 2012 o governo federal vinha aplicando uma política de redução dos impostos que afetam empresas de transporte coletivo, permitindo uma queda superior a 7% no valor da tarifa de ônibus urbano. Efetivamente, por meio da Medida Provisória nº 563, sancionada em agosto de 2012, Dilma desonerou a folha de pagamento das empresas de transporte coletivo rodoviário. O governo federal anunciou ainda que iria isentar os serviços de transporte coletivo rodoviário, metroviário e ferroviário de PIS/COFINS⁴⁹, o que de fato ocorreu com o envio, no dia 31 de maio de 2013, da Medida Provisória nº 617 ao Congresso Nacional.

Não obstante, a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Governo do Estado autorizaram a elevação das tarifas de transporte urbano de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Reagindo a essa medida, os jovens do MPL (Movimento Passe Livre) organizaram um protesto que reuniu aproximadamente duas mil pessoas na Avenida Paulista. Segundo Antunes (2013), há um potencial de mobilização significativo a partir da pauta do transporte coletivo, pois, ao contrário dos preços dos alimentos ou aluguéis, por exemplo, que variam de forma

⁴⁹ PIS é a abreviação de Programa de Integração Social e COFINS significa Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.

descentralizada e diluída em vários meses, as passagens de ônibus são centralizadas e politicamente reguladas. Deste modo, quando o preço da passagem sobe, a maior parte da população é atingida de forma imediata e simultânea. Assim, entre 7 e 13 de junho, outras três manifestações foram realizadas, contando com um número crescente de participantes. Porém, no dia 13 de junho, houve um salto qualitativo.

Conforme analisa Antunes (2013, p. 44),

Após uma intensa campanha midiática que pedia a repressão aos “vândalos”, a PM do Estado de São Paulo decidiu reprimir duramente os militantes do MPL por meio da utilização de bombas de gás lacrimogêneo, de bombas de efeito moral e de tiros de bala de borracha de maneira indiscriminada. Sem mencionar os inúmeros presos e detidos, durante a violenta ação da PM inúmeros manifestantes ficaram feridos, entre eles 22 jornalistas que faziam a cobertura do confronto.

Assim, em um clima de exacerbação da indignação popular no contexto da escalada repressiva, a manifestação seguinte, convocada para o dia 17 de junho, reuniu cerca de cem mil pessoas na capital paulista. Antunes (2013) discute as causalidades desses complexos eventos a partir da combinação de múltiplos elementos, entre os quais pelo menos quatro são destacados: a crise global de 2008 e a onda mundial de protestos contra os impactos da acumulação capitalista nas condições de vida da população, a exaustão do neoliberalismo no Brasil, a realização de megaeventos como a Copa das Confederações FIFA de 2013 e, por fim, a questão da mobilidade urbana no Brasil. De tal modo, o autor argumenta que as causas da revolta popular foram engendradas pelo encontro de uma processualidade interna com uma processualidade externa.

Além de ensejar a piora nas condições de vida e trabalho de amplas parcelas do proletariado no mundo, a crise financeira internacional de 2008 aguçou as contradições institucionais no âmbito dos Estados, uma vez que, para salvar o capital, ampliou-se o assalto aos fundos públicos em benefício de grandes bancos e empresas capitalistas. Enquanto isso, exigiam-se mais sacrifícios da classe trabalhadora, que deveria aceitar sem questionamentos os impactos nefastos das chamadas políticas de austeridade em suas vidas (SOLTY, 2020). Esse estado de coisas fomentou a indignação das massas, principalmente dos segmentos mais jovens, seja contra regimes políticos abertamente excludentes autoritários, seja contra os colossais limites das democracias representativas (BRAGA, J. T., 2016). Discutindo a situação brasileira, Silva (2018) argumenta que a crise internacional de 2008 foi decisiva para o esgarçamento do bloco desenvolvimentista – coalizão entre os trabalhadores e os setores produtivos da burguesia interna em oposição ao seu núcleo rentista. Sobretudo a partir de 2011, os impactos da recessão global teriam corroído a margem de conciliação entre a classe trabalhadora e a burguesia industrial, contradição que seria aprofundada pela opção de Dilma,

em seu primeiro mandato, em avançar no teor das reformas sem uma ação correspondente de mobilização popular e ofensiva ideológica.

Ruy Braga aprofunda a análise sobre dois aspectos fundamentais para a compreensão do mal estar social que veio à tona no início da década de 2010: as condições de trabalho e a segregação urbana. O autor destaca que foram criados 2,1 milhões de empregos formais por ano ao longo dos governos do presidente Lula, “no entanto, desses 2,1 milhões de empregos formais, 2 milhões remuneram até 1,5 salário-mínimo” (BRAGA, R., 2016, p. 56). Houve avanços baseados na combinação de políticas redistributivas com a maior formalização do mercado de trabalho, no entanto, grande parte da expansão das contratações ocorreu em setores de baixa qualificação, como a construção civil e os serviços pessoais – revelando um crescimento que reproduz a natureza dependente da economia nacional, sem apontar para mudanças estruturais capazes de alterar a qualidade dos postos de trabalho disponíveis no país.

Segundo Ruy Braga (2016, p. 57), “além disso, as condições de trabalho tornaram-se mais precárias, com o aumento da taxa de rotatividade e de flexibilização do emprego, sem citar o aumento no número de acidentes de trabalho no país”. Para o autor, o aprofundamento do modelo de desenvolvimento levada a cabo pelos governos petistas dificultou o controle das burocracias sindicais sobre bases insatisfeitas com as condições de trabalho e os baixos salários, em um contexto agravado pelo aumento do endividamento das famílias trabalhadoras. O processo de precarização do trabalho no Brasil corresponde a uma tendência acentuada, com efeito, desde a era Fernando Henrique Cardoso, quando se atualizou a conexão subordinada da economia nacional à globalização neoliberal. Além de implicações como as elevadas taxas de juros, a política de câmbio flutuante e a autonomia operacional do Banco Central, esse modelo afetou diretamente o perfil do proletariado.

Ruy Braga argumenta que

Se até meados dos anos 1990 a dinâmica nacional de criação de empregos concentrava-se na faixa de três a cinco salários mínimos, com a indústria respondendo por 40% das novas vagas, entre 1994 e 2008 a dinâmica do emprego deslocou-se para os serviços – 70% das vagas foram abertas nesse setor. Assim, aquela massa de seis milhões de trabalhadores desempregados formada entre 1994 e 2002 foi reabsorvida por ocupações serviços sub-remuneradas (até 1,5 salário-mínimo) (BRAGA, R., 2016, p. 61).

O autor sustenta ainda que o aumento real do salário-mínimo conquistado ao longo da gestão do PT foi parcialmente anulado por questões como uma ampliação superior a 40% na taxa de rotatividade do trabalho entre os assalariados que ganhavam até 1,5 salário mínimo e um salto de 3 milhões para quase 13 milhões de trabalhadores terceirizados entre 2002 e

2013. A elevação nos índices de formalização do trabalho ocorreu associada à precarização, de modo que o novo emprego formal era muito parecido com a velha informalidade. Ao mesmo tempo, os instrumentos que poderiam servir à organização e à mobilização da classe trabalhadora para defender seus direitos e ampliar suas conquistas na luta foram seriamente comprometidos, pois, já no primeiro governo Lula, mais de 650 sindicalistas foram nomeados para cargos superiores de direção e assessoramento do Planalto, sem falar das posições de prestígio na gestão dos fundos de pensão e nas empresas públicas como a Petrobras, Furnas e BNDES. Além disso, catorze ministros eram dirigentes das centrais sindicais.

Não obstante, a partir de 2008, devido às pressões das bases, já era possível observar a retomada das mobilizações sindicais. No ano de 2013 foram mais de duas mil greves, totalizando 111.342 horas paradas. Em 2014 também houve lutas emblemáticas, como a greve dos garis do Rio de Janeiro, em pleno carnaval, que inspirou a categoria em outras cidades importantes; dois meses depois, também no Rio de Janeiro, os rodoviários enfrentaram as empresas de ônibus, a justiça do trabalho e a própria diretoria do seu sindicato; em junho, foi a vez dos metroviários de São Paulo (BRAGA, R., 2016).

Alysson Mascaro propõe que a crise brasileira seja pensada como uma crise das formas sociais, deflagrada a partir da combinação entre sua determinação econômica e sua sobredeterminação jurídica. No entendimento do autor, “trata-se de uma crise do capitalismo, de raiz econômica, que necessariamente se desdobra em contradições do Estado e do direito e se anela ao substrato da formação social pátria” (MASCARO, 2018, p. 19). Logo, trata-se de um fenômeno relacionado à conjuntura internacional. Por mais que a política econômica lulista tenha retardado os impactos da crise global de 2008 no Brasil, no ano de 2014 já era inegável que os assim chamados países emergentes não passariam incólumes pela turbulência financeira iniciada nos Estados Unidos.

Em um primeiro momento, o aquecimento relativo do mercado interno e, principalmente, a alta demanda chinesa por produtos primários deram fôlego à economia brasileira para adiar os efeitos da crise mundial no país. Porém, com a desaceleração do crescimento da China, o ciclo de alta das *commodities* foi interrompido, expondo a fragilidade da dependência brasileira em relação às exportações de mercadorias agro minerais. Segundo o jusfilósofo paulista, “assim, a economia assentada em minérios e no agronegócio não conseguiu sustentar um mercado interno que perdia fôlego e que ainda via sua capacidade industrial arruinar-se desde a década de 1990” (MASCARO, 2018, p. 34). Além disso, “há um golpe na medida em que Lula e Dilma não foram capazes de entregar a solução da acumulação desejada pelas frações dominantes do capital” (MASCARO, 2018, p. 80).

Todavia, a crise brasileira vai muito além das questões inerentes à sustentabilidade econômica e política do projeto de Dilma e do PT. Entre os aspectos que atestam a debilidade histórica do próprio capitalismo brasileiro, destaca-se o fato de que os principais processos de expansão e modernização da infraestrutura produtiva nacional não foram liderados pela burguesia, mas sim pelo Estado. No Brasil, em geral, as maiores tentativas de fortalecimento da industrialização autônoma foram protagonizadas por forças políticas que buscaram reconfigurar o Estado, produzindo impasses em relação à natureza dependente de sua formação social. Desde experiências mais consistentes, como o trabalhismo, até as mais conciliatórias, como o petismo, todas, pelo menos até 2018, terminaram de maneira trágica. Como escreve Mascaro (2018, p. 22), “no caso de Vargas, suicídio; no de Jango, deposição; no de Lula, prisão ao cabo de alguns anos; no de Dilma, *impeachment*”.

Deste modo,

O fracasso da dita esquerda brasileira é, antes e acima de tudo, o fracasso organizacional do capitalismo periférico brasileiro: este não encontra bases materiais de afirmação suficientes, é atravessado concorrencialmente por frações de classe nacionais e internacionais divergentes e, do ponto de vista ideológico, opera em relação de esquizofrenia com a própria esquerda que eventualmente o sustenta. (MASCARO, 2018, p. 26).

A premissa acima aponta para a leitura materialista da crise brasileira, destacando os elementos estruturais do processo resultou na derrubada de Dilma Rousseff. Nesse sentido, os argumentos de Alysson Mascaro refutam a tentativa de interpretar os acontecimentos que marcaram a realidade brasileira entre 2013 e 2016 por um viés meramente moral ou ainda por meio de lamentações a respeito do caráter antinacional da burguesia interna. Conforme assevera o autor, “pouco proveito se extrai do pretense par conceitual burguesia nacional burra/pobres de direita” (MASCARO, 2018, p. 27). Ou seja, para ir à raiz do problema, é necessário ir além da simples denúncia sobre a mediocridade estratégica das classes dominantes e a influência das ideologias reacionárias sobre a consciência da classe trabalhadora. Faz-se mister analisar a relação dessas questões com os fundamentos da formação social brasileira e suas formas de interação com o sistema imperialista.

Assim sendo,

O golpe de 2016 consegue tanto instaurar mais e maiores espaços de acumulação ao capital internacional no país quanto reposicionar as frações do capital nacional em torno do mercado financeiro, liderado por grandes bancos e especuladores. Além disso, e talvez como símbolo mais espetacular da clivagem na relação entre classes, o golpe reposiciona a situação relativa entre as classes burguesas nacionais e as classes trabalhadoras. Em tal processo, a estratégia de acumulação burguesa passa também pela extração de maiores taxas de mais-valor, pelo rebaixamento das condições do trabalho, pelo cerceamento de aparelhos de luta dos trabalhadores – partidos de esquerda, sindicatos e, incidentalmente, intelectuais e universidades etc. – e pela mercantilização ainda maior de esferas da vida comum – perecimento da

educação, da saúde e da previdência públicas em favor da expansão de serviços privados nessas mesmas áreas. (MASCARO, 2018, p. 79).

A própria ex-presidente Dilma avalia que, em 2013, as ruas se levantaram contra “um sistema falido e pouco democrático, que serve de contenção à soberania popular e de bloqueio de mudanças” (ROUSSEFF, 2023, p. 9). Como admite Rousseff, foi a extrema-direita o setor que melhor conseguiu dar um direcionamento político a esse mal-estar geral em um contexto no qual a esquerda foi incapaz tanto de superar “o baixo grau de educação política, organização e mobilização das forças populares” (ROUSSEFF, 2023, p. 8) quanto de “reconstruir uma perspectiva antissistema, de radicalização da democracia como ferramenta para a soberania e a justiça social” (ROUSSEFF, 2023, p. 9). A esse respeito, Fazzio critica a postura das principais expressões institucionais da esquerda moderada, “que se recusaram a avançar na direção em que essas massas radicalizadas exigem – na direção de uma ruptura com os velhos métodos de compromissos com a política burguesa” (FAZZIO, 2022, p. 173).

O colapso do segundo governo Dilma evidenciou as dificuldades de construir um projeto de desenvolvimento nacional que conciliasse crescimento econômico com justiça social. O governo do PT representou um momento de esperança para milhões de brasileiros, ao implementar políticas sociais que reduziram a pobreza. No entanto, a incapacidade de superar a condição de dependência e o recrudescimento das contradições capitalistas internas e externas contribuíram para a crise que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff. A crise brasileira não se restringe a questões conjunturais, mas se insere em um processo histórico mais amplo de subordinação da economia nacional aos interesses do capital internacional e de aprofundamento das desigualdades sociais. A fragilidade do projeto neodesenvolvimentista e a impossibilidade de construir um Estado autônomo sem romper com os fundamentos materiais que determinam o seu sentido são problemas objetivos que não podem ser superados sem transformações radicais na sociedade brasileira.

4.2 Os limites do governo Dilma

O crescimento econômico foi a base sobre a qual o PT conseguiu reduzir o desemprego, elevar o salário-mínimo e realizar políticas sociais, medidas que, entre outras, garantiram a aprovação do partido por alguns anos, sobretudo entre os mais pobres. Tal

aprovação expressou-se no terreno eleitoral, tornando o Partido dos Trabalhadores a principal organização política da Nova República – a única que venceu quatro eleições presidenciais (2002, 2006, 2010 e 2014) e ficou em segundo lugar nas demais (1989, 1994, 1998 e 2018). Por algum tempo, mais especificamente entre 2002 e 2013/2014, poderia parecer que o Brasil enfim caminhava para a superação de desigualdades sociais que nunca tinham sido efetivamente combatidas. Fazia sentido, à primeira vista, falar em um processo de democratização da sociedade brasileira.

Mas esse crescimento não ocorreu de forma “neutra”. Foi um crescimento obtido a partir de relações de produção determinadas, relações inscritas no modo de produção capitalista e atravessadas pelas especificidades de uma formação social dependente. Esse processo necessariamente contribuiria para a agudização de contradições que são inseparáveis de sua natureza. A insatisfação popular com o aumento das tarifas nos transportes coletivos em 2013 era só a ponta do iceberg. Além da mobilidade, também havia graves tensões em relação ao direito à moradia, à educação, à saúde, à segurança etc. Ou seja, estava em marcha um agravamento da questão urbana enquanto totalidade. Ademais, havia um mal estar crescente com a questão ambiental que, por sua vez, não pode ser dissociada do debate sobre a estrutura econômica brasileira e seu papel no mercado mundial.

Apesar da redução da miséria, do aumento real no salário mínimo e das políticas de transferência de renda, a questão urbana, que acabou sendo uma das principais expressões da crise brasileira, se aprofundava. A elevação das tarifas nos transportes coletivos – em geral de péssima qualidade – representava uma perda significativa para os trabalhadores, sobretudo nas médias e grandes cidades. Menosprezar esse fato e o contexto mais geral no qual ele ocorreu seria um erro primário. A repressão brutal da Polícia Militar contra os manifestantes que protestaram em 2013 para barrar o aumento das passagens de trem, ônibus e metrô em São Paulo de R\$3,00 para R\$3,20 acabaram inflamando ainda mais os atos, inicialmente convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL).

Em 2013, o estado de São Paulo era governado por Geraldo Alckmin, então filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O prefeito da capital paulista, Fernando Haddad (PT), defendia o aumento das passagens e adotava uma posição no mínimo controversa em relação à violência da Polícia Militar e ao seu chefe, o governador tucano. É óbvio que essa atitude favorecia a disseminação junto às massas de um sentimento de desconfiança em relação aos partidos e governos comprometidos com a ordem estabelecida. No mesmo ano, o Movimento Passe Livre - São Paulo (2013) publicava um manifesto lembrando que as lutas da geração que criou o movimento começaram muito antes de 2013,

(Quadro 2). Recorrendo à metáfora de Mao Tsé-Tung, uma fagulha pode incendiar a pradaria, mas não foram os responsáveis pela fagulha que criaram, sozinhos, uma pradaria altamente inflamável.

Quadro 2 – Cronologia das lutas pelo direito aos transportes no século XXI

<p>2003 – Revolta do Buzu em Salvador (agosto-setembro).</p> <p>2004 – Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho) e aprova lei do passe livre estudantil (26 de outubro); surge o Comitê do Passe Livre em São Paulo.</p> <p>2005 – Plenária de fundação do MPL-Brasil no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (janeiro); luta contra o aumento em São Paulo (fevereiro); II Revolta da Catraca barra aumento em Florianópolis (junho); mobilizações revogam o aumento em Vitória (julho).</p> <p>2006 – Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (junho); luta contra o aumento em São Paulo (novembro-dezembro).</p> <p>2008 – Grande luta contra o aumento no Distrito Federal (outubro).</p> <p>2009 – Aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal (julho); ocupação da Secretaria de Transportes em São Paulo (novembro).</p> <p>2010 – Luta contra o aumento em São Paulo e em várias capitais (janeiro-março);</p>

Movimento Passe Livre – São Paulo (2013, p. 18)

A expansão do mercado interno tinha aparentes virtudes, mas nem tudo poderia ser resolvido mediante o fomento ao consumo. Sem decisões políticas para impor a primazia do valor de uso em relação ao valor de troca, o capital radicaliza seu domínio sobre o espaço urbano. As condições de vida nas grandes cidades reafirmavam isso de forma dramática ao final da primeira década de século XXI. Os dados apresentados por Maricato (2013) são bastante elucidativos a esse respeito. Segundo a autora, “o coração da agenda da reforma urbana, a reforma fundiária/imobiliária, foi esquecido” (MARICATO, 2013, p. 23). As consequências foram graves. Por exemplo, “em São Paulo o preço dos imóveis sofreu aumento de 153% entre 2009 e 2012. No Rio de Janeiro, o aumento foi de 184%” (MARICATO, 2013, p. 23).

Segundo Rolnik (2013, p. 9),

A questão urbana e, particularmente, a agenda da reforma urbana, constitutiva da pauta das lutas sociais e fragilmente experimentada em esferas municipais nos anos 1980 e início dos anos 1990, foram abandonadas pelo poder político dominante no país, em todas as esferas. Isso se deu em prol de uma coalizão pelo crescimento que

articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado, do qual o projeto Copa/Olimpíadas é a expressão mais recente... e radical.

Com relação ao problema mobilidade urbana, “a desoneração dos automóveis somada à ruína do transporte coletivo fez dobrar o número de carros nas cidades” (MARICATO, 2013, p. 25). O resultado foi o agravamento, em vez do enfrentamento de problemas que já existiam há décadas. Por exemplo, “a velocidade média dos automóveis em São Paulo, medida entre às 17h e 20h em junho de 2012, foi de 7,6 Km/h, ou seja, quase igual à da caminhada a pé” (MARICATO, 2013, p. 25). Mesmo assim, as renúncias fiscais do governo federal privilegiavam o transporte individual, de modo que “há mais subsídios para a circulação de automóveis (incluindo o combustível e outros itens) do que para o transporte coletivo” (MARICATO, 2013, p. 25).

Quanto ao papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, cabe assinalar que, ao longo do ciclo petista, não houve alteração do caráter subalterno da economia nacional. Em que pesem as iniciativas que deram maior protagonismo diplomático ao Brasil, como a criação do Fórum de Diálogo Índia–Brasil–África do Sul (IBAS), as articulações no G20 e no grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), o Brasil continuou e, em certa medida, aprofundou seu perfil dependente da exportação de produtos agro minerais. Para Sampaio Jr. (2014), tal contradição, inclusive, é um dos pilares do desgaste político do PT.

Segundo o autor,

O sentimento de que os problemas fundamentais do povo se agravam reflete a progressiva perda da capacidade da sociedade brasileira controlar seu destino, gerada pelo aprofundamento do processo de reversão neocolonial provocado pela inserção subalterna do país na ordem global. Transformado em uma espécie de feitoria moderna – com um imenso reservatório de mão de obra barata – e importante entreposto comercial e financeiro da periferia da economia mundial – objeto de grandes negócios do capital internacional –, o Brasil fica à mercê da lógica especulativa e extorsiva que preside a relação das economias desenvolvidas com o elo fraco do capitalismo na etapa superior do imperialismo. (SAMPAIO JR., 2014, p. 97-98).

Porto-Gonçalves (2016) também destaca a contradição dos governos petistas em aprofundar um modelo econômico calcado na exportação de *commodities* que, além de reproduzir a histórica subordinação econômica brasileira frente ao mercado internacional, assola os povos tradicionais e devasta o meio ambiente. O autor aponta a realização de grandes obras, a expansão da infraestrutura de circulação de mercadorias agro minerais e, via de consequência, a ampliação da oferta de energia para viabilizar o crescimento de atividades econômicas predatórias em relação ao meio ambiente. Citando diretamente suas palavras, “estradas, portos, aeroportos, ferrovias e hidrovias passam a abrir os caminhos para o trânsito

de grãos, carnes, madeiras, minerais, petróleo e gás cuja produção aumenta pela maior oferta de energia com grandes hidrelétricas, sobretudo na Amazônia” (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 27).

Alguns dos casos mais emblemáticos em relação a esse tipo de desenvolvimento foram a transposição do Rio São Francisco, obra iniciada em 2005 e que chegou a motivar a greve de fome do bispo católico Dom Luiz Cappio, símbolo da resistência ao projeto; a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, iniciada em 2011, no estado do Pará – a obra atingiu mais de quarenta mil pessoas, alagando extensas áreas nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo; as mudanças no Código Florestal Brasileiro, em 2012, que, segundo ONGs dedicadas à preservação ambiental e importantes movimentos sociais do campo e da floresta, acabaram perdoando grandes desmatadores e fortalecendo o agronegócio. O mesmo processo de crescimento econômico que possibilitava a realização de políticas sociais, garantindo aprovação popular ao modo petista de governar, trazia, simultaneamente, certas consequências que, agravadas pela crise financeira internacional, se voltariam contra parcelas significativas da população e, por conseguinte, contra o próprio governo.

O fortalecimento de uma economia de mercado que nunca completou a ruptura com os limites impostos pela matriz neoliberal não teria condições de sustentar a conciliação de classes no longo prazo. Além da fragilidade brasileira em relação às oscilações de preços no mercado internacional de matérias-primas, ganharam corpo uma gama de contratendências aos avanços sociais obtidos ao longo dos governos Lula e Dilma. Tais contratendências se manifestaram intensamente em áreas essenciais à vida, como os transportes e a moradia, enquanto, conforme aponta Braga (2013), os anseios populares por melhorias substantivas em serviços como educação e saúde eram frustrados.

Singer (2018) entende que a chave para os enigmas que cercam o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 está na luta de classes. De acordo com o autor, dependendo da conjuntura, as disputas pelo poder podem ocorrer tanto de forma mais direta quanto de maneira mais difusa. Além disso, no caso brasileiro, a própria natureza da formação econômica e social seria um obstáculo à autoidentificação dos pobres em geral como trabalhadores, pois sua aparente exclusão do núcleo produtivo dificulta a apreensão dessa relação e condiciona suas expressões no plano da política. Assim, o subproletariado politicamente desorganizado tende a se apresentar de forma diluída, isto é, enquanto massa. Não obstante a exclusão das massas subproletárias da produção industrial e do mercado de trabalho formal em geral, sua simples existência favorece o rebaixamento das médias salariais

na sociedade, o que tende a ser aproveitado pelos capitalistas no sentido de compensar debilidades estruturais como o atraso tecnológico em relação às grandes potências.

Portanto,

O lulismo, a partir de 2002, é uma direção que, embora forjada desde a fração organizada da classe trabalhadora, se dirige sobretudo aos "pobres". Ao fazê-lo, abriu mão do avanço representado pela orientação de classe - "o proletariado integrou-se na generalidade das massas trabalhadoras", diria Marcuse -, mas tocou em um nervo da formação periférica. O lulismo é, portanto, profundamente contraditório e se presta a inúmeros gêneros de mistificação, por ser regressivo e progressivo ao mesmo tempo. (SINGER, 2018, p. 10).

André Singer afirma ainda que, embora aproximadamente 25% da população brasileira ainda estivesse na pobreza em 2014, estava em andamento um processo de transição do subproletariado para proletariado, o que se chocaria com as condições de reprodução do capitalismo brasileiro. Deste modo, “o lulismo não pretendia produzir confronto com as classes dominantes, mas ao diminuir a pobreza o fazia sem querer” (SINGER, 2018, p. 11). Essa dinâmica também seria responsável por ferir interesses da pequena burguesia assalariada, utilizando a categoria empregada por Marini (2019) para caracterizar a dita classe média latino-americana. Tal tendência combinava aspectos materiais e aspectos subjetivos.

No plano material, um exemplo emblemático foi a escassez de empregadas domésticas associada ao reconhecimento dos direitos dessa categoria profissional no início do primeiro mandato de Dilma. De acordo com Singer (2018, p. 11), “o Brasil era o país com o maior número de empregados domésticos do mundo”. Já no plano subjetivo, Jessé Souza aponta que “muitos, especialmente na classe média tradicional, não gostaram de ter de compartilhar espaços sociais antes restritos com os ‘novos bárbaros’ das classes populares ascendentes” (SOUZA, 2016, p. 63). Contudo, importa destacar que o realinhamento social do PT foi um processo que começou já no primeiro mandato presidencial de Lula e perpassou toda a experiência dessa agremiação política no comando do Palácio do Planalto. De acordo com a análise de Singer (2012), episódios como a reforma previdenciária de 2003 – que, entre outras medidas, acabou com a aposentadoria integral dos servidores públicos – e o escândalo do mensalão em 2005 contribuíram para afastar importantes parcelas da classe média da base eleitoral lulista.

Sobre o fracasso de Dilma, Singer (2018) trabalha com a hipótese de que a presidenta petista apostou suas fichas em uma coalizão desenvolvimentista reunindo a burguesia industrial e a classe trabalhadora, mas a política econômica formulada pelo governo federal para lidar com a crise internacional foi preterida pelo empresariado em benefício de uma frente única burguesa e neoliberal com objetivo de garantir cortes brutais nos investimentos

públicos e contrarreformas para destruir direitos trabalhistas. O autor já afirmara anteriormente que “a *quantidade* de interesses empresariais contrariados catalisou a solidariedade intercapitalista na linha do ‘hoje foi ele, amanhã posso ser eu. Em consequência, acabou por ligar conjunto do capital contra a nova matriz...” (SINGER, 2016, p. 51, grifo do autor).

A crise econômica, que começara nos Estados Unidos em 2008, atingiu a Europa por volta de 2011, afetando especialmente Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha – os chamados PIIGS⁵⁰. Nesse contexto, visando proteger a economia brasileira, o então Ministro da Fazenda Guido Mantega lançou sua “nova matriz econômica”, preparada desde 2010, quando Henrique Meirelles foi substituído por Alexandre Tombini no comando do Banco Central (BC). Tratava-se de uma política anticíclica baseada em nove ações principais: 1) redução dos juros; 2) forte uso do BNDES; 3) redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); 4) desoneração das folhas de pagamentos nos setores intensivos em mão de obra; 5) plano de investimentos em infraestrutura; 6) reforma do setor elétrico; 7) desvalorização do real; 8) controle de capitais; 9) protecionismo industrial.

Nesse contexto, segundo Singer (2018, p. 23),

No primeiro semestre de 2011, o pacto entre industriais e trabalhadores se expressou no citado documento comum assinado pela Fiesp, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela Força Sindical, pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (...).⁵¹

Chama a atenção a quantidade de propostas, depois adotadas por Dilma, dentre as elencadas na ocasião: redução da taxa de juros "para nível internacional", diminuição dos spreads bancários, facilitação do crédito para o investimento, aumento do IOF sobre a entrada de capital estrangeiro, desonerações tributárias, adoção do conteúdo nacional como "diretriz de política industrial", "preferência para produtos nacionais nas compras governamentais". O Plano Brasil Maior, lançado três meses após *Brasil do Diálogo*, parece resposta literal ao documento dos produtivistas. (...).

Mas à medida que o programa era implementado, os industriais, em lugar de darem apoio, foram progressivamente se afastando do governo, alinhando-se lenta e continuamente ao bloco rentista - como se cada gesto para efetivar o rol de medidas por eles mesmos proposto fizesse crescer o temor do "estatismo", criando desconfiança. (...).

No tradicional encontro anual da CNI, em dezembro de 2012, foi lançado documento com vistas a flexibilizar a CLT. Muito diferente do tom adotado pela Fiesp em 2011, as 101 propostas para modernização trabalhista se voltavam contra os trabalhadores, cuja defesa da CLT era ponto de honra para os sindicatos. Logo se desmancharia publicamente a costura de 2011. Em abril de 2013, a Fiesp divulga estudo mostrando vantagens de as indústrias brasileiras se instalarem no Paraguai.

⁵⁰ Acrônimo pejorativo difundido a partir da imprensa anglófona para associar o mau desempenho econômico dos países em questão à imagem dos porcos (em inglês, *pigs*).

⁵¹ O autor se refere ao documento intitulado “Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego”, disponível na página eletrônica da Força Sindical. Conferir <https://fsindical.org.br/midias/arquivo/0670ac3f7dda6ddd53187cd89e7d46ae1%5D.pdf>.

A longa citação se justifica porque nela o autor oferece uma descrição singular da postura refratária do empresariado brasileiro diante de um projeto neodesenvolvimentista supostamente capaz de atender seus interesses e, ao mesmo tempo, os interesses dos trabalhadores. A burguesia industrial concordou em negociar com o movimento sindical, formalizar um compromisso e reivindicar conjuntamente do governo as condições que, em tese, favoreceriam a reversão da tendência à desindustrialização no Brasil. Agitando a convicção de que a busca pelo crescimento econômico unia patrões e empregados, as cúpulas das maiores centrais sindicais brasileiras prometeram à classe trabalhadora que o pacto social era o caminho para a superação do subdesenvolvimento e a ampliação das oportunidades para o povo.

Na prática, porém, o que ocorreu foi que a burguesia aceitou de bom grado os benefícios e incentivos oferecidos pelo governo, os trabalhadores foram novamente usados para ajudar o patronato a atravessar a crise internacional e, imediatamente depois de usufruir das vantagens dessa relação, os capitalistas viraram as costas aos interlocutores. O fato de que as classes dominantes tenham se aproveitado da abertura dada por altos dirigentes sindicais e pelo governo para fortalecer suas pautas não tem nada de extraordinário. O que deveria intrigar, se não todos os trabalhadores, pelo menos suas pretensas vanguardas, é que, em pleno século XXI, a esquerda brasileira, seja no terreno sindical, seja no terreno partidário, ainda esteja tomada pelo ideal de uma aliança estratégica com a burguesia como chave para a solução dos graves problemas sociais que acometem a maioria da população. Isso na mesma pátria em que nasceram alguns dos maiores expoentes da Teoria Marxista da Dependência no mundo e, entre eles, o maior: Ruy Mauro Marini. Como foi discutido no Capítulo 2, embora as maiores contribuições para a elaboração da TMD tenham sido realizadas por brasileiros, ela nunca foi efetivamente difundida e aceita no Brasil.

Essa lacuna pode ser percebida na obra de André Singer. Apesar de seu inquestionável talento, que já lhe rendeu alguns prêmios de mérito científico, o cientista político paulista não está imune a ambiguidades teóricas. Fazendo um balanço do fracasso da matriz econômica do governo Dilma, o autor afirma que a presidenta “teria que mobilizar extensas camadas populares para sustentar ofensiva tão ampla. Só com uma sólida aliança interclassista e/ou intensa mobilização dos trabalhadores e camadas populares seria possível conter as feras” (SINGER, 2016, p. 53). O trecho acima sugere que o governo tinha três opções, a saber: a aliança interclassista, a mobilização dos trabalhadores ou a combinação das duas coisas. Entretanto, em outros momentos, o autor debate as questões que tornam inviável a perspectiva da aliança interclassista, com destaque para o papel necessário da pobreza na reprodução do

capitalismo brasileiro. Desse modo, “um traço peculiar desta sociedade é o limbo, do qual os pobres podem sair (e no qual podem voltar a cair) individualmente, mas nunca como classe” (SINGER, 2018, p. 11).

Além disso, segundo Singer (2016, p. 45), “certas características estruturais da burguesia industrial brasileira causam fragilidade na coalização produtivista”, pois a financeirização do capitalismo há muito tempo vem fundindo o capital industrial a diversas modalidades de capital portador de juros. As altíssimas taxas de juros praticadas no Brasil nas últimas décadas apenas contribuíram para ampliar o rentismo. Sobre a questão do mercado de trabalho, o autor destaca que “as taxas de desocupação no período foram baixas, próximas a 4,5% entre 2011 e 2014” (SINGER, 2016, p. 45), reduzindo a margem de manobra do empresariado e favorecendo o movimento sindical. Assim, Singer pondera que “talvez não seja coincidência que as inversões tenham estagnado de 2011 a 2013, vindo a cair em 2014” (SINGER, 2016, p. 46), caracterizando uma espécie de greve de investimentos. Ao mesmo tempo, cresciam as lutas e as reivindicações trabalhistas. Outro dado indispensável diz respeito ao custo da força de trabalho, pois “o salário médio real teve aumento de 13% entre 2011 e 2013” (SINGER, 2016, p. 46).

Portanto,

Reunindo os três fatores – perda de controle sobre a política econômica com o pleno emprego, incremento do número de greves e ascensão dos rendimentos do trabalho – , faz sentido pensar que a oposição dos industriais ao ensaio desenvolvimentista esteja diretamente ligada à luta de classes (SINGER, 2018, p. 26).

Com relação ao jogo comercial no mundo, Singer aponta uma mudança que pode ter contribuído para minar a capacidade da política externa petista de empolgar a burguesia interna. Se, no início dos anos 2000, a oposição à criação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) conseguiu atrair setores importantes do empresariado brasileiro, depois de uma década, aproximadamente, a perspectiva já não era mais a mesma. O foco nas relações Sul-Sul e o vínculo privilegiado do Mercosul com a China deixa de ser vantajoso a partir do momento em que o vertiginoso crescimento chinês estabelece condições de concorrência tão ou mais agressivas que as representadas pelos Estados Unidos e pela União Europeia. Conforme assinala o autor, “com efeito, há relatos segundo os quais a ameaça chinesa mobilizou segmentos industriais na primeira metade do governo Dilma 1” (SINGER, 2016, p. 48). Assim sendo, “ao que parece, a iniciativa TTIP encontrou boa repercussão nos meios industriais brasileiros” (SINGER, 2016, p. 47). A Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento – em inglês, Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) – “seria a

saída do Ocidente diante da irresistível ascensão do par China-Índia” (SINGER, 2016, p. 47), visando o estabelecimento de um mercado global gigantesco.

Não se pode subestimar ainda que

Segundo a CNI, houve queda generalizada da margem de ganho em 2012, com alguma recuperação em 2013 e nova queda em 2014. O encarecimento da mão de obra, que não teria podido ser repassado aos preços devido ao desaquecimento econômico, explicaria, ao menos em parte, a redução da lucratividade. Entende-se, no contexto, que a perspectiva neoliberal de diminuir salários e direitos tenha se tornado atraente (SINGER, 2016, p. 50).

Apesar de todos os argumentos expostos até aqui, André Singer não parece ter se convencido de que o cerne do problema estava nos fundamentos estratégia petista. Sua avaliação sugere que a estratégia poderia ser implementada, mas falhou apenas por conta de opções táticas errôneas. Segundo Singer (2016, p. 54), “a variedade de fatores contrários ao êxito do experimento desenvolvimentista mostra que Dilma precisaria ter escolhido uma frente prioritária de luta, adiando as demais a fim de manter os flancos protegidos”. O autor afirma ainda que “o desconhecimento prático dos ensinamentos antigos teria feito com que, como em 1964, as camadas populares não tenham sido mobilizadas para defender a nova matriz quando a burguesia abandonasse o barco” (SINGER, 2016, p. 54). Todavia, a “nova matriz” pressupunha um impulso à dinâmica industrial sem alterar em nada o regime de propriedade e as relações sociais de produção nas indústrias. Ou seja, a burguesia poderia muito bem abandonar o barco (se é que algum dia embarcou de fato no projeto), continuar com o controle dos meios de produção e interferindo diretamente nas condições econômicas do país.

Nesse cenário, a mobilização popular serviria a qual propósito? Convencer os donos das indústrias a participarem da política econômica de Dilma-Mantega, mesmo havendo opções mais lucrativas no cardápio? A burguesia não faz concessões aos trabalhadores quando se comove com boas ideias ou quando é tocada por sentimentos elevados. A burguesia só abre mão de seu programa máximo quando e na medida em que se sente ameaçada pelo poder da classe trabalhadora organizada, quando estão em risco as condições materiais de sua dominação, em suma, quando o proletariado é capaz de liderar um bloco social e político com força suficiente para impor suas reivindicações (LOSURDO, 2006).

Mas o *modus operandi* do PT no governo vai no sentido oposto da mobilização, buscando, ao contrário, seduzir o empresariado por meio da garantia explícita dos seus interesses fundamentais. Mais uma vez, é no próprio trabalho de André Singer que encontramos fartas evidências a esse respeito. Analisando a resposta de Dilma ao extraordinário crescimento das manifestações de massas em junho de 2013, o autor lembra

que, no dia 24 daquele mesmo mês, a presidenta reuniu todos os governadores e prefeitos de capitais do país e deu prioridade a bandeiras neoliberais como a responsabilidade fiscal e o controle da inflação. Poucas semanas depois, o governo federal realizou um corte de 10 bilhões de reais no orçamento (SINGER, 2018).

De acordo com Singer (2018, p. 73),

Quando, na tarde da quinta-feira, 27 de novembro de 2014, a presidente anunciou Levy na Fazenda, ficava claro que haveria uma virada neoliberal. De uma tacada, Dilma se afastava da esquerda e melhorava a relação com o mercado e os empresários, embora a um preço altíssimo. Logo começaram as demissões, e o sentimento de traição espalhou-se pela população. A aprovação da presidente caiu 29 pontos percentuais - de 42% a 13% - entre dezembro de 2014 e junho de 2015. O convite a um executivo de banco para fazer o ajuste recessivo, depois de a campanha ter atacado os banqueiros, legitimou a acusação de estelionato eleitoral.

4.3 As controvérsias sobre Junho de 2013 e a intervenção dos Estados Unidos

Existem elementos comuns entre a convulsão social brasileira, a dita Primavera Árabe – deflagrada pouco mais de dois anos antes – e o Euromaidan, iniciado em 2013 na Ucrânia. Parte significativa das discussões sobre esses elementos tem sido permeada pelo conceito de guerra híbrida (KORYBKO, 2018), o que contribui para ressaltar o papel do Ocidente em geral e dos Estados Unidos da América (EUA) em particular por detrás das ondas de desestabilização que atingiram áreas de interesse geopolítico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Por outro lado, essa abordagem tende a: primeiro, privilegiar os conflitos entre Estados nacionais em detrimento das lutas entre classes sociais; segundo, ignorar movimentos realizados no interior de potências capitalistas centrais, como os Indignados na Espanha e o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos; terceiro, subestimar algumas diferenças fundamentais entre os eventos ocorridos no Norte da África, no Leste Europeu e na América Latina – especialmente no Brasil.

Segundo Nobre (2018, p. 86),

É preciso considerar que o Golpe de 2016 é apenas uma manifestação de um movimento mais amplo em âmbito global que diz respeito ao reposicionamento forçado dos países periféricos em uma nova (na verdade, uma atualização da velha) divisão internacional do trabalho, isto é, diz respeito à trama de relações que envolvem, por um lado, uma nova etapa do capitalismo comandado pelas finanças e, por outro lado, a luta pela manutenção da hegemonia dos países do centro do sistema capitalista para garantia da reprodução desse sistema em escala planetária.

É verdade que o Golpe de 2016 favoreceu a reprodução da atual divisão internacional do trabalho, em benefício das grandes potências capitalistas. Mas é um equívoco notório encarar este mesmo golpe como “apenas uma manifestação de um movimento mais amplo em âmbito global”. Supor que as relações internacionais simplesmente anulam as disputas internas em um país não é um erro menos grave que abstrair a influência dos conflitos globais nas lutas de classes que se desenvolvem no âmbito nacional. O imperialismo não é um dado absoluto, implicando, na verdade, em relações de força e disputas. Do contrário, as guerras híbridas já teriam derrubado os regimes de países como Venezuela, Cuba e China, dentre outros.

É evidente que houve ingerência estrangeira na crise política brasileira e que o destino da maior economia da América Latina não poderia deixar de interessar a Washington. Mas essa é apenas uma dimensão do problema, a qual, considerada isoladamente, não apenas não explica a subida de Michel Temer ao mais alto cargo da República como também serve para encobrir o fato de que esse desfecho não era inevitável. Ele foi resultado de uma disputa na qual o lado derrotado tinha opções, ainda que limitadas, mas decidiu por caminhos que tornaram mais fácil a vida dos seus inimigos. Foi por essa razão que a deposição de Dilma foi um processo político relativamente fácil para seus adversários e inimigos. Não houve resistência significativa para conter a derrubada da presidente, seja no campo institucional, seja nas ruas. Em uma conjuntura que, desde 2013, clamava por ações em prol da melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora, o governo, depois de conquistar a reeleição, apostou em velhas receitas, não apenas no plano doméstico, mas também no plano externo.

Para Marcos Aurélio da Silva, as grandes manifestações de 2013 contribuíram para o descolamento entre os partidos tradicionais e os grupos de classe, gerando um amplo desgaste da política representativa e das instituições democráticas. Este quadro configuraria o que, na concepção gramsciana, entende-se por crise orgânica. Segundo o autor, essa crise orgânica foi além realidade brasileira e latino-americana, tratando-se de um fenômeno mundial. A chamada Primavera Árabe e o Euromaidan ucraniano reforçam o seu argumento. Diante deste cenário, “cabe, contudo, procurar as causas brasileiras particulares, vale dizer, as ‘relações de forças internas’ que abriram a formação brasileira à forma como parece se organizar agora no capitalismo o campo das ‘relações de forças internacionais’ dominantes” (SILVA, 2018, p. 87).

O autor identifica um processo de retroalimentação entre o que chama de estratégia geoeconômica e estratégia geopolítica no âmbito dos governos petistas. A primeira poderia ser qualificada através da política de reformas de baixa intensidade, cuja expressão territorial

interna evidenciar-se-ia na atenção para o histórico atraso da região Nordeste e demais áreas periféricas do país. A segunda tratar-se-ia de uma política externa anti-imperialista, buscando, na prática, dar sentido ao cancelamento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), expandindo o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); assumindo posições de liderança no G20; organizando a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); fortalecendo o BRICS (SILVA, 2018).

Porém, na verdade, do ponto de vista do Estado brasileiro, o fortalecimento dos organismos citados não tem nada de anti-imperialista, pois nenhum deles tem como finalidade enfrentar o sistema imperialista que rege o capitalismo no âmbito mundial. A expansão de organizações multilaterais como as mencionadas acima se inscreve em uma lógica de disputa por maior protagonismo dentro da ordem econômica estabelecida a partir do modo de produção capitalista, sem ameaçar em nada os fundamentos e a natureza desta mesma ordem. Por essa razão, trata-se efetivamente de uma política externa subimperialista. Portanto, é totalmente compreensível que o Brasil jamais tenha aderido à Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), constituída em 2004, a partir de um acordo entre Fidel Castro e Hugo Chávez, governantes de Cuba e Venezuela naquela época.

De acordo com Luce (2014, p. 63),

Se o significado de dependência é o de economias voltadas para atender necessidades de outras economias e o subimperialismo é uma economia dependente que não apenas transfere valor, mas se apropria de valor das nações mais débeis, como antes, hoje o subimperialismo brasileiro participa do despojo da classe trabalhadora e dos povos a ele submetidos para reproduzir ampliadamente o despojo da própria população trabalhadora em seu território.

Paulo Fagundes Visentini, por sua vez, defende que está em curso um processo de reacomodação de forças no sistema mundial. Para o autor, a derrota soviética em 1991 deixou um vácuo que foi sendo paulatinamente ocupado por novos atores internacionais, estabelecendo uma espécie de guerra de posições. Como afirma Visentini (2017, p. 120-121), “a China e as demais nações emergentes, especialmente as que integram o BRICS, puderam ocupar maior espaço.” A partir daí, verifica-se uma reação euro-americana para preservar seu poder global. Essa reação teria sido operada em cinco estágios: primeiro, na “Primavera Árabe”; segundo, na projeção do poder ocidental para a África, buscando conter a influência das nações emergentes naquele continente; terceiro, no crescimento das tensões na Ásia oriental, visando atingir principalmente a China; quarto, na pressão sobre a Rússia por meio da Ucrânia; quinto, no uso do *smart power* para depor Dilma da presidência da República no Brasil por motivos questionáveis, acarretando a fragilização de empresas do país. Honduras e Paraguai também passaram pelo afastamento de dirigentes eleitos em situações semelhantes.

Visentini destaca a importância das revoluções coloridas nas relações internacionais e argumenta que se trata de “uma estratégia de mobilização para provocar uma mudança pacífica de regimes políticos desgastados, que se tornaram indesejáveis às grandes potências” (VISENTINI, 2017, p. 113). Essa tecnologia geopolítica teria sido inaugurada na derrubada de regimes socialistas no leste europeu, como nos casos da Alemanha Oriental e da Tchecoslováquia. Posteriormente, com o advento da internet, dos *smartphones* e das redes sociais, as revoluções coloridas assumiram novas dimensões. De acordo com o autor, nos últimos anos elas “sofreram um aperfeiçoamento, com a utilização do aparato parlamentar, judiciário, policial e midiático dentre de países com governos que praticam políticas alternativas ao modelo predominante no mundo” (VISENTINI, 2017, p. 117). Entretanto, cabe salientar que Visentini não apresenta a revolução colorida como uma espécie de modelo inexorável de intervenção política. De acordo com o autor, “na China, na Venezuela, no Irã (Verde), na Rússia, na Bielorrússia em Mianmar e no Zimbábue, entre outros, ela (ainda) não atingiu seus objetivos” (VISENTINI, 2017, p. 114).

Mendes (2018) avalia que os atos de 2013 viabilizaram uma mudança de regime no Brasil, com vistas à imposição de medidas neoliberais e à redução do protagonismo geopolítico exercido pelo país. Nesse sentido, suas principais consequências teriam sido o golpe de 2016 e a ascensão do neofascismo. O autor discute as jornadas de junho e a deposição da presidenta Dilma Rousseff a partir dos conceitos de guerra híbrida e neogolpismo. De acordo com o Mendes (2022, p. 30), “a guerra híbrida é um conceito que procura sistematizar as transformações pelas quais passaram as táticas bélicas de modo a se adaptar aos condicionantes e às possibilidades contemporâneos”. O geógrafo fluminense destaca três aspectos da guerra híbrida: primeiro, o caráter difuso dos métodos e dos atores do conflito, com ênfase para grupos civis; segundo, as técnicas de dissimulação capazes de provocar revoltas aparentemente espontâneas, sem necessariamente recorrer a ataques armados; terceiro, o vínculo com a estratégia geopolítica dos Estados Unidos.

Os neogolpes, por sua vez, teriam surgido para atender aos interesses das elites latino-americanas de restabelecer os padrões de acumulação das décadas de 1980 e 1990, porém com menos protagonismo dos militares, sem extrapolar os limites impostos pela opinião pública e pela cena diplomática. A denúncia desse procedimento começou com a deposição de Manuel Zelaya em Honduras, no ano de 2009, ampliando-se com a derrubada de Fernando Lugo no Paraguai, em 2012, e de Dilma Rousseff no Brasil, em 2016. Segundo Mendes (2022, p. 31), “essa modalidade de golpe é executada de forma articulada entre setores do sistema de justiça, do parlamento e da mídia oligopolista”, de modo que os instrumentos

institucionais são subvertidos, mas a ordem institucional é preservada. Para o autor, no Brasil, em particular, o neogolpe contra o Partido dos Trabalhadores teria sido associado a táticas de guerra híbrida, de tal maneira que acabou por obter maior aceitação no meio acadêmico. Mendes afirma que “foi a revolução colorida de junho de 2013 que pavimentou o caminho para os grupos políticos que, desde 2016, se instalaram no Planalto e vêm implementando governos de corte ultraliberal e de submissão do Brasil aos interesses dos Estados Unidos” (MENDES, 2022, p. 32).

O autor reivindica o materialismo histórico para analisar o cenário político internacional e, referindo-se ao Brasil, assevera corretamente que “a crise e suas consequências são fruto do embate entre os agentes políticos, que, por sua vez, tomam suas decisões com base nas condições materiais que se apresentavam” (MENDES, 2022, p. 34). No entanto, em seu texto, Mateus Mendes entra em contradição com os pressupostos que adota. Antes de tudo, porque, enquanto privilegia conceitos completamente estranhos ao marxismo, faz menção de forma superficial à temática do imperialismo, limitando-se a afirmar que “segundo Vladimir Lênin, o imperialismo consiste em uma relação de dominação que alguns Estados impõem não apenas a territórios coloniais, mas também a Estados autônomos” (MENDES, 2022, p. 39). Depois o autor passa a fazer considerações sobre os conceitos de território e ideologia.

Sua caracterização da crise brasileira como “um processo que se inicia em junho de 2013, passa pela derrubada da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, culmina na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e se estende até o presente” (MENDES, 2022, p. 182) obscurece dois fatos elementares: primeiro, que o PT venceu as eleições de 2014; segundo que, uma vez reeleita, Dilma aplicou medidas que iam no sentido contrário das suas principais promessas de campanha (PINTO et. al, 2017). A opção por desconsiderar ou subestimar tais fatos, como faz Mateus em seu trabalho, torna impossível a tarefa de compreender a crise brasileira a partir do embate entre agentes políticos, pois naturaliza as decisões tomadas pelo governo federal e apaga o papel que elas tiveram para que os acontecimentos tenham tomado a direção almejada pelas forças políticas da oposição de direita.

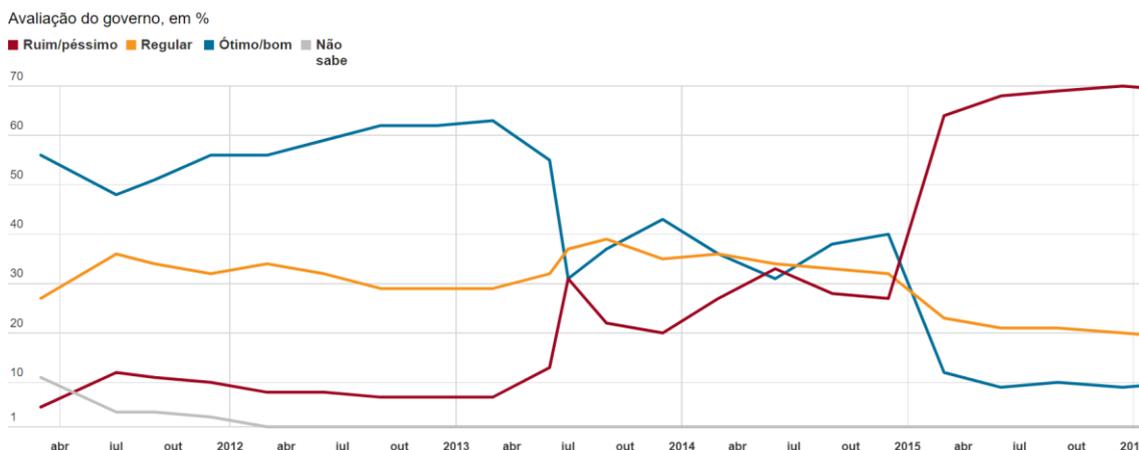
A análise de Mendes (2022) sobre as Jornadas de Junho de 2013 tenta demonstrar, sem sucesso, que não havia motivos para grandes protestos no Brasil daquele período. Embora seja contrário à banalização da expressão classe média⁵², o autor está convencido de

⁵² Notadamente na página 73, na qual o autor acertadamente critica a utilização do termo “nova classe média” para referir-se àqueles que abandonaram a condição de subempregados com auxílio das políticas sociais promovidas pelos governos de Lula e Dilma.

que as manifestações foram realizadas por pessoas de classe média e utiliza as variações na cotação do dólar e do preço da gasolina para tentar provar que não estava em curso um processo de aumento no custo de vida – afinal, a cotação média do dólar antes das manifestações era de dois reais e o preço médio da gasolina no mesmo período era de dois reais e oitenta e oito centavos. No entanto, no afã de responsabilizar os atos de rua pela ascensão da oposição de direita, Mendes não discute o tema que, como é amplamente sabido, desencadeou as manifestações populares naquele momento: a mobilidade urbana, afetada pela mercantilização dos transportes coletivos e pelo encarecimento das respectivas tarifas (MONTEIRO, 2023). Tampouco considera outro aspecto crucial em relação ao custo de vida das camadas trabalhadoras da população, a saber, o impacto da especulação imobiliária nos preços dos aluguéis, que cresciam vertiginosamente nas maiores capitais do país (MARICATO, 2013).

Mendes lembra que a popularidade de Dilma às vésperas dos protestos era de aproximadamente 60% e não havia escândalos de corrupção envolvendo o governo, “não obstante, as manifestações ocorreram e alteraram a correlação de forças na sociedade e nas instituições brasileiras” (MENDES, 2022, p. 157). O autor abdica, assim, de refletir de forma mais aprofundada sobre uma questão básica: o que um governo com aprovação de amplas parcelas do eleitorado fez ou deixou de fazer para que sua popularidade despencasse em tão pouco tempo, em meio a protestos que sequer tinham o governo federal como alvo inicial? O fato é que, já em julho de 2013, o governo iniciou uma retomada da popularidade que permitiu, inclusive, a reeleição de Dilma em outubro (Gráfico 6). Mas o que teria acontecido após as eleições de 2014 para que a presidenta voltasse a perder apoio dos eleitores? Essa questão também parece pouco relevante para Mendes.

Gráfico 6 – Popularidade da presidenta Dilma Rousseff: 2011 a 2016



Fonte: Folha de São Paulo⁵³

Sua avaliação sobre a virada na correlação de forças da sociedade brasileira, na verdade, é confusa. Depois de afirmar que “para as esquerdas, as ruas já estavam ‘perdidas’ desde o dia 17 [de junho de 2013]” (MENDES, p. 107), o autor declara que “o ano de 2015 marca a virada à direita das ruas” (MENDES, p. 157). Desse modo, Mendes atribui um viés secundário a pontos que, na realidade, tem mais relação com a queda de Dilma do que os protestos de 2013: os atos pelo *impeachment*, que começaram em março de 2015, e a Operação Lava Jato, deflagrada em 2014. Sobre a situação do parlamento, o autor argumenta que “as eleições de 2014 instalaram uma contradição institucional, com um Executivo de esquerda e um legislativo de direita” (MENDES, 2022, p. 158). Contudo, nunca, em nenhum momento da história do parlamento brasileiro, houve uma maioria de esquerda entre deputados ou senadores.

Há na obra em questão determinadas partes nas quais a honestidade do autor se volta contra sua tese central. Mateus Mendes não é claro sobre a relação dos governos petistas com o neoliberalismo. Em certas partes de seu livro, Mendes (2022) defende que Dilma não aplicava políticas neoliberais.⁵⁴ Porém, em determinado momento o autor reconhece que “os governos do PT, em que pese a ênfase social os marcaram, não romperam com a lógica neoliberal, como bem ilustra a manutenção do ‘tripé macroeconômico’” (MENDES, 2022, p. 72). Sobre o segundo mandato de Dilma, Mateus lembra que, depois de ter feito uma campanha eleitoral com ênfase nos direitos dos trabalhadores, a presidenta “substituiu na Fazenda Guido Mantega, um (neo)desenvolvimentista, por Joaquim Levy, um neoliberal cujas

⁵³ <https://arte.folha.uol.com.br/graficos/zzXby/?>

⁵⁴ É o que se verifica nas páginas 68 e 103, por exemplo.

credenciais eram ter sido operador do sistema financeiro” (MENDES, 2022, p. 159). Assim, o autor admite que as medidas ortodoxas implementadas em face da crise econômica configuraram um “estelionato eleitoral” (MENDES, 2022, p. 160).

Além disso, Mendes admite a inação dos governantes do PT em relação ao oligopólio da mídia nacional e à ausência de democracia no terreno das comunicações, afirmando que “os governos petistas não atuaram no sentido de tornar o ambiente comunicativo brasileiro mais plural” (MENDES, 2022, p. 76). O autor também sugere que houve ingenuidade republicana dos governantes do PT na relação com o poder judiciário, chegando a afirmar que “a inobservância quanto à importância do Judiciário na luta de classes fez com que os governos petistas escolhessem para o STF juristas conservadores” (MENDES, 2022, p. 74). Portanto, “as indicações de Lula e Dilma para o STF e suas nomeações para o cargo de procurador-geral acabaram por fortalecer a posição golpista” (MENDES, 2022, p. 165), de modo que uma corte suprema majoritariamente composta de ministros indicados por presidentes petistas aquiesceu com o processo de *impeachment* no parlamento em 2016 bem como negou o *habeas corpus* para Lula em 2018. Com efeito, “a maioria dos ministros indicados pelos governos petistas votou a favor da prisão do ex-presidente” (MENDES, 2022, p. 175).

As principais incoerências teóricas de Mendes se expressam em dois pontos. Primeiro, em seu reconhecimento de que, apesar da existência de interações com as disputas globais pelo poder, “em última instância, quem conduz a luta política são as forças endógenas, ainda que as forças de direita gozem de apoio das forças imperialistas” (MENDES, 2022, p. 100). Segundo, que a chamada guerra híbrida não depende somente da força dos agressores, mas também da fraqueza dos alvos, de tal maneira que “ainda que os Estados Unidos possam potencializar essas fragilidades, eles não podem fabricá-las. Essa consideração é importante, porque desmonta as soluções fáceis de atribuir a crise a uma interferência externa” (MENDES, 2022, p. 101). Mas se as forças endógenas são tão decisivas nas lutas de classes e se as fragilidades internas da sociedade brasileira tem sido tão cruciais para determinar os desdobramentos da crise, por que então não enfrentar essas duas questões?

Tais problemas assumem uma importância ainda maior quando se considera a participação do Brasil na formação de um campo internacional em prol da multipolaridade, contrariando certos interesses hegemônicos dos EUA. Como avalia Mendes (2022, p. 62), “falando especificamente sobre a crise pela qual passa o Brasil e a disputa pelo poder global, pode-se dizer que seu principal elo atende pelo acrônimo BRICS, agrupamento que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul”. O autor sugere que a guerra híbrida contra o

Brasil está relacionada à necessidade de frear o avanço de um bloco capaz de ameaçar a histórica supremacia exercida pelos Estados Unidos na área comercial, diplomática e até mesmo militar. Porém, como nos demais membros do BRICS não houve uma crise como a que resultou no golpe realizado no Brasil em 2016, torna-se ainda mais crucial compreender a particular fragilidade do governo brasileiro derrubado com um processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade.

Avesso a essa problemática, Mendes reafirma em trabalho posterior que “as manifestações massivas de 2013 foram fruto de uma ação coordenada da direita brasileira e do imperialismo” (MENDES, 2023, p. 50), pintando os manifestantes que exigiam reformas legítimas como uma massa ingênua e manipulada que, sem perceber, acabou sendo a grande responsável por uma curiosa revolução colorida, depois da qual o governo foi reeleito. O autor continua insistindo na importância dos *think thanks* liberais patrocinados pelo *National Endowment for Democracy* (NED) e pela *United States Agency for International Development* (USAID) na formação de novas lideranças golpistas no Brasil (MENDES, 2023). É evidente que os Estados Unidos financiam diversas organizações pelo mundo para difundir sua ideologia. Mas, como o próprio autor indica, os primeiros *think thanks* desse tipo se estabeleceram no Brasil desde o início dos anos 1980, sem que isso impedisse o PT de vencer quatro eleições presidenciais consecutivas – 2002, 2006, 2010 e 2014. O debate mais importante, portanto, passa por um ponto que Mateus Mendes sequer cogita enfrentar: afinal, o neodesenvolvimentismo é viável no Brasil? Teria razão José Luís da Costa Fiori quando afirma que “o neodesenvolvimentista acaba repetindo os mesmos erros teóricos do passado e propondo um conjunto de medidas ainda mais vagas e gelatinosas do que já havia sido a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 1950” (FIORI, 2014, p. 224)?

Jessé Souza também se baseia no conceito de guerra híbrida para analisar a crise brasileira. Porém, fazendo uma reflexão mais ampla, o autor parte da premissa de que o racismo primordial é a base moral do capitalismo em sua universalidade. Segundo o eminente sociólogo brasileiro, o “racismo primordial significa a expressão de uma diferença ontológica entre os seres humanos, da qual a manifestação racial será uma das variantes possíveis” (SOUZA, 2020, p. 16), mas não a única. Embora a expressão diretamente racial do racismo seja mais evidente em países com passado escravista, como Estados Unidos e Brasil, ela representa uma lógica mais ampla de hierarquização da humanidade, ou seja, o pressuposto de que existem níveis superiores e inferiores de seres humanos. De acordo com o autor, os fundamentos dessa perspectiva moral devem ser buscados na religião, uma das mais antigas instâncias de legitimação da verdade e, portanto, do que é justo ou injusto. O cristianismo,

tradição religiosa de maior influência na formação cultural do Ocidente, estabeleceu a oposição entre corpo e espírito como o alicerce da moralidade, de modo que tudo o que é ligado ao corpo remete ao pecado, enquanto tudo o que é ligado ao espírito remete à virtude.

Segundo Souza (2020, p. 21),

É nesse contexto que as mulheres, percebidas como corpo, afeto e sexo, serão temidas e inferiorizadas em relação aos homens, percebidos como espírito distanciado e inteligência. As classes sociais do espírito são ao mesmo tempo as classes do privilégio, do conhecimento valorizado, e estão destinadas a comandar a vida social. As classes trabalhadoras são, ao contrário, percebidas como corpo e trabalho manual menos qualificado. Do mesmo modo, também o branco será associado às virtudes não ambíguas do espírito, como inteligência, moralidade e senso estético, enquanto o negro será associado ao corpo, à força muscular e ao sexo, da mesma forma que as mulheres e os trabalhadores.

Com o advento da Idade Contemporânea, a ciência assume, ainda que de forma relativa e não linear, o lugar antes reservado à religião enquanto esfera de definição da verdade. Conforme aponta Souza (2020, p. 24), “se existe alguma coisa próxima ao carisma mágico da religião no mundo moderno, é a ciência”. Deste modo, a oposição entre corpo e espírito é rerepresentada sob a forma de uma oposição entre passionalidade *versus* racionalidade e a biologia é chamada a justificar a falsa superioridade de brancos sobre negros, de homens sobre mulheres e de burgueses sobre proletários. Deste modo, a ciência dominante, a serviço do poder econômico e político, buscou dar legitimidade ao neocolonialismo do século XIX, ao mesmo tempo em que contribuía para manter as mulheres e os proletários em condições subalternas na sociedade.

No século XX, as transformações das relações sociais e dos paradigmas científicos estabelecem uma situação de aparente superação do racismo pseudocientífico. Porém, na verdade, a “revolução culturalista”, responsável por atualizar as teorias dominantes, não representa uma real ruptura com o racismo primordial aludido anteriormente. De acordo com Souza (2020, p. 25), “o culturalismo reproduz o racismo de modo mais sutil e ainda mais perigoso, posto que dá a impressão de tê-lo criticado e superado”. A matriz desse culturalismo seria inspirada fundamentalmente na teoria da modernização parsoniana, à qual coube a empreitada de substituir a polarização entre negros e brancos pela dicotomia entre corruptos e honestos, tradicionais *versus* modernos. Portanto, novamente de acordo com Souza (2020, p. 36), “a substituição do paradigma do racismo científico, típico do colonialismo europeu do século XIX, pelo culturalismo, típico do colonialismo americano, espelha a perfeita continuação dos mesmos preconceitos sob a máscara da novidade”.

Faz-se necessário, no entanto, apresentar uma ressalva. Apesar do talento intelectual de Jessé Souza, suas reflexões não são tão inovadoras como ele mesmo sugere. Esse problema

não diz respeito a uma ou outra obra em específico, revelando, com efeito, um padrão do autor, como, aliás, já foi apontado anteriormente por Jones Manoel. Manoel (2021) alerta para o fato de que, no Brasil, existe uma forte tradição crítica no âmbito da teoria social, responsável por um legado riquíssimo. Não obstante, para reafirmar sua suposta originalidade, Jessé omite ou mesmo distorce o trabalho de grandes intelectuais brasileiros do século XX, como ocorre em *A tolice da inteligência brasileira* (SOUZA, 2018) e *A elite do atraso* (SOUZA, 2017), além das obras citadas anteriormente. A análise da escravidão como elemento central da formação brasileira, a crítica às teorias da modernização e ao papel do racismo no capitalismo, temas discutidos por Jessé Souza em diferentes textos, já foram tratados anteriormente por outros autores como Prado Jr. (1977), Sodré (1978), Moura (1988), Fernandes (1989), Ramos (1995) e Ribeiro (1995).

No caso particular do debate sobre o racismo, Souza (2020) procura destacar sua própria genialidade, supostamente comprovada pelo fato de que nem mesmo grandes pensadores como Jürgen Habermas e Pierre Bourdieu terem logrado desvelar a universalidade do capitalismo em sua dimensão simbólica. Entretanto, é forçoso reconhecer que Jessé Souza não é o único no mundo a analisar o racismo como expressão geral da moralidade liberal-burguesa. Em meados dos anos 1950, Césaire (2020), por exemplo, elaborou uma crítica radical do colonialismo e da própria civilização ocidental e cristã em geral. De acordo com o autor, o colonialismo seria responsável por uma regressão universal, pois, além de degradar o colonizado, implicava na brutalização dos colonizadores e das suas sociedades. Avaliando a barbárie praticada pelas tropas alemãs na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, Césaire asseverou “que é nazismo, sim, mas que antes de serem suas vítimas, foram cúmplices; que esse nazismo, toleraram antes de sofrê-lo; absolveram-no, fecharam seus olhos e o legitimaram, porque, até então, havia sido aplicado apenas a povos não europeus” (CÉSAIRE, 2020, p. 18).

Frantz Fanon, que também era martinicano e foi aluno de Aimé Césaire, analisou o racismo burguês e as práticas de inferiorização dos povos colonizados como fundamentos morais do imperialismo, articulando as lutas por libertação nacional no Terceiro Mundo com as pautas do movimento comunista internacional e adotando uma perspectiva humanista e radical pela desracialização das relações sociais. Além disso, quando afirma que “o nazismo transformou a totalidade da Europa em verdadeira colônia” (FANON, 1968, p. 80), o autor rechaça a interpretação da violência nazista como uma excepcionalidade na trajetória mundial de expansão do capitalismo. Sob esse prisma, as tropas de Hitler não fizeram mais do que

aplicar dentro do continente europeu os brutais métodos de dominação há muito tempo já conhecidos pelos povos da América, África e Ásia.

De acordo com o pensador e militante da resistência argelina,

A burguesia ocidental, posto que fundamentalmente racista, logra quase sempre mascarar esse racismo multiplicando as nuances, o que lhe permite conservar intacta sua proclamação da suprema dignidade humana.

A burguesia ocidental ergueu suficientes barreiras e parapeitos para não temer realmente a competição daqueles a quem explora e despreza. O racismo burguês ocidental com relação ao negro e ao árabe é um racismo de desprezo; é um racismo que minimiza. Mas a ideologia burguesa, que proclama uma igualdade de essência entre os homens, consegue preservar a sua lógica convidando os sub-homens a se humanizarem através do tipo de humanidade ocidental que ela encarna. (FANON, 1968, p. 135)

O pensador marxista Domenico Losurdo, por sua vez, é responsável por incontornáveis contribuições para a crítica das ideologias dominantes. Em sua vasta obra, não faltam análises sobre como a inferiorização de colonizados, negros, mulheres e trabalhadores sempre foi a pedra de toque do capital no terreno simbólico. Conforme argumenta o filósofo italiano, “as grandes potências sentem-se sobretudo infinitamente superiores às ‘raças inferiores’, vangloriam-se de fazer parte de uma família, aliás, de uma raça bastante exclusiva” (LOSURDO, 2017, p. 326). Contrapondo-se aos discursos que reforçam o *establishment* liberal, Losurdo (2017) acredita o horror do Terceiro Reich remete, direta ou indiretamente, à tradição colonialista e pensa as conquistas democráticas alcançadas pelos povos submetidos a regimes burgueses como processos sociais e históricos de resistência à natureza excludente do capitalismo. Assim sendo, as lutas por reconhecimento das mulheres, dos trabalhadores e dos povos coloniais não avançaram em função do desenvolvimento do capital, mas contra ele e sua doutrina liberal. Os enfrentamentos mais radicais às diferentes formas de discriminação – de gênero, racial e censitária – não foram realizados pelos próceres do Ocidente, mas pelos seus maiores inimigos declarados, desde os jacobinos até os bolcheviques.

Segundo Losurdo (2015, p. 96),

Longe de basear-se em uma “relação de coerção” singular, o sistema capitalista mundial é o entrelaçamento de múltiplas e contraditórias “relações de coerção”. O que decide a colocação final de um indivíduo (e de um grupo) no campo dos “oprimidos” ou no dos “opressores” é, por um lado, a hierarquização dessas relações sociais segundo sua relevância política e social em uma situação concreta e determinada; por outro, a escolha política do singular indivíduo (ou do grupo).

Outro problema relevante em Souza (2020) diz respeito à questão do imperialismo. O autor entende que o fundamento central das relações de dominação no plano internacional está na ciência, de modo que o foco de sua crítica se dirige para a ciência dominante, a qual funciona como fonte de legitimação de uma falsa superioridade intelectual e moral das nações

desenvolvidas. Quando a justificação do racismo através da biologia, que impulsionou o neocolonialismo no século XIX, se torna insuficiente e vai se tornando ultrapassada, o racismo disfarçado de culturalismo se encarrega de atualizar as bases teóricas da opressão praticada pelas potências centrais do capitalismo contra o restante do mundo. Sob esse ponto de vista, o imperialismo é reduzido a uma condição de epifenômeno da batalha internacional de ideias e adjetivado como “imperialismo informal”.

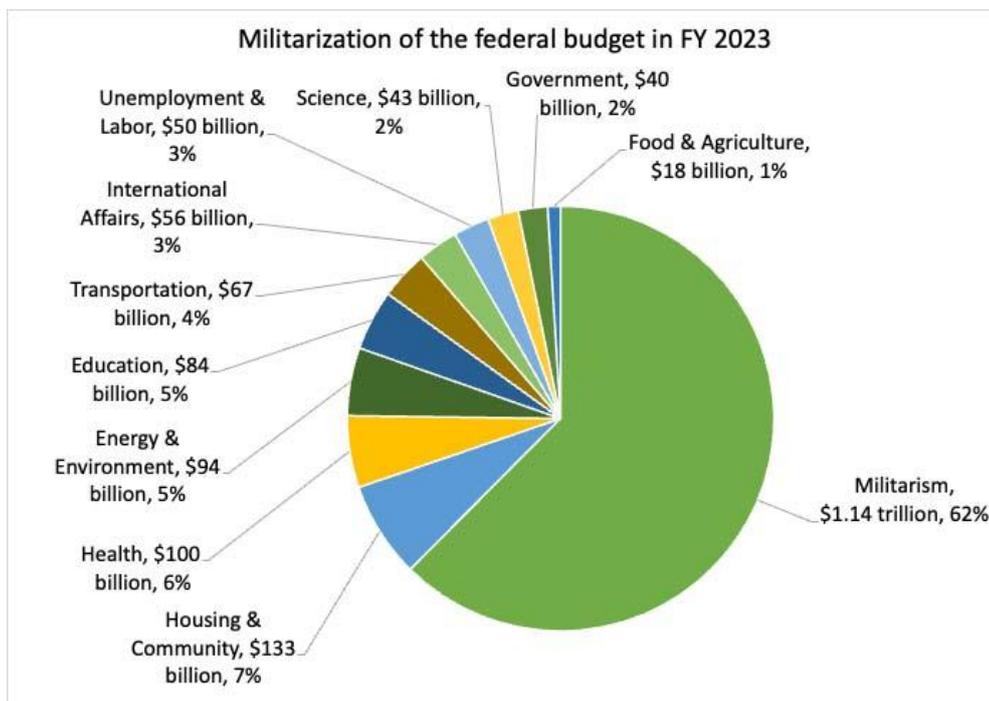
De acordo com Souza (2020, p. 43),

No imperialismo informal, não é mais necessário mandar um exército caro e sanguinário ao país que se quer explorar. Basta mandar uma ciência feita com a precisão de um alfaiate para colonizar o pensamento do oprimido e neutralizar sua capacidade de reação.

A passagem para o imperialismo informal, mais inteligente e menos custoso do ponto de vista da nação que o estabelece, exige sempre a violência simbólica do suposto convencimento científico.

Entretanto, como mostra o recente estudo realizado pelo *Institute for Policy Studies*, divulgado no dossiê intitulado *The Warfare State*, 62% do orçamento federal estadunidense em 2023 foi destinado a programas inscritos na lógica da militarização – o que inclui guerras, armas, encarceramento em massa, além de detenção e deportação de imigrantes. Por outro lado, os investimentos em ciência representaram apenas 2% deste mesmo orçamento, conforme pode ser observado no Gráfico 5. Os gastos com setores e programas militarizados nos Estados Unidos em 2023 somaram 1,1 trilhão de dólares, o que significa um aumento de 100% em relação ao valor gasto em 2001. A imensa maioria dos gastos militarizados foi para armas, guerra e o Pentágono, no valor de 920 bilhões de dólares. Cabe ressaltar ainda que os EUA possuem mais de setecentos e cinquenta instalações militares espalhadas em mais de oitenta países ao redor do planeta (KOSHGARIAN et. al, 2024).

Gráfico 7 – Militarização do orçamento federal dos Estados Unidos (2023)



Fonte: Koshgarian (2024)

Entrando mais diretamente na discussão sobre o golpe no Brasil em 2016, Souza (2020) define junho de 2013 como o início de uma revolução colorida que preparou a deposição da presidente petista. Na avaliação do autor, tratava-se de um novo tipo de ataque do império americano contra seus rivais, uma forma de intervenção que combina a produção de consentimento através dos meios de comunicação de massa – hoje em dia, em especial, as redes sociais – com a guerra híbrida, que visa desestabilizar governos não alinhados aos ditames da Casa Branca. Questões como a descoberta e a exploração de petróleo no pré-sal com um marco regulatório que fomentava o protagonismo da Petrobras no fim do segundo governo Lula, a ofensiva de Dilma contra os juros abusivos em 2012 e a gestação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), também conhecido como Banco do BRICS, teriam disparado o sinal de alerta em Washington, pois entravam em choque com os interesses dos grandes capitalistas.⁵⁵

Assim, no entendimento de Souza (2020, p. 63),

Setenta anos depois de Getúlio Vargas, o Brasil tenta mais uma vez conquistar um pouco de autonomia e desenvolvimento, unindo-se a outras potências rivais do império americano. Uma afronta ao *deep state* americano, que funciona como

⁵⁵ Pires (2015) define a criação do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS como uma das ações contra hegemônicas ao atual modelo financeiro neoliberal desregulado que podem contribuir para desencadear um rearranjo geopolítico que amplia a autonomia dos países emergentes em relação aos Estados Unidos e provoque alterações no atual modelo de acumulação globalizado do capital financeiro internacional.

representante da elite americana e considera o Brasil – e a América Latina como um todo – um satélite que deve ser mantido submisso e oprimido. É nesse contexto que, na esteira da Primavera Árabe, ocorrem as chamadas Jornadas de Junho, em 2013, no Brasil. Esse é o início da revolução colorida, que dá ensejo ao golpe de 2016 e à operação Lava Jato, levando à derrocada do PT, à prisão ilegal de Lula e à consequente eleição do “lambe-botas” de Trump, Jair Bolsonaro, ao poder.

Jessé Souza avalia que, embora Korybko (2018) tenha desenvolvido sua discussão sobre guerras híbridas com base nos contextos da Síria e da Ucrânia, suas ideias fundamentais são indispensáveis para explicar as atuais formas de ingerência norte americana sobre nações latino-americanas, como a Venezuela e o Brasil. O notável sociólogo brasileiro argumenta que “a guerra híbrida tem duas fases distintas. A primeira é a desestabilização do regime que os interesses geopolíticos americanos desejam derrubar. A segunda fase, que pode ou não se fazer necessária, tem a ver com o confronto direto” (SOUZA, 2020, p. 65). A partir daí, Souza explica que o “complexo de vira-lata” imposto ao povo brasileiro cumpre o papel de torná-lo mais vulnerável aos métodos estadunidenses de guerra indireta. Portanto, ao contrário dos casos sírio, ucraniano e venezuelano, no Brasil não foi necessário recorrer ao confronto convencional para garantir que os interesses de *Wall Street* seriam atendidos. Em outras palavras, a afirmação do povo brasileiro como portador de traços culturais contaminados pela corrupção o torna indefeso frente a um inimigo que, com efeito, fascina por sua suposta superioridade moral. De acordo com Souza (2020, p. 68), “um povo de vira-latas, que se acredita inferior e corrupto de nascença, é importante para a elite, sempre vale repetir, porque um povo sem autoestima é mais fácil de ser manipulado e feito de tolo”.

Feitas essas considerações, o pensador potiguar retoma sua crítica às Jornadas de Junho de 2013. Segundo Jessé Souza, aqueles protestos eram completamente inesperados, pois “o país estava voando em ‘céu de brigadeiro’ em 2013, com altas taxas de crescimento econômico, pleno emprego, aumento da capacidade de compra da população, obras de vulto na infraestrutura e uma presidenta com altos índices de popularidade” (SOUZA, 2020, p. 70). Logo, Souza acredita que a chamada grande imprensa redirecionou as manifestações contra o governo Dilma, deflagrando uma típica revolução colorida, isto é, um movimento para depor regimes não conformados aos interesses dos Estados Unidos em nome de valores democráticos e dos direitos humanos. Conforme argumenta o autor, a eficiência da revolução colorida está intimamente ligada à capacidade de seus agentes de compreender “o ‘formato inicial’ do sistema, ou seja, a sua ‘configuração civilizacional/cultural’ específica, sobre a qual se pretende agir no sentido de retirar sua legitimação pública” (SOUZA, 2020, p. 71). Assim, enquanto a Primavera Árabe produziu a efervescência política a partir da retórica dos

direitos humanos, no Brasil coube à indignação contra a corrupção na política o papel de inflamar as massas.

Inicialmente, as ações de rua foram realizadas por organizações de esquerda que questionavam os aumentos nas passagens de ônibus e, logo na sequência, as pautas passaram a incluir os megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Do ponto de vista dos movimentos populares, era mais do que justo lutar contra os gastos bilionários com a construção e a reforma de estádios padrão FIFA enquanto saúde e educação pública careciam de investimentos mínimos, bem como contra a remoção de comunidades pobres em um contexto de aceleração do processo de mercantilização das cidades brasileiras. Entretanto, no bojo das críticas à realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil estavam presentes outros elementos, como acusações genéricas a respeito de desvios de verbas e corrupção nas obras, o que foi efetivamente aproveitado pela grande mídia para convocar a classe média às ruas e desviar o foco das manifestações para o governo petista. Em 2014, a Operação Lava Jato deu um impulso extraordinário a essa tendência.

Contudo, de acordo com Souza (2020, p. 75),

Como a esquerda brasileira já fora colonizada pelo discurso do falso moralismo havia décadas, foi o próprio governo Dilma, em 2013, por intermédio de seu Ministério da Justiça, que criou as condições legais para o *lawfare* – o uso da lei como arma política – em sua versão brasileira. A lei 12.850/2013 tipifica os crimes de organização criminosa e obstrução da justiça, permitindo instrumentos altamente invasivos e ambíguos como “delações premiadas” e “prisões cautelares”. Munida de suas armas de escolha, a Lava Jato tem caminho livre para a prática legalizada de tortura psicológica com prisões cautelares, extorsão e fraude.

Segundo Iasi (2017), o golpe de 2016 teria marcado o fim do ciclo petista e o esgotamento da Estratégia Democrática Popular. De acordo com o autor, o PT buscou promover o crescimento da economia para dar base a um pacto social no qual a classe trabalhadora deveria abrir mão da perspectiva socialista e a burguesia deveria abrir mão da perspectiva golpista. No âmbito da conciliação de classes, os monopólios capitalistas teriam condições de auferir grandes lucros enquanto as bandeiras históricas do movimento operário e popular – como ampliação de direitos, a reforma agrária e a estatização de setores estratégicos da economia – seriam substituídas por políticas sociais focalizadas e voltadas para mitigar os efeitos mais agudos de miséria absoluta. Em outras palavras, na falta de um acúmulo de forças suficiente para enfrentar pilares da ordem como o imperialismo, a concentração fundiária e os monopólios, a conquista de cargos no Poder Executivo, em especial a Presidência da República, deveria servir como alavanca para a democratização gradual da sociedade, por dentro da ordem.

Mauro Iasi argumenta que a Estratégia Democrática Popular jamais foi abandonada pelo PT. O acadêmico paulista explica que essa estratégia preconizava a realização de ações políticas de cunho democrático no interior da ordem burguesa. Devido ao caráter dependente da formação social brasileira, tais ações se chocariam com a ordem, ensejando a ruptura em direção ao socialismo. Enquanto o PCB, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1980, defendia uma Estratégia Democrática Nacional que pressupunha a aliança entre o proletariado e a burguesia, o PT advogava pelo protagonismo dos trabalhadores urbanos e rurais, em aliança com demais camadas exploradas e segmentos médios da sociedade. Os esforços de diferenciação, contudo, não impediram que as estratégias em questão tivessem pontos em comum. Nesse contexto, o autor destaca “a constatação da impossibilidade de uma estratégia socialista, a constatação de ‘tarefas democráticas em atraso’ e uma certa incompletude do desenvolvimento capitalista” (IASI, 2017, p. 423).

A perspectiva de chegar ao governo federal sem que o processo de organização da classe trabalhadora e de sua expressão partidária estivessem maduros desencadeou um longo movimento de adaptações programáticas que teve início por volta de 1989 e que chegou em um novo patamar em 2002. Para Iasi (2017, p. 425), “evidente que há descaracterizações e deformações, mas são as distinções entre a intenção política original e a sua objetivação madura na situação de governo”. A forma institucional da conciliação de classes foi a continuidade do presidencialismo de coalizão e da governabilidade pelo alto. Ou seja, em nome da estabilidade exigida pelo mercado, o governo não deveria mobilizar os trabalhadores, mas sim, supostamente, agir em nome deles, trocando cargos públicos e fatias do orçamento por apoio de outros partidos com representação no Congresso Nacional. Consolidava-se, assim, uma democracia de cooptação, de modo que, mesmo oferecendo pouco, as classes dominantes obtinham o conformismo da classe trabalhadora.

Conforme a análise de Iasi (2017, p. 427),

A mudança do cenário econômico mundial, interessadamente não a crise propriamente dita, mas a retomada do crescimento no centro do sistema e o conseqüente agravamento da crise na periferia do sistema do capital imperialista, faz com que as bases da democracia de cooptação e do governo de pacto social deteriorem rapidamente. O primeiro e mais evidente sintoma desse fato foram as manifestações de 2013, que indicavam problemas em um dos principais trunfos do PT na relação com a ordem burguesa, ou seja, a eficiência do apassivamento.

Fazendo um balanço crítico que chama de inventário da Estratégia Democrático-Popular, Iasi (2019) afirma que a análise do atual período histórico demonstra que predominou na esquerda a incompreensão da natureza da formação social brasileira, suas implicações para a luta de classes e o caráter do Estado no Brasil. De acordo com o autor, o

capitalismo perdeu qualquer vetor progressista e civilizador que um dia teve, de modo que, em sua forma brasileira, dependente e subordinada ao imperialismo, não há espaço para desenvolvimento capaz de sustentar um pacto social de longo prazo. Portanto, qualquer anseio de transformação radical pressupõe necessariamente a realização de uma estratégia socialista. Isso significa que o bloco social credenciado para dirigir um processo revolucionário exclui, obrigatoriamente, todos os segmentos do capital monopolista. Significa também que o gradualismo político é inviável, pois a máquina do Estado serve aos interesses das classes dominantes e, assim, impõe esses interesses fundamentais como limites intransponíveis, seja qual for o resultado das eleições.

A análise crítica sobre as raízes e os desdobramentos da crise brasileira que culminaram no golpe de 2016 demonstra que o projeto neodesenvolvimentista estava profundamente limitado pelas contradições inerentes à formação social brasileira e pelas condições impostas pelo sistema capitalista global. A tentativa de conciliar a inclusão social e o fortalecimento da burguesia interna se mostrou insustentável à medida que as pressões do capital internacional e as contradições internas da economia brasileira se aprofundaram, sobretudo com o impacto da crise econômica global de 2008 e o fim do ciclo de alta das commodities. Essa dependência estrutural da economia brasileira em relação à exportação de produtos primários reforçou a vulnerabilidade do país às oscilações dos mercados globais e expôs a fragilidade de seu modelo de desenvolvimento.

As Jornadas de Junho de 2013 representaram um marco crucial nesse processo, ao trazerem à tona a insatisfação popular com as condições de vida urbana, incluindo transporte, saúde, educação e habitação. Esses protestos, inicialmente direcionados contra questões específicas, logo se ampliaram, evidenciando o descontentamento generalizado com o pacto social que sustentava o modelo petista. A incapacidade do governo de responder de forma satisfatória às demandas populares, aliada à repressão estatal e às medidas econômicas de austeridade adotadas a partir de 2014, aprofundou a crise de legitimidade do governo Dilma Rousseff. A aliança entre o governo e setores da burguesia interna revelou-se instável diante das crescentes tensões inerentes à luta de classes. A resistência da burguesia industrial e do capital financeiro às tentativas de implementar políticas que favorecessem os trabalhadores e as classes populares contribuiu para o desmoronamento desse pacto e a formação de uma coalizão conservadora que levou ao golpe institucional de 2016.

Além disso, o Brasil, como uma economia intermediária no sistema capitalista mundial, enfrenta limitações estruturais impostas por sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho. Essas limitações restringem a capacidade do Estado de implementar

políticas de desenvolvimento autônomas e de romper com a lógica global do capital, o que ficou evidente durante os governos petistas. Embora esses governos tenham tentado adotar uma política externa mais ativa, sua dependência do capital estrangeiro e das exportações de commodities impediu avanços significativos na superação do subdesenvolvimento. O golpe de 2016, como conclusão desse processo, representa não apenas a derrocada de um projeto político, mas também o aprofundamento de uma crise que afeta as bases do capitalismo brasileiro. A deposição de Dilma Rousseff consolidou o poder de uma coalizão burguesa e neoliberal comprometida com a implementação de uma agenda de austeridade e de reformas que ampliaram a precarização das condições de trabalho, o desmonte dos direitos sociais e a intensificação da exploração da classe trabalhadora. Além disso, o golpe reposicionou o Brasil na geopolítica global, enfraquecendo ainda mais sua soberania.

Por fim, a análise desenvolvida neste capítulo reforça a necessidade de uma crítica mais profunda às estratégias conciliatórias que marcaram o ciclo petista e ao modelo de desenvolvimento dependente que continua a estruturar a economia brasileira. O colapso do projeto neodesenvolvimentista e os desdobramentos políticos do golpe de 2016 demonstram que é impossível sustentar um modelo de desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e democrático sem enfrentar as contradições de classe e romper com a lógica imperialista que subordina o Brasil ao capital estrangeiro. Essa conclusão não apenas reafirma as limitações históricas do petismo, mas também aponta para a urgência de construir alternativas radicais que superem os limites impostos pelo capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada nesta tese buscou analisar o processo que levou à crise política, econômica e social que culminou na derrubada do governo Dilma Rousseff em 2016. Em uma perspectiva mais ampla, tal crise foi uma expressão da falência do projeto neodesenvolvimentista defendido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar que a crise brasileira não pode ser vista apenas como o produto de fatores conjunturais, como a fragilidade da gestão petista, a resistência das elites ou a crise econômica global. Ela também é fortemente influenciada por dinâmicas estruturais que dizem respeito, especialmente, ao imperialismo e à condição de dependência do Brasil no sistema capitalista mundial.

Partindo das contribuições de Marx, discutimos o imperialismo como um desdobramento do processo de acumulação de capital. De acordo com pensador alemão, a natureza do capital é necessariamente expansionista, pois seu movimento é desmedido e precisa ser sempre renovado. Além disso, quanto mais avança o desenvolvimento das forças produtivas, mais elas se chocam com as bases restritas que compreendem as relações de consumo. Portanto, a acumulação de capital pressupõe a expansão global das relações capitalistas. À medida que progride, tal expansão estabelece relações de subordinação entre nações e os fluxos internacionais de mercadorias e investimentos funcionam como vetores de aprofundamento das desigualdades preexistentes. Os produtos mais baratos das indústrias mais avançadas são armas poderosas que podem destruir concorrentes e abocanhar seus mercados. Os capitais de alta composição se apropriam de valores produzidos a partir de capitais de baixa composição, ampliando o abismo tecnológico entre economias avançadas e economias atrasadas. Ao mesmo tempo, os avanços técnicos nos ramos de transportes e comunicações aceleram cada vez mais a mobilidade do capital.

A reprodução ampliada do capital dá origem ao processo de concentração, ou seja, do aumento do volume do capital social. A concorrência entre os capitalistas, por sua vez, faz com que aconteçam anexações e fusões entre capitais, reforçando a centralização do capital nas mãos de uma quantidade cada vez menor de capitalistas. Atento às transformações de sua época e às tendências do que estava por vir, Marx tanto analisou a brutalidade colonialista a serviço do capital quanto identificou a subordinação de diferentes modos de produção ao capitalismo – noção que seria desenvolvida posteriormente por Lênin a partir da categoria formação econômico-social. Marx planejou ainda aprofundar sua análise sobre a concorrência

no mercado mundial e o Estado, mas faleceu muito antes de concluir seu monumental roteiro de exposição sobre o capital.

Portanto, não foi por acaso que Lênin se dedicou tanto aos estudos sobre o mercado mundial e o Estado. O intelectual e dirigente político bolchevique procurou justamente dar prosseguimento à análise crítica da sociedade burguesa a partir do ponto em que Marx havia chegado. Em sua juventude, Lênin já estava convencido de que o capitalismo pode avançar sem necessariamente abolir os resquícios dos modos de produção anteriores. Deste modo, no âmbito de uma formação social contemporânea, outros modos de produção se subordinam ao capitalismo. Sobre essa base, na esfera internacional, o sistema capitalista se desenvolve de maneira desigual e se constitui de maneira hierárquica. A transição do capitalismo da fase concorrencial para a fase monopolista no final do século XIX acirra as contradições entre as grandes potências.

Diante da iminência da guerra, o proletariado não tem outra escolha a não ser entre a luta de nações ou a luta de classes. Lênin defende então que os trabalhadores e os povos oprimidos apontem as armas contra os patrões e colonizadores, passando da guerra imperialista à guerra civil revolucionária e à guerra de libertação nacional. Com efeito, a originalidade teórica do líder bolchevique não está relacionada ao debate sobre o surgimento dos monopólios transnacionais e do capital financeiro. Partindo da análise crítica das contribuições de outros autores sobre esses temas, Lênin articulou economia, política e espaço para caracterizar o imperialismo como uma fase do capitalismo e apontar os desafios do proletariado nas lutas de classes desse período histórico em que paz não pode ser mais do que o mero intervalo entre uma guerra e outra. O revolucionário russo descobriu que, dialeticamente, a livre concorrência conduz ao monopólio, negando a forma inicial de relação entre os capitalistas e transformando-se no seu contrário; que em um determinado momento do movimento de concentração de capital, a quantidade se converte em qualidade e altera o próprio padrão de acumulação; que o monopólio prepara a transição do capitalismo para uma nova forma de sociedade, gestada a partir da contradição entre a socialização da produção e acumulação privada da riqueza.

Passado mais de um século desde a morte do revolucionário bolchevique, inúmeras tentativas de atualizar suas análises ou mesmo de elaborar explicações alternativas da realidade internacional sob a égide capitalista resultaram em obras de grande relevância, como nos casos de David Harvey e John Smith. Enquanto Smith ressalta a oposição entre Norte e Sul Global a partir da organização das cadeias mundiais de valor, Harvey evidencia o esgotamento da hegemonia estadunidense e o deslocamento do eixo econômico mundial para

a Ásia, com destaque para a China. A busca de Harvey por uma teoria geográfica da acumulação de capital tem resultado em inegáveis contribuições para a reflexão sobre as transformações dos padrões mundiais de produção e circulação e das estruturas internacionais de poder. Porém, ao negar o imperialismo como categoria fundamental, sua perspectiva negligencia a relação entre a internacionalização da lei do valor e o caráter hierárquico do sistema internacional. Smith, por outro lado, considera a superexploração como um mecanismo indispensável para explicar a atual dinâmica global do grande capital e os impactos da globalização neoliberal para a classe trabalhadora dos países dependentes. Mas o autor confere uma ênfase excessiva à alegoria do Norte contra o Sul Global, obscurecendo questões fundamentais como o papel das economias intermediárias e da China na cadeia imperialista.

Acontecimentos contemporâneos como a consolidação da China como superpotência sob o comando de Xi Jinping e a guerra entre a Rússia de Wladimir Putin e uma Ucrânia que busca fazer parte da OTAN a qualquer custo tem revelado a pertinência de se retomar a busca por bases teóricas sólidas para caracterizar corretamente as grandes disputas em curso hoje no mundo. Com base na pesquisa apresentada nesse trabalho, podemos afirmar que as atuais movimentações da China e da Rússia nos terrenos comercial, diplomático e militar, apesar de desafiarem a supremacia global dos Estados Unidos, não podem ser encaradas como ações anti-imperialistas. O mesmo vale para o BRICS, de modo que, embora esse bloco tome iniciativas contrárias à política externa estadunidense, estas não visam quebrar a cadeia imperialista, mas sim obter posições mais vantajosas para seus membros no interior dela. Em relação aos crimes sionistas contra o povo palestino, importa registrar que, até o momento em que concluíamos a escrita do presente trabalho, nenhum país do BRICS havia rompido relações comerciais com Israel. Desde outubro de 2023, mais de 45.000 palestinos foram mortos pelas tropas de Netanyahu.

Os objetivos do BRICS são os objetivos das burguesias dos respectivos países-membros, ou seja, conquistar mais mercados para seus produtos, alcançar condições mais favoráveis no comércio exterior e rediscutir a governança global para que sua arquitetura, criada no pós-guerra, reflita a realidade do século XXI. O crescimento econômico significativo de países como Brasil, Rússia, Índia e, principalmente, China, provocou alterações objetivas no equilíbrio internacional de forças, conferindo respaldo material para a defesa da multipolaridade por parte do BRICS, o que, vale insistir, não se confunde com a luta pela superação do imperialismo enquanto um sistema estabelecido a partir a chegada do capitalismo à era dos monopólios e do capital financeiro.

Portanto, afirmar que se trata de uma “segunda guerra fria” é algo, no mínimo, controverso. Por um lado, é verdade que a permanência da Rússia como superpotência militar e a consolidação da China como superpotência econômica são ameaças patentes à dominação global estadunidense. Nesse contexto, os principais conflitos internacionais da atualidade tendem a se expressar no quadro mais amplo do choque de interesses entre norte-americanos e chineses, de tal sorte que, para além dos embates diretos entre os protagonistas da cena geopolítica, as disputas regionais se inserem na lógica da grande disputa global. Entretanto, me parece que hoje, ao contrário do que se sucedeu na segunda metade do século XX, não é mais o embate entre capitalismo e socialismo que dá sentido ao antagonismo entre superpotências que lutam entre si pela hegemonia mundial.

O autodenominado “socialismo de mercado” chinês não tem funcionado como uma alternativa para superar o capitalismo, mas sim como uma saída para organizá-lo em novas bases – o que inclusive tem permitido aos monopólios chineses ascenderem a posições cada vez mais elevadas na cadeia imperialista mundial. No entanto, é forçoso reconhecer que esta discussão não foi devidamente enfrentada neste trabalho. Apesar dos debates sobre o caráter da formação social chinesa ser um tema de enorme relevância, discutir tal assunto com a profundidade que ele exige nos distanciaria dos objetivos da presente tese. Assim, importa admitir essa lacuna e ressaltar a necessidade de retomar essa discussão em pesquisas futuras.

Ao discutir a pertinência do imperialismo e da dependência para a compreensão da crise brasileira, evidenciamos a importância de considerar o Brasil como parte de um sistema global de relações desiguais. É nesse sistema que se inserem as interações entre o capital financeiro global e os processos de subordinação que afetam as economias periféricas. A categoria imperialismo não só explica a dominação de países dependentes, mas também as formas pelas quais as crises econômicas no centro do capitalismo afetam diretamente as economias “subdesenvolvidas” ou intermediárias, como o Brasil. Como um dos maiores países da América Latina, o Brasil tem sua economia atrelada aos fluxos financeiros globais, às cadeias produtivas transnacionais e ao controle de recursos estratégicos, o que coloca limites profundos às suas tentativas de implementar um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo.

Ao longo do processo de formação e expansão do capitalismo comercial no Brasil, a fragmentação do país em ilhas econômicas levou a burguesia a operar sua unificação no terreno político, mas sem enfrentar de fato as tradicionais oligarquias agrárias, que conservaram, assim, poderes significativos. A modernização, portanto, tinha de ocorrer dentro dos limites impostos a uma economia satélite, sem colidir com a dominação externa e sem

comprometer a estabilidade da dominação interna. Em outras palavras, como explicou Florestan Fernandes, a burguesia, constituída a partir de um pacto das elites contra as massas, converteu-se em uma força social de natureza eminentemente reacionária. A passagem para o capitalismo monopolista não elimina as estruturas econômicas e sociais preexistentes, promovendo a modernização de determinados nichos que se alimentam de formas herdadas do período colonial.

A teoria marxista da dependência, por sua vez, foi fundamental para expandir a compreensão de como as estruturas internas da economia brasileira se articulam com a dinâmica global. Ruy Mauro Marini, em especial, é um autor incontornável para se pensar a dependência e a crítica ao (neo)desenvolvimentismo. O intelectual mineiro demonstrou que o imperialismo não é um fator externo em relação às sociedades latino-americanas, mas sim um elemento que permeia todos os seus aspectos. Na velha divisão internacional do trabalho, as antigas colônias exportavam matérias-primas e importavam bens manufaturados das ex-metrópoles, gerando endividamento daquelas em face destas. Quando os países de passado colonial conseguiam aumentar as exportações e obter superávits comerciais, estes eram capturados pelos credores. Assim teve origem a dependência, entendida como relação de subordinação entre nações formalmente independentes que condiciona as relações de produção das economias subordinadas.

Dentro desses limites, a industrialização dependente se configura como o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Em outras palavras, os anseios de repetir nos países dependentes as trajetórias de desenvolvimento percorridas pelas grandes potências capitalistas não passaram de ilusões. As exportações de capital do século XX favoreceram o crescimento industrial em certas partes da periferia, mas as etapas mais avançadas da produção continuaram restritas aos países centrais. O advento das economias intermediárias na hierarquia da composição orgânica do capital deu origem ao subimperialismo, alterando a divisão internacional do trabalho, mas não suprimiu as transferências de valor em direção ao topo da cadeia imperialista. Incapazes de alcançar as potências centrais em termos de tecnologia e produtividade, as economias dependentes aplicam a superexploração como um mecanismo de compensação. Esse mecanismo se beneficia da abundância de força de trabalho, estabelecida a partir das expropriações dos povos originários, pela forma excludente que a escravidão foi formalmente abolida, pela concentração fundiária e pela introdução de técnicas produtivas que poupam capital variável.

As assimetrias tecnológicas internacionais foram amplamente agravadas com a globalização neoliberal, o que tem provocado processos de reprimarização na América Latina

em geral e no Brasil em particular, implicando em impactos ambientais significativos. Com relação à política externa brasileira, procuramos demonstrar que continua válida a análise de Marini em relação ao subimperialismo como fenômeno observado em economias dependentes que alcançam a etapa monopolista do capitalismo e nas quais o capital financeiro assume a hegemonia. Deste modo, apesar das diferenças entre petistas e outras forças políticas na condução do Itamaraty, a condição subimperialista do Brasil, constituída na ditadura empresarial militar, jamais foi efetivamente alterada.

A análise crítica da hegemonia do PT, abordada neste trabalho, revela que a construção de uma coalizão política baseada em um pacto social entre a classe trabalhadora e as elites econômicas foi incapaz de gerar uma transformação estrutural e duradoura. O modelo neodesenvolvimentista, embora tenha proporcionado alguns avanços, como a ampliação de políticas sociais e a redução da pobreza, se mostrou frágil diante das contradições internas da economia brasileira e das pressões externas. As tensões entre a necessidade de acomodar os interesses do capital financeiro e as expectativas das classes populares, juntamente com a crescente resistência da burguesia, minaram a base de sustentação do projeto petista.

A base do pacto social neodesenvolvimentista, o crescimento econômico, começou a desmoronar já em 2012. Enquanto a queda nos preços internacionais de mercadorias como minério de ferro, petróleo e soja prejudicava a balança comercial brasileira, o poder de compra do salário era ameaçado pela elevação do custo de vida nas cidades e aumentava o nível de endividamento das famílias. Dilma lançou então a Nova Matriz Econômica, um pacote coordenado pelo então Ministro da Fazenda Guido Mantega, que incluía incentivos ao setor industrial com desonerações das folhas de pagamento, maior oferta de crédito nos bancos públicos, redução da taxa de juros, ajuste do câmbio para favorecer as exportações, redução do custo da energia elétrica, bem como privatizações e concessões na área de infraestrutura. Todavia, a proposta não obteve o engajamento dos capitalistas, pois estes tinham – e seguem tendo – na lógica rentista uma alternativa bem mais cômoda e segura.

A tentativa de conciliar a inclusão social com o fortalecimento da burguesia interna revelou-se insustentável diante dos impactos da crise global de 2008-2009 e do fim do ciclo de alta das *commodities*. Do ponto de vista do empresariado, não fazia sentido defender a modelo neodesenvolvimentista a qualquer custo. Afinal, no plano doméstico, a redução do desemprego poderia contribuir para o fortalecimento do movimento sindical e a política de valorização do salário mínimo encarecia a força de trabalho em determinados setores; já no plano internacional, a competição com indústrias de ponta das grandes potências demandaria investimentos pesados e envolveria riscos consideráveis. Entre enfrentar o próprio povo ou

enfrentar o capital estrangeiro, a burguesia brasileira, historicamente, sempre teve razões materiais – e não apenas morais – para abraçar a primeira opção.

O colapso do projeto petista se deu em um contexto de aguda crise econômica mundial e local, amplificada pelo ajuste fiscal imposto pelo governo de Dilma Rousseff. A tentativa de Dilma de recuperar a confiança da burguesia, ao nomear Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, gerou uma reação negativa tanto dentro do seu próprio partido quanto nos movimentos sociais que o apoiavam. Essa tentativa de conciliação com o mercado financeiro enfraqueceu ainda mais sua base popular, o que facilitou o avanço da oposição e a organização de uma coalizão conservadora que, com o apoio de setores da mídia, do judiciário e de partes do empresariado, conseguiu articular o golpe institucional de 2016.

Além disso, a pesquisa trouxe à tona como as mobilizações de 2013 e o golpe de 2016 foram eventos cruciais em um processo de radicalização política que, mais do que um conflito partidário, expressaram uma disputa entre classes sociais pela direção política e ideológica do país. As jornadas de junho de 2013, inicialmente motivadas por questões específicas, como o aumento das tarifas de transporte, rapidamente se expandiram para uma crítica mais ampla ao modelo de desenvolvimento e ao governo petista. O movimento, embora fragmentado, representou uma cisão no apoio popular ao governo, dando espaço para a ascensão de forças conservadoras e neoliberais. A partir de 2015, as manifestações contra Dilma e o PT se intensificaram, e a campanha midiática contra o governo se tornou um elemento chave na mobilização de setores da classe média e da direita.

No entanto, a crise não se limitou apenas à política interna. A atuação de potências externas, especialmente dos Estados Unidos e das grandes corporações multinacionais, também desempenhou um papel central na crise política brasileira. A revelação de que os Estados Unidos, por meio do FBI e de outras agências, atuaram diretamente nas articulações contra o governo Dilma, no âmbito da Operação Lava Jato, bem como a adesão da burguesia brasileira à perspectiva golpista, mostraram a importância do contexto imperialista na dinâmica política brasileira. O golpe de 2016, portanto, não pode ser compreendido apenas como uma ação de forças internas, mas também como o resultado da integração entre a burguesia brasileira e as burguesias dos países centrais em uma conjuntura internacional de acirramento das disputas geopolíticas.

Em síntese, a crise brasileira de 2016 não foi um fenômeno isolado, mas o ápice de um processo de contradições internas e externas que minaram o modelo de desenvolvimento defendido pelos governos petistas. As fragilidades estruturais do neodesenvolvimentismo, a ausência de uma estratégia que rompesse com a lógica de dependência econômica e o modelo

de conciliação entre classes sociais conflitantes foram determinantes para o seu colapso. O estudo desta crise pode proporcionar novas perspectivas para o futuro, ao demonstrar que é imprescindível a construção de um projeto político capaz de desafiar a ordem imperialista, a dependência e de enfrentar os obstáculos ou os impasses internos à emancipação da classe trabalhadora brasileira se quisermos avançar para uma sociedade mais igualitária e soberana. A luta por uma sociedade socialista exige uma estratégia revolucionária que aponte para a transformação radical das bases sociais, econômicas e políticas do país.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, M. F. Gentrificação. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>.
- ALMEYRA, G. Ruy Mauro Marini. In: PERICÁS, L. B.; SECCO, L. F. (Org.). Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ALVES, G. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2 ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- AMIN, S. Accumulation on a World Scale: a critique of the theory of underdevelopment. New York: Monthly Review Press, 1974.
- AMIN, S. O eurocentrismo: crítica de uma ideologia. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- ANDRADE, C. A ofensiva burguesa na educação: do enfrentamento à implementação do projeto empresarial pelo PT. Marília: Lutas Anticapital, 2022.
- ANDRADE, I. S. M. F. O neodesenvolvimentismo no Brasil: um vestíbulo para a radicalização do capital financeiro. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 23, n. 45, p. 234-251, jan./jun. 2023.
- ANTUNES, R. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- ANTUNES, R. As rebeliões de junho de 2013. *OSAL*, ano XIV, n. 34, nov. 2013, p. 37-50. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/13901>. Acesso: 10 abr. 2024.
- ARRIGHI, G. The geometry of imperialism: the limits of Hobson's paradigm. London: Verso, 1983.
- ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ARRIGHI, G. Os caminhos sinuosos do capital: entrevista realizada por David Harvey. *Textos de Economia*, Florianópolis, v.14, n.1, p.11-50, jan./jun. 2011.
- BAMBIRRA, V. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso: 05 abr. 2024.
- BANDEIRA, L. A. M. A segunda guerra fria [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Record, 2013.

BANDEIRA, L. A. M. A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARBOZA, D. R.; ANDRADE, C. C. *As particularidades do estado na formação social brasileira: a reiteração da via repressiva de contenção das reivindicações populares*. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO J. (Orgs.). *Lutas sociais e a ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. pp. 295-331.

BEHRING, E. R. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERRINGER, T. Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Unicamp, Campinas, 2014. 241 f.

BIELCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BLYTH, M. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BOITO JR., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JR, A. *Neoliberalismo e Relações de Classe no Brasil*. *Revista Ideias*, Campinas Ano 9, v. 1, p. 13–48, 2002.

BOITO JR, A. *Neoliberalismo e Relações de Classe no Brasil*. *Revista Ideias*, Campinas Ano 9, v. 1, p. 13–48, 2002. BOITO JR., A. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Fórum Econômico FGV, São Paulo: 2012. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/ad557a4b-9188-43d1-9eb7-73580a017d6d/content>. Acesso: 19 ago. 2024.

BORTOLETTO, F. *Quem são os neonazistas ucranianos*. *Lavrapalavra*, 26 fev. 2022. Disponível em: <https://www.lavrapalavra.com/2022/02/26/quem-sao-os-neonazistas-ucranianos>. Acesso: 24 out. 2024.

BRAGA, J. T. *Movimentos sociais na era da internet: uma leitura comparativa da ação política nos protestos das Jornadas de Junho, no Brasil, dos Indignados, na Espanha, e do Occupy Wall Street, nos EUA*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC, São Paulo, 2016. 136 f.

BRAGA, R. *Sob a sombra do precariado*. In: MARICATO, E. [et al.]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

BRAGA, R. *Terra em Transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes*. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAZ, M. *Partido e revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BUKHARIN, N. I. A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CALLINICOS, A. Imperialism and global political economy. Cambridge: Polity Press, 2009.

CARCANHOLO, M. D. (Im)Precisões sobre a Categoria Superexploração da Força de Trabalho. In: FILHO, N. A. (Org.). Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013.

CARDOSO, F. H. Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARDOSO, M. L. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, O. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005.

CASTELO, R. *O Social-Liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTELO, R. O mesão, a escola e o partido: em busca das origens da Estratégia Democrático-Popular. In: IASI, M.; FIGUEIREDO, I. M.; NEVES, V. (Org.). A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

CÉSAIRE, A. Discurso sobre o colonialismo. São Paulo: Veneta, 2020.

COMISSÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO. Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira: Coligação Para o Brasil Seguir Mudando. Fundação Perseu Abramo, set. 2010. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/Programa-de-governo-presidencia_2010.pdf. Acesso: 11 abr. 2024.

CORSI, F. L. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. Revista Novos Rumos, v. 53 n. 1, 2016, p. 153-165. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n1.09.p153>. Acesso: 11 abr. 2024.

COUTINHO, C. N. *A hegemonia da pequena política*. In: BRAGA, R.; OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. (Orgs.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

DOS SANTOS, T. Imperialismo y Dependencia. México D.F.: Ediciones Era, 1978.

EMMANUEL, A. Unequal Exchange: a study of imperialism of trade. New York: Monthly Review Press, 1972.

FALCÃO, F. J. *Organizações Revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, CFCH, PPGSS, 2010.

FANON, F. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAZZIO, G. L. Terror e ideologia: o bolsonarismo e a fascistização da política burguesa. In: MAZZEO, A. C.; PINHEIRO, M.; PERICÁS, L. B. Neofascismo, autocracia e bonapartismo no Brasil. São Paulo: ICP, 2022.

FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) Padrão de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERREIRA, M. Lênin – Imperialismo, internacionalismo e revolução. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 12, n. 2, p. 35-49, out. 2020.

FERNANDES, F. Brasil: em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, F. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, F. O que é revolução. In: PRADO JÚNIOR, C.; FERNANDES, F. Clássicos sobre a revolução Brasileira. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES L. E. R. M. Lenin e o imperialismo contemporâneo. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 12, n. 2, p. 69-85, out. 2020.

FERNANDES L. E. R. M. O Imperialismo Legal: os elos entre o Imperialismo Tardio e a Lava Jato no Brasil. - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

FERNANDES, M. P. Prefácio à edição brasileira. In: LÊNIN, V. I. Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público. Recurso digital. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIDELIS, T. K. S. Estado de Quarto Poder Brasileiro: O subimperialismo como projeto de desenvolvimento nacional. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFAL, Maceió: 2024. 164 f.

FIORI, J. L. História, estratégia e desenvolvimento: por uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

FONTES, V. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. 3 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FORO DE SÃO PAULO. Declaración Final: XXVII Encuentro del FSP. Tegucigalpa, 01 jul. 2024. Disponível em: <https://forodesaopaulo.org/declaracion-final-xxvii-encuentro-del-fsp>. Acesso: 25 out. 2024.

FORO DE SÃO PAULO. Declaración Conjunta: Partido De La Izquierda Europea (PIE) - Foro de Sao Paulo (FSP). Brasília, 02 jul. 2023. Disponível em: <https://forodesaopaulo.org/declaracion-conjunta-entre-el-fsp-y-el-pie-esp-y-eng>. Acesso: 25 out. 2024.

FRANK, A. G. The Development of Underdevelopment. *Monthly Review*, vol. 18, n. 4, set. 1966.

FRANK, A. G. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1969.

FALCÃO, F. J. *Organizações Revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, CFCH, PPGSS, 2010.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Documentos Históricos. Disponível em <https://csbh.fpabramo.org.br>. Acesso: out. 2013.

FURNO J. *Imperialismo: uma introdução econômica*. Rio de Janeiro: Da Vinci, 2022.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

G20 BRASIL. G20 adota chamado pela reforma de organizações internacionais como ONU e OMC. 25 set. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-adota-chamado-pela-reforma-de-organizacoes-internacionais-como-onu-e-omc>. Acesso: 29 out. 2024.

GEBRIM, R. O neodesenvolvimentismo ainda é possível? *Brasil de Fato*, 12 fev. 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/12/o-neodesenvolvimentismo-ainda-e-possivel>. Acesso em: 24 jan. 2024.

GONÇALVES, R. Conjuntura internacional, falhas nacionais e crescimento econômico: falhas de governo, mercado e modelo explicam a queda da renda per capita no Brasil (2011-16). IE-UFRJ Discussion Paper, TD 001-2017. Disponível em https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD_IE_001_2017_GONCALVES_jan.v.2.pdf. Acesso: 05 abr. 2024.

GONCHARENKO, R. Rússia e Ucrânia: a cronologia de uma guerra não declarada. *Brasil de Fato*, 28 dez. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/28/russia-e-ucrania-a-cronologia-de-uma-guerra-nao-declarada>. Acesso: 23 out. 2024.

GRAMSCI, A. O nosso Marx. In: COUTINHO, C. N. (Org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUTMAN, H.; MAGDOFF, H. *Capitalism as a World Economy: An Interview with Harry Magdoff*. *Monthly Review*, v. 55, n. 4, set. 2003.

HARVEY D. *O novo imperialismo*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY D. *A produção capitalista do espaço*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY D. *Espaços de esperança*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HARVEY D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

HARVEY D. *O neoliberalismo: história e implicações*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2011b.

HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 25 ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, D. O imperialismo ainda é um conceito relevante? *Lavrapalavra*, set. 2021a. Disponível em <https://lavrapalavra.com/2021/09/20/o-imperialismo-ainda-e-um-conceito-relevante>. Acesso em: 06 nov. 2023.

HARVEY, D. A Realidade Concreta: David Harvey responde a John Smith. *Lavrapalavra*, out. 2021b. Disponível em <https://lavrapalavra.com/2021/10/04/a-realidade-concreta-david-harvey-responde-a-john-smith/>. Acesso: 06/11/2023.

HEGEL, G. W. F. *Linhas fundamentais da filosofia do direito ou Direito natural e ciência do Estado em compêndio*. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

HERSH, S. Os EUA explodiram os gasodutos Nord Stream. *Outras Palavras*, 8 fev. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/eua-explodiram-os-gasodutos-nord-stream>. Acesso: 24 out. 2024.

HIGGINBOTTOM, A. Sobre Dialética da Dependência, o Capital e o Impulso Imperialista do Capitalismo. *Reoriente*, v. 2, n. 2, p. 47-78, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/reoriente/article/view/57495>. Acesso: 11 fev. 2024.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

HOBBSAWM, E. J. *A era do capital, 1848-1875*. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

HOBBSAWM, E. J. *A era dos impérios, 1875-1914*. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

HOBBSAWM, E. J. *Mundos do trabalho*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. New York: Cosimo, 2005.

IASI, M. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP, 2017.

IASI, M. O inventário da Estratégia Democrático-Popular e a busca de um caminho para a Revolução Brasileira. In: IASI, M.; FIGUEIREDO, I. M.; NEVES, V. (Org.). *A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. “A OTAN participa do projeto estadunidense de planejar uma guerra contra a China”. Entrevista com Noam Chomsky. 15 Mar. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/626931-a-otan-participa-do-projeto-estadunidense-de-planejar-uma-guerra-contra-a-china-entrevista-com-noam-chomsky>. Acesso: 23 out. 2024.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. A agitação da ordem global. 23 jan. 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-agitacao-da-ordem-global>. Acesso: 08 jan. 2025.

KAIPPER, M. Em meio à estagnação econômica, Brasil enfrenta o desafio de continuar combatendo a pobreza. Banco Mundial, 20 abr. 2015. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2015/04/20/brazil-low-economic-growth-versus-poverty-reduction>. Acesso: 05 abr. 2024.

KATZ, C. Peculiaridades del neoliberalismo en América Latina. Pacarina del Sur, año 7, n. 25, p. 1-18, oct.-dic., 2015. Disponível em: <https://www.pacarinadelsur.com/home/abordajes-y-contiendas/1211-peculiaridades-del-neoliberalismo-en-america-latina>. Acesso: 09 nov. 2024.

KATZ, C. A teoria da dependência 50 anos depois. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KORYBKO, A. Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOSHGARIAN, L.; LUSUEGRO, A.; SIDDIQUE, A. The Warfare State: how funding for militarism compromises our welfare. Institute for Policy Studies, jan. 2024. Disponível em <https://ips-dc.org/report-warfare-state-how-funding-militarism-compromises-welfare/>. Acesso: 21 mar. 2024.

KRAUSZ, T. Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEFEBVRE, H. O pensamento de Lenin. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.

LEFEBVRE, H.; GUTERMAN, N. Introdução aos cadernos sobre a dialética de Hegel. In: LENIN, V. I. Cadernos filosóficos: Hegel. São Paulo: Boitempo, 2018.

LÊNIN, V. I. Prefácio. In: BUKHARIN, N. I. A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LÊNIN, V. I. Escritos de Juventude. Volume 1. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.

LÊNIN, V. I. Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público. Recurso digital. São Paulo: Boitempo, 2021.

LOSURDO, D. Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LOSURDO, D. Contra-história do liberalismo. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

LOSURDO, D. A luta de classes [recurso eletrônico]: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOSURDO, D. Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 1917. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUCE, M. S. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Tensões Mundiais*. Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/471>. Acesso: 2 abr. 2024.

LUCE, M. S. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUCENA, E; LUCENA, R. Brasil é alvo de guerra híbrida, diz analista. *Tutaméia*. 19 out. 2018. Disponível em <https://tutameia.jor.br/brasil-e-alvo-de-guerra-hibrida>. Acesso: 22 jan. 2024.

LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2021a.

LUKÁCS, G. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2021b.

LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MANDEL, E. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.

MANOEL, J. O fantástico mundo de Jessé Souza: notas sobre uma caricatura do marxismo. *Revista Opera*. 18 jan. 2021. Disponível em <https://revistaopera.com.br/2021/01/18/o-fantastico-mundo-de-jesse-souza-notas-sobre-uma-caricatura-do-marxismo/>. Acesso: 14 mar. 2024.

MANOEL, J. Junho de 2013 e a guerra híbrida: o leninismo contra a idealização da conspiração. In: ALTMAN, B; CARLOTTO, M. C. *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARIÁTEGUI, J. C. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido. In: MARICATO, E. [et al.]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARIGHELLA, C. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979.

MARINGONI, G. Ucrânia: enfrentamento local, razões globais. *Brasil de Fato*, 25 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/25/ucrania-enfrentamento-local-razoas-globais>. Acesso: 23 out. 2024.

MARINI, R. M. *América latina: dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta, 1992.

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARINI, R. M. *América Latina, dependencia y globalización. Antología y presentación*, Carlos Eduardo Martins. México, D. F.: Siglo XXI Editores, 2015.

MARINI, R. M. O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARINI, R. M. Mais-valia extraordinária e acumulação de capital. *Reoriente*, v. 2, n. 2, p. 11-46, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/reoriente/article/view/57495>. Acesso: 09 fev. 2024.

MARQUES, M. G. Em busca da revolução brasileira: Uma análise crítica da estratégia democrático-popular. Curitiba: Prismas, 2015.

MARTINS, C. E. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: FILHO, N. A. (Org.). *Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

MARTINS, C. E. Ruy Mauro Marini: marco del pensamiento contemporâneo. In: MARINI, R. M. *América Latina, dependencia y globalización. Antología y presentación*, Carlos Eduardo Martins. México, D. F.: Siglo XXI Editores, 2015.

MARTINS, C. E. Nove teses sobre a crise política brasileira. Blog da Boitempo, mai. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/05/29/notas-sobre-a-crise-politica-brasileira/>. Acesso: 23 ago. 2024.

MARTINS, C. E. A teoria da dependência, 20 anos depois de Ruy Mauro Marini. Blog da Boitempo, jul. 2017. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/07/13/a-teoria-da-dependencia-20-anos-depois-de-ruy-mauro-marini>. Acesso: 23 nov. 23.

MARX K. e ENGELS F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, K. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular 2008.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX K. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital*. Versão digital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX K. *O Capital: crítica da economia política: Livro II: O processo de circulação do capital*. Versão digital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX K. *O Capital: crítica da economia política: Livro III: O processo global da produção capitalista*. Versão digital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, A. L. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATTOS, M. B. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MAZZEO, A. C. *Burguesia e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.

MENDES, M. Revoluções coloridas e o golpe no Brasil em 2016. *Terra Livre*, v. 2, n. 51, p. 16–53, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1519>. Acesso: 2 abr. 2024.

MENDES, M. *Guerra híbrida e neogolpismo: geopolítica e luta de classes no Brasil (2013-2018)*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MENDES, M. A revolução colorida brasileira. In: ALTMAN, B; CARLOTTO, M. C. *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

MINISTÉRIO DA CASA CIVIL. Corte de impostos federais permite queda de até 7,23% na tarifa de ônibus. Disponível em <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2013/06/corte-de-impostos-federais-permite-queda-de-ate-7-23-na-tarifa-de-onibus>. Acesso: 11 abr. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Declaração de Kazan. 23 out. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final. Acesso: 29 out. 2024.

MONTEIRO, L. A premência do transporte. In: ALTMAN, B; CARLOTTO, M. C. *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

MOREIRA, R. *A geografia do espaço-mundo: conflitos e superação no espaço do capital*. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MÜLLER, H. D. C. M. Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, “diálogos” sobre a dependência e a burguesia brasileira. *Revista Dia-Logos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2020.

MUSSE, R. David Harvey: para além de uma geografia do capital. *Sociologia & Antropologia*, v. 04, n. 1, p. 55–69. Rio de Janeiro, jun. 2014

NETTO, J. P. Introdução. In: LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. (Org.). *O Leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NETTO, J. P. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: ICP, 2015.

NETTO, J. P. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

OCAMPO, J. A. Cincuenta años de la CEPAL. Revista Cepal, out. 1998. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/12119-cincuenta-anos-la-cepal>. Acesso: 06 nov. 2024.

OHANA, V. Putin reconhece a independência de Donetsk e Lugansk, na Ucrânia. Carta Capital, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/putin-reconhece-a-independencia-de-donetz-e-lugansk-na-ucrania>. Acesso: 23 out. 2024.

OLIVEIRA, M. Veja evolução do salário mínimo desde sua criação, há 70 anos. G1, 16 fev. 2011. Disponível em <https://glo.bo/ebdrH2>. Acesso: 05 abr. 2024.

OSORIO, J. Dependência e superexploração. In: MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Org.). A América Latina e os desafios da globalização: ensaios em homenagem a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

OSÓRIO, L. F. Imperialismo, Estado e Relações Internacionais. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

OURIQUES, N. O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2015.

PERICÁS, L. B. Caminhos da revolução brasileira. São Paulo: Boitempo, 2019.

PINTO, E. C.; PINTO, J. P. G.; SALUDJIAN, A.; NOGUEIRA, I.; BALANCO, P.; SCHONERWALD, C.; BARUCO, G. A guerra de todos contra todos: a crise brasileira. IE-UFRJ Discussion Paper, TD 006, 2017. Disponível em https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD_IE_006_2017_PINTO%20et%20al.pdf. Acesso em: fev. 2024.

PIRES, H. F. Globalização e integração financeira e tecnológica entre os países emergentes: o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 27, 2015. p. 283-292. Disponível em <https://doi.org/10.12957/geouerj.2015.18952>. Acesso: 26 mar. 2024.

PIRES, H. F. Globalização, cultura e território: o Brasil no novo milênio. Espaço e Economia, n. 11, 2017. Disponível em <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/3031>. Acesso: 2 abr. 2024.

POCHMANN, M. O Brasil emparedado pela reprimarização. Outras Palavras, nov. 2022. Disponível em <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/pochmann-o-brasil-emparedado-pela-reprimarizacao>. Acesso em: 15 dez. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A dimensão geopolítica da crise brasileira: uma perspectiva desde os grupos sociais em situação de subalternização. Revista GEOgraphia. Disponível em <http://periodicos.uff.br/geographia>. Ano 18, n. 37, 2016.

PRADO, F. C. A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

PRADO JR., C. Formação do Brasil contemporâneo. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JR., C. A revolução brasileira. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRASHAD, V. Lênin internacionalista: autodeterminação e anti-colonialismo. Revista Opera, 01 set. 2020. Disponível em: <https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2020/09/01/lenin-internacionalista-autodeterminacao-e-anti-colonialismo>. Acesso: 09 jan. 2025.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. CEPAL, 14 mai. 1949. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/30088>. Acesso: 06 nov. 2024.

PRESTES, A. L. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958 – 1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PROGRESSIVE INTERNATIONAL. We seek lasting peace while NATO prepares for perpetual war. 30 jun. 2022. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2022-06-30-we-seek-lasting-peace-while-nato-prepares-for-perpetual-war-/en>. Acesso: 25 out. 2024.

RAMOS, A. G. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, D. O Brasil como problema. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RICARDO, D. Princípios de Economia Política e Tributação. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., Coleção - Os Economistas, 1996.

RODNEY, W. How Europe Underdeveloped Africa. Washington, D.C.: Howard University Press, 1981.

ROLNIK R, KLINK J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? Novos estudos CEBRAP, n. 89, Mar. 2011. P. 89-109. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>. Acesso: 19 ago. 2024.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E. [et al.]. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

ROUSSEFF, D. Prólogo. In: In: ALTMAN, B; CARLOTTO, M. C. Junho de 2013: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

RUBIN, I. I. A Teoria Marxista do Valor. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda., 1987.

SANCHES, M. Desnazificação e genocídio: a história por trás da justificativa de Putin para invasão da Ucrânia. BBC, 25 fev. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60518951>. Acesso: 24 out. 2024.

SAMPAIO JR., P. A. Jornadas de junho e revolução brasileira. In: SAMPAIO JR., P. A. (Org.). Jornadas de Junho – a revolta popular em debate. São Paulo: ICP, 2014.

SAMPAIO JR., P. A. Anatomia da crise social I: “Neodesenvolvimentismo” e crise social latente. Contrapoder, out. 2019. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/anatomia-da-crise-social-i-neodesenvolvimentismo-e-crise-social-latente/>. Acesso: 21 ago. 2024.

SAMPAIO JR., P. A. Brasil: uma megafeitoria moderna. *Contrapoder*, abr. 2021. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/brasil-uma-megafeitoria-moderna>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SAMPAIO JR., P. A.; SAMPAIO, P. A. Apresentação. In: PRADO JÚNIOR, C.; FERNANDES, F. *Clássicos sobre a revolução Brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SANTIAGO, A. E. As forças de paz ou a paz à força: etnografia de uma missão de paz da ONU no Haiti. Tese de doutorado. Programa de PósGraduação em Antropologia Social, UFSCar, São Carlos: 2022.

SEGALLA, V. Entenda como o salário mínimo teve aumento real de 59% com Lula e Dilma e de 0% com Bolsonaro. *Brasil de Fato*, 31 dez. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/31/entenda-como-o-salario-minimo-teve-aumento-real-de-59-com-lula-e-dilma-e-de-0-com-bolsonaro>. Acesso: 05 abr. 2024.

SERRANO, L. R.; ROLLEMBERG, M.; CASTRO, R. C. G. “Florestan era o que havia de melhor na USP”, diz FHC. *Jornal da USP*, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/tv-usp/florestan-era-o-que-havia-de-melhor-na-usp-diz-fhc>. Acesso: 30 out. 2024.

SILVA, M. A. Brasil, a Antessala do Golpe: reformismo fraco, crise orgânica e geopolítica mundial. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. v. 12, n. 3, p. 85-107, 2018.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, A. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SMITH, A. *The Wealth of Nations*. New York: The Modern Library, 1937.

SMITH, J. *Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation and Capitalism’s Final Crisis*. Nova York: Monthly Review Press, 2016.

SMITH, J. Exploração e superexploração na teoria do imperialismo. In: LÓPEZ, E. (Org.). *As veias do Sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SMITH, J. David Harvey nega o imperialismo (uma réplica). *Lavrapalavra*, set. 2021a. Disponível em <https://lavrapalavra.com/2021/09/27/david-harvey-nega-o-imperialismo>. Acesso em: 06 nov. 2023.

SMITH, J. A realidade imperialista versus os mitos de David Harvey. *Lavrapalavra*, out. 2021b. <https://lavrapalavra.com/2021/10/11/a-realidade-imperialista-versus-os-mitos-de-david-harvey/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

SMITH, J. Imperialismo no século XXI. In: FERNANDES, L. E. (Org.). Introdução ao imperialismo tardio. Recife: Ruptura, 2022.

SODRÉ, N. W. Introdução à revolução brasileira. 4 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

SOLIDNET.ORG. Press Release of the 23rd IMCWP. 25 out. 2023. Disponível em: <http://www.solidnet.org/article/23rd-IMCWP-Press-Release-of-the-23rd-IMCWP>. Acesso: 29 out. 2024.

SOLTY, I. Quando o Estado intervém para salvar o lucro das empresas. Jacobina, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/03/quando-o-estado-intervem-para-salvar-o-lucro-das-empresas/>. Acesso: 12 abr. 2024.

SOUZA, J. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, J. A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. 2 ed. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SOUZA, J. A guerra contra o Brasil [recurso digital]: como os EUA se uniram a uma organização criminoso para destruir o sonho brasileiro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

SPANIDIS, T. Sobre a economia política do imperialismo contemporâneo. Lavrapalavra, 21 jun. 2023. Disponível em <https://lavrapalavra.com/2023/06/21/sobre-a-economia-politica-do-imperialismo-contemporaneo>. Acesso em: 21 dez. 2023.

STEDILE, J. P. Governo Lula preferiu se aliar ao agronegócio. Viomundo, 04 mai. 2010. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/stedile-reforma-boa-era-mesmo-a-de-goulart.html>. Acesso: 19 ago. 2024.

TAVARES, M. C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

THE WORLD ANTI-IMPERIALIST PLATFORM. The rising tide of global war and the tasks of anti-imperialists. Paris, 14 out. 2022a. Disponível em: <https://wap21.org/?p=390>. Acesso: 24 out. 2024.

THE WORLD ANTI-IMPERIALIST PLATFORM. Towards the World Anti-Imperialist Platform, the Locomotive of World Anti-Imperialist Revolution. 14 out. 2022b. Disponível em: <https://wap21.org/?p=749>. Acesso: 24 out. 2024.

THE WORLD ANTI-IMPERIALIST PLATFORM. The Nato imperialist alliance can be defeated if we build the worldwide Axis of Resistance! Washington, 15 jul. 2024. Disponível em: <https://wap21.org/?p=5094>. Acesso: 25 out. 2024.

TOLEDO, A; BRAGA, L. M. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. Revista Estudos Feministas, v. 28, n. 3, Florianópolis: 2020.

TRINDADE, J. R.; BANDEIRA, F. L. O debate entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso. *A Terra é Redonda*, 13 dez. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-debate-entre-ruy-mauro-marini-e-fernando-henrique-cardoso>. Acesso: 02 nov. 2024.

TUMOLO, P. S. *Da Contestação à Conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pesquisador da UFF esclarece as motivações históricas da guerra entre Rússia e Ucrânia. 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www.uff.br/24-02-2022/pesquisador-da-uff-esclarece-as-motivacoes-historicas-da-guerra-entre-russia-e-ucrania>. Acesso: 22 out. 2024.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, E. [et al.]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VISENTINI, P. F. *Século XXI: impasses e conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2017.

WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, I. Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025. In: MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Org.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios em homenagem a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009.